

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

CASAMENTO E RELAÇÕES FAMILIARES NA ECONOMIA DA BORRACHA
(BELÉM- 1870-1920)

CRISTINA DONZA CANCELA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Eni de Mesquita Samara

São Paulo
2006

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

CASAMENTO E RELAÇÕES FAMILIARES NA
ECONOMIA DA BORRACHA
(BELÉM- 1870-1920)

CRISTINA DONZA CANCELA

São Paulo
2006

Dedico este trabalho à Beatriz, minha filha,
e ao Otaviano, meu marido.

Agradecimentos

Início agradecendo à minha orientadora, Professora Dra. Eni de Mesquita Samara, por ter aceitado a orientação deste trabalho mesmo em se tratando de alguém que veio “de longe”. Pelas possibilidades abertas, pelos comentários e por acreditar na proposta, obrigada.

Em seguida, agradeço a Antonio Otaviano, meu marido, por ter, desde o início, insistido no projeto de Doutorado, o que implicou, no plano doméstico, na mudança de cidades e de cotidianos. No plano acadêmico, pelo debate constante e o auxílio da edição. Por estar sempre pronto a escutar, mesmo quando eu falava para mim mesma.

Agradeço à CAPES, por ter-me concedido uma bolsa de estudo nos dois últimos anos do curso de Doutorado, fundamental ao desenvolvimento e conclusão do projeto.

Aos professores de minha banca de qualificação, Carlos Bacellar e Ida Lewkowicz, pelas indicações bibliográficas e pela ajuda na definição do eixo do trabalho.

Ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Pará, pela liberação para cursar o Doutorado e pela preocupação de seus membros na qualificação de seus professores. Em especial, às professoras Jane Beltrão, Angélica Maués e Carmem Rodrigues e ao professor Heraldo Maués. Ao Eloi, por ter sido sempre tão atencioso, e à Rosângela e ao Paulo, pelas inúmeras informações que sempre prestaram.

Da mesma forma, quero agradecer à Wilma, pela atenção constante e pelas várias vezes em que me ajudou com questões que podiam passar pelo preenchimento de formulários, o envio de material à localização na cidade de São Paulo.

Agradeço aos funcionários do CENTUR, em especial do setor de Obras Raras, Carmelinda, Raí e Leila, que sempre me acolheram tão bem. Da mesma forma, aos bravos funcionários do Arquivo do Tribunal de Justiça, em especial à Andréa e à Nazaré, pela determinação em manter a consulta da documentação aberta aos pesquisadores, a despeito das dificuldades. Um agradecimento especial vai também à funcionária da Arquidiocese de Belém, Maria José, que abriu o espaço para que eu fizesse a pesquisa e, com sua calma, o café e as conversas sobre o Roberto Carlos, tornou o levantamento bem mais agradável.

Aos funcionários do Departamento de História e da Pós-Graduação da Universidade de São Paulo por terem sido sempre tão solícitos quando dos vários pedidos de documentos, declarações e formulários.

A Lia Pessôa, pela revisão criteriosa, pela atenção dada e pela calma, em um momento que tende a ser naturalmente de ansiedade.

A minhas colegas de doutorado, Cláudia Marques, Madalena e Ismênia. Aos colegas de debate: Leandro, Igor, Joseph, Vanessa e Cláudia Espírito Santo.

À minha amiga, Franciane Lacerda, minha comadre torta, por ser minha interlocutora em Belém e por passar pelo que passei, no mesmo período, criando alguma cumplicidade. Ao Rafael, pelo ontem, uma dívida a ser paga, quando no mestrado me mostrou como se fazer um banco de dados. E, no Doutorado, pelas indicações bibliográficas, sugestões de edição de tabela e pelo Abstract. Eu sempre dando trabalho ao casal... Desculpa, Ester. Ao seu Ivan, pela “moradia”.

A meus pais, Sérgio e Celina, às minhas irmãs Simone e Tatiana, aos “agregados” e, agora, aos meus sobrinhos: Carol, Victor e Carlos Eduardo. Como já disse uma vez, e repito, vocês são minha fonte de tranquilidade e alegria.

À minha filha Beatriz, simplesmente por existir.

“Chegamos ao gelo escorregadio em que não há atrito e onde, portanto, em certo sentido, as condições são ideais, mas onde também, justamente por isso, não conseguimos andar. Queremos andar, portanto precisamos de *atrito*. De volta à terra firme!” (Wittgenstein)

Sumário

Lista de Siglas.....	09
Lista de Quadros.....	09
Lista de Tabelas.....	10
Lista de Mapas.....	10
Resumo/Abstract.....	11
Introdução.....	12

I PARTE – Historiografia, Economia, População e Cidade

Capítulo I –Historiografia, fontes e método.....	20
1.1 Trajetória dos estudos regionais	
1.2 Percorrendo a literatura sobre o casamento e as relações familiares	
1.3 Documentação e uso	
Capítulo II – Borracha: produção, riqueza e famílias.....	48
2.1 Belém: sociedade e economia antes do período da borracha	
2.2 Produção familiar e consolidação da elite mercantil	
2.3 Os comerciantes da borracha	
2.4 A crise do comércio	
Capítulo III – População e cidade.....	78
3.1 Crescimento populacional e migração	
3.2 Traçado urbano e serviços	
3.3 Formas de moradia	
3.4 As casas de Belém: diversificação de padrões e valores	

II PARTE – Matrimônio e Uniões Consensuais

Capítulo IV – População e casamento: naturalidade, alianças e legitimidade.....138

- 4.1 Igreja e matrimônio
- 4.2 Tendências de casamento
- 4.3 Família e legitimidade

Capítulo V – A família em meio aos populares: casamento, parentesco e redes de sociabilidade.....182

- 5.1 Arranjos domiciliares e convívio: fortalecendo alianças
- 5.2 Relacionamentos amorosos, sexuais e conjugalidade: cotidiano e valores
- 5.3 Tensões amorosas: bigamia e adultério

III PARTE – Casamento e Riqueza entre as Elites

Capítulo VI – Configurando perfis e fortunas.....241

- 6.1 Famílias: tradição, comércio e transformação da riqueza
- 6.2 Delimitando personagens
- 6.3. Casamento, educação e formação profissional

Capítulo VII – Alianças, herança e dotação.....285

- 7.1. As uniões matrimoniais na elite paraense
- 7.2. Contratos nupciais
- 7.3. Transmissão e composição da partilha

Conclusão.....319

Fontes primárias.....326

Referências Bibliográficas.....332

Lista de Siglas

APEP- Arquivo Público do Estado do Pará
ATJEPA- Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará
IAN/ TT- Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo
AAB- Arquivo da Arquidiocese de Belém
CENTUR- Centro Cultural “Tancredo Neves”
RPP- Relatório de Presidente da Província do Pará

Lista de Quadros

Quadro I- Registros de casamento	42
Quadro II- Autos de Inventário e arrolamentos	43
Quadro III- Arrecadação da Província	70
Quadro IV- Habitantes da capital do Pará.....	81
Quadro V- Índice de legitimidade e ilegitimidade (Sé).....	176
Quadro VI- Índice de legitimidade e ilegitimidade (Nazaré).....	176
Quadro VII - Número de casas dos inventários.....	253
Quadro VIII- Atividade dos inventariados.....	259
Quadro IX - Perfil dos proprietários quanto ao valor do legado (em libra).....	264

Lista de Tabelas

Tabela I- Atividades profissionais.....	114
Tabela II- Naturalidade dos noivos(Sé).....	147
Tabela III- Naturalidade dos noivos(Nazaré).....	148
Tabela IV- Faixa etária das mulheres ao casar.....	156
Tabela V- Faixa etária dos homens ao casar.....	156
Tabela VI- Nascimento e legitimidade.....	166
Tabela VII- Legitimidade das famílias dos casais.....	168
Tabela VIII- Composição dos registros das famílias ilegítimas.....	169
Tabela IX- Legitimidade e ilegitimidade na família dos noivos.....	170
Tabela X- Legitimidade e ilegitimidade na família das noivas.....	173
Tabela XI - Percentual de inventários com registros de ações no legado.....	251
Tabela XII- Legados por faixa de fortuna em libra.....	258
Tabela XIII- Proprietários quanto ao sexo.....	267
Tabela XIV- Situação matrimonial de homens e mulheres.....	268
Tabela XV- Idade dos filhos.....	270

Lista de Mapas

Mapa I - O Pará em 1910.....	57
Mapa II - A Amazônia Brasileira em 1910.....	61
Mapa III - Planta geral da cidade de Belém em 1791.....	107
Mapa IV- Planta geral da cidade de Belém em.....	108

Resumo

A proposta desse trabalho é discutir o casamento e as relações familiares em Belém, entre os anos de 1870 a 1920. Este período corresponde ao incremento da economia impulsionado pela maior demanda da borracha e, pelo crescimento populacional favorecido pela migração nacional e estrangeira. Procurou-se mostrar a inter-relação entre essas mudanças e o casamento envolvendo diversos segmentos sociais no que se refere; à naturalidade dos cônjuges, a idade ao casar e a legitimidade da família dos noivos. Num segundo momento, se analisou o casamento e as uniões consensuais em meio a famílias pobres destacando suas redes de sociabilidade, tensão e ajuda mútua. Por fim, o trabalho se encerra com a investigação de famílias da elite, particularmente no que diz respeito à transformação do perfil da riqueza, alianças estabelecidas, transmissão de herança e contratos de dotação.

Abstract

This dissertation discusses marriage and family in Belém (Pará, Brazil), between 1870 and 1920. This period corresponds to the development of the local rubber economy, and to an increase of population owing to national and international migration. The work analyses the relation between all these changes and marriage within different social groups, in what concerns the place of birth, the age of marriage and the legitimacy of the couple's family. It then examines marriage and consensual union within poor families, stressing the sociability networks established by them, as well as conflicts and mutual help. Finally, the dissertation investigates elite families, especially in what concerns the transformation of wealth profile, their alliances, inheritance and dowry.

INTRODUÇÃO

O casamento e as relações familiares passam a ser o caminho investigativo a se percorrer na cidade de Belém entre os anos de 1870 a 1920. A possibilidade de pesquisa se consolida a partir das lacunas relacionadas à historiografia do casamento e da família no Brasil, que aponta para a necessidade de se incorporar regiões e tempos diferentes que contribuam para a compreensão da multiplicidade das formações familiares. A percepção das especificidades pode ser detalhada com ponderações que se pautam na dinâmica econômica da cidade estudada, e nas práticas e valores de grupos populares e da elite local.

As famílias belenenses emergem em um emaranhado de tensões e transformações econômicas ocorridas a partir da exploração da borracha responsável pela maior liquidez da economia e pelo crescimento demográfico motivado, em grande parte, pela migração nacional e estrangeira. Em que medida as mudanças ocorridas em função do aumento do fluxo de capital e da circulação de pessoas influenciaram no casamento e nas relações familiares da capital paraense e foram por elas influenciadas? Eis o mote central dessa pesquisa.

A partir dessa questão outras perguntas foram sendo formuladas de maneira a se aproximar da temática proposta. Entre elas, a análise das alianças matrimoniais com o cruzamento da naturalidade dos nubentes, a idade ao casar de homens e mulheres, os índices de legitimidade encontrados na massa da população ao longo das décadas percorridas pela pesquisa, tendo como referência a família dos noivos.

Na seqüência, um outro grupo de questões foi discutido tendo como referente um recorte mais específico dessa população que levava em conta o potencial ou os limites da renda, do prestígio e do *status* social dos indivíduos.

Assim, a análise seguiu investigando o universo das famílias populares marcadas pela restrição de bens, os limites materiais cotidianos, as representações culturais e opções individuais particulares. Neste ponto, a preocupação era perceber a maneira pela qual as pessoas desses segmentos estabeleceram seus relacionamentos amorosos e conjugais, formando famílias através de uniões consensuais ou casamentos legitimados. Destacar ainda, a importância das relações de parentesco, amizade e vizinhança fundamentais à compreensão dos arranjos domiciliares, das estratégias de sobrevivência e moradia, das

redes de apoio e ajuda mútua que contribuíam para minimizar as incertezas do cotidiano e os limites materiais da experiência. Em meio a essa população pobre destacam-se os inúmeros migrantes nacionais e estrangeiros que se deslocaram para essa capital atraídos pelo ouro negro da borracha.

A análise dos segmentos populares permitiu a formulação de uma questão central ao argumento da pesquisa voltado para a preocupação de observar até que ponto as práticas e os valores em torno do casamento e das relações familiares ganham contornos particulares em meio a esse grupo?

Diante dessa inquirição uma nova necessidade se colocava de caráter analítico, voltada para a investigação das possíveis especificidades e semelhanças dessas questões, não apenas em meio aos populares, mas também, na elite local formada por proprietários de terra, gado e firmas comerciais.

Cabia portanto conhecer o universo dos indivíduos e das famílias da elite, o que foi feito investigando preferencialmente o perfil e a transformação de suas riquezas, as alianças matrimoniais estabelecidas, os arranjos patrimoniais efetivados através da transmissão da herança e dos contratos de dotação. Da mesma forma, o traçado do perfil desses proprietários quanto a sua origem, sexo, condição matrimonial e número de filhos possibilitou a melhor compreensão desse grupo e a sua delimitação. Assim como, o destaque dado à educação e à profissão permitiu que se observasse a influência dessas formações junto aos jovens, que assim estabeleceram sua maior autonomia em relação ao grupo de parentesco mais amplo, apesar da influência familiar ainda ser percebida.

O universo de estudo dos segmentos populares e da elite local contribuiu para a percepção da forma diferenciada com que os valores e as práticas em torno do casamento e das relações familiares foram vividas não apenas entre estes dois segmentos sociais, mas também, no interior dos mesmos, movidos pelas especificidades de marcadores sociais de gênero, geração e origem.

Por outro lado, se as condições sociais, referências culturais e opções individuais colocam limites à experiência de vida dos populares, dando um contorno particular aos seus comportamentos e representações, isso não impede que eles dialoguem, ignorem, assimilam e resistam às normas e papéis legitimados, num jogo onde essa ou aquela estratégia pode ser acionada de acordo com o contexto e as situações específicas.

E, ainda, embora os indivíduos pertencentes aos segmentos da elite estivessem mais próximos às representações e papéis normativos, por vezes, eles vão ser encontrados em situações de questionamento e quebra dessas mesmas normas. Nem sempre o equilíbrio entre as aspirações individuais e as pretensões familiares são arranjadas de forma harmoniosa, gerando trajetórias particulares de tensão e conflitos na vivência de comportamentos lidos socialmente como ideais.

Tendo em conta esses cuidados para não restringir a análise à busca de padrões regulares de comportamento e valores internos a cada segmento, a preocupação do trabalho é justamente mostrar, ao mesmo tempo, as especificidades do casamento e das relações familiares existentes entre os populares e a elite mas, com igual ponderação, as similitudes e aproximações que podem ser encontradas entre eles, e que se tornam possíveis através da circularidade cultural.

Reiterando a afirmação acima feita, procurou-se aliar à análise normativa percebida através de padrões de comportamento, às irregularidades, às situações particulares, às narrativas e trajetórias pessoais. Com isso, acredita-se chegar mais próximo da complexidade presente na vivência dos relacionamentos conjugais e familiares dos indivíduos dos diversos segmentos sociais, expondo as regularidades e fissuras existentes entre eles, mas também, volta-se a insistir, no interior deles, onde os marcadores sociais de gênero, geração e origem podem ancorar particularidades de vivências.

A escolha do período para que essa análise fosse possível foi fundamental à discussão dessas questões à medida que se trata de um momento particularmente intenso de mudanças na capital paraense. O auge da exploração da borracha que se convencionou delimitar no ano de 1876, possibilitou o aumento da renda da província, o surgimento e incremento de bancos e seguradoras, a ampliação do setor de serviços e de transportes, o crescimento populacional intensificado pela migração interna e estrangeira.

Nesse cenário de maior liquidez econômica e circulação de pessoas, Belém transformou-se no maior porto de escoação da goma elástica da região amazônica. A propósito de algumas das alterações acima indicadas já se fazerem presentes antes da década de 70, é no final do século XIX e início do XX que elas se intensificaram. Nesse período, a elite mercantil se fortaleceu e a população cresceu aceleradamente impulsionada

pela busca de oportunidades que geraram a mistura de origens, referências culturais e trajetórias de deslocamento.

Daí a importância desse momento para a história de Belém, tornando-se um cenário privilegiado para se observar as mudanças e permanências não apenas no âmbito da economia, da população e do traçado urbano, como também, das relações familiares e do casamento.

O crescimento populacional e a migração modificam o perfil da população, negócios se fortalecem, novos grupos redefinem as relações de influência e poder na capital paraense, a ampliação do setor de serviços redimensiona a oferta de trabalho a exemplo das profissões liberais e dos trabalhos temporários.

Mudanças como essas se fazem perceber nos padrões de alianças matrimoniais estabelecidas, na escolha de parceiros, nos arranjos domiciliares e familiares, nos relacionamentos amorosos e sexuais construídos em torno das redes de sociabilidade e das trajetórias pessoais, na maior possibilidade de estabelecimento e manutenção de uma unidade familiar.

Do mesmo modo, com a economia da borracha desenvolvida nesse período, a elite mercantil formada preferencialmente por estrangeiros, passou a conquistar cada vez mais espaço e as famílias tradicionais locais, com riqueza vinculada à terra e à criação de animais, viram sua influência ser deslocada e minimizada. Frente a isso, muitas dessas famílias passaram a investir em firmas comerciais ligadas direta, ou indiretamente, ao negócio da borracha. Sociedades foram sendo articuladas junto à elite mercantil e, nesse jogo de alianças, o casamento e as relações familiares foram importantes estratégias para consolidar arranjos comerciais e redes de apoio.

Diante da ampliação do setor de serviços, da influência do Estado e da ascensão de novos grupos sociais, a elite tradicional procurou tornar as relações mais horizontais abrindo maior espaço aos casamentos exogâmicos. Da mesma forma, esse cenário inseriu novas oportunidades profissionais, permitindo aos jovens sua maior independência em relação ao grupo de parentesco, embora, como já se reiterou, as redes de apoio familiar continuassem a serem fundamentais. Isso leva a uma maior autonomia desses jovens que se reflete no conjunto de suas opções no que diz respeito à escolha do cônjuge. Como

conciliar as inclinações pessoais com os interesses do grupo familiar e a preocupação com o patrimônio?

Paralelamente a esse cenário, o crescimento populacional e a migração intensa deram novos contornos à formação familiar encontrada na capital, que se reflete no perfil dos habitantes, no cruzamento da origem dos noivos que contraíam matrimônio em meio à massa da população e, ainda, nos arranjos domiciliares organizados pelas famílias, nas redes de apoio e ajuda mútua.

Diante desse quadro, tornava-se fundamental compreender de que forma as mudanças econômicas impulsionadas pela economia da borracha dialogaram com os relacionamentos conjugais e familiares. Ao iniciar a pesquisa com a data de 1870, período que antecede em alguns anos o auge da exploração da goma elástica, se pretendia ter como referência o contexto que antecedeu a intensificação das transformações aqui pontuadas, para que se pudessem perceber as permanências e mudanças verificadas no período posterior de expansão. Da mesma forma, a opção por levar a análise até a data de 1920, momento que se configura como posterior à crise centrada no ano de 1911, teve em conta a necessidade de circundar o desaceleramento e menor liquidez da economia, observando possíveis reflexos nas questões relativas à formação das alianças conjugais e das famílias.

Para que se pudesse ter em mente a adequação da proposta, fazia-se necessário investigar a produção local sobre o tema e considerar a sua possível relevância e viabilidade. O levantamento inicial da bibliografia mostrou que, apesar da existência de um número significativo de estudos voltados para a questão da mulher e do gênero na região amazônica, poucos foram aqueles que tiveram o casamento e a família como foco de análise principal. Por sua vez, vêm-se observando um número incipiente, mas importante, de trabalhos de caráter monográficos, realizados nos dois últimos anos, que discutem o casamento e a família, o que mostra a importância de se continuar construindo e fortalecendo essa linha de estudos na região.

Para a realização desse trabalho foi necessário cotejar um conjunto de fontes que tornassem possível conhecer, ao mesmo tempo, o universo de padrões de comportamento e normas, mas também de situações particulares vivenciadas pelos indivíduos e famílias. Assim como, fontes que penetrassem no universo dos grupos populares e da elite local para

dar conta da complexidade e da complementaridade da análise das similitudes e diferenças existentes entre esses segmentos e no interior dos mesmos.

Procurou-se desse modo, trabalhar com fontes de caráter mais serial e sistemático, como registros de casamento, batismo, censo demográfico e listagem de passaporte, para se perceber os padrões de comportamento, as tendências e flutuações de práticas e valores apreciados a partir desse material. E, ao mesmo tempo, se interar de uma documentação que permitisse ter acesso às situações narrativas singulares e trajetórias pessoais. Com este propósito foram consultados os processos criminais e, em menor proporção, cartas e matérias de revistas.

Os processos criminais, em particular, foram fundamentais para se compreender à vivência das camadas populares, juntamente com os autos de justificação de idade e batismo emitidos pela Câmara Eclesiástica. Do mesmo modo, para a configuração do perfil da elite local, de seu patrimônio e das alianças matrimoniais, os inventários se mostraram o principal aporte para a análise, servindo também para a montagem do perfil e transformação das casas belenenses .

De forma complementar, outras fontes foram utilizadas junto a essas para discutir o traçado da cidade e os serviços urbanos, como os relatórios provinciais e matérias de jornais.

O método utilizado para trabalhar com essas fontes, assim como, a discussão historiográfica que deu suporte à análise da documentação, foi objeto do I capítulo desse trabalho, onde se apresentará a análise da produção existente sobre o período, as temáticas e principais categorias de análise.

O II capítulo centra-se na investigação da produção da borracha, seu auge e crise, bem como os modelos de sua produção e principais atores envolvidos, dando ênfase a influências dessa economia na formação da riqueza familiar e re-configuração dos grupos sociais da província.

O III capítulo, que encerra a primeira parte desse trabalho, discute o crescimento populacional, o papel e as formas da migração nacional e estrangeira, com destaque para os números seriais e trajetórias particulares. Conclui com a compreensão do espaço urbano, os serviços, o morar e as casas de Belém.

A segunda parte da tese inicia com o capítulo IV, onde se tem a investigação das tendências e flutuações de casamento da massa da população, com destaque para o cruzamento da naturalidade dos noivos, a idade ao casar e a legitimidade encontrada ao longo dos anos percorridos pela pesquisa.

O capítulo V discute a formação da família em meio aos populares, observando os arranjos domiciliares, as redes de vizinhança, amizade e parentesco, assim como os conflitos e a ajuda mútua criada junto às redes de sociabilidade. O capítulo se encerra com o exame dos relacionamentos amorosos, sexuais e a conjugalidade vivida por essas famílias, bem como, as tensões amorosas geradas pelas relações de adultério e bigamia.

Finalmente, a terceira e última parte da tese centra-se na pesquisa dos grupos da elite local. O capítulo VI reflete sobre a configuração da riqueza dessa elite, assim como, o perfil de origem, sexo e número de filhos legítimos e perfilhados. A análise segue demonstrando a importância da educação e da formação profissional no estabelecimento das uniões matrimoniais, e das mudanças que a economia da borracha gera para os jovens.

No último capítulo da tese, o leitor encontrará a montagem das alianças matrimoniais levadas à efeito pelos membros da elite, as estratégias de casamento e as formas utilizadas para manutenção e fortalecimento do patrimônio através da transmissão da herança e dos contratos de dotação nupcial.

Com a discussão dos capítulos assim distribuídos, o conjunto das fontes levantadas e o diálogo com a bibliografia, se procurou compreender o casamento e as relações familiares em Belém no período de intensas mudanças econômicas impulsionadas pela exploração da borracha na capital paraense e, que passa, a partir de agora, a ser melhor trabalhada.

PARTE I
HISTORIOGRAFIA, ECONOMIA, POPULAÇÃO E CIDADE

CAPÍTULO I – HISTORIOGRAFIA, FONTES E MÉTODO

Neste capítulo será discutida a historiografia sobre o período tratado, assim como o tema da pesquisa e os principais conceitos que giram em torno do casamento e das relações familiares entre as camadas populares e a elite. Na seqüência, investigar-se-ão as fontes utilizadas para realizar a proposta de trabalho e o método empregado em suas análises.

1.1. Trajetória dos estudos regionais

Inicialmente a pesquisa voltou-se para a investigação dos trabalhos produzidos localmente que tivessem como referência o período tratado nesse estudo. Assim é que este levantamento preliminar levou ao conhecimento de uma historiografia mais “clássica” de meados do século XX, que mostrou uma acentuada tendência a associar as mudanças ocorridas durante a economia da borracha à imagem da riqueza e do progresso, reforçada pela alegoria do fausto e da modernidade metaforizada nas transformações arquitetônicas, culturais e urbanísticas impressas no cenário urbano da cidade nesta época.¹

O acentuado crescimento econômico ocorrido em função da borracha, que atingiu a marca de 24% do total das exportações brasileiras na virada do século, tornando-a o segundo maior produto na pauta de exportação do país;² o aumento da renda dos governos provinciais; a riqueza de comerciantes ligados a este negócio; os palacetes, praças e avenidas (re)construídos à época; os espetáculos e exposições internacionais que aportavam na capital, foram alguns dos acontecimentos desse período que apoiavam a leitura de um tempo marcado pela modernidade e pelo progresso, por parte dos pesquisadores mais clássicos.

¹ BRAGA, Theodoro Reis. *História do Pará: resumo didactico*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1931. REIS, Arthur César Ferreira. *Síntese de História do Pará*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1972. CRUZ, Ernesto Cruz. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria do Belém do Grão Pará*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963. PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém - Estudos de geografia urbana*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

² WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993. p. 90. Acerca da importância da economia da borracha para a Amazônia cf. Também: SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

A partir da década de 80, no entanto, estas imagens foram sendo problematizadas por novos estudos. Exemplo disto é o trabalho de Santos ao analisar este período a partir da ótica econômica, mostrando os limites do negócio da borracha, as dificuldades de capital e mão-de-obra para a sua produção, as soluções encontradas para o seu desenvolvimento, assim como as contradições econômicas e sociais que geraram a sua decadência. Weinstein, já numa perspectiva mais histórica, analisa as relações sociais e econômicas que tiveram lugar no Pará e no Amazonas, discutindo a formação, auge e decadência da borracha, caracterizando os diversos grupos sociais que estavam de alguma forma associados a essa produção, as políticas privadas e públicas que visavam o desenvolvimento do produto e as dificuldades que levaram a sua decadência, quebrando empresas e desfazendo patrimônios.

Ainda na tentativa de construir um novo olhar sobre este período, um outro grupo de trabalhos historiográficos discutiu-o, sem ter a produção da goma elástica como objeto principal de análise. Sarges, uma das pioneiras nessa linha, analisando os anos de 1890 a 1920, mostra as contradições e tensões trazidas pelo projeto de modernidade e urbanização do período republicano, durante o governo do intendente de Belém, Antônio Lemos, até então tratado como um mito pelos historiadores tradicionais. A autora revela as dificuldades de moradia e abastecimento, bem como o projeto de afastamento dos grupos populares das áreas nobres da cidade, implementado por aquele administrador.³

Sob a mesma perspectiva, partindo, entretanto, de uma outra temática, Figueiredo evidencia as diferentes formas com que pajés e grupos da elite letrada, vivenciaram e representaram as mudanças ditas civilizadoras e modernas, num embate imbricado entre as *práticas científicas* e os costumes *populares*.⁴

Esta mesma linha de abordagem pode ser encontrada em trabalhos que investigam outras capitais amazônicas, como Manaus, no mesmo período. Ao analisar essa cidade durante a expansão da economia da borracha, Dias discute a ilusão do fausto, olhando as transformações urbanas não apenas a partir do discurso mistificador das construções arquitetônicas e do embelezamento, mas também do cotidiano de dificuldades vividas nesse

³ SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a Belle Époque*. Belém: Pakatatu, 2002.

⁴ FIGUEIREDO, Aldrin Moura. *A Cidade Dos Encantados; Pajelança, feitiçaria e religiões Afro-Brasileiras. A Constituição de uma Campo de Estudo*. (Dissertação) Mestrado em História Social Campinas: UNICAMP, 1996.

espaço pela maioria da população local e migrante que sofreu a pressão da exclusão e do afastamento das áreas principais, por parte do poder público.⁵

Esses trabalhos evidenciam a importância de se mostrar a historicidade dos projetos modernizadores, científicos e de urbanização. Eles discutem a economia da borracha levando em conta a expansão econômica, as transformações arquitetônicas, urbanísticas e o uso do espaço mas, ao mesmo tempo, não deixam de tratar a forma como essas concepções e práticas foram lidas, re-definidas, vividas e contestadas pelos diversos segmentos da população.

Com isso, eles se inserem na linha de estudos que, ao investigar o período que se estende do final do século XIX ao início do XX, tende a levar em conta as diferentes experiências e valores dos grupos sociais que convivem no espaço urbano.⁶ Trata-se de trabalhos que tendem a matizar os efeitos modernizadores ocorridos nas capitais brasileiras considerando, mas não resumindo a investigação, à análise de políticas *civilizadoras* de governantes, médicos, higienistas e juristas. Os autores que trabalham com essa abordagem preocupam-se em mostrar que, a forma de viver e conceber as alterações que tiveram lugar no espaço urbano, variava entre pessoas com diferentes marcadores sociais de classe, etnia e gênero. Desse modo, valorizam a multiplicidade de práticas e representações, buscando não restringir a análise aos discursos oficiais, institucionais e de grupos das elites locais.

Essa discussão tornou-se fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa no que diz respeito ao espaço urbano de Belém, particularmente quando se analisou a formação e configuração dos bairros, dos serviços de infra-estrutura, das formas de habitação e de uso e construção das casas que serviam de morada aos indivíduos e às

⁵ DIAS, Edineia Mascarenhas. *A ilusão do fausto. Manaus 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.

⁶ Dentre esses trabalhos, devemos lembrar: CHALHOUN, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. MATOS, Maria Izilda Santos de. "Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930)". In: *Cadernos Pagu: fazendo história das mulheres*. Vº 4. Campinas: UNICAMP, 1995. p. 97-116. SEVCENKO, Nicolau. "A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio". In: SEVCENKO, Nicolau.(org). *História da Vida Privada no Brasil - República: da Belle Époque à era do Rádio*. Tomo 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. E, para as mudanças ocorridas no espaço urbano de uma cidade paulista, Franca, Cf. FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque Paulista*. São Paulo: UNESP, 2004. PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

famílias. A cidade onde os casais estabeleciam seus relacionamentos amorosos e a sua conjugalidade passou a ser lida tendo em conta a diversidade dos grupos sociais com as especificidades de suas vivências.

Assim, fez-se necessário se deter não apenas na construção dos palacetes mas também nas casas de porta e janela, nos quartos de estâncias e vacarias; tratar dos novos serviços de encanamento que levavam água às casas, sem esquecer as tinas de água enchidas nos poços públicos da cidade; tratar da *modernidade* representada pelos *bonds* e pela luz elétrica sem perder de vista que boa parte da cidade ainda era cortada por carros de tração animal e pelas sombras produzidas pelas lamparinas de querosene. Procurou-se, ao analisar o cotidiano vivido na cidade pelos casais e pelas famílias investigadas, mostrar a convivência de costumes modernos com antigas e contínuas tradições e comportamentos, ou ainda, os símbolos de riqueza e prestígio firmando-se em contraponto à pobreza e à necessidade.

Feito o levantamento inicial da historiografia regional sobre o período estudado e seu diálogo com a produção nacional - com os desdobramentos teóricos e metodológicos daí resultantes -, passou-se à busca de um novo grupo de trabalhos locais que tratassem mais especificamente da temática pesquisada relativa ao casamento e as relações familiares.

Como se afirmou na introdução deste trabalho, os estudos de gênero e condição feminina são bastante representativos na região⁷ e, alguns deles, datam de pesquisas levadas a efeito na década de 70, quando se tem o redimensionamento dos trabalhos sobre mulheres

⁷ Dentre os trabalhos que têm como foco os estudos de mulher e de gênero na Amazônia cf: MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. *Trabalhadores e Camaradas. Um Estudo das Relações de Gênero*. Coleção Igarapé, Belém: Editora da Universidade Federal do Pará (UFPA), 1998. BELTRÃO, Jane Felipe. “Mulheres da castanha: um estudo sobre o trabalho e o corpo”. In: *Trabalhadoras do Brasil*. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Brasiliense, 1982. CANCELA, Cristina Donza. *As relações amorosas das mulheres das camadas populares*. (Dissertação) Mestrado em Antropologia Social, Campinas:UNICAMP, 1997. AMARAL, Telma. *E o casamento, como vai? Um Estudo da conjugalidade em camadas médias urbanas*. (Dissertação) Mestrado em Antropologia Social. Belém: UFPA, 2000. ÁLVARES, Luzia & SANTOS, Eunice. *Mulher e modernidade na Amazônia*. Belém: CEJUP/UFPA, 1997. Embora não tenha a mulher como foco de análise principal, o estudo do antropólogo Charles Wagley realizado na comunidade de Gurupá, nos anos de 1940, deixou um registro importante das relações familiares vividas no lugar, particularmente no que se refere aos papéis e comportamentos femininos, masculinos e das crianças de diferentes condições sociais. WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. 3ªed. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

e gênero no Brasil.⁸ No entanto, a propósito dessa bibliografia, não foram muitos os estudos que tinham a história do casamento e da família como temática principal de análise.

Com essa perspectiva, sobressaem-se alguns trabalhos de dissertação mais recentes, datados do ano de 2004 para cá, dentre os quais destaca-se a investigação feita por Campos acerca do casamento, do divórcio e do meretrício em Belém, discutindo a legislação, as tensões vividas em meio às relações conjugais, o sentido dado pelos diversos envolvidos - cônjuges, magistrados, advogados e jornalistas - acerca da separação conjugal.⁹ Os padrões e ideais construídos como referência aos personagens dos processos de divórcio, dos periódicos, dos documentos eclesiásticos e das obras jurídicas analisados pelo autor foram importantes para se estabelecer o diálogo com aqueles encontrados nessa pesquisa, onde várias dessas imagens normativas foram percebidas.

Na seqüência, destaca-se também o trabalho de Spinosa, que, embora investigue um período posterior, mais exatamente a década de 1930, permite uma análise comparativa com o tema desta pesquisa ao tratar do modo de vida cotidianamente estabelecido pelas camadas populares, no que se refere ao viver, ao morar, ao casamento, às relações de vizinhança, às sensibilidades e à urbanidade.¹⁰ Muitas das estratégias de aliança e redes de apoio destacadas pela autora tiveram paralelo na documentação aqui analisada, assim como a particularidade, mas também a circularidade de comportamentos entre as camadas sociais no que diz respeito aos comportamentos em torno da moradia, dos relacionamentos conjugais e da vizinhança.

Cabe ainda referência à pesquisa de Batista, que discute a forma pela qual as famílias da elite com riquezas baseadas na atividade agrícola e comercial se articulavam, estabelecendo alianças fundamentais à manutenção do *locus* social dessas famílias. Embora não tenha o casamento e a família como objeto central de seu trabalho, a autora, ao analisar a fortuna e

⁸ Como afirma Matos, “na década de 70, as mulheres entraram em cena” e se tornaram visíveis na sociedade e na academia, onde os estudos sobre a mulher se encontravam marginalizados da maior parte da produção e da documentação oficial”. MATOS, Maria Izilda S. “Outras histórias: as mulheres e estudos de gênero - percursos e possibilidades”. In: Samara Eni et al. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo, EDUC, 1999.

⁹ CAMPOS, Ipojucan Dias. *Casamento, divórcio e meretrício em Belém no final do século XIX (1890-1900)*. (Dissertação) Mestrado em História Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP): 2004.

¹⁰ SPINOSA, Vanessa. *Pela navalha: cotidiano, moradia e intimidade (Belém, 1930)*. (Dissertação) Mestrado em História Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP): 2005.

a riqueza da elite, no período de crescimento inicial da coleta da borracha, mais particularmente os anos de 1850 a 1870, dedica uma parte do trabalho à fortuna de algumas famílias que compunham essa elite, mostrando as alianças matrimoniais por elas estabelecidas e as estratégias de fortalecimento do patrimônio, inclusive com as relações de favores que envolviam as esferas políticas da região.¹¹ O trabalho de Batista ajudou a corroborar a interação existente entre os negócios ligados à terra e criação de gado, com a exploração da borracha, mostrando a relação imbricada das famílias proprietárias tradicionais e a elite mercantil, o que se atualizava não apenas nos negócios e favores entre esses grupos, mas também nas alianças matrimoniais e de amizade por eles estabelecidas. A autora segue discorrendo sobre alguns dos indivíduos e famílias que compunham essa elite, possibilitando o cruzamento de dados sobre suas trajetórias com as informações coletadas por esta pesquisa.

Por fim, um artigo em especial, escrito ainda na década de 80, por Marin, deve ser ressaltado pelo seu pioneirismo no estudo da história da família na região. Neste trabalho, a autora levanta as diversas famílias proprietárias cuja riqueza estava baseada na terra, no comércio, ou mesmo em patentes militares e cargos públicos. Percorrendo o período que vai da colônia até meados do século XIX, Marin analisa, ainda, as alianças matrimoniais estabelecidas por essas famílias, num jogo imbricado de casamentos e arranjos comerciais e de fortalecimento de poder.¹² A autora conclui que o fortalecimento da elite mercantil dissolve o poder e o prestígio das famílias proprietárias de terra e gado; no entanto, como será mostrado ao longo da argumentação aqui proposta, embora essa influência seja arrefecida, como sugere Marin, outras formas de articulação vão ser montadas por essas famílias para manter sua força e patrimônio local.

A realização desse levantamento deixou claro que, à exceção do trabalho de Marin, as pesquisas sobre a história do casamento e da família na Amazônia, no período que se está trabalhando, são recentes, o que mostra a importância de se continuar construindo essa linha de estudos na região. Este fato instigou ainda mais o desenvolvimento da proposta

¹¹ BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: Elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 - c.1870*. (Dissertação) Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

¹² MARIN, Rosa Acevedo. "As alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX.." In: *Revista Estudos Econômicos*, nº15. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (IPE/USP), 1985.

desta tese, que seguiu delimitando e discutindo os principais conceitos a serem utilizados na investigação.

1.2. Percorrendo a literatura sobre o casamento e as relações familiares

O casamento enquanto algo formal associado à produção, reprodução e sobrevivência, bem como ao amor, ao sentimento e à preferência individual, ou por outra, a arranjos familiares e do grupo doméstico, implica em comportamentos e valores que podem combinar-se ou excluir-se de acordo com realidades e circunstâncias específicas.¹³ A valorização do casal e da intimidade no universo da relação conjugal, revelando a privatização dos sentimentos, embora se constitua em uma prática e um ideal comumente partilhado ao longo do século XIX, não necessariamente exclui a influência do grupo doméstico mais amplo na vida do casal e as relações familiares podem continuar sendo acionadas. O casamento, ao envolver alianças familiares e acordos patrimoniais, por si só, torna-se um assunto que envolve não apenas o casal, mas também o seu grupo de parentesco, particularmente nas famílias da elite e das camadas médias da população. Por sua vez, embora em meio à população pobre a união conjugal não passe pelos acordos em torno do patrimônio e da riqueza, nem por isso a interferência familiar deixa de se fazer presente. Na vigilância e controle dos relacionamentos, ou mesmo no auxílio em situações de tensão ou conflito vividas pelo casal, as relações familiares se manifestam.

Isto mostra que a família e o casamento podem encerrar inúmeros significados e estabelecer práticas e comportamentos que variam não apenas em função da sociedade e da época estudada,¹⁴ mas também das especificidades dos diferentes grupos sociais.

¹³ Burguière, analisando o significado do casamento ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, evidencia a sua transformação enquanto fio condutor de mudanças econômicas que diminuiriam a pressão comunitária em favor da escolha pessoal, uma alteração que resultaria na formação de uma nova moral e sensibilidade, incentivada pelo Estado, que conduziria as pessoas a interiorizar as normas, alterar seus comportamentos e descobrir a intimidade. Mas, como ressalta o autor, estas mudanças não se deram de forma linear, sendo fruto de uma evolução longa, e devem ser lidas no contexto das alterações demográficas e do clima moral e religioso que vigorou ao longo daqueles séculos. BURGUIÈRE, André *et al.* *História da família: o choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa..* vº 3. Lisboa: Terramar, 1998. p.100

¹⁴ Sobre o significado do casamento, suas permanências e mudanças, cf: MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor: Inglaterra, 1300-1840*. São Paulo: Companhia das letras, 1990. BURGUIÈRE, André *et al.* *História da família: o choque das modernidades. op.cit.*. ANDERSON, Michael. *Elementos para a história da família ocidental, 1500-1914*. Lisboa: Quercus, 1984. FLANDRIN, Jean Louis. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1991. STONE, Lawrence. *Família,*

Vivências e valores relativos ao casamento podem apresentar certa recorrência entre indivíduos e famílias de uma dada sociedade, circulando entre segmentos diferenciados. Mas isso não implica na ausência de especificidades passíveis de serem verificadas na forma de viver e conceber o casamento em meio a grupos sociais com diferentes condições sociais, ou mesmo entre os indivíduos que compõem esses grupos. Por conta disso, procurou-se discutir o casamento, neste trabalho, tendo em conta as similitudes, mas também as particularidades inter e intragrupoais.

Desse modo, destacou-se primeiramente as uniões e relações familiares dos proprietários que faziam parte da elite local definida a partir da riqueza, do status e do poder.¹⁵ Vale ressaltar que, para fazer parte desse grupo, não era necessário apenas possuir bens e dinheiro. Devia-se aliar a estas prerrogativas a capacidade de mostrar-se e ser reconhecido como pertencente a uma determinada classe social, ter um *status* diferenciado. Elementos como comportamento, modos de falar, relacionamentos estabelecidos, roupas e educação constituem-se em alguns dos predicados que expressam a forma pela qual as pessoas se reconhecem na sociedade, determinam seu lugar, o qual deve não apenas ser mapeado por si, mas também pelos demais. Essa espécie de capital simbólico é tão fundamental quanto o conjunto de bens e riqueza mantidos pelos indivíduos. Para Bourdieu:

“As diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de usar esses bens, se for preferível no consumo, e mais ainda no consumo simbólico (ou ostentatório) que transmuta os bens em signos, as *diferenças de fato* em *distinções significantes*...”¹⁶

Portanto, a *maneira* de usar os bens e os recursos materiais adquiridos pela fortuna torna-se signo de distinção e pertencimento, marcando a diferença e a oposição aos outros segmentos sociais. A associação ao grupo da elite passa pela riqueza do indivíduo, assim

sexo y matrimonio em Inglaterra 1500-1800. México: Fundo de Cultura Econômica, 1989. AZEVEDO, Thales. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: Ática, 1986, especialmente as p.97-124, onde o autor discorre sobre os valores relativos à mulher e ao casamento. VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1986.

¹⁵ O termo “elite”, indicando um grupo superior a partir dos critérios de status, poder e riqueza, foi retirado da obra de BURKER, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. ‘Condição de classe e posição de classe’. In: AGUIAR, Neuma. *Hierarquias em classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p.65.

como pelo seu *status*, sendo fundamental a expressão dessas propriedades, a fim de que estes sujeitos se reconheçam e sejam, por seus pares e demais segmentos sociais, reconhecidos. A construção de palacetes, a publicação de notas sociais referentes a noivados e casamentos em periódicos locais, a saída dos filhos para estudar fora do Estado, foram algumas das formas vivenciadas pelos proprietários paraenses que emblematicizavam essa tentativa de diferenciação e reconhecimento.

Se Bourdieu lembra da roupa, da linguagem, do sotaque, do bom gosto e da cultura como propriedades que os indivíduos cultivavam como sendo essenciais e naturais, a ponto de serem percebidas integrando sua natureza, uma espécie de “graça” ou “dom”, Daumard, na mesma linha de argumentação, acrescenta a essas propriedades, aquelas de caráter familiar. Diz a autora:

“ O montante da fortuna, e com mais razão ainda o dos recursos, não constitui o único elemento para a classificação social. Numerosos outros fatores representam igualmente um papel na determinação da hierarquia social: *origem familiar*, gênero de vida, nível de cultura, relações sociais, responsabilidades exercidas, etc.”¹⁷

Nesse pensamento, a origem e a trajetória familiar também se constituem em critérios fundamentais de pertencimento e de distinção dos grupos de elite. Os recursos da família são importantes para se definir a posição na hierarquia social; todavia, não menos importantes são as alianças de amizade e de afinidade constituídas pela parentela, formando uma rede de influência e de poder.

As alianças podem legitimar, reafirmar ou mesmo prejudicar o *status* social de uma família. Daí a importância do casamento como estabelecimento, fortalecimento ou rompimento de alianças. A troca conjugal pode agrupar e excluir, unir e distanciar, à medida que fortifica ligações com um grupo em detrimento de outros. A escolha pela realização *dessa* ou *daquela* aliança passa pelo tênue equilíbrio entre as estratégias e as necessidades socioeconômicas da rede de parentesco e as inclinações pessoais dos noivos.

Importantes trabalhos já demonstraram que no casamento entre membros da elite prevalecem as uniões legítimas e os arranjos matrimoniais pautados na tentativa de

¹⁷ DAUMARD, Adeline. “A repartição dos bens e das fortunas na França do século XIX” In: *Cinco aulas de história social*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1978. p.53. (grifo meu)

equilibrar os interesses familiares à expectativa dos pares, levando-se em conta a manutenção e ampliação do patrimônio, bem como a tradição, a influência e o prestígio social e político da rede de parentesco.¹⁸

Macfarlane lembra que, já na Inglaterra do final do século XVII, o ideal do casamento seria um par do mesmo porte que “fosse proporcional em posição social, nascimento, idade, educação e o restante, nem muito acima um do outro, nem muito abaixo.”¹⁹ A busca desse equilíbrio tornava-se uma das razões do casamento onde a necessidade prática e econômica deveria contar, tanto quanto o sentimento e o interesse individual. Ao analisar o casamento na São Paulo do século XIX, Samara afirma que eles:

“...se realizavam em círculos limitados e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente, em função da origem e da posição sócio-econômica.... Isso significa que os casamentos predominaram em certos estratos da população e estiveram preferencialmente circunscritos aos grupos de origem, representando a união de interesses, especialmente entre a elite branca.”²⁰

Muitas vezes, a necessidade de fortalecimento do patrimônio e do *status* social levou os grupos da elite a engendrar relações cada vez mais endogâmicas, restringindo as alianças aos grupos de parentesco mais amplos. Em seu trabalho sobre a elite agrária do oeste paulista no final do século XVIII e início do XIX, Bacellar aponta para a grande recorrência de casamentos consanguíneos em meio às famílias proprietárias, que teriam

¹⁸ SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989. NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. MATTOSSO, Kátia. *Família e Sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio/ Brasília: CNPQ, 1988. MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da vida privada no Brasil: república da belle époque à era do rádio*. Tomo 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de memória/UNICAMP, 1997. METCALF, A.C. *Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820*. Texas: University Microfilms Internacional, 1983. LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso de oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993. TERUYA, Marisa. *Trajetória sertaneja: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba*. (Tese) Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2002. PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1998. BARBOSA, Tânia Maria Brandão. *A elite colonial piauiense: família e poder*. (Tese) Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2003.

¹⁹ MACFARLANE. *História do casamento e do amor*. op.cit., p.172

²⁰ SAMARA, Eni de Mesquita. “Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX”. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 37, maio de 1981. p. 87.

adotado essa estratégia em função de duas vantagens: “não introduzia sangue estranho na família e preservava os bens e a fortuna do fracionamento.”²¹

No entanto, ao longo do século XIX, com a ampliação das instituições, a diversificação e liquidez da economia, o fortalecimento dos critérios de riqueza e de propriedade, em detrimento do nascimento e da concessão, as famílias da elite vão ter que se adaptar às novas condições socioeconômicas, ampliando suas redes de influência. Por isso, o casamento tende a ser cada vez mais exogâmico e os pares escolhidos num universo mais amplo do que as cercanias da parentela. Para Kuznesof:

“o número cada vez maior de instituições e de posições políticas existentes significava que a rede familiar tinha de se expandir muito a fim de ter impacto político. Desse modo, a família da elite começou a agir principalmente facilitando o progresso individual de membros da família, e com base para o estabelecimento de alianças para atingir objetivos políticos e econômicos.”²²

Da mesma maneira, Lewin, em sua investigação sobre as transformações das famílias da elite paraibana ao longo do século XIX, evidencia a forma como a parentela exerce o monopólio da terra, dos negócios e do poder local, formando uma rede fortalecida pelos casamentos endogâmicos. No entanto, ressalta como as estratégias de aliança vão transformando-se à medida que as bases sociais e econômicas da sociedade alteram-se, destacando que, embora nesse novo momento os jovens ganhassem mais autonomia, em função da ampliação e diversificação das atividades profissionais, a força do grupo de parentesco ainda era bastante presente. De todo modo, a parentela vai adaptando-se às mudanças desse período, ora incentivando, ora inibindo o casamento exogâmico, conforme a necessidade de novas alianças e as estratégias de manutenção da propriedade e do poder político.²³

²¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *op.cit.*, p.88. O autor lembra ainda que, fosse através da união consanguínea, fosse da união de filhos de poderosos, o casamento tinha como parâmetro fundamental a endogamia social, o que significa dizer que “o cônjuge selecionado deveria advir de meio socioeconômico semelhante ao de seus sogros”. *op.cit.* p.98.

²² KUZNESOF, Elizabeth. “A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social, São Paulo, 1700-1980”. In: *Revista Brasileira de História - Famílias e Grupos de Convívio-ANPUH/Marco Zero*, ago.88/ fev.89. p.55

²³ LEWIN, Linda. “Some historical implications of kinship organization for family-based politics in the brazilian northeast”. In: *Comparative Studies in Society and History*, 1979, v. 27, nº 2.

Essa discussão se mostrou fundamental para a análise das alianças entre os diversos segmentos que formavam a elite em Belém, expondo a articulação de padrões exogâmicos sendo acionados entre famílias proprietárias de terra e gado com comerciantes ligados, direta ou indiretamente, à borracha. Embora, como se terá oportunidade de verificar, os enlaces endogâmicos ainda se fizessem presentes. Assim, em um mesmo ramo familiar, pode-se encontrar o estabelecimento de alianças dentro e fora do grupo de parentesco, assim como o matrimônio podia efetivar-se com pessoas com base de riqueza similar, centrada na terra, ou com estrangeiros com fortunas voltadas para a atividade mercantil. Um ou outro padrão poderia ser utilizado de acordo com as situações circunstanciais apresentadas, o perfil da riqueza familiar e as opções individuais estabelecidas.²⁴

A discussão historiográfica segue enfatizando que, se a propriedade ao longo do século XIX passa a garantir o status social dos indivíduos, e não apenas o nascimento e o grupo doméstico, o progresso individual passa a ser estimulado e facilitado pela urbanização, em detrimento dos laços familiares, possibilitando ao jovem uma maior independência em relação à rede familiar. Este novo contexto social seria responsável pela maior flexibilização e ampliação das possibilidades e trajetórias pessoais.²⁵

Tendo esse novo contexto em conta, a manutenção dos interesses familiares passava pela vigilância dos vínculos matrimoniais, pois eles eram a “garantia de controle sobre o poder, da mesma forma que funcionavam como proteção contra as freqüentes ameaças de desastres econômicos.”²⁶

Assim, nas grandes cidades do final do século XIX e início do XX, onde a população crescia aceleradamente, o espaço urbano ampliava-se, a economia se intensificava e novos grupos sociais com riqueza emergiam, era necessário não perder de

²⁴ Essa flexibilidade nos padrões de casamento encontrados, evidenciando, em um mesmo ramo familiar, ora uniões onde predominava a endogamia, ora a exogamia, foram apontados para outras regiões, como se verá mais à frente; por enquanto, vale ressaltar os estudos que, embora trabalhassem com períodos diferenciados ao dessa pesquisa, também verificaram essa tendência. Entre eles, destacam-se CHANDLER, Billy Jaynes. *Os Feitosas e o sertão dos Inhamus*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p.23. VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: ed. Demócrito Rocha, São Paulo: Hucitec, 2004. BARBOSA, Tanya M. Brandão. *A elite colonial piauiense: família e poder*. (tese) Doutorado em História. São Paulo: USP, 1993.

²⁵ KUZNESOF, Elizabeth “A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social”. *op.cit* p.54-60.

²⁶ MALUF Marina & MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino” *op.cit.*, p.391.

vista o controle das condições de manutenção do poder e da hierarquia por parte da elite proprietária. Esse domínio passava pelas tentativas de normalização da sociedade e dos indivíduos, onde as instituições atuavam no sentido de criar regras de comportamentos morais e sexuais, disciplinar a família, intensificar e estimular a instituição conjugal.²⁷

Para garantir esse controle, normas e preceitos foram estabelecidos pelo Estado Republicano e suas instituições na tentativa de conservar e reformular modelos de comportamento de homens e mulheres, casados e solteiros. Os papéis sociais de maridos, esposas e filhos foram definidos em tratados religiosos, médicos e jurídicos.²⁸ Os comportamentos tornaram-se objeto de controle público e institucional.²⁹

Para o pensamento republicano, a família ganhava um novo sentido. Afinal, ela:

“ é a criadora da cidadania e da civilidade. A 'boa família' é o fundamento do Estado e, principalmente para os republicanos, existe uma continuidade entre o amor, a família, e a pátria, instâncias maternais que se confundem, e o sentimento de humanidade. Daí o interesse crescente do estado pela família: *em primeiro lugar pelas famílias pobres, elo fraco do sistema, e a seguir por todas as outras.*”³⁰

À massa de trabalhadores pobres em constante deslocamento cabia assegurar os preceitos de papéis sociais legitimamente consolidados dentro de padrões morais definidos pelo Estado e pela Igreja.

²⁷ Sobre as mudanças na sociedade, as tentativas de controle e o papel do casamento nos oitocentos, ver: MALUF, Marina & MOTT, Maria Lucia. “Recônditos do mundo feminino” *op.cit.* SAMARA, Eni de Mesquita. “Casamentos e papéis familiares em São Paulo no século XIX”. *op.cit.* p. 17-25.

²⁸ Acerca da interferência do Estado e da Igreja no estabelecimento de normas e práticas voltadas para os indivíduos e a família nesse período cf: CHALHOU, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque.* *op.cit.* ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque.* *op.cit.* SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência - mulheres pobres e ordem urbana. (1890-1920).* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. ZENHA, Celeste. “Casamento e ilegitimidade no cotidiano da justiça”. In: VAINFAS, Ronaldo. *História e sexualidade no Brasil.* Rio de Janeiro: Graal, 1986. Para Belém, destacam-se trabalhos como o de TRINDADE, José Ronaldo. “Ruas de desordem, mulheres fora da ordem: um olhar sobre as relações de gênero e práticas culturais em Belém no final do século XIX e início do XX.” In: ÁLVARES, Luzia Miranda e SANTOS, Eunice. *Desafios de identidade: espaço-tempo de mulher.* Belém: CEJUP, 1997.

²⁹ Sobre as normas de comportamento ditadas pela Igreja à mulher cristã, em Belém cf: BEZERRA NETO, José Maia. “O asilo Lyndo e protetor: Práticas e representações sociais sobre a educação feminina. Belém (1870-1888)”. In: *A mulher existe?*. Belém: CEJUP, 1996.

³⁰ PERROT, Michelle. “Funções da família”. In: PERROT, Michelle. *História da vida privada IV: da revolução francesa à primeira guerra.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.105.(grifo meu)

E, assim, a discussão se remete para o universo das famílias populares para quem se dirigiram muitas das políticas institucionais. No entanto, a preocupação deste trabalho esteve voltada menos para as ações oficiais implementadas e, mais, para a maneira pela qual os grupos populares viveram e reinterpretaram as normas sociais na sua prática cotidiana. Para tanto, teve-se que se conhecer melhor os valores e comportamentos circunscritos ao casamento e ao *viver em comum*, assim como compreender a dinâmica da conjugalidade e das redes de sociabilidade e alianças acionadas por indivíduos e famílias frente às situações de ajuda mútua, tensões e conflitos.

Inicialmente, deve-se destacar que as especificidades da união conjugal dos populares apontam para a maior plasticidade característica desses relacionamentos, em função da própria ausência de patrimônio, que facilitaria o rompimento e os rearranjos familiares. Em torno desse argumento, Samara reflete que em São Paulo, ao longo do século XIX:

“Carinho e amor são aspectos relevantes nos casamentos dos pobres e libertos. Talvez, por isso, se desfizessem com facilidade essas uniões. Os padrões de moralidade eram mais flexíveis e havia pouco a se dividir ou oferecer numa vida simples. Enquanto prevalecesse o estímulo inicial, existiam razões para preservar a união, já que, no plano social, a separação ou um novo concubinato não teriam graves repercussões.”³¹

Essa explicação encontra-se igualmente indicada no trabalho de Dias, que, ao analisar as famílias de mulheres sós, mostra que a instabilidade de uniões sucessivas podia ter como causa a pobreza dessas pessoas e a necessidade de migração masculina em busca de trabalho. Some-se a isso o fato das mulheres se casarem com homens mais velhos, ficando viúvas com mais frequência e refazendo novas uniões e concubinatos.³²

³¹ SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família. op.cit.p.103*. Em sua análise sobre o concubinato no Brasil colonial, Vainfas desenvolve um argumento semelhante ao mostrar que os segmentos pobres deixavam de se casar no Brasil por viverem num mundo instável e precário, sem bens ou ofício, o que os impedia de viver uma vida alicerçada na moral católica e nas tradições familiares portuguesas. VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. op.cit., p.86-87*.

³² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. op.cit. especialmente, p. 31-34*. Kusnezof, ao fazer um balanço sobre as famílias chefiadas por mulheres em São Paulo, estendendo para outras cidades da América Latina, evidencia que essas formas de organização doméstica estavam, muitas vezes, ligadas a uniões consensuais terminadas. O fim da relação poderia ocorrer em função da busca de trabalho em novas áreas por parte do cônjuge e à migração para áreas urbanas ao longo do século XIX. Particularmente na cidade de São Paulo, a proximidade de áreas rurais e urbanas precipitavam a interligação e

Saindo dos estudos sobre a capital paulista e entrando no Rio de Janeiro do século XIX, destaca-se o estudo de Graham sobre as criadas e seus patrões. Ao falar da vida familiar dessas mulheres, a autora ressalta as dificuldades delas reproduzirem os ideais de família e de casamento de seus patrões. Diz a autora sobre as criadas:

“Elas também formavam suas famílias: arranjavam amantes ou maridos, viviam a experiência da gravidez e criavam suas crianças. Às vezes podemos entrevê-las como filhas ou irmãs. Embora desejassem reproduzir os modelos da vida familiar aprovados pela cultura, a pobreza restringia sua capacidade de fazê-lo ou moderava suas razões para tentar. Em vez disso, essas mulheres ajustavam os padrões tradicionais às circunstâncias da pobreza e do serviço doméstico.”³³

Ainda na capital carioca, a investigação de Esteves revela as dificuldades das moças pobres em seguir o ideal de mulher honesta presente na lei e vinculada pela ordem burguesa implantada pelo Estado republicano durante o período da belle époque. A necessidade de trabalhar, as condições materiais, de moradia e a cor eram elementos que impediam essas moças de viver longe do espaço público de forma supostamente recatada, sendo necessário circular na rua para manter sua sobrevivência e, com isso, sujeitar-se aos seus perigos e à publicidade de suas vidas.

Neste ponto, a autora chama atenção para um dado importante voltado para o fato dos comportamentos diferenciados desses segmentos populares não poderem resumir-se às condições de sobrevivência, pois não se deve esquecer que eles são também resultado de certas opções culturais, estratégias e escolhas e, com isso, “refletem, com suas atitudes e concepções de honestidade e honra, indícios de uma “cultura popular””.³⁴

a migração mais acentuada, favorável à organização de grupos domésticos chefiados por mulheres, muitos deles, formados pela desestruturação de uniões consensuais. KUZNESOF, Elizabeth Anne. “Household, family and community studies, 1976-1986: a bibliographic essay”. In: Latin American Population History Newsletter, Fall/1988.

³³ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência. op.cit., p.86.*

³⁴ ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas. op.cit., p.124.* Para Esteves, a noção de cultura baseada nas idéias de Richard Price e Sidney Mintz está associada a um corpo de crenças e valores que formam uma espécie de guia de comportamento para determinados grupos ou classe social. Um corpo constantemente recriado “em função do processo de mudança, interação social e adaptação a novas e variadas situações sociais. A recriação baseia-se no passado, na cultura herdada e nas novas opções e limites impostos.” Os populares criariam uma cultura diferente da ordem burguesa, sem contudo deixar de sofrer influência dos valores dominantes, impondo a eles seus limites a partir de uma prática cotidiana própria. Daí os conflitos e tensões geradas entre os diferentes segmentos sociais na forma de viver e representar seus valores e

Para as mulheres pobres do Desterro/Florianópolis, Joana Pedro arguiu que a necessidade de trabalhar fora de casa, circular na rua, criar estratégias de sobrevivência e, ainda, manter sua independência criava dificuldades para que estas mulheres se encaixassem nas imagens idealizadas de mãe e esposa, o que lhes imprimia a estigmatização e as dificuldades de estabelecer uniões formais.³⁵

Na família baiana do século XIX, Mattoso reafirma o grande percentual de uniões livres entre pessoas das camadas populares, atribuindo a tal recorrência o preço alto para a realização da cerimônia de casamento e o fato de não haver uma reprovação grave em relação a essas uniões consensuais. Com isso, a família consensual chegava a representar 62,7% do total de famílias, em Salvador.³⁶

A propósito das especificidades aqui apontadas em relação ao casamento em meio aos segmentos populares, é importante voltar a ressaltar o fato de que estes também encerram certas proximidades na vivência e na representação de papéis e comportamentos socialmente prestigiados e legitimados. Embora muitos casais estabelecessem uniões consensuais, o casamento legítimo, enquanto uma prática e um valor, podia ser encontrado nesse meio.

Autoras chamaram atenção para esse fato. Lewkowicz, ao investigar a sociedade mineira dos séculos XVIII e XIX, destaca que: “ Mesmo que se aceite que a sociedade mineira tivesse propensão para acomodar situações não legitimadas, pode-se considerar que o ideal era o casamento legítimo.”³⁷ A autora segue afirmando que em: “...

comportamentos. *op.cit.*, p.120. Sobre a vivência das mulheres pobres e, ainda, a dificuldade de seguirem padrões e imagens idealizadas ver também: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. op.cit.* RAGO, Margaret. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991. PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio/ Brasília: Edunb, 1993. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Amblume/FAPESP, 2001, especialmente p.161-177. SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colônia*. São Paulo, Companhia das letras, 1986, especialmente p. 227 -242 TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas: Editora da Universidade de Campinas (UNICAMP), 2004.

³⁵ PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas. op.cit.*

³⁶ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX. op.cit.*, p.149-159.

³⁷ LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. (tese) Doutorado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1992. p.145.

todas as partes, em todas as camadas da sociedade, havia grande interesse pelo casamento.”³⁸

Esteves corrobora essa argumentação, mesmo trabalhando com um período posterior ao de Lewkowicz, circunscrito ao final do século XIX e início do XX. Para a pesquisadora, aqui já citada:

“ não se pode negar que nas atitudes das moças pobres do Rio de Janeiro, descritas nos processos, os valores da ordem moral, ligados ao casamento e à virgindade, não estejam presentes. Para muitas, a realização desses ideais talvez trouxesse ganhos sociais de maior respeitabilidade na vizinhança ou de melhor emprego.”³⁹

Numa linha próxima de argumentação, Sohiet, pesquisando as mulheres pobres e a violência também na capital carioca do mesmo período, concorda com o fato de que muitas das idéias das mulheres dos segmentos dominantes apresentam-se às mulheres populares, entre elas, os valores que giravam em torno do casamento formal. Segundo a autora, elas:

“ Mantinham, por exemplo, a *aspiração ao casamento formal*, sentindo-se inferiorizadas quando não casavam;...o fato é que no seio dos populares o casamento formal não preponderava. Isso se explica não só pelo desinteresse decorrente da ausência de propriedades, mas pelos entraves burocráticos. A dificuldade do homem pobre em assumir o papel de mantenedor, típico das relações burguesas, é outro fator, ao que se soma, em alguns casos, a pretensão de algumas mulheres de garantir sua autonomia.”⁴⁰

Todavia, como ressaltado, embora o casamento legítimo estivesse presente nos valores e na prática desses segmentos sociais, a forma pela qual estes grupos efetivaram suas uniões passava por condições particulares de vivência do casamento, das uniões consensuais e da forma de viver a sua conjugalidade.

Os trabalhos acima arrolados contribuem para a discussão das uniões de pessoas dos segmentos populares, expondo as situações encontradas em diversas localidades brasileiras,

³⁸ LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. *op.cit.*, p.179.

³⁹ ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas*. *op.cit.*, p.124.

⁴⁰ SOHIET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: PRIORI, Mary & BASSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p.367-368. (*grifo meu*)

ao longo do século XIX. Em comum, eles têm a perspectiva de análise que aponta para a especificidade do significado e das formas dessas pessoas viverem o casamento e seus relacionamentos amorosos. De forma sumarizada, algumas questões foram lembradas como responsáveis por essa situação: as condições materiais de sobrevivência; a inexpressividade do patrimônio a dividir; os entraves relativos ao preço do casamento; a maior possibilidade da mulher trabalhadora gerir sua sobrevivência, implicando numa flexibilidade supostamente maior em estabelecer e romper suas uniões; e, por fim, o fato das uniões consensuais fazerem parte do universo das práticas e referências culturais desses segmentos, sendo algo facilmente encontrado no cotidiano do grupo.

Todavia, retomando o argumento inicialmente proposto neste trabalho, verifica-se que, se as situações acima resumidas permitem compreender as especificidades da vivência do casamento e das relações familiares em meio aos populares, isso não implica na ausência do diálogo e da vivência de práticas e valores dominantes. A própria cultura popular se define em função da forma como este diálogo se estabelece, assumindo, resignificando, ignorando ou resistindo aos papéis e valores da cultura hegemônica.

Como lembra Ginzburg ao trabalhar com a idéia de circularidade cultural a partir da obra de Bakhtin, a cultura popular se define em sua oposição à cultura letrada ou oficial das classes dominantes, mantendo uma relação com essa cultura, filtrando-a segundo seus valores e condições de vida.⁴¹ Ao discutir essa idéia o autor argumenta que “é bem mais frutífera a hipótese formulada por Bakhtin de influência recíproca entre as culturas das classes subalternas e a cultura dominante”,⁴² num jogo de circularidade que se move de baixo para cima e de cima para baixo.

Esses pressupostos estão presentes também nos argumentos de Hall ao afirmar que os segmentos populares se definem a partir de uma cultura específica, embora não estática e fechada. Assim, ela seria:

“em qualquer época, as formas e atividades cujas raízes se situam nas condições sociais e materiais de classes específicas; que estiveram incorporadas nas tradições e práticas populares.[...] o essencial em

⁴¹ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Companhia das Letras: São Paulo, 1989. E, ainda, para comentar esses pressupostos, ver: VAINFAS, Ronaldo. *Micro história: os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

⁴² GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. op.cit.*, p.13 e 24.

uma definição de 'cultura popular' são as relações que colocam a 'cultura popular' em uma tensão contínua (de relacionamento, influência e antagonismo) com a cultura dominante.”⁴³

Portanto, costumes e valores que, num período, podem ser indicados como próprios do popular, em outros momentos podem ter sido assimilados de outros grupos, recriados e ganhado novas dimensões. Trata-se, deste modo, de uma definição dinâmica e processual do que vem a ser popular, sempre determinada pela sua relação com a cultura dominante, que, por sua vez, vale sempre ressaltar, também é fluida e capaz de absorver elementos da cultura popular, mesmo que de forma igualmente específica.

Assim, as concepções e práticas oficiais pautadas em uma certa ordem burguesa interferem, incomodam, tentam impor, mas não determinam obrigatoriamente os comportamentos e as formas de pensar dos grupos populares. A necessidade prática desses indivíduos implica na criação de estratégias de sobrevivência que remetem a experiências e valores próprios, que embora possam dialogar e incorporar certos elementos e normas da cultura hegemônica estão em uma tensão constante com a mesma.

E, nesse ponto, cabe introduzir outros elementos de diferenciação além daqueles até aqui discutidos relativos a renda e condição social. Se as ponderações feitas até o momento enfatizaram as distinções e semelhanças presentes em meio ao relacionamento conjugal e às relações familiares dos grupos da elite e dos populares, cabe agora ressaltar que as diferenças também podem ser encontradas no interior destes grupos, impondo fissuras e tensões internas. Portanto, não se deve necessariamente procurar a uniformidade entre os membros de cada um desses segmentos, pois, para além das diferenças de *status*, renda e prestígio, outros marcadores sociais também interferem nos valores e práticas dos sujeitos. Entre eles, aqueles relativos às diferenças de gênero e origem.

Não se deve esquecer que a História Social após os anos 70, com a crítica a modelos rígidos de análise, abriu caminho para a abordagem de novas temáticas, a valorização da investigação interdisciplinar, dos fragmentos da vida cotidiana e da experiência dos indivíduos. Nessa perspectiva de análise, houve a ênfase na diversidade social, bem como na multiplicidade dos significados e práticas culturais. Com isso, cada vez mais os

⁴³ HALL, Stuart. “Notas sobre a desconstrução do ‘popular’ ”. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Brasília: UNESCO, 2003. p. 257.

marcadores de gênero, status social e origem tornaram-se constitutivos das preocupações dos estudos, que, assim, abriram espaço para as diversidades, não apenas entre pessoas de diferentes segmentos sociais, mas também no interior dos mesmos.⁴⁴ As investigações que levam em conta a perspectiva de gênero, por exemplo, asseveram para a dificuldade de se trabalhar o objeto sem tornar visível a forma pela qual a construção das masculinidades e das feminilidades imprime particularidades a esse objeto, revelando situações, ampliando e diversificando o olhar. Da mesma forma, o marcador social de origem dos sujeitos e das famílias que serão aqui destacados foi importante para se pensar trajetórias comuns de deslocamento, bem como referências culturais acionadas.

Ter em mente os diferentes marcadores sociais aqui pontuados sugere a pretensão de dissolver as dicotomias que tendem a resumir a interpretação, mergulhando-se, do contrário, em um olhar que busque a multiplicidade das relações familiares e do casamento, não apenas entre grupos com diferentes condições sociais, mas, igualmente, no interior de cada um deles. Se o estudo do social é antes de tudo a análise do “conjunto das inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação”,⁴⁵ cabe ao historiador a compreensão das condutas individuais e coletivas, enquanto possibilidades que se pode tentar descrever e compreender. E, ainda, enquanto possibilidades, essas condutas remetem a um universo complexo, multiplicado e, por vezes, ambíguo e inesperado; por isso, todo modelo de comportamento e de formas de pensar que se queira sugerir deve levar em conta a sua parcialidade. Deste modo, os diferentes marcadores sociais são instrumentos fundamentais à construção desse olhar multifacetado e sua utilização permitiu dar conta das diferenças na forma de viver e pensar o casamento e as relações familiares em Belém não apenas entre pessoas com diferentes situações sociais, mas também entre homens e mulheres, entre a população local e os migrantes nacionais e estrangeiros.

Cabe por fim assentar que não se tem como afirmar se as tendências gerais encontradas a partir dos dados seriais ou dos casos exemplares que serão apontados ao longo do trabalho dizem necessariamente respeito a situações típicas da conjugalidade e da

⁴⁴ Acerca da importância dessa nova perspectiva da historiografia após a década de 70 para os estudos da família escrava cf. SAMARA, Eni de Mesquita. “A família negra no Brasil: escravos e libertos”. In: Anais do VI Encontro da ABEP. Olinda: ABEP, 1988. p. 38- 58. E ainda, sobre as preocupações dessa historiografia com a incorporação da experiência de outros setores sociais, particularmente as mulheres, cf. MATOS, Maria Izilda de Matos. “Outras Histórias: as mulheres e estudo dos gêneros”. op.cit., p . 83-114.

⁴⁵ REVEL, Jacques. Prefácio à edição francesa de LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

sociabilidade da totalidade dos indivíduos e das famílias que viviam em Belém; no entanto, tem-se a pretensão de, a partir deles, compreender a complexidade dos dramas singulares revisitados, mostrando sua densidade, flexibilidade e riqueza. Da mesma forma, se as interpretações extraídas dos casos narrados não dizem respeito necessariamente à generalidade e à totalidade dos indivíduos e dos grupos que se está estudando, ao menos pode-se dizer que eles remetem a comportamentos e valores singularmente vividos, a experiências particulares que, nem por isso, deixam de ser menos fundamentais para se compreender melhor as relações familiares e o casamento na capital paraense.

1.3. Documentação e uso

Procurando dar conta das temáticas acima sugeridas e da diversidade de grupos e sujeitos com diferentes marcadores sociais de renda, gênero e origem, foram consultados diferentes corpos documentais.

Destaca-se, primeiramente, o uso dos registros de casamento existentes nos livros da Arquidiocese de Belém, que num primeiro momento aproximou o olhar sobre o universo mais amplo das famílias.⁴⁶ Como observa Nadalin sobre o uso dessa documentação: “Trata-se, fundamentalmente, de utilizar as séries de dados obtidas das atas de matrimônios como indicadores de determinadas relações sociais e padrões culturais.”⁴⁷ O trabalho com essa fonte foi fundamental para o conhecimento de padrões de alianças estabelecidas e da idade ao casar de homens e mulheres, além de contribuir para a discussão sobre a legitimidade/ilegitimidade encontrada entre as famílias dos nubentes que procuraram o matrimônio.

O Arquivo da Arquidiocese de Belém agrega a documentação das quatro paróquias responsáveis pelos assentamentos matrimoniais de Belém à época, as quais se confundiam

⁴⁶ É sempre bom lembrar que a existência de documentos paroquiais resultou em grande parte da importância dada pela Igreja católica, após o Concílio de Trento, no século XVI, ao registro dos fatos da vida cotidiana e familiar atualizados nos livros de batismo, casamento e óbito, possibilitando a formação de uma vasta documentação, que se mostrou fundamental às análises voltadas para a História da Família e muito utilizada pela Demografia Histórica. Como nos lembra Nadalin, a Demografia Histórica realiza adaptações e criações metodológicas “para dar conta de uma documentação que não foi produzida para ser explorada de forma demográfica.” NADALIN, Sérgio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2004. p.71.

⁴⁷ *Idem, ibidem*. p.86.

com a organização administrativa e distrital da cidade: Paróquia da Sé, Sant'Anna da Campina, Trindade e Nossa Senhora de Nazareth do Desterro.⁴⁸

Para efeito desse trabalho, alguns cortes metodológicos tiveram que ser realizados no que se refere à consulta desses registros. No que diz respeito às paróquias, foram trabalhados os livros da Sé e de Nossa Senhora de Nazareth.⁴⁹

A decisão primeiramente pela paróquia da Sé, justificou-se em função da sua antiguidade, o que possibilitou ter acesso aos livros de casamento correspondentes aos anos iniciais da pesquisa, que compreendem a década de 1870, ausente em outras paróquias. Por outro lado, poderia contrapor o perfil dos moradores e do casamento nessa área de urbanização inicial e mais antiga da cidade, com as áreas de ocupação mais recente. Daí a opção pela segunda paróquia, Nazaré, visto ser uma das mais novas quando comparada à Sé e à Campina, compreendendo áreas de mais hodierna expansão e ocupação do espaço urbano.

Um segundo corte metodológico foi feito no que diz respeito aos anos consultados, sendo privilegiado o primeiro de cada uma das décadas abrangidas pelo trabalho, ficando dessa forma discriminados: 1870, 1880, 1890, 1900, 1910, 1920.⁵⁰ Mais uma vez, a opção teve que ser feita em função do tempo, pois somente com esses anos mais de 1.317 registros foram levantados⁵¹. Por outro lado, ao verificar um ano de cada década, poderia observar possíveis mudanças e permanências em relação ao perfil do matrimônio, o que se mostrou possível, como se verá ao longo do trabalho.

⁴⁸ O conjunto de livros de batismo e de casamento, das diversas paróquias da cidade, encontra-se atualmente concentrado no AAB. Eles estão separados por igreja e seguem uma seqüência numérica.

⁴⁹ Esta escolha se deu, em primeiro lugar, por uma questão prática relativa ao tempo extenso que seria necessário para levantar a totalidade dos registros das 04 (quatro) paróquias. Caberia, pois, fazer a opção entre elas.

⁵⁰ Os livros da Paróquia da Sé encontravam-se completos, apresentando registros das décadas de 1870 a 1920. Os da Paróquia de Nazaré, entretanto, estavam incompletos, iniciando-se no 2º semestre do ano de 1883. Com isso, trabalhou-se com os registros relativos ao: 2º semestre de 1883/ 1º semestre de 1884 e anos de 1890, 1910 e 1920.

⁵¹ Juntem-se a esses números os 11.201 (onze mil, duzentos e um) registros de batismo da paróquia da Sé e de Nazaré que foram consultados para dar base à análise sobre os índices de legitimidade nessas paróquias, conforme se verá no cap. I da parte II deste trabalho.

QUADRO I: REGISTROS DE CASAMENTO	
PARÓQUIA	QUANTIDADE
SÉ	517
NAZARÉ	800

Banco de dados da pesquisa: Registros de casamento do Arquivo da Arquidiocese de Belém. Paróquias da Sé e de Nazaré (1870;1880;1890;1900;1910;1920).

O segundo grupo de fontes usado foi formado pelos autos inventariados do ATJEPA. A partir desses autos o recorte da renda pôde ser mais especificado, pois, embora os inventários não se remetam apenas a pessoas da elite, tornaram-se a principal fonte para se chegar até elas.

Vale lembrar a importância das fontes cartorárias e, mais particularmente, dos inventários e testamentos para a produção historiográfica a partir da década de 70, levantada por Samara. Para a autora, com essa documentação, novas possibilidades temáticas foram abertas, além do acesso às práticas e valores cotidianos, recriados a partir de relatos e testemunhos de homens e mulheres de diferente *status* sociais, naturalidade e etnia.⁵² Da mesma forma, Faria lembra que a partir de inventários e testamentos, pode-se penetrar no universo dos sentimentos e das relações familiares, destacando transformações nos padrões de comportamento e de representação.⁵³

Os autos de inventários foram consultados seguindo a priorização de alguns dados. Assim, organizou-se uma ficha onde foram sumarizadas as informações relativas a: a) identificação do processo: localização, data de início e de término. Em relação a esta última data, considerava-se o dia em que a partilha era discriminada nos respectivos quinhões; b) identificação do inventariado: nome, local em que nasceu e faleceu, idade, condição conjugal, atividade, nome dos pais e do cônjuge; c) dados relativos aos herdeiros: nome, idade, condição conjugal e nome dos cônjuges, quando houvesse, filhos perfilhados; d) os bens do inventariado: discriminação do tipo de bem, localização e valor. Nos autos em que havia testamentos, realizava-se a leitura voltada para a obtenção dos dados acima arrolados.

⁵² SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Testamentos e Inventários: Fontes documentais para a história social e econômica de São Paulo séculos XVIII-XIX*. São Paulo: CEDHAL, 2000.

⁵³ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 224-228.

A pesquisa desta fonte foi essencial à caracterização das famílias da elite proprietária, particularmente no que diz respeito à configuração da renda e do patrimônio, à transmissão da herança e aos contratos de dotação com as estratégias de manutenção e fortalecimento do patrimônio familiar que eles encerram. Os autos inventariais possibilitaram, igualmente, à compreensão das alianças matrimoniais e de negócios efetivados pelos indivíduos inventariados e por seus herdeiros; os casamentos de primeira e segunda núpcias; a presença de uniões ilegítimas e reconhecimento de paternidade.

Diferentemente dos inventários, os arrolamentos de bens trazem uma marca específica e fundamental à pesquisa, pois em sua maioria, são abertos pelas famílias de baixa renda, que possuem pequenos bens a serem descritos, como a casa de morada, uma pequena quantia em dinheiro ou um terreno. Segundo o Decreto Estadual de 1905, poderiam ser dispensados das formalidades do inventário as pessoas que tivessem bens cujo valor fosse de pequena monta, e que as custas do processo correspondessem ao quinhão de um herdeiro.⁵⁴

O quadro abaixo discrimina a relação dos inventários e arrolamentos organizados por década:

QUADRO II- AUTOS DE INVENTÁRIOS E ARROLAMENTOS	
DÉCADAS	QUANTIDADE
1870	101
1880	112
1890	222
1900	221
1910	286
Total:	942

Banco de dados da Pesquisa: Autos de Inventário do cartório Odon Rhossard. Arquivo. (ATJEP- 1870-1920)

⁵⁴DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. Sábado, 24 de junho de 1905, Ano XV- 17º da República. Nº 4061 DECRETO N º1380 (do regulamento processual civil e commercial).

Os processos criminais, por sua vez, constituíram-se no terceiro grupo de fontes adotado, apresentando-se fundamentais para a penetração no universo dos indivíduos e famílias, especialmente, mas não exclusivamente, dos grupos populares.

A importância do uso dessa fonte foi descrita em inúmeros trabalhos, dentre eles destaca-se o estudo de Lara sobre a violência e a escravidão no Rio de Janeiro colonial, na região dos Campos dos Goitacases. Segundo a autora, embora haja a recorrência de fontes que representam a fala do poder metropolitano ou colonial, há uma forma de chegar à fala do escravo “ainda que filtrada pela pena do escrivão: são os processos criminais e autos de inquirição de escravos fugidos. Uma documentação que, à revelia dos objetivos pelos quais foi produzida, traz até nós o cotidiano colonial.”⁵⁵

Também para Bacellar, os processos criminais e cíveis são:

“...são fontes igualmente abundantes e dão voz a todos os segmentos sociais, do escravo ao senhor. (...) A convocação de testemunhas, sobretudo nos casos de crimes de morte, de agressões físicas e de devassas, permite recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim, os pequenos atos cotidianos das populações do passado.”⁵⁶

Se, de um lado, o caráter conflituoso e fragmentado dos processos coloca certos limites e preocupações em relação ao discurso ritual neles contido, de outro, essa fonte é importante para conhecer o universo das práticas e representações das pessoas que protagonizam esses conflitos.

Assim, Chalhoub, ao analisar padrões de comportamento de homens e mulheres das classes trabalhadoras no que diz respeito à relação amorosa, a partir dos processos penais de homicídios passionais, mostra de que forma os agentes jurídicos tentavam enquadrar esses personagens a normas e comportamentos ideais referentes à ordem burguesa emergente no Rio de Janeiro, em fins do século XIX e início do XX. Os papéis sexuais foram definidos no campo da medicina e do direito; no entanto, a classe trabalhadora, frente a sua condição material de vida e a sua própria maneira de agir e pensar, dialoga com essas

⁵⁵ LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Paz e terra: Rio de Janeiro, 1988. p.24.

⁵⁶ BACELLAR, Carlos. ‘Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos’. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.37.

referências modelares, sofre a interferência delas, mas as vivencia a partir de parâmetros específicos e distintos. Assim, o autor adverte:

“De qualquer forma, e além de qualquer possibilidade de construir modelos rígidos e únicos de comportamento amoroso, os sinais longínquos emitidos por esses homens e mulheres são ambíguos e contraditórios. Mas estes sinais chegam a nós, apesar de todo esforço dos agentes jurídicos em enquadrá-los e, assim, silenciá-los. Aguçando os ouvidos, podemos escutar as vozes esganiçadas se infiltrando pelas entrelinhas do processo.”⁵⁷

Portanto, a partir dessa fonte foi possível se chegar ao cotidiano dos sujeitos no espaço da cidade, às diversas formas de moradia e arranjos domiciliares, às redes de vizinhança e parentesco. Ao remeter a situações de conflito, eles possibilitaram também conhecer as tensões e fissuras internas dos grupos familiares na vivência de sua sociabilidade. Da mesma forma, através dos processos criminais se teve acesso à trajetória dos envoltimentos amorosos e da experiência da conjugalidade das pessoas dos segmentos populares.

Foram analisados processos criminais do I, II, III e IV Distrito, além da 4ª Vara Criminal. Os processos catalogados inserem-se nos “crime contra a família”, subsérie bigamia; “crimes contra a pessoa”, sub série: homicídio; homicídio culposo; lesão corporal com ferimentos graves; lesão corporal com ferimentos leves.

Trabalhou-se igualmente, de forma complementar, com matérias de jornais, revistas, censos e relatórios oficiais, usados preferencialmente nas discussões sobre o espaço, os serviços da cidade e a população. Essa documentação foi também importante na complementação de informações sobre alguns dos personagens e histórias que foram aqui narradas, além de auxiliar na melhor compreensão de tendências de comportamentos e valores encontrados, a partir de comentários e situações ficcionais. Os contos e as crônicas acionados foram usados tendo em conta a perspectiva trabalhada por Burguière, quando afirma que:

⁵⁷ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. op.cit., p.164.*

“ as situações fictícias não refletem situações reais, mas apenas o significado que lhes atribuem os atores sociais. Elas representam as condições morais, os conflitos psicológicos com os quais os seres humanos são confrontados, propondo uma resolução imaginária”.⁵⁸

Por fim, cabe destacar as listagens de pedidos de passaportes consultadas no Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, em Lisboa, onde foi possível encontrar dados que ajudaram a construir o perfil do imigrante português que, como se verá, constituiu-se na maior migração estrangeira para o Pará. Investigou-se também, com essa documentação, se esses imigrantes vinham sozinhos ou acompanhados pela família e, ainda, os motivos que levavam à realização do deslocamento. Em alguns pedidos, foram anexadas cartas trocadas entre os cônjuges, que auxiliaram na complementação das informações acima e na descrição das práticas domésticas que norteavam a decisão de migrar.

Pelo conjunto das fontes trabalhadas, percebe-se que a proposta de trabalho buscou assento em um conhecimento que procurou cruzar experiências e trajetórias pessoais, com dados seriais e quantitativos que apontam para tendências mais gerais de comportamento, além de dar conta de relacionamentos conjugais e familiares de diferentes segmentos sociais.

A busca pelo influxo dessas fontes mostrou-se importante pela possibilidade de construir-se, de maneira multifacetada, a experiência dos indivíduos e das famílias, redimensionando o olhar pautado, de um lado, em indicadores mais gerais e, de outro, em acontecimentos particulares vividos e narrados, numa complementaridade que tem a pretensão de inferir de forma mais complexa o objeto de estudo tratado.⁵⁹

No próximo capítulo, conhecer-se-ão com mais detalhe as características da economia da borracha, seus modos de produção e crise de exportação. Do mesmo modo,

⁵⁸ BURGUIÈRE, André. *História da Família: o choque das modernidades. op.cit., p.119.*

⁵⁹ Revel, embora destaque a importância da análise voltada para o grupo restrito, ou para o indivíduo, indica que tanto a versão macro quanto micro são “verdadeiras”. REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escala: a experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.32. Isto faz pensar que elas podem ser abordadas de forma complementar sem prejuízo da análise, trazendo elementos de diferentes contextos e dando uma complexidade maior à investigação.

serão demarcados os grupos sociais que vão se re-configurar e fortalecer neste período de incremento da economia, responsável pela alteração do perfil patrimonial das famílias.

CAPÍTULO II – BORRACHA: PRODUÇÃO, RIQUEZA E FAMÍLIAS

O período que compreendeu os anos de 1870 a 1920 foi marcado pela acentuação das mudanças que já vinham ocorrendo na economia da capital paraense desde o início da segunda metade do século XIX. A intensificação e a diversificação do comércio estiveram diretamente associadas a essas mudanças. As relações sociais foram redefinidas a partir da formação, consolidação e rearranjo dos grupos sociais. Famílias de proprietários de terra enraizados na província ainda no período colonial tiveram que flexibilizar suas atividades para fazer frente às novas demandas do mercado e aos indivíduos recém-chegados, sem tradição, mas com fortunas centradas no negócio da borracha ou às atividades incrementadas a partir da expansão gomífera. Com o estabelecimento de novos signos de riqueza, as famílias da elite local, cujo patrimônio e prestígio estavam pautados preferencialmente na propriedade de engenhos, criação de gado, ocupação de cargos administrativos, funções militares e, por vezes, firmas comerciais, tiveram de restabelecer seus investimentos em novas bases, iniciando e/ou associando-se aos novos negócios e grupos de comerciantes. Seringais, casas de aviação, firmas comerciais, ações e imóveis urbanos passaram a estar cada vez mais presentes nos legados das famílias da elite, redimensionando o perfil de suas fortunas.

As mudanças econômicas alteraram não apenas a configuração da riqueza das famílias proprietárias, mas também os arranjos e alianças de casamento que essas passaram a estabelecer, incorporando pessoas ligadas ao novo grupo da elite mercantil surgido a partir da economia da borracha.

Em particular, nesse capítulo, serão analisados: o período que antecede a exploração gomífera, os modelos de produção da borracha, os grupos sociais nela envolvidos e a crise que gerou o seu arrefecimento. Mais do que compreender a dinâmica da economia desse período, estas questões procuram perceber de que forma a diversificação, a intensificação e a liquidez econômica, na qual a exploração da borracha teve um papel fundamental, possibilitaram mudanças nas relações familiares, no perfil das atividades e dos negócios.

Para se entender melhor o significado desse novo contexto econômico na reconfiguração da riqueza das famílias proprietárias tradicionais, cabe mostrar a trajetória dos

Pombo, cuja história patrimonial pode ser construída a partir dos inventários de várias gerações de seus membros.

Advinda do Reino da Galizia, essa família de fidalgos, com a nomeação de *Henriques*, chegou ao Grão-Pará na segunda metade do século XVIII. Um dos seus primeiros nomes, Joaquim Clemente da Silva Pombo, foi ouvidor da Comarca do Pará, entre 1810-1817. Era pecuarista e proprietário de terras das Ilhas Mexianas, localizadas no Arquipélago do Marajó. Estas terras foram posteriormente herdadas por seu filho, Ambrósio, agraciado com o título de Barão de Jaguarari, em 1830. Esta alcunha tem origem no engenho homônimo de propriedade da família, localizado nas proximidades de Belém, mais especificamente no baixo Tocantins.⁶⁰

A base de sua fortuna estava centrada na propriedade de terras, engenhos e fazendas de criação de gado com uso da mão de obra escrava, como era comum às famílias proprietárias da primeira metade do século XIX.⁶¹

No entanto, este quadro começa a ser alterado a partir da segunda metade daquele século. Descendente da família Pombo, João Florêncio Henrique da Silva Pombo herda as terras das Ilhas Mexianas e, em seu inventário no ano de 1865, juntamente com cerca de 30 escravos, vários animais, casas e terrenos em Belém, declara a presença de seringais em seus domínios, os quais correspondiam a quase 9% do valor total de seus bens.⁶²

Quando da morte de sua mulher, Maria Emilia de Mancada Pombo, 13 (treze) anos depois, em 1888, os seringais já correspondiam a 18% dos bens de herança, tendo desta forma multiplicado o valor em relação às demais posses da família.⁶³ No inventário do filho do casal, em 1893, o tenente-coronel Ambrósio Henriques da Silva Pombo, o valor das terras da Ilha Mexiana contendo as estradas de seringueiras equivalia a 40% do patrimônio inventariado. Por sua vez, as antigas casas, terrenos e ações não só continuavam fazendo parte do legado da família, como a elas foram somados novos imóveis e valores mobiliários, do que se depreende que não foram estes bens que perderam seu valor

⁶⁰ MEIRA FILHO, Augusto. "A capela do senhor dos passos" In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, v.º XVI e XVII. Pará: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1969/1970. p 141-155.

⁶¹ Bezerra Neto, ao fazer referência às tradicionais famílias de grandes proprietários no Marajó, observa que elas continuavam, em 1872, "dedicando-se à criação de gado *vaccum*, não se envolvendo no extrativismo da borracha, que parecia tornar-se opção cada vez mais forte para os fazendeiros menos afortunados." BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará*. Belém: Pakatatu, 2001. p. 79.

⁶² Inventário João Florêncio Henrique da Silva Pombo. Caixa: 1865-1866. Ano 1866. ATJEP.A.

⁶³ Inventário Maria Emilia M. Pombo. Caixa: 1890. Ano 1890. ATJEP.A.

agregado, mas a presença e a extração de seringais nas fazendas da Ilha Mexiana que elevaram o preço e a rentabilidade dessas terras.⁶⁴

Este fato demonstra como, gradativamente, a borracha vai ganhando espaço nos negócios da família *Pombo*, que, concomitantemente a esta atividade, continuava investindo na criação de gado como tradicionalmente o fazia, sendo ainda uma referência nesse negócio na região. Basta citar que, em 1894, dentre os 05 (cinco) fazendeiros que receberam prêmios do governo estadual por terem importado gado da Europa e América do Norte para incrementar a indústria pastoril no Pará, estava o nome de Floripes Chermont de Miranda Pombo, viúva do tenente-coronel Ambrósio Henriques da Silva Pombo, acima referido.⁶⁵

O exemplo dos *Pombo* evidencia o crescimento do valor agregado dos seringais no patrimônio das famílias da elite local, particularmente a partir da década de 1870, quando a borracha cresce em prestígio e legitimidade em função do aumento do volume de negócios e da entrada de importantes firmas estrangeiras no seu comércio.

Pouco a pouco, as famílias tradicionais de criadores de gado do Marajó e proprietários de engenhos de diversas regiões paraenses vão combinar essas atividades com a extração de seringa em seus domínios e a participação em firmas comerciais, disputando e/ou aliando-se com os novos grupos de comerciantes, em grande parte formados por migrantes recém-chegados à capital.

A trajetória da família Pombo auxilia no entendimento da forma pela qual as mudanças no cenário econômico influenciaram diretamente a configuração da riqueza e do patrimônio de linhagens tradicionais paraenses. Na terceira parte da tese esta questão será retomada observando não apenas a transformação no perfil da riqueza, mas também os enlaces matrimoniais formados e as alianças com a elite mercantil fortalecida pela liquidez da economia. Por ora, a família Pombo serviu como caso exemplar para destacar a direção tomada pelo patrimônio de um grupo proprietário rural e criador de gado, e a forma pela qual as estratégias de negócio e investimento foram influenciadas pela dinâmica econômica.

⁶⁴ Inventário Ambrósio Henriques da Silva Pombo. Maço 04. Ano 1893. ATJEPA.

⁶⁵ PARÁ – Secretaria do Governo, Manoel Baena. Relatório apresentado ao governador do Estado do Pará em fevereiro de 1895. Pará: Typ. do Diário Oficial, 1895. p. 95-97.

2.1. Belém: sociedade e economia antes do período da borracha

Para que se tenha dimensão das mudanças e permanências geradas pelo comércio da borracha, é necessário que se conheça um pouco mais sobre a economia de Belém, a dinâmica da cidade e de seus grupos sociais ainda na primeira metade do século XIX, para que se possa compreender o significado e a extensão das alterações até aqui sugeridas.

Inicialmente, é importante que se ressalte que a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará foi fundada no século XVII e, desde o ano de 1751, era capital e residência do Governador e Capitão Geral do Estado do Maranhão e Grão-Pará.⁶⁶

Naquele século, o espaço urbano estava dividido administrativamente em duas áreas: a freguesia da Sé, que compreendia o bairro da *Cidade*, onde se concentraram as primeiras ruas, edificações religiosas e administrativas de Belém; a freguesia de Sant'Ana, na qual encontrava-se o bairro da *Campina*.

Já no século XIX, instalava-se a freguesia da Santíssima Trindade e consolidavam-se as estradas, ruas e travessas surgidas a partir do arraial de Nazareth, formando a freguesia de mesmo nome. Esses espaços situavam-se na primeira légua patrimonial de Belém, concedida ainda no ano de 1627 à comarca municipal da cidade, por carta de doação e sesmaria.⁶⁷

Durante a década de 1860, que precede o grande crescimento do comércio da borracha, Belém contava com 30.000 (trinta mil) almas em sua área urbana. O número de casas térreas girava em torno de 3.425 (três mil, quatrocentos e vinte e cinco), às quais somavam-se 400 (quatrocentos) sobrados e 25 (vinte e cinco) edifícios públicos.⁶⁸ No período de consolidação da produção gomífera, o número de domicílios e prédios da cidade cresceu dos cerca de 4.000 (quatro mil) acima citados, para 69.050 (sessenta e nove mil e

⁶⁶ CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. v.º 01. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. p.243. Os governos do Maranhão e Pará separaram-se na década de 70, do século XVIII, ficando ainda atrelada a esta última província, a comarca do Rio Negro.

⁶⁷ Essa légua inicial foi por diversas vezes remarcada, inclusive quando do registro de terras em 1850. Após esta concessão, o município adquiriu duas novas léguas nos anos de 1899 e 1900, referentes aos lotes urbanos da vila do Pinheiro e ao distrito de Mosqueiro, respectivamente. MUNIZ, João de Palma. *Patrimônios dos conselhos municipais do Estado do Pará*. Paris/Lisboa: Allaus & Cia, 1904. p 99-106.

⁶⁸ PARÁ – RPP, Joaquim Raimundo Lamare. Relatório apresentado à assembléia legislativa provincial em 15. 08. 1867. Pará: Typ.de Frederico Rhossard. p.10

cinquenta), o que representa um aumento de cerca de vinte vezes no patrimônio edificado da cidade.⁶⁹

Na primeira metade do século XIX, Belém era capital de um estado que tinha como base econômica a atividade comercial, a criação de gado *vaccum*, a cultura de gêneros alimentícios, bem como olarias, engenhos de pilar arroz e fabricação de açúcar, mel e aguardente. Contava ainda com fábricas de farinha e uma de chocolate.⁷⁰

Donos de fazendas de gado da Ilha do Marajó, altos funcionários e militares do Império, proprietários de engenho de açúcar e arroz compunham a elite local formada por famílias como a de Ambrósio Pombo. Grande número dessas famílias residia na capital, ou nela possuía casas. Mesmo alguns engenhos chegavam a localizar-se em Belém e seus arredores, às margens dos rios que circundam a cidade.

Boa parte dessas propriedades foi implantada na primeira metade do século XVIII, a partir dos títulos de sesmarias e cartas de datas concedidas pela coroa aos seus súditos, que nelas deveriam cultivar produtos de lavoura comercializáveis.

A mão-de-obra escrava, indígena e africana constituía a base dos trabalhadores da província. O contingente de cativos africanos no núcleo urbano de Belém, e em seu entorno, era bastante expressivo, chegando a representar 35% da população, no final da segunda metade do século XVIII. A eles somavam-se os habitantes brancos, que representavam cerca de 52% dos moradores e, finalmente, os pobres livres, pretos, índios e mestiços, que perfaziam um total de 13% dos indivíduos.⁷¹

A população escrava cresceu ainda mais na primeira metade do século XIX, chegando a corresponder a 45,2% da população de Belém. Segundo Bezerra, quando do processo de independência, os cativos da capital, somados aos homens pretos, índios e mestiços livres, representavam mais da metade dos habitantes, ultrapassando o contingente de indivíduos brancos.⁷²

Este quadro vai ser alterado ao longo da segunda metade do século XIX, quando se tem a diminuição do número de escravos. Essa queda é associada ao crescimento demográfico da população livre e ao aumento da migração de portugueses, madeirenses,

⁶⁹ RECENSEAMENTO DO BRAZIL. V.º 4, Parte 6º. Estatística Predial e Domiciliar do Brazil. Rio de Janeiro: Typ. de Estatística, 1930. p. XVI.

⁷⁰ *Idem, ibidem. p.10*

⁷¹ BEZERRA NETO, José. Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará. op.cit., p 59.*

⁷² *Idem, ibidem. p. 59.*

alemães e, posteriormente, de nordestinos, para a capital da província. A esses fatores devem ser acrescentadas as recorrentes fugas, o aumento do número de libertos e a venda de escravos para outras províncias. Quando da abolição do trabalho escravo em 1888, Belém possuía o contingente de 5% de cativos.⁷³

Do ponto de vista da economia, o início do século XIX foi marcado pelo crescimento do comércio da capital. Nesse momento, o Pará e o Maranhão ocupavam o quarto lugar dentre as capitânicas exportadoras brasileiras, nos anos de 1804 a 1807. As trocas eram intensas entre homens de letra e comércio de várias localidades, bem como entre a população de livres pobres, libertos e escravos.⁷⁴

O cacau extraído das matas constituía-se no principal item de exportação da capitania. Os produtos da lavoura e da pecuária também se mantiveram presentes na pauta de exportação, chegando mesmo a sobrepujar o cacau, que já começava a entrar em declínio, após a primeira década daquele século.

É curioso que, cem anos depois, na virada do século XX, a atividade extrativa voltasse a ser a fornecedora do principal item de exportação do Pará e da região Amazônica, agora não mais com o cacau, mas sim, com a borracha.

Foi no final da década de 1870 que a produção da goma elástica consolidou-se. Sua exportação chegou a representar 10% do comércio exterior do Brasil, no ano de 1885, elevando-se para 24% na virada do século.

Em nível regional, a borracha já acentuava sua supremacia no mercado desde o ano de 1850. A flutuação de sua cotação foi marcada pela alta de 1860, seguida de queda em 1870, para finalmente firmar-se no final daquela década, embora sempre acompanhada por anos de maior ou menor cotação.

Juntamente com a borracha, outros produtos mantinham-se na pauta de exportação, embora em volume menor de arrecadação de renda. Dentre eles, o cacau, que ainda permanecia, a castanha e o couro. O açúcar, por sua vez, tinha pouca expressão neste

⁷³ BEZERRA NETO, José. Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará. op.cit., p.67.*

⁷⁴ RICCI, Magda. “O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo Império (1808-1840)” In: DEL PRIORI, Mary & GOMES, Flávio. *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e história.* Rio de Janeiro:Campus, 2003. p.169-170.

momento, o que deixa claro o declínio da produção dos engenhos, anteriormente tão importante na economia local.⁷⁵

Além do comércio exterior, a província também mantinha a venda de produtos, como farinha e tabaco, para algumas capitais brasileiras, com destaque para o Amazonas, o Maranhão e o Rio de Janeiro.

Analisando a idéia existente à época e corroborada pela historiografia tradicional de que teria ocorrido uma suposta decadência da agricultura na província em função do crescimento do extrativismo da borracha, Batista mostra que essa argumentação não se sustenta com base nos dados. Segundo ela, produtos como cacau, arroz com casca, açúcar e algodão teriam tido uma produção crescente, portanto:

“Durante os momentos iniciais do crescimento da produção da borracha, a agricultura e a subsistência do Grão-Pará não estavam tão ameaçadas, quanto sugere a maior parte dos discursos oficiais e da historiografia tradicional. Antes, era justamente essa associação de atividades, que permitia não somente a província garantir a sua existência e sobrevivência material, como também, mesmo durante o início do grande crescimento da borracha, apresentar uma certa diversidade de gêneros exportados com volumes significativos.”⁷⁶

Belém constituía-se num porto privilegiado por sua posição geográfica, servindo de entreposto aos navios que chegavam ou saíam da região Amazônica, transportando mercadorias e pessoas. Durante muito tempo, a borracha produzida no Amazonas e no Acre, saía do Brasil pelas águas do porto belenense. Mesmo após a diminuição da produção da borracha em terras paraenses, a capital continuou com um volume alto de negócios em seu porto, particularmente em função das partidas de borracha advindas do Acre.

Quando da queda definitiva dos preços da goma elástica e a longa crise gerada após o ano de 1910, o comércio dos produtos agrícolas e da extração da castanha asseguraram a

⁷⁵ Ciro Flamarion Cardoso, em sua análise sobre a economia paraense, observa que já no ano de 1816, a capitania possuía apenas 11 engenhos de produção de açúcar, contra os 17 engenhos reais do século anterior. A falta de capital, a dificuldade de importar maquinaria, a precariedade do sistema de frete para levar o produto para o porto e, finalmente, a alta tributação que incidia sobre o açúcar eram, na opinião do autor, os motivos da pouca produção de açúcar na capitania. Esse fato fez com que aumentasse o número de engenhocas que fabricavam aguardente, cuja produção ensejava menor custo e possuía grande demanda. Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas. Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p.126

⁷⁶ BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c. 1870*. (Dissertação) Mestrado em História Social. Rio de Janeiro:UFRJ, 2004. p. 104.

renda da província, embora em menor escala do que a goma elástica garantira nos tempos de expansão. Como bem assinalou o secretário da fazenda provincial em 1911, José Antonio Picanço Diniz, “a borracha deve merecer-nos verdadeiro carinho, pois que nella repousa a nossa fortuna, o nosso bem estar.”⁷⁷

Alguns anos antes, nos idos de 1892, José Veríssimo, ao escrever sobre a economia da Amazônia, mais particularmente sobre os estados do Pará e do Amazonas, afirmava que: “9/10 da renda dessas províncias vinha da borracha” e, já naquele momento de apogeu, alertava: “esta singular situação da borracha, dominando com tanta preeminência um mercado que nella baseia todas as suas operações e especulações, entre por muito na produção das crises periódicas do comércio amazônico.”⁷⁸

Dada a importância da borracha para a economia e a sociedade do período de que se está tratando neste trabalho, é interessante conhecer melhor a dinâmica e as características do seu modelo de produção; a formação e rearranjo dos grupos sociais nela envolvidos direta ou indiretamente, sejam aqueles pertencentes à elite, sejam as massas de população que migraram incentivadas pelo desenvolvimento deste comércio; e, finalmente, destacar os efeitos dessa produção para a economia da região, e a sua incipiente industrialização.

A compreensão das questões acima permite o melhor entendimento não apenas da economia do momento estudado, mas também da forma como essa economia vai concorrer para as mudanças do espaço urbano; o deslocamento da população; a formação e reordenação de relações familiares e arranjos matrimoniais; as estratégias de sobrevivência e moradia que minimizam as incertezas do cotidiano e fortalecem identidades, como será mostrado ao longo de toda a tese.

Homens e mulheres, solteiros, casados, sozinhos, chefes de famílias extensas, casais com e sem filhos, de Belém, do interior da província, do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Portugal e Espanha, com posse ou sem propriedade e renda. É a trajetória dessas pessoas e famílias que aqui residiam, ou em algum momento se deslocaram para essa capital, que nos interessa mais diretamente. Uma trajetória marcada pela dinâmica da economia da borracha. Uma produção econômica possível pela experiência cotidiana de famílias da elite,

⁷⁷ PARÁ – Relatório apresentado ao governador do Estado do Pará, Dr. João Antonio Luiz Coelho, pelo secretário da Fazenda, Dr. José Antonio Picanço Diniz, relativo ao ano de 1911. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1912. p. 03-08.

⁷⁸ VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.[1892]. p.175-176.

como os *Pombo*, e de famílias populares, com linhagens menos conhecidas, mas que também deixaram fragmentos de suas histórias para serem percorridas.

2.2. Produção familiar e consolidação da elite mercantil

O período inicial da extração da goma elástica, com as suas características específicas, anterior à década de 70, é pouco explorado pelos autores que abordaram a economia da borracha. Em certa medida, este fato está associado à visão de ciclo que subjazia a essas interpretações que, ao privilegiarem o apogeu do produto propulsor do ciclo, não enfatizaram a sua formação.⁷⁹

Desta forma, o antropólogo João Pacheco de Oliveira se detém sobre as características desse período inicial, classificado por ele de modelo caboclo do seringal, assinalando algumas de suas características. Dentre elas, destaca: a extração baseada na mão-de-obra dos indígenas, mamelucos e caboclos que residiam na região; a despreocupação com a posse legal do terreno; a combinação da atividade de extração do látex, com a atividade de lavoura de produtos necessários à alimentação do seringueiro, que, dessa forma, não ficava dependente do fornecimento dos comerciantes; a concentração das áreas de extração da borracha, na chamada região das Ilhas.

As Ilhas correspondiam às terras relativamente próximas a Belém e seus distritos, que compreendiam os rios Jari, Capim, Guamá, Acará, Moju e Xingu, seguido do arquipélago do Marajó.⁸⁰ (Ver mapa I p.57)

O modelo caboclo de seringal caracterizava-se também pela presença da família do seringueiro nas áreas exploradas. Segundo Oliveira, a “menor unidade produtiva não era constituída pelo extrator isolado, mas sim pelo extrator e sua família”.⁸¹ Com isso, nessas áreas de posse tradicionais, havia maior flexibilidade e possibilidade de realização de atividades combinadas de lavoura e extração, por parte dos nativos.

⁷⁹ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX”. *Encontros com a Civilização Brasileira*. nº 11, maio, 1979. p.102.

⁸⁰ VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. op.cit. p.176. REIS, Arthur César Ferreira. *O seringal e o seringueiro: documentário da vida rural*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1953. p. 57.

⁸¹ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX”. op. cit., p. 124-125.

Arthur César Ferreira Reis, em seu trabalho clássico sobre *o seringal e o seringueiro*, escrito nos idos da década de 50, confirma o argumento de Oliveira quando observa que, quando houve o: “início do *rush* da borracha, a mulher existiu. A família era a família do caboclo que ali havia nascido e ali havia constituído e permanecido... Nela, a mulher desempenhou um grande papel não só pelas atividades domésticas diárias mas, igualmente, pelas atividades de fundo econômico, como lavradora das espécies alimentícias ou destinadas ao comércio.”⁸²

O economista Roberto Santos, autor de um dos trabalhos que se tornou referência acerca da História da Borracha na Amazônia, publicado na década de 80, corrobora o fato de que parte dos pequenos e médios proprietários de seringais, no período anterior à expansão, era formada por índios, mamelucos e caboclos.

Essa afirmação encontra-se presente no trabalho de Bárbara Weinstein, sobre a expansão e o declínio da economia da borracha, publicado originariamente na década de 80. Nessa obra, a autora destaca que: “muitos seringueiros eram também seringalistas em pequena escala, que possuíam quatro ou cinco estradas,⁸³ juntamente com terra suficiente para sustentar a si próprios e suas famílias com uma dieta de mandioca, peixe e caça.”⁸⁴ A análise dos registros de posse de municípios expressivos na extração da borracha mostra que boa parte dos seringais pertencia às famílias de origem humilde, muitas delas indígenas ou escravas. Nesses registros era comum o seringueiro ser arrolado como analfabeto e apenas os primeiros nomes serem lançados como: Francisco, Antônio, Victoriano e Camila Antônia, não havendo o acréscimo do sobrenome de família.⁸⁵

Cristina Wolff, ao analisar a exploração de seringais no Acre e com base na obra de Luiz Oliveira, assegura que no primeiro momento de migração, entre 1850 e 1870, na área dos rios Madeira e Purus, a migração nordestina “tratava-se de grupos de parentes e amigos

⁸² REIS, Arthur César Ferreira. *O seringal e o seringueiro: documentário da vida rural. op.cit.p.121.*

⁸³ O termo *estrada de seringas* é usado para indicar um caminho que contém, em média, de 50 a 60 seringueiras. Essa definição era a medida usada à época. VERÍSSIMO, José. *Estudos amazônicos. op.cit., p.181.* Arthur César acrescenta que essas estradas podiam ser retilíneas ou circulares, sempre estreitas, podendo ter de 100 a 200 árvores de seringas, um número portanto superior ao citado por Veríssimo. REIS, Arthur César. *O seringal e o seringueiro. op.cit., p.97.*

⁸⁴ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920).* São Paulo: HUCITEC/EDUSP, [1983]1993. p.35.

⁸⁵ *Idem, ibidem. p. 64.*

que embarcavam, principalmente no Ceará, com suas famílias e vizinhos em busca do enriquecimento nos seringais ainda sem dono.”⁸⁶

Uma vez caracterizado o modelo caboclo de seringal, onde a presença da família do produtor se fazia presente, veja-se agora o modelo do apogeu, que se segue a este e que tem como marco significativo o final da década de 1870, em função do aumento do preço e da comercialização da goma elástica.

Antes, é necessário que se destaquem dois fatores fundamentais que propiciaram a intensificação daquele comércio. O primeiro deles está relacionado à dinâmica do mercado externo, particularmente europeu e americano, que aumentou sua demanda em relação à borracha a partir do desenvolvimento aberto pelas mudanças tecnológicas, em especial, a vulcanização. Essa técnica, ao tornar a goma elástica mais resistente ao calor e ao frio, possibilitou seu uso em um maior número de artefatos, inclusive pneus de carros e bicicletas.

O segundo fator está associado à intensificação da navegação a partir de 1856, quando ocorre a abertura oficial dos rios amazônicos para a circulação de embarcações estrangeiras responsáveis pelo incremento no transporte de mercadorias e pessoas. Dentre as principais empresas que atuavam nesse momento na região, cabe destaque à *Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas*, de propriedade do Barão de Mauá⁸⁷; à *Companhia Fluvial Paraense* e à *Companhia do Alto Amazonas*. Em 1874, a recém-criada companhia de capital inglês *The Amazon Steam Navigation* incorporou as demais.⁸⁸ Em 1906, quatro novas companhias de capital estrangeiro vão realizar as viagens para o exterior, são elas: *Lloyd Brasileiro*, *Booth Line*, *Hamburg Amerika Linie* e os vapores de uma companhia alemã. Juntas, essas quatro empresas somavam um total de mais de cem vapores navegando

⁸⁶ OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. *O sertanejo, o brabo e posseiro (os cem anos de andança da população acreana)*. Rio Branco: Secretaria de Planejamento e Coordenação, 1985, p. 8-11. Apud. WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: uma história, Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999. p.51.

⁸⁷ Segundo José Coelho da Gama Abreu, o Barão de Marajó, Mauá obteve, junto ao governo imperial, a concessão para a criação da Companhia, dando início às suas atividades no ano de 1853. No começo, funcionava com três pequenos barcos a vapor: *Marajó*, *Rio Negro* e *Monarcha*. Logo em seguida, no ano de 1869, criou-se a *Companhia do Alto Amazonas* e a *Companhia Fluvial Paraense*, essa última por iniciativa de João Augusto Correa. Cf. ABREU, José Coelho da Gama, Barão de Marajó. *As regiões Amazônicas*. 2ª ed. Belém: SECULT, 1992 [1895]. p.367-368.

⁸⁸ Santos destaca que estas companhias vão otimizar o transporte na região, aumentando em até sete vezes a velocidade das embarcações tradicionais, reduzindo para 22 dias a viagem Belém-Manaus-Belém. SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. op.cit., p.55.

pelas águas da província, recebendo e circulando mercadorias e passageiros, não apenas entre as cidades da região, mas também entre os grandes centros europeus e americanos.

Destacadas algumas das condições fundamentais para o crescimento da produção da borracha, passemos à análise do modelo do apogeu, tal como foi caracterizado por Oliveira, em contraponto ao inicial modelo caboclo de seringal. Dentre as suas novas características, esse modelo apresenta: a exploração de áreas mais distantes, abrangendo a província do Amazonas, particularmente os rios Solimões, Madeira, Purus e Juruá (Ver mapa II p.61); a forte presença do migrante nordestino; o estabelecimento dos marcos de posse da terra e requerimento de títulos; o trabalho isolado do seringueiro, sem a presença da família; a concentração da atividade de extração da seringa em detrimento da lavoura, com conseqüente necessidade do seringueiro comprar os alimentos necessários à sua dieta junto aos comerciantes.⁸⁹

Outra especificidade deste modelo é a posse da terra por parte de influentes comerciantes e casas comerciais, que passaram a delinear as estradas de seringueiras e a recrutar trabalhadores, particularmente nordestinos.

A violência tornou-se um dos recursos costumeiramente descritos como utilizados para a tomada das terras, principalmente nas novas áreas de expansão. Posteriormente, os pequenos proprietários da região das Ilhas, onde teve início a exploração da goma elástica, também sofreram as incursões dos grandes proprietários e casas comerciais, mesmo sendo algumas de suas terras registradas.

Roberto Santos destaca nesse momento a intensa presença de comerciantes portugueses na exploração dos seringais, muitos deles imigrantes atraídos pela alta da cotação da borracha.⁹⁰

⁸⁹ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. "O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX". *op.cit.*, p.125-126.

⁹⁰ SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia op.cit.*, p.62.

Essa presença é confirmada por Weinstein, que acrescenta o fato de que, além da posse de estradas de seringas, esses portugueses foram os proprietários das primeiras casas de aviação instaladas no Pará.⁹¹

Durante os anos de formação e auge da economia gomífera, os comerciantes lusos permaneceram no mercado, que passou, cada vez mais, a ser disputado por outros estrangeiros, particularmente ingleses e americanos. Esses últimos foram gradativamente incorporando e fundando novas firmas de importação, beneficiando-se da vantagem de possuírem acesso mais estreito com as maiores empresas estrangeiras consumidoras de borracha.

Com isso, parte da comunidade mercantil portuguesa deslocou-se para o comércio de aviamento, onde mercadorias de vários tipos eram vendidas, por consignação, aos grandes e pequenos seringalistas, que pagavam a dívida em espécie. A borracha das firmas de aviação era vendida aos importadores ingleses e americanos, que colocavam o produto no mercado estrangeiro. Por vezes, as casas comerciais encerravam também em seu patrimônio extensas áreas de seringais.

Em 1880, entre os associados da Câmara de Comércio do Pará encontravam-se 18 (dezoito) firmas aviadoras, número que sobe para 42 (quarenta e dois), em 1890. Já em 1906, em plena expansão do comércio exportador da borracha, esse número atingia um total de 223 estabelecimentos registrados⁹². Como já referido anteriormente, em sua maior parte essas empresas pertenciam a portugueses, ou portugueses naturalizados brasileiros.⁹³ No entanto, a elas também se associaram integrantes de tradicionais famílias paraenses, há muito radicadas na região, que, desta forma, iniciaram um novo negócio, flexibilizando suas atividades, cujos efeitos foram fundamentais para a manutenção do prestígio e do poder político desses grupos, como se mostrará ao longo desse trabalho.

⁹¹ *Casas aviadoras* eram os estabelecimentos comerciais que abasteciam os seringais de mercadorias gerais como alimentos, roupas e utensílios, recebendo, em troca, o pagamento em espécie, mais propriamente em borracha. O dono da casa aviadora intermediava a venda da borracha para a casa exportadora, ou mesmo uma segunda casa de aviação, maior que a sua, da qual ele próprio era aviado. REIS, Arthur César Ferreira. *O seringal e o seringueiro. op.cit., p. 84-89*. O preço alto cobrado pela consignação de mercadorias aos seringueiros e o baixo preço pago na hora de comprar a produção da borracha eram reclamações constantes desses trabalhadores, que dificilmente conseguiam saldar suas dívidas com a casa aviadora à qual estavam ligados.

⁹² ALMANACK Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará e indicador para 1906 - obra estatística e de consulta fundada em 1904. Pará: Editor Fernando Cardoso, 1906. p.655-663.

⁹³ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência. op.cit., p. 92*.

Do que foi exposto, percebe-se que o período de apogeu da economia da borracha marcou o aumento do comércio deste produto, a intensificação da migração para a capital paraense, a formação de novos grupos sociais e a redefinição dos já existentes. Que grupos foram estes e como eles se articularam com a produção econômica? É o que será analisado no próximo item.

2.3. Os comerciantes da borracha

Um dos grupos que ganharam destaque com a economia gomífera era composto pelos proprietários de seringais e casas de aviação, em grande parte formado por migrantes estrangeiros, com destaque para os portugueses, mas também brasileiros e paraenses que enriqueceram com o negócio da borracha.

No levantamento realizado junto ao ATJEPa, selecionou-se um total de 50 (cinquenta) inventários de seringalistas e/ou proprietários de casas de aviação.⁹⁴ A partir desses documentos pode-se ter alguma noção do perfil dos comerciantes que estavam diretamente ligados à economia da borracha.

Em boa parte dos inventários não há referência à naturalidade desses indivíduos, o que dificulta uma caracterização mais precisa. Entretanto, em 16 (dezesesseis) deles pôde-se encontrar essa informação e identificar a existência de nove portugueses, dois paraenses e cinco que se designaram como brasileiros.⁹⁵

Há entre esses comerciantes aqueles que possuíam uma ou duas estradas de seringa e aqueles que possuíam centenas delas. Há ainda os que combinavam essa atividade com engenhos e fazendas de gado e/ou casas de aviação, e os que detinham apenas firmas de consignação e venda de mercadorias (aviadoras), sem serem proprietários de um único seringal.

⁹⁴ Na verdade, esse número deve ser maior; no entanto, só se sumarizou aqueles inventários em que se pôde afirmar com segurança a atividade do indivíduo, seja através da indicação da mesma no próprio documento, seja através de fontes outras como almanaques e relatórios. Isso foi necessário uma vez que nem sempre os proprietários especificavam o tipo de produção de suas terras, ou do negócio de suas firmas, dificultando a caracterização da natureza das mesmas.

⁹⁵ A partir do novo regime republicano, muitos portugueses se valeram da naturalização geral proposta por aquele regime, tornando-se assim cidadãos brasileiros. Cf. WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência. op.cit ., p.79*

Essa composição leva a uma multiplicidade de realidades encontradas no perfil e na trajetória desses proprietários, que devem ser destacadas a fim de tornar clara a matiz de suas riquezas e patrimônio.

Quando analisados os inventários dos proprietários de seringais no período desse trabalho, que, vale lembrar, corresponde ao momento de expansão da economia gomífera, observa-se ainda a existência de terras localizadas próximas a Belém, na chamada região das ilhas, que encerrava as áreas iniciais de exploração pertencentes a pequenos proprietários, que tiveram muitas de suas posses tomadas, vendidas ou arrematadas por execução de hipotecas pelas grandes firmas comerciais.

No entanto, alguns deles parecem ter resistido a esse movimento, como é o caso do pequeno proprietário, Manoel de Sá Coelho, cujo filho se identificava enquanto lavrador e possuía uma sorte de terras onde explorava seringueiras e transportava cana, no ano de 1918. Era solteiro, tinha filhos com Raymunda Benedita, com quem vivia.⁹⁶

Um segundo pequeno proprietário vivia em condições um pouco melhores do que Manoel, chamava-se José Joaquim de Lima e possuía terras localizadas no rio Acará. José detinha a patente de major e combinava a exploração de seringa com a extração do cacau. Era casado e detinha a posse de dois escravos no ano de 1886.⁹⁷

Os dois pequenos proprietários aqui pontuados, embora residissem fora de Belém, possuíam, entre seus bens, casa e terreno nessa capital.

Mas, para além desses exemplos, essa área foi tomada por firmas e proprietários com grandes fortunas. Algumas dessas firmas pertenciam a portugueses e brasileiros, que combinavam a posse de seringais com casas de aviação. É essa a situação do viúvo Camilo José Dias, falecido em 1904. Português residente em Belém, possuía diversos imóveis na cidade e, ainda, seringais na comarca de Afuá, na Ilha do Marajó. Sua casa comercial, localizada na capital paraense, denominada *Oliveira Castro & Cia*, foi avaliada em setenta contos de réis (4.421 £).⁹⁸ Ele era irmão de um dos homens mais ricos do Pará, o também

⁹⁶ Inventário Manoel de Sá Coelho. Maço 40. Ano 1918. ATJEPa.

⁹⁷ Inventário José Joaquim de Lima. Caixa: 1886. Ano 1886. ATJEPa

⁹⁸ Inventário Camilo José Dias e Firmilina Nery de Araújo Dias. Maço 27. Ano: 1900. ATJEPa. Ao longo da tese será feita a equivalência em libra do montante dos legados como uma forma de minimizar as variações cambiais da moeda brasileira. Ainda que a libra também tenha sofrido oscilações cambiais que, em alguns anos chegam a atingir até 40%, essa moeda foi usada nesse trabalho por ser um importante valor de referência monetária utilizada à época. Dessa maneira, se tomou como padrão o montante do legado aferido na partilha, sendo a cotação da libra feita de acordo com o mês e o ano em que esta ocorreu. Para conhecer os valores de

português Domingos José Dias, o Visconde de São Domingos, membro da Câmara de Comércio de Belém, em 1878, e também seringalista em Anajás.⁹⁹

Nessa mesma comarca, encontravam-se as terras do português Antonio Alves da Silva Cunha, solteiro e sem filhos. Seu inventário foi aberto pelo cônsul de Portugal, em 1904, pois inicialmente não foram encontrados seus possíveis herdeiros. Após inúmeros anúncios nos jornais, descobre-se a mãe do inventariado, que residia em Portugal. Além de possuir as terras contendo estradas de seringas, Antonio era proprietário de uma firma de aviação localizada na travessa Oriental do Mercado, no Ver-o-Peso e seus legados somavam cerca de trezentos e trinta e um contos de réis (21.239£).¹⁰⁰

Diferentemente dos demais, o coronel Horácio Barbosa de Lima era brasileiro. Nascido na Villa de Curuçá, localizada no interior do Estado, onde fora intendente até pouco tempo antes de vir a falecer, em 1927, o coronel possuía sorte de terras em Breves e Gurupá, no arquipélago do Marajó. Residia em Belém com suas mulher, também brasileira, e seus filhos perfilhados, fruto de sua relação com Maria Braga, mulher solteira.¹⁰¹

Alguns donos de seringais localizados nessas áreas iniciais de exploração próximas a Belém, combinavam a atividade de extração com a produção de seus engenhos de açúcar e cachaça. Como esses últimos se encontravam em decadência, a combinação dessa atividade com a exploração da seringa resultava em um novo fôlego para os seus proprietários. Esta é a situação do paraense Manoel Antonio de Castro e sua esposa Porcina, que possuíam terras na Comarca de Igarapé Miry. Nessas terras eles combinavam a exploração de seringas com a plantação de cana e um engenho de aguardente. Manoel era também professor e possuía inúmeras casas em Belém, onde morava.¹⁰² Assim como ele, o coronel Antonio Albuquerque mantinha, juntamente com seus seringais, localizados em

referência tomados por base para esta cotação cf: “Libra esterlina: cotações mensais – 1870 a 1930 (pence/mil réis).” Disponível em <http://www.cunhaecunha.com.br/banco de dados/libramediamensal.htm>, acesso em 18.06.2003. E, ainda: MATTOSO, Kátia Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. Em seu anexo, a autora traz a cotação anual da libra no século XIX. E, ainda: *ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL: Séries Econômicas Demográficas e Sociais de 1550 a 1988*. 2ª. ed, vol. 03. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 591-596.

⁹⁹ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. op. cit., p.84.

¹⁰⁰ Inventário Antonio Alves da Silva Cunha. Maço 22. Ano: 1904. ATJEP.A.

¹⁰¹ Inventário Amélia Vieira Barbosa de Lima. Maço 55. Ano: 1927. ATJEP.A.

¹⁰² Inventário Porcina Avelina de Castro. Maço 26. Ano: 1908. ATJEP.A.

Manaus, um engenho movido à vapor, com alambique e serraria, situado no estado do Pará.¹⁰³

Alguns fazendeiros, mesmo aqueles que pertenciam às tradicionais famílias de pecuaristas da Ilha do Marajó, combinaram a criação de animais com a exploração de estradas de seringa, como se pôde ver a partir da trajetória da família Pombo, já descrita. Mas, além desse grupo, outros com igual perfil apresentaram a combinação dessas atividades. É este também o contorno do fazendeiro João Monard, proprietário de terras localizadas na Villa de Soure, Marajó, conseguidas através de carta de sesmarias pertencentes aos religiosos carmelitas desde o ano de 1826. Nestas propriedades ele aliava a criação de gado *vacumm* à exploração de seringal. Possuía ainda uma firma comercial, a *Monard e Cardozo*, além de barco e terrenos em Belém.¹⁰⁴

Nas áreas de exploração de borracha mais distantes que abrangiam o baixo Tapajós, o baixo Xingu, o Amazonas, o Acre e o Amapá, os seringais encontrados nos inventários pertenciam a pessoas que possuíam vários bens e diversas sorte de terras, não tendo sido encontrado nenhum pequeno proprietário.

Nessa região, apresentou-se o maior número de proprietários recém-chegados ao Pará, que viram nessas áreas a oportunidade de adquirir novas terras e na exploração de seringais a sua fortuna. Essa era a situação do cearense Guilherme Miranda, que iniciara com uma casa de aviação e fora adquirindo propriedades no Acre, tornando-se um dos maiores seringalistas do Estado.¹⁰⁵ Segundo Weinstein, a compra dessas terras por parte dos proprietários de casa de aviação ocorria com a finalidade de evitar os intermediários. Para isso “eles enviavam um ou dois sócios para dirigir pessoalmente a produção da borracha e seu transporte do interior para o mercado urbano.”¹⁰⁶

Assim como Guilherme Miranda, os irmãos Francisco e João Rodrigues Parente eram brasileiros e possuíam terras na região do Amazonas e do Acre, num seringal denominado *Empreza*. Era deles também a sociedade comercial *Parente & Cia* de compra e venda de mercadorias, aberta em 1899, avaliada em cento e quarenta contos de réis (7.017£). João entrou na sociedade com o seringal e Francisco, com o dinheiro corrente.

¹⁰³ Inventário Antonio Patrielino de Albuquerque. Maço 38. Ano: 1914. ATJEP.A.

¹⁰⁴ Inventário Maria Damasceno Monard. Maço 39. Ano: 1917. ATJEP.A.

¹⁰⁵ Inventário Guilherme Augusto de Miranda. Maço 32. Ano: 1911. ATJEP.A.

¹⁰⁶ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência. op.cit., p.36.*

Ambos faleceram no ano de 1902, com alguns meses de diferença. João era domiciliado no estado do Amazonas e Francisco, em Belém.¹⁰⁷

Nessas áreas de expansão havia também muitas propriedades pertencentes a migrantes estrangeiros, como é o caso do português Joaquim Augusto Marques, que possuía terras em Mazagão, no Amapá. Residente em Belém e casado com uma paraense, Joaquim Marques mantinha uma casa comercial voltada para a venda de mercadorias e inúmeras estradas de seringueiras distribuídas em nove sortes de terras. Cada uma das suas estradas de seringueiras foi avaliada em oitocentos mil réis (50£). Seu legado ultrapassava a casa dos trezentos contos de réis (18.950£).¹⁰⁸

Do que foi até o momento exposto, percebe-se a miríade de características deste grupo que se costuma englobar na categoria de seringalista. Nele pode-se encontrar desde o pequeno proprietário de terra que, juntamente com a exploração da seringa, possuía alguma roça e pés de cacau; pequenos e grandes seringalistas que eram exclusivamente proprietários de áreas de seringais; donos de engenhos de açúcar, aguardente, olarias e fazendas de gado, que combinavam essas atividades com a exploração de seringa; seringalistas que possuíam casas de aviação; e, por fim, proprietários exclusivos de firmas de aviamento, que não possuíam registro de terras.

No que diz respeito à naturalidade, concluiu-se que a maior parte dos comerciantes ligados à borracha era migrante, muitos deles estrangeiros, alguns nacionais, outros, brasileiros naturalizados. Os recém-chegados ocuparam preferencialmente as áreas de fronteira, distantes de Belém, embora mantivessem suas residências e seus negócios na capital. Entre os migrantes estrangeiros destacaram-se os portugueses, proprietários de grande parte das casas de aviação da cidade. Apesar da grande maioria dos comerciantes envolvidos no negócio da borracha serem migrantes, ressaltam-se alguns membros de famílias tradicionais da elite de terra paraense também relacionadas a este negócio ou em atividades a ele correlatas.

Os proprietários aqui destacados com seus diferentes perfis vão compor a elite mercantil paraense que cada vez mais vai se fortalecer, organizando-se em associações a fim de garantir sua representatividade e força política local. Vale ressaltar que data da

¹⁰⁷ Inventário João Rodrigues Parente. Maço 19. Ano: 1902. Inventário Francisco Rodrigues Parente. Maço 19. Ano: 1902. ATJEP.A.

¹⁰⁸ Inventário Francisca Lopes Marques. Maço 26. Ano: 1908. ATJEP.A.

segunda metade do século XIX a reorganização da praça do comércio de Belém, com a fundação do que viria a ser a Associação Comercial do Pará, em sua boa parte formada por comerciantes estrangeiros com negócios ligados à borracha, direta ou indiretamente.¹⁰⁹

A configuração da elite local, a composição e transformação da sua riqueza e as alianças matrimoniais estabelecidas serão melhor investigadas na terceira parte desse trabalho.

2.4. A crise do comércio

A crise do comércio da borracha concentra-se a partir da década de 1910, com as sucessivas baixas no preço do produto. Na verdade, o seu preço nunca teve uma ascendência linear constante. A oscilação do valor da arroba sempre foi tema das reclamações dos comerciantes.

Um importante negociante da praça de Belém, José Armando Mendes, vai ao Rio de Janeiro, no ano de 1907, ter uma audiência com o presidente da República, Affonso Penna. Na condição de representante de comerciantes da praça de Belém e do governador Augusto Montenegro, José Mendes expôs a situação crítica do comércio da borracha na região com a queda dos preços. Segundo o telegrama do governador do Estado, ao presidente da República, solicitando a audiência daquele comerciante: “nada justificava essa baixa, pois *stock* borracha mercados consumidores é o mesmo que o do anno passado. Trata-se simplesmente de um accordo entre compradores, não podendo produtores se defender por falta de recursos que permitam guardar seu produto por algum tempo.”¹¹⁰

O telegrama do governador segue solicitando ao governo federal autorização de empréstimo pelo Banco do Brasil, no valor de dez mil contos de réis, a fim de que os comerciantes locais não ficassem na dependência dos empréstimos de financiadores estrangeiros e suas instituições financeiras. Como ressalta José Mendes em um relatório entregue ao Presidente: “a situação dos bancos (locais) para o aviador é em linguagem

¹⁰⁹ Ernesto Cruz, em seu trabalho sobre a Associação Comercial do Pará, deixa claro que, na segunda metade do século XIX, os comerciantes, muitos deles aviadores e estrangeiros, reergueram aquela associação, fortalecendo-a e criando uma nova diretoria. CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. 2ª ed. Belém: Universidade Federal do Pará/UFPA, 1996.

¹¹⁰ MENDES, José Armando. *A crise amazônica e a borracha*. 2ª ed. Porto: Typ. Santos, 1907. p.11-12.

pitoresca, receber o tosquiador, do carneiro, o instrumento com que este espera se lhe faça a tosquia”.¹¹¹ Para ele, o negociante aviador, ao receber a borracha do seringueiro e vender ao comerciante estrangeiro, tem que se sujeitar ao preço que este oferece, e assim: “ basta pois que, os comerciantes estrangeiros, que não passam de quatro ou cinco, e neste meio limitado, resolvam conforme as alternativas de seus interesses, diminuir as ofertas, ou uma breve retirada delles, para que o aviador se ache completamente atropelado, a ponto de entregar o gênero com menor lucro.”¹¹²

A despeito dos inúmeros argumentos, o governo federal não antecipa o empréstimo solicitado, mesmo com as vantagens que o tesouro federal teria, segundo os argumentos de José Mendes e do governo estadual. Dentre elas, o fato da borracha gerar divisas para o Brasil, visto ser ela o segundo maior produto na pauta de exportação do país. E ainda, os serviços lucrativos dos correios, telégrafos, repartições federais e a armada no norte.

Posteriormente àquela tentativa de empréstimo e levantamento dos preços da borracha pela administração e comerciantes locais, o secretário da Fazenda, José Antonio Picanço Diniz, em seu relatório ao governador do Estado, José Antonio Coelho, em 1911, discorre sobre a queda da receita ocorrida naquele ano. Segundo ele, a arrecadação estava assim constituída:

QUADRO III – ARRECADAÇÃO DA PROVÍNCIA	
ANO	ARRECADAÇÃO/OURO
1909	10.510.389\$805
1910	11.817.427\$424
1911	8.514.562\$344

Fonte: Relatório apresentado ao governador do Estado do Pará, Dr. João Antonio Luiz Coelho, pelo secretário da Fazenda, Dr. José Antonio Picanço Diniz, relativo ao anno de 1911. Imprensa Official do Estado do Pará, 1912. p.33.

¹¹¹*Idem, Ibidem. p.17.*

¹¹²*Idem, ibidem. p.124-125*

Verifica-se, a partir do quadro acima, a renda arrecadada em 1910, último ano de alta da cotação da borracha, decrescer a 28% em relação a 1911. Um montante considerável na queda da arrecadação, cuja tendência continuaria em declínio nos anos seguintes. O motivo gerador deste fato foi assim explicitado pelo então secretário: “Essa diferença, como se sabe, provém exclusivamente da diminuição do preço da borracha e, conseqüentemente, do imposto de exportação que sobre ella recahe.”¹¹³

Na verdade, o imposto sobre a produção da borracha era responsável por cerca de 75% da renda arrecadada pela administração do Estado, um valor bastante alto centralizado em um único produto. No ano de 1911, o valor arrecadado com esse imposto caiu cerca de 65%, saindo da casa dos 15 contos de réis, para 9 contos de réis.¹¹⁴

Diante desses números, o secretário chama atenção para o fato da borracha: “representar quase a totalidade de nossa receita. E uma vez perdida a supremacia que della temos no mercado, nada nos restará.”¹¹⁵

Inúmeras medidas vão constar na pauta de discussão visando à solução dessa crise gerada pela queda da cotação do preço da borracha. Dentre elas, pode-se citar o incentivo ao cultivo da árvore da seringa; métodos diferenciados de preparo e beneficiamento do látex; abertura de estradas para o sertão, particularmente os vales do Xingu e Tapajós, para melhorar o transporte da produção; formação de uma forte corrente migratória; e, finalmente, a diminuição do imposto sobre a venda do produto.

Como se sabe, com a plantação realizada na Ásia, houve um deslocamento de capital estrangeiro para aquele continente, e a queda no preço da borracha. A goma elástica cultivada no oriente, pouco a pouco, vai substituindo o produto extraído das matas da Amazônia, que, cada vez mais, apresentava qualidade inferior, aumentando a produção de borracha entre-fina e o sernamby, em contraposição à borracha fina, de maior valor agregado. Por outro lado, o preço do imposto cobrado pela borracha na Malásia, um dos principais centros de cultivo da Ásia, girava em torno de 2,5%, uma taxa diminuta se

¹¹³ PARÁ - Secretaria da Fazenda, José Antonio Picanço Diniz. Relatório apresentado ao governador do Estado do Pará José Antonio Luiz Coelho, relativo ao ano de 1911. Pará: Imprensa Oficial do Estado, 1912. p.124

¹¹⁴ *op.cit.p.124.*

¹¹⁵ PARÁ - Secretaria da Fazenda, José Antonio Picanço Diniz. Relatório apresentado ao governador do Estado do Pará José Antonio Luiz Coelho, relativo ao ano de 1911. Pará: Imprensa Oficial do Estado, 1912. p. 3-8.

pensarmos nos 25% do preço cobrado pela administração paraense para a arroba desse produto.

De qualquer forma, a despeito das tentativas de mudança na dinâmica da economia da borracha, a década de 1910 vai ser marcada pela queda de capital de casas aviadoras, firmas comerciais e capital bancário. Seringais e vapores eram leiloados, assim como imóveis urbanos, que tiveram uma queda de até 50% de seu valor.¹¹⁶ Para se ter noção dos reflexos da crise no patrimônio das famílias, vale destacar o inventário do coronel Horacio Barbosa de Lima, paraense, nascido em Curuçá, onde também fora intendente municipal. À época de sua morte, o coronel Horacio residia em Belém à avenida Almirante Tamandaré, onde veio a falecer aos 43 anos de idade. Seu patrimônio era composto de diversas sortes de terras com estradas de seringais, inúmeras casas e terrenos, em Belém e outras localidades do interior do Estado, alguns dos quais eram alugados, servindo de investimento rentável. Enfim, um perfil de riqueza bastante comum aos seringalistas, que, neste caso, chegou à casa dos duzentos e dezenove contos de réis (5.420£). Ao falecer, no ano de 1927, portanto em plena crise da economia da borracha, a esposa do coronel Horácio, Amélia Vieira Barbosa de Lima, alega que, para sanar diversas despesas, inclusive do inventário, requer a venda de um prédio avaliado em trinta e quatro contos de réis (841£). O imóvel foi três vezes a “hasta pública” para ser leiloado, chegando a valer, no terceiro leilão, o preço de cerca de vinte e oito contos de réis (693£). Segundo requerimento assinado por D. Amélia e seu advogado:

“ Nem assim houve comprador, devido, sem duvida, a situação em que se encontra o Pará, de sensível carência de numerário e retraimento de capital, pois o prédio é bom, achasse collocado em ótimo ponto e produz o aluguel de 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis) mensais. Diante do exposto e não sendo possível promover a venda da propriedade sem sacrificar-a grandemente, vem a suplicante propor seja o mencionado prédio incluído no seu quinhão.”¹¹⁷

O texto acima deixa clara a questão que se vem tratando nesse item ao mencionar a crise pela qual não apenas Belém, mas o estado do Pará atravessou após a derrocada da

¹¹⁶ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. op. cit., p. 262-263.

¹¹⁷ Inventário Horacio Barbosa de Lima. Maço 55. Ano: 1927. ATJEP.A.

produção gomífera. Como argumentado no requerimento, não seria a qualidade do prédio o motivo de sua desvalorização e não-venda, e sim a falta de dinheiro que atingia a praça. Além do mais, com a crise, muitos proprietários passaram a vender seus imóveis para sanar despesas e dívidas adquiridas, aumentando a oferta e diminuindo o valor desses bens.

Em relação à falta de numerário na praça de Belém, há também uma outra questão a ser colocada. A liquidez das firmas aviadoras e dos seringalistas era prejudicada pela forma de crédito estabelecida no sistema de aviamento. Muitas vezes, a dívida ativa a receber pela consignação de mercadorias e/ou partidas de borracha, embora fosse bastante alta, dificilmente seria recebida, em dinheiro, pelo credor. Comumente a borracha e as mercadorias necessárias para a manutenção do seringal eram a moeda que valia, logo, com a crise financeira, as casas aviadoras e/ou seringalistas não conseguiam um valor alto na venda da borracha, o que inibia a contratação de empréstimos junto às instituições financeiras para sanar possíveis *déficits*; da mesma forma, com os preços em baixa, o número de seringalistas em crise nos negócios aumenta, não permitindo sanar suas dívidas com as casas de aviação.

Por outro lado, o importador estrangeiro foi gradativamente preterindo a borracha amazônica em função da asiática, acirrando ainda mais a queda dos preços. Com uma série de dívidas ativas em aberto, sem perspectiva de recebimento, o valor dos legados deixados nos inventários tornava-se muitas vezes irreal, pois dificilmente as dívidas contabilizadas seriam recebidas.

Para termos uma idéia do montante a que, por vezes, essas dívidas correspondiam, no valor total dos bens desses comerciantes destaca-se o inventário de 1904, do português Antonio Alves da Silva Cunha, proprietário de uma firma de comissões e consignações no centro de Belém. Do montante de trezentos e trinta e hum contos, duzentos e vinte mil, cento e sessenta e sete réis (21.239\$), 84% era referente às dívidas ativas, ou seja, dinheiro a ser pago por terceiros à sua casa de aviamento.¹¹⁸

O seringalista e também criador de gado no Marajó Suzino Mariano Monteiro, ao falecer, em 1902, deixou uma dívida com a firma *B.A. Antunes*, de aviamento, de cento e

¹¹⁸ Inventário Antonio Alves da Silva Cunha. Caixa: 1904. Ano 1904. ATJEP.A.

dezoito contos, setecentos e cinquenta e oito e sessenta e hum mil réis (7.214₣), correspondente a 34% do valor total avaliado de seus bens.¹¹⁹

É diante deste quadro de queda que novos produtos vão assentar-se na pauta de exportação do Estado, com destaque para a Castanha-do-Pará. O comércio de atacado entra em crise; no entanto, as firmas ligadas à importação de máquinas, ferragens, remédios e demais gêneros de primeira necessidade conseguiram manter-se, a despeito da sensível queda, muito em função do mercado consumidor urbano criado na capital.

Da mesma forma, Mourão destaca a formação de um pequeno e próspero parque industrial no Estado, entre os anos de 1900 e 1920, em certa medida vinculada à expansão gomífera que, ao propiciar certa prosperidade econômica e social ao Estado, teria permitido o acúmulo de capital, aplicado, em parte, nas atividades manufatureiras.¹²⁰ Além deste fator favorável ao desenvolvimento da indústria no Estado, destaca-se a dificuldade de transporte das demais províncias para o Pará, o que ocasionava o aumento do valor final das mercadorias, permitindo aos produtos fabricados localmente ganhar maior espaço, particularmente aqueles voltados ao consumo de primeira necessidade, como: alimentos, bebidas, construção civil, produtos de higiene, limpeza, calçado e vestuário. Some-se a isso, a urbanização e o crescimento populacional, responsáveis pela criação de um mercado consumidor promissor, assim como disponibilidade de mão-de-obra. Da mesma forma, a desvalorização do mil-réis na virada do século XX, teria aumentado o valor dos produtos importados, gerando maior oportunidade às mercadorias internas.¹²¹

Com isso, tímidas, porém novas oportunidades de investimento e trabalho foram abertas às famílias de proprietários e à população, diversificando o emprego na cidade.

No conjunto dos inventários, encontraram-se poucas referências a pessoas ligadas à atividade industrial. Os poucos registrados concentravam-se nas primeiras décadas do século XX, e seus proprietários possuíam estabelecimentos voltados para atividades associadas à fabricação de cera, malas, sapatos, funilaria e produtos farmacêuticos. O português Francisco Carvalho montou uma indústria e loja de calçados no centro de Belém, à rua dos Mercadores. Juntamente com esse estabelecimento, possuía ainda, ações, dívidas

¹¹⁹ Inventário Suzino Mariano Monteiro. Caixa: 1902. Ano 1902. ATJEP.A.

¹²⁰ MOURÃO, Leila. *Memória da indústria Paraense*. Belém: Federação das Indústrias do Pará/ FIEPA, 1989. p. 44-46.

¹²¹ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. op.cit., p.113-114.

ativas e várias casas e sobrados. A fortuna de Francisco ultrapassava os duzentos contos de réis, sendo um grande comerciante. Sua família vivia em Portugal, onde ele conservava algum dinheiro, o que mostra a relação próxima que muitos estrangeiros mantinham com seu local de origem, sendo muito comum o proprietário viver em Belém e enviar sua família para morar na Europa, mais especificamente em Portugal, onde os filhos poderiam estudar.¹²²

Dentre os inventários de industriais, destaca-se ainda o de Francisco Vicente, que possuía uma fábrica de malas também localizada no centro da cidade, à av. Manoel Barata. Quando de seu falecimento, em 1913, o valor da firma não alcançava dois contos de réis (134£), evidenciando ser este um pequeno estabelecimento industrial, como muitos outros que existiam na cidade, particularmente aqueles associados aos serviços de funilaria e fabricação de cera.¹²³

A propósito desse incremento no início do século XX, a industrialização não se estabeleceu em grande escala, nem tampouco se configurou enquanto setor de grande absorção de mão-de-obra, diminuindo dessa forma as alternativas de investimento e trabalho das famílias locais e dos migrantes.¹²⁴

Os segmentos populares sentiram intensamente esse momento de crise econômica. Na verdade, a expansão econômica da borracha nunca foi suficiente para absorver o grande contingente de mão-de-obra que se deslocou para a capital do Estado. Mesmo com o incremento e a maior liquidez da economia, as pessoas sem trabalho ou com atividades temporárias acentuavam-se em Belém. Para se ter uma idéia, no censo de 1872, do total de cerca de 34.464 (trinta e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro) habitantes, 11.613 (onze mil, seiscentos e treze) apareceram “sem profissão”, o que corresponde a 34% da população das quatro paróquias da capital: Sé, Santana, Trindade e Nazaré.¹²⁵

¹²² Inventário Francisco da Cunha Carvalho. Caixa 1890. Ano:1890. ATJEP.A.

¹²³ Inventário Francisco Antonio Vicente. Maço 32. Ano:1913. ATJEP.A.

¹²⁴ Para se compreender a dificuldade deste setor de se firmar destacam-se alguns pontos, dentre eles: a concorrência de empresas nacionais e estrangeiras, que viriam a incorporar algumas das fábricas locais; as limitações da infra-estrutura oferecida pelo Estado, como o fornecimento irregular de energia elétrica, tradição do aviamento na economia da borracha, onde a relação de troca em espécie limitava a circulação de moeda. MOURÃO, Leila. *Memória da indústria paraense. op.cit.*

¹²⁵ BRAZIL DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Recenseamento da população do Império do Brazil 1872. Rio de Janeiro: 1873-1876. Parte 10. (Pará) (Microfilme HA971-A2). Não se pode esquecer também que, por vezes, a participação dos trabalhadores pobres em atividades informais está associada não apenas à não-absorção dessa mão-de-obra pelo mercado, mas também à opção desses de não se incorporarem às atividades assalariadas, tendo em vista as condições de trabalho precárias, sem autonomia e baixa renda.

Nesse mesmo período a junta de qualificação da paróquia de Nazaré lançou edital em 1876, relacionando os seus votantes, conforme decreto imperial de 1875.¹²⁶ Nesse documento foram arroladas 778 (setecentas e setenta e oito) pessoas, sendo que, destas, apenas 705 (setecentas e cinco) ainda permaneciam residindo nos distritos compreendidos pela paróquia, possuindo dados completos. Pois bem, do conjunto dessa listagem, 191 (cento e noventa e uma) pessoas foram citadas tendo como ocupação *agencia*, o que correspondia a 27% dos moradores listados. Este dado revela que mais de um quarto da população de um dos maiores distritos de Belém vivia de agenciar seu trabalho, podendo exercer diversas atividades, ou serviços eventuais, sem possuir remuneração certa. Pessoas sem atividade fixa, vivendo das oportunidades circunstanciais de trabalho de uma economia em expansão, que não foi suficiente para acomodar as levas de migrantes que se deslocaram para Belém. Esse quadro vai ser agravado no período de crise econômica.¹²⁷

De acordo com os dados do censo de 1920, realizado em plena crise da economia da borracha, apenas 37% da população de Belém era economicamente ativa, ou seja, possuía algum tipo de ocupação formal e bem definida. Os demais 63% eram arrolados como não tendo atividade, ou atividade *mal definida* ou *não declarada*.¹²⁸

Esse percentual elevado se repete para o conjunto da sociedade brasileira, chegando a atingir 70% da população do país. Na verdade, de acordo com o esclarecimento metodológico encontrado nas páginas iniciais do censo de 1920, quando se “reduz para aqueles com idade acima de 14 anos, o número de activos cai para 18.004.030 habitantes, ellevando-se o coefficiente da população com profissão definida.”¹²⁹ Assim, a população economicamente ativa do país subiria de 30% para 51%; em contraposição, o número de habitantes sem profissão, ou com atividade mal definida, reduziria de 70% para 49%.

Se essa correção vale para o conjunto da sociedade brasileira, deve, da mesma forma, ser aplicada à análise da população dos Estados, restando o fato de que o percentual

SAMARA, Eni. “Mercado de trabalho, gênero e família no Brasil (1836-1996)” *Revista da Biblioteca Mario de Andrade*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, volº 57, jan-dez, 1999. p. 58.

¹²⁶ BRASIL - Collecção de leis do Império de 1876. Instruções regulamentares para execução do decreto nº 2675 de 20 de outubro de 1875. Tomo XXXIX-Parte II, volº 01. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

¹²⁷ *A Província do Pará. 1.05.1876 a 15.05.1876.*

¹²⁸ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO. Directoria Geral de estatística. Recenseamento do Brazil realizado em 01.09.1920. v.º 4, 5ª parte, Tomo I-População. p XXIII a XIV. Aqui estão incluídos, além da capital, os seus 20 (vinte) distritos.

¹²⁹ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO. Directoria Geral de estatística. Recenseamento do Brazil realizado em 01.09.1920. *op., cit., p. v.*

de 63% de habitantes *sem profissão*, ou com profissão *mal definida*, encontrado para Belém, tender a ser menor. Tomando-se a média válida para o conjunto da população brasileira como referência, teríamos uma queda de cerca de 20% daquele percentual, diminuindo assim de 63% para algo em torno de 43% o número de pessoas afastadas das atividades formais na capital, um índice ainda bastante elevado e superior àquele encontrado para a capital paraense em 1872, que era de 34%.¹³⁰

Com uma população que viu seu contingente demográfico crescer acentuadamente nas últimas décadas do século XIX, não é de se estranhar o alto percentual encontrado para as atividades informais, particularmente nos anos finais da expansão econômica.¹³¹ Essas pessoas são os carregadores de lenha e mercadorias, vendedores ambulantes, talhadores de carne do Ver-o-Peso, trabalhadores do porto, seringueiros, leiteiros, sem falar nas amassecas, cozinheiras e lavadeiras, para citar algumas das profissões encontradas nos autos, processos criminais e matérias de jornais que serão analisadas ao longo desse trabalho.

* * *

De tudo o que foi dito, fica clara a diversificação e a intensificação da economia no período estudado, a despeito da crise gerada a partir de 1911. Uma economia centrada principalmente no comércio de exportação, pautado preferencialmente na borracha, cuja produção sofreu mudanças ao longo das décadas estudadas, passando de um modelo mais tradicional e familiar de exploração, para outro, onde prevaleciam os grandes proprietários, as firmas comerciais e o trabalho isolado do seringueiro. Com isso, tem-se uma miríade na composição dos grupos de proprietários ligados à extração e ao comércio da borracha, que compreende desde o pequeno proprietário de terras localizadas na região das Ilhas, aos grandes proprietários e coronéis da região inicial de exploração, e também, os comerciantes

¹³⁰ *op.cit.p.v, vi.*

¹³¹ Essa mesma realidade podia ser encontrada na São Paulo deste período, que também experimentou um acelerado desenvolvimento comercial e industrial, em função da produção do café. Segundo Pinto, “O descompasso entre o aumento considerável e repentino de uma população pobre, em proporção superior às limitadas necessidades da produção industrial, ao do comércio e do setor de serviços, ao desenvolvimento econômico, às rápidas mudanças das atividades produtivas e à diversificação das profissões, gera um crescimento da população desempregada e semi-ocupada, acentuando ainda mais o problema estrutural do desemprego crônico na cidade.” PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1994. p.66.

das novas áreas que chegavam ao Amazonas e ao Acre. Muitos deles portugueses, brasileiros naturalizados ou mesmo migrantes nacionais enriquecidos.

Antigos grupos sociais tiveram de se readaptar à dinâmica econômica, e novos grupos consolidaram fortunas. Isso significa dizer que alguns proprietários de fazenda de criação de gado e engenho, das tradicionais famílias paraenses, incrementaram e diversificaram suas atividades, incorporando, muitas vezes, negócios ligados ao comércio da borracha. Comerciantes recém-chegados à capital, estrangeiros e nacionais, aumentaram suas rendas com este mesmo negócio, mas não necessariamente agregaram prestígio e poder à riqueza alcançada, pois estes estavam centralizados nas mãos das famílias tradicionais. Daí a importância das alianças que vão estabelecer-se entre estes grupos da elite proprietária de terras e a elite mercantil, através de sociedades em firmas e instituições, ou mesmo de alianças matrimoniais, como será demonstrado posteriormente. Muitas vezes, as atividades desses grupos se confundiram e diversificaram, e assim, proprietários de terra do interior passaram a ter cada vez mais negócios na cidade, e comerciantes da capital começaram a comprar e explorar seringais e fazendas no interior, mostrando a complexidade dessa economia e a dificuldade de se separar tacitamente a elite agrária da mercantil.

Mas, que outros grupos sociais compunham a paisagem urbana dessa capital? Até o momento, a descrição do contexto socioeconômico passou mais estreitamente pela caracterização da produção gomífera e dos grupos de proprietários ligados a ela, direta ou indiretamente. Cabe, a partir de agora, conhecer o conjunto da população da capital paraense, para que se possa entender de que forma essa economia influenciou e foi influenciada pelo crescimento populacional marcado pelo aumento da migração nacional e estrangeira para a região, já tantas vezes mencionada.

CAPÍTULO III – POPULAÇÃO E CIDADE

Neste capítulo será discutido primeiramente o intenso crescimento populacional verificado na capital paraense relacionado à expansão da economia gomífera e ao processo de migração, acentuado nesse período pelos deslocamentos que se deram de forma dirigida e espontânea. E, num segundo momento, as transformações que tiveram lugar no espaço urbano, nos serviços, na configuração da moradia e da casa.

Discutir-se-á o impacto dessa economia no universo da massa da população, particularmente no que diz respeito ao seu deslocamento e trajetórias. Serão destacados o perfil e os números da migração, assim como fragmentos da história de vida de alguns desses migrantes. Com isso, criam-se elementos fundamentais à compreensão dos grupos que formavam não apenas a elite local, mas também, os trabalhadores do comércio, da indústria, da pequena lavoura, do serviço doméstico, daqueles que viviam de *agenciar* seu trabalho.

São esses indivíduos que vão estar mais presentes nos processos e autos criminais, cuja leitura permite que se penetre no universo das famílias pobres e nas experiências vividas em meio às suas uniões consensuais e casamentos. Da mesma forma, eles voltarão a aparecer na grande massa de registros paroquiais de casamento, onde um número considerável de matrimônios entre nordestinos, estrangeiros e paraenses pôde ser encontrado. Daí a importância de se ter mais clara a configuração social desses grupos, bem como entender de que forma muitas das pessoas que os formavam foram chegando à capital do Pará.

Como se caracterizaram essas migrações? As pessoas vinham sozinhas ou em grupos familiares? E, finalmente, como analisar essas questões tendo em conta os marcadores sociais de origem e gênero?

Da mesma forma, procurou-se conhecer melhor a dinâmica da cidade em que esses personagens marcavam suas vivências, estabeleciam suas redes de sociabilidade, realizavam seus encontros amorosos, suas uniões e casamentos. Que mudanças ocorreram no traçado urbano? Nos serviços? Quando foram implementadas? Qual o perfil da moradia da população, que valores e projeções arquitetônicas marcaram a construção e os espaços

da casa belenense com suas permanências e transformações ao longo das décadas percorridas pela pesquisa?

Essas foram algumas das questões a serem analisadas nesse capítulo. Para tanto, trabalhou-se com dados censitários, que foram complementados e comparados aos números e índices encontrados nos relatórios, falas e mensagens dos presidentes da província. Listagens de passaportes de imigrantes portugueses, matérias de jornais, processos criminais e autos inventariais também foram utilizados como material de análise.

3.1. Crescimento populacional e migração

Antes de iniciar a discussão desse item, é necessário que se observe que os números indicadores de população dos censos e relatórios oficiais podem ter diferenças entre si, por vezes acentuadas.¹³²

Apesar de seu caráter mais técnico e científico, particularmente após 1940, os censos demográficos possuem limites que perpassam não apenas as dificuldades de se obter a totalidade de dados em um território da abrangência brasileira, mas também, os limites colocados pelas concepções teóricas que informam esses levantamentos¹³³ Diferentemente de outras cidades, não foram encontradas, referentes a Belém, listas nominativas de

¹³² Ao analisar os censos realizados em São Paulo ao longo do século XIX, Bassanezi e Bacellar atentam para os limites da contagem, sumarização, regularidade e transcrição dos dados, levantando assim a discussão da inconsistência que pode haver no interior do próprio levantamento, que deve ser usado de maneira cautelosa e crítica, levando em conta essas limitações. BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo & BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século XIX. Revista Brasileira de Estudo de População*. vº 19, nº1, jan/jun, 2002. p.113-129.

¹³³ Botelho lembra que, até o censo de 1920, é necessário corrigir muitas informações, particularmente aquelas relativas ao volume e à composição etária. BOTELHO, Tarcísio R. “História da População Brasileira: Balanços e Perspectivas”. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Historiografia Brasileira em Debate: “olhares, recortes e tendências. Cursos e Eventos (Nova Série, nº 3)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002. A estas preocupações, Tupy lembra que: “Inaugurados em 1872, os sucessivos recenseamentos da população brasileira constituem-se em uma fonte institucional de dados que responde a propósitos práticos e analíticos do Estado que o patrocina. Os dados que disponibiliza resultam de uma seleção prévia de necessidades e prioridades de informação num único e preciso momento: a data de referência. Como tal conforma um retrato fiel, embora estático, da sociedade em observação. Ao pesquisador cabe, de início, identificar quais seriam estas necessidades e a quais perguntas seus resultados fornecem informações. *Ou identificar a ideologia que permeia a realização de cada um deles. (...). [Definindo] números e idéias que permitem ao pesquisador questionar um dos parâmetros fundamentais da sociedade brasileira – a trajetória de aparente invisibilidade de suas mulheres –, bem como distinguir avanços e/ou recuos na condição feminina em nosso país*”. TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. *Retratos Femininos: gênero, Educação e Trabalho nos Censos Demográficos. 1872/1970. (grifo meu)*. (tese) Doutorado em História Econômica. São Paulo: USP, 2003.

população para o período deste trabalho. Com isso, teve-se que restringir a análise aos dados censitários e aos documentos oficiais das diversas administrações da província, bem como às estatísticas regionalmente realizadas. Dentre os censos, foi consultado o levantamento realizado em 1920, por nele se ter acesso ao resumo histórico dos demais censos até então realizados, ao menos no que diz respeito a alguns dados.

Ainda em referência a essa fonte, uma observação adicional se faz necessária. Alguns trabalhos alertam para os limites dos números sumarizados nos dados, que tendem a ser subestimados no caso do censo de 1890 e superestimados no de 1920. Em relação ao levantamento de 1890, o relatório provincial de 1891 afirma o seguinte:

“foi uma tristeza o resultado do recenseamento; ...o defeito do trabalho proveio principalmente da escasez do credito estabelecido pelo governo federal e no qual deveria o governo do estado restringir todas as medidas que tomasse. A isto acresce que a Directoria Geral de Estatística não attendeo bastante n’este ponto aos auspicios da sciencia e às condições peculiares de nossos costumes e hábitos, pois que organizou questões que só poderiam talvez ser respondidos em paizes como a França, a Itália, a Baviera, onde os termos censitários são rigorosamente observados e executados. Num território como o nosso de 1.149:712 kilometros quadrados e uma população esparsa, de 407:350 almas (calculo aproximado) um recenseamento regular só poderá ser executado num prazo de 4 a 6 mezes....Os recenseadores deverão ser forçosamente pessoas inteligentes e activas, tendo por principal trabalho dissipar os receios e desconfianças dos homens que em geral desconhecem a razão do censo.”¹³⁴

Por outro lado, o censo de 1920 apresenta uma estimativa superior de população que, segundo os pesquisadores, “pode-se afirmar com certeza que a população não aumentou entre 1900 e 1920 na medida constante pela comparação dos resultados censitários, mas em medida muito menor. Parece provável que na data do censo de 1920 os habitantes do Pará ascendessem a 620.000-650.000 e não mais de 983.000, como foi publicado.”¹³⁵

¹³⁴ PARÁ - RPP, Capitão Tenente Duarte Huert de Bacellar Pinto Guedes. Relatório com que o presidente passou a administração da província do Estado do Pará em 24.06.1891 ao governador Lauro Sodré. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1891. p.61

¹³⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisas sobre o desenvolvimento da população do Brasil. Rio de Janeiro, 1951. Apud. SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia.. op.cit., p. 315-317.*

A despeito dos limites dos dados resultados dessas fontes, elas servem como indicativo importante e devem ser usadas, mesmo tendo em conta suas deficiências. Até mesmo porque, como afirmado anteriormente, esses levantamentos são os únicos existentes para o período estudado, haja vista a ausência de listagens nominativas e as parcas estatísticas regionalmente realizadas. Quando possível, confrontar-se-ão os dados do censo com os números encontrados nos levantamentos locais.

Considerando as ressalvas acima, construiu-se um quadro da população de Belém que recupera os dados a partir do início do século XIX (1801), época em que a produção do cacau dominava a pauta de exportação da Província e a borracha ainda não tinha importância na economia local. O quadro segue mostrando o período anterior à expansão da produção da goma elástica (1868), chegando aos anos marcados pelo seu auge e declínio (1872 a 1920).

QUADRO IV - HABITANTES DA CAPITAL DO PARÁ	
ANO	NÚMERO de HABITANTES
1801	12.500
1868	30.000
1872	61.997
1884	70.000
1890	50.064
1896	90.119
1900	96.560
1920	236.402

Fonte: RECENSEAMENTO DO BRAZIL. Volº 4, POPULAÇÃO, 1.09.1920. População do Brazil por estados, municípios e districtos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Typ. de estatística, 1926; .PARÁ – Secretaria do Governo, Manoel Baena. Relatório apresentado ao governador do Estado em janeiro de 1897. Pará: Typ. Do Diário Official, 1897.ÁLBUM DO ESTADO DO PARÁ – Presidente de Província, Augusto Monetenegro (1901-1909). Paris: Imprimerie Chaponet (Jean Cussac), 1908.

Destaca-se, pelos dados acima, que a capital da Província do Pará inicia o século com cerca de 12.500 habitantes. Passado um pouco mais de meio século, no ano de 1868, esse número é duplicado. Neste período, a economia da borracha ascendera, e a renda da província, advinda das taxas de exportação, crescera mais de 100% entre os anos de 1852 e

1865. Neste último ano, segundo Weinstein, a borracha já constituía dois terços do valor das exportações do Pará.¹³⁶

Os dados do recenseamento de 1872, bem como do diretor de estatística da província, Barroso Rebello, corroboram o crescimento populacional anteriormente pontuado. Apesar de alguma diferença na sumarização do montante final, os números arrolados nessas duas fontes encontram-se bastante próximos. Assim, segundo o censo de 1872, Belém possuía 61.997 habitantes¹³⁷, enquanto o relatório local registra o total de 63.465 habitantes¹³⁸. Vale destacar que estes dados incluem não apenas a capital, mas também alguns dos distritos que a formavam à época como: São Domingos, Acará, Pinheiro, Ilha das Onças, Jenipaúba, Caraparu, dentre outros.

Quando considerada apenas a sede do município, que compreendia as paróquias da Sé, Santana, Trindade e Nazaré, esse número caía para cerca de 30.000 habitantes. Disso depreende-se que, em 1872, aproximadamente metade da população da capital vivia em sua área urbana, e um pouco mais da outra metade estava localizada na área rural, formada por vilas e ilhas.

Dando continuidade à análise da tabela anterior, observa-se uma acentuada disparidade entre os números encontrados pelo recenseamento de 1890 e aqueles existentes nos relatórios provinciais. Se para os dados censitários a população da capital girava em torno de 50.000 habitantes em 1890, os números da administração provincial já apontavam um total de 70.000 habitantes já no ano de 1884, portanto seis anos antes do recenseamento, e ainda, 90.000 habitantes em 1896.

Analisando as diferenças encontradas nessas fontes, Ruth Bulamarqui, em seu trabalho sobre as transformações demográficas desse período, atribui o fato a três causas principais. Dentre elas, a autora destaca a imprecisão do censo de 1890, já anteriormente referida, que tende a subestimar os números, tendo em vista que apenas 26 municípios enviaram informação para ser sumarizada; a descoberta de novos seringais no Amazonas, que poderia ter contribuído para o deslocamento de população rumo a essa nova área de

¹³⁶ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. op.cit., p. 56.

¹³⁷ RECENSEAMENTO DO BRAZIL. op.cit., p. IX e X.

¹³⁸ PARÁ – Secretaria do Governo, Manoel Baena. op.cit., p. 271 a 284.

expansão; e, por fim, a migração de nordestinos para a província do Amazonas, bem como o retorno de alguns deles para seus estados de origem.¹³⁹

A despeito do refluxo populacional apontado pelo censo de 1890, contestado pelos levantamentos da administração provincial, pode-se verificar que a população de Belém no período de expansão da economia da borracha tende a ser crescente na maior parte dos anos, de tal sorte que, na virada do século XX, o número de habitantes estimado para a capital do Estado era de 96.560 (noventa e seis mil, quinhentos e sessenta), contra os 30.000 (trinta mil) apontados 28 anos antes, em 1872, evidenciando o aumento crescente acima referido.

No período que se segue ao ano de 1900 até o de 1920, o número de habitantes vai ser duplicado, chegando a capital a ultrapassar a marca dos 200.000 moradores. Durante esses anos, a taxa do crescimento geométrico de Belém chega a alcançar 4,6.¹⁴⁰ Para termos uma idéia mais ampla desse índice, basta destacar que, nesse mesmo interstício, a taxa de crescimento de São Paulo foi de 4,5. Semelhante a Belém, o índice da capital paulista foi registrado em um período de profundas mudanças econômicas, urbanas e de intenso crescimento populacional daquela cidade.¹⁴¹

Pelo exposto, e para além das possíveis falhas e divergências na documentação, verifica-se o fato de que, nos anos de auge da economia da borracha, a população de Belém ascendeu intensamente. Vale destacar ainda que durante as décadas compreendidas por este trabalho, ou seja, 1870 a 1920, cerca de 20% a 25% da população do estado do Pará vivia em sua capital.¹⁴²

¹³⁹ BULAMARQUI, Ruth. *Transformações demográficas numa economia extrativa: Pará (1872-1920)*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Paraná. Curitiba, 1984. pp 14.e 60.

¹⁴⁰ *op.cit.*p.25

¹⁴¹ As mudanças acima referidas na capital paulista foram impulsionadas, em grande parte, pela economia do café, o desenvolvimento industrial e o movimento migratório, particularmente de estrangeiros. Sobre o desenvolvimento de cidade de São Paulo no final do século XIX e início do XX cf: FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. *op.cit.*; e, ainda, MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfozes da riqueza. São Paulo: 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC/ Secretaria Municipal de Cultura, 1985. PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo*. *op.cit.* MATOS, Maria Izilda Santos. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, Sp: EDUSC, 2002.

¹⁴² BULAMARQUI, Ruth. *Transformações demográficas numa economia extrativa: Pará (1872-1920)*. *op.cit.*, p.117-118.

3.1.1. Migração nacional

O crescimento da população da capital paraense, tantas vezes destacado, foi bastante influenciado pelo processo de migração nacional e estrangeiro, como verificado em outras regiões brasileiras. No período de expansão da produção gomífera, muitos indivíduos deslocaram-se do interior para a capital, bem como de outros estados e nações em busca de trabalho e oportunidade. Nesse item discutir-se-ão os números dessa migração, bem como do perfil ocupacional e da condição social dos migrantes nacionais e estrangeiros.

Os dados referentes à migração são fragmentados e imprecisos. Durante o Império, tentativas de formação de colônias militares e de núcleos de colonização implementados por particulares, com o apoio do governo, foram escassas e sem continuidade, tendo muitas delas fracassado.

Os períodos de estiagem nos estados do Nordeste tornaram-se marcadores de fluxo de população para a Amazônia. A expectativa de oportunidade de trabalho e enriquecimento era alimentada pela expansão gomífera. Da mesma forma, às necessidades de uma região como a amazônica, com dificuldade de mão-de-obra, estimulavam o deslocamento de população.

Segundo dados oficiais, após a seca de 1877-78 e 1888-89, cerca de 17.000 migrantes nordestinos tinham se deslocado para o estado do Pará. Posteriormente, entre os anos de 1899 a 1900, em torno de 8.000 pessoas chegaram à cidade, ficando assentadas, em sua maior parte, nas áreas em torno da Estrada de Ferro de Bragança, a nordeste de Belém, onde estavam localizados os núcleos coloniais apoiados pelo governo.¹⁴³

Com a grande seca de 1915 a 1916, novas levadas de migrantes nordestinos chegaram à capital, num total de 18.255 pessoas. Destas, cerca de 17.163 permaneceram no Pará, os demais se deslocaram para o Amazonas e Acre.¹⁴⁴

Não se pode perder de vista os limites desses números da migração dirigida aferidos pela administração municipal, nem tampouco deixar de considerar a dificuldade de se

¹⁴³ MUNIZ, Palma. *Estado do Grão-Pará: Imigração e colonização. História e estatística. 1616-1916*. Belém: imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916. p.51-52

¹⁴⁴ *Idem, ibidem*. p. 96-103.

realizar o levantamento da migração espontânea de uma população em constante deslocamento.

Trabalho recentemente publicado acerca dos refugiados da seca aponta para números bem superiores a esses até o momento destacados. Investigando os registros da *Companhia de Vapores do Ceará*, entre os anos de 1869 a 1900, os pesquisadores detectaram um total de 300.000 pessoas que teriam deixado o Ceará naquele período. Destes, cerca de 255.526 (85%) vieram para a Amazônia. Os demais se deslocaram para o Sul do país, mais precisamente para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. A maior parte desses migrantes, cerca de 62%, não retornou para o Ceará.¹⁴⁵

Observa-se que os números revelados por esses pesquisadores estão bem acima daqueles levantados pelo engenheiro Palma Muniz, em seu estudo sobre a imigração e colonização da Amazônia, publicado originariamente em 1916. Nesse trabalho, o então chefe de seção da *Secretaria do Estado de Obras Públicas, Terras e Viação* chega a um total de 42.163 migrantes que teriam aportado em Belém, primeiro ponto de parada daqueles que se deslocavam para a Amazônia.¹⁴⁶ Esse número, encontrado por Palma Muniz, corresponde a cerca de 1/8 dos registros totalizados pela pesquisa realizada junto à documentação da Companhia de Vapores.

Não se sabe quanto do montante dos 300.000 migrantes vindos para o Norte permaneceu no Pará e quantos seguiram viagem para as Províncias do Amazonas e do Acre. De acordo com Palma Muniz, o número de indivíduos que ficava na província paraense era maior do que aquele que viajava para as demais províncias da Amazônia.

Dos migrantes que aqui permaneciam, muitos foram deslocados para as colônias agrícolas, localizadas no entorno da Estrada de Ferro de Bragança, formadas com o propósito de povoar o vasto território da província, garantir o abastecimento interno com produtos de lavoura e fixar o homem ao solo, buscando o desenvolvimento da região.

Essa era uma questão importante em uma província que tinha um crescimento populacional acentuado. A importância da colonização estaria em fomentar a agricultura no Estado, incrementando com isso a produção voltada para o abastecimento de sua capital.

¹⁴⁵ NOZOE, Nelson, BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo, SAMARA, Eni de Mesquita. (org.). *Os refugiados da seca: emigrantes cearenses, 1888-1889*. NEHD-NEPO-CEDHAL. Campinas, São Paulo, 2003. p.11.

¹⁴⁶ MUNIZ, Palma. *Estado do Grão-Pará: Imigração e Colonização. História e estatística. 1616-1916. op.cit.*

Parte das colônias agrícolas conseguiu manter-se por algum tempo. No entanto, de uma maneira geral, não prosperaram, pois: “havia pouca coerência interna nas políticas do governo, e as constantes alterações de procedimento quanto a terra e ao apoio inicial devem ter sido extremamente decepcionantes para os colonos. Esse problema associado às diversas alternativas de emprego quer em Belém, quer nas áreas de seringueiras, é em parte responsável pela constante migração dos colonos para fora dos núcleos.”¹⁴⁷

Boa parte dos migrantes que viviam nas colônias agrícolas deslocou-se para a área urbana de Belém. O primeiro contato com essa capital ocorria logo no primeiro momento da migração, quando eles advinham das cidades nordestinas e eram instalados na *Hospedaria dos Immigrantes*, subsidiada pelo governo, ou ainda, nos inúmeros hotéis da cidade. Sobre a hospedaria, fundada em 1895, em Outeiro, área distante do centro da capital, afirmou Palma Muniz:

“O imigrante encontrou o conforto preciso, para em seguida iniciar sua nova vida, conforme a sua resolução, quer procurando uma colônia agrícola, quer dispensando os favores do governo do estado, para dedicar-se a qualquer actividade.”¹⁴⁸

A hospedaria funcionava como morada daqueles que estavam chegando e dos que partiam, permitindo a circulação de informações sobre trabalho, moradia, oportunidades e dificuldades.¹⁴⁹ Assim como a *Hospedaria dos Immigrantes*, dirigida pelo Estado, outros estabelecimentos particulares foram tendo assento na cidade voltados para receber “os emigrantes da secca, vindos as centenas do estado do Ceará”¹⁵⁰, como a hospedaria da Praça D. Frei Caetano Brandão e o *Hotel da Luz*, citados pelo repórter do jornal *Folha do Norte*, Julio Lobato, em sua reportagem sobre as visitas do médico J. A. Dias Junior aos estabelecimentos da cidade. Diz o jornalista descrevendo aquele último estabelecimento:

¹⁴⁷ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência. op.cit., p.146.*

¹⁴⁸ MUNIZ, Palma. *Estado do Grão-Pará: Imigração e Colonização. História e estatística. 1616-1916. op.cit., p.72.*

¹⁴⁹ Para uma melhor descrição dessa hospedaria e das condições de moradia e trabalho dos migrantes nordestinos, cf: AGUIAR, Keila de Sousa. *Trabalho, família e habitação: cotidiano dos migrantes nordestinos na capital paraense. (1898-1908).* Departamento de História da UFPA. (Monografia). Belém, 2001.

¹⁵⁰ LOBATO, Julio. *Notas de um repórter: Reportagens nos hotéis e padarias de Belém.* Belém: Typ. F. Lopes, 1916.

“...esta frege é um inferno sem luz. A entrada a fedentina suffoca. Depois da primeira sella há um compartimento onde permanecem várias redes atadas, uma das quais esperneava uma criaturinha, filha de flagellados, de uns dois annos....esse compartimento da acesso a um lamaçal, o qual recebe os detricos do cano de esgotto, que se acha partido. Alli notamos diversos flagellados, homens e mulheres, lavando as suas roupas.”¹⁵¹

De sua narrativa depreende-se a ênfase nos elementos associados à higiene e ao saneamento, objeto da visita empreendida pelo médico sanitaria. Mas, a despeito do olhar direcionado, a reportagem propicia uma noção dos diferentes espaços particulares que serviam de moradia aos migrantes nordestinos em Belém, sugerindo a grande proporção de famílias aportadas na cidade de forma espontânea, ou seja, sem o direcionamento da administração local e que perpassavam ao largo das estatísticas oficiais.

Após chegar a Belém, alguns desses indivíduos permaneciam na cidade vivendo do agenciamento de seus serviços. Outros seguiam para os núcleos agrícolas. No entanto, grande parte desses migrantes deslocava-se para os seringais do interior do estado, passando a residir em vilas e cidades do interior, com ou sem a família.

Havia aqueles que iam para os seringais e deixavam a família na capital, retornando eventualmente no período chuvoso, quando não podia haver extração de borracha.¹⁵² Outros levavam a família, retornando para Belém no período de chuva, como foi o caso do seringueiro Theotônio Alves, que, em janeiro de 1900, retornou do rio Madeira com a esposa Luiza, hospedando-se no *Hotel Montanha*. Ao bater na mulher e ser repreendido pelos hóspedes, Theotônio foi queixar-se à polícia afirmando que queriam “seduzir sua mulher”. Quando interrogada, Luiza mostrou as marcas no corpo produzidas pelas agressões do marido, que acabou ficando preso.¹⁵³

De uma maneira geral, os indivíduos que aportaram nas províncias do norte viviam em famílias nucleares formadas por “casal, pai ou mãe e filhos e casal com filhos, num total de 64,7%”.¹⁵⁴

¹⁵¹ LOBATO, Julio. *Notas de um repórter: Reportagens nos hotéis e padarias de Belém. op.cit., p.25-26.*

¹⁵² Como lembra José Veríssimo, a exploração da borracha faz-se de junho a dezembro, época do verão, onde se tem a diminuição das chuvas e das cheias dos rios. VERÍSSIMO, José. *Estudos amazônicos. op.cit., p.181.*

¹⁵³ *Folha Do Norte*. 04.01.1900. p.02.

¹⁵⁴ NOZOE, Nelson, BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo, SAMARA, Eni de Mesquita. *Os refugiados da seca: emigrantes cearenses, 1888-1889. op. cit., p.23.*

Embora, na sua maioria, os chefes das famílias migrantes fossem homens (91,3%), algumas mulheres (8,7%)¹⁵⁵ também se deslocavam com sua parentela. Em geral, elas se declaravam na condição de viúva e 1/5 delas foi registrada como solteira.

No trabalho de Lacerda, a autora afirma que essas mulheres podiam viajar em grupos de parentela extensos, ou apenas com seus filhos, na condição de chefes dos mesmos. O grande número de mulheres que se declarou na condição de viúva pode estar associado à tentativa de “apresentar-se publicamente, com um perfil comportamental aceito através do *status* de viúvas”, uma vez que muitas delas tinham suas famílias já constituídas e viviam em uniões consensuais.¹⁵⁶

Ao receber a passagem e justificar a vinda para o Norte junto às autoridades, essas mulheres manifestavam diversos motivos, dentre eles a extrema pobreza em que se achavam; a ausência do marido, que viajara para trabalhar na extração de seringa nessas terras e não retornara; e ainda, a presença de parentes nesses Estados. Esses motivos, segundo Lacerda, deixam clara a manutenção de laços de parentesco e de amizade que os migrantes mantinham a despeito das dificuldades enfrentadas.

Da mesma forma, ajuda a torná-los visíveis em outras relações sociais, que não apenas aquelas associadas ao sofrimento, ao seringal, ao patrão e à exploração. Com isso, mostra-se a complexidade dos comportamentos e representações desses indivíduos para além da imagem exclusiva de vítima a que sempre são associados. E ainda, marcam a dinâmica da presença feminina, num processo sempre pensado como masculino.

Uma vez na cidade, vamos encontrar esses migrantes assumindo as mais diversas profissões, como: pedreiros, marceneiros, proprietários de pequenos comércios, estivadores, carregadores, jornaleiros, empregados da companhia de *bonds*, empregados públicos, vendedores e marítimos. Dentre as mulheres, prevalecem as atividades associadas aos serviços domésticos como lavadeiras, engomadeiras e cozinheiras, bem como a de meretriz.¹⁵⁷

¹⁵⁵ NOZOE, Nelson, BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo, SAMARA, Eni de Mesquita. *Os refugiados da seca: emigrantes cearenses, 1888-1889*. *op. cit.*, p. 24.

¹⁵⁶ LACERDA, Franciane Gama. “Requerendo passagem para si e sua família: mulheres migrantes no Pará”. In. Revista Projeto História 27 – *Nomadismo, memórias, fronteiras*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História. Departamento de História da PUC/SP. Jul-dez. São Paulo: EDUC, 2003. p.305-320. *op. cit.*, p.307.

¹⁵⁷ AGUIAR, Keila. *Trabalho, família e habitação: cotidiano dos migrantes nordestinos na capital paraense (1898-1908)*. *op.cit.*, p. 15-16. E ainda, Autos e processos criminais dos Distritos de Belém. ATJEPA.

Após o primeiro contato nas hospedarias e hotéis da capital eles vão espalhar-se pela cidade, podendo-se novamente encontrá-los nos autos e processos criminais quando se envolvem em querelas. Em Belém, eles vão viver nos cortiços, estâncias e hotéis, como veremos no capítulo posterior. Por hora, vale destacar que não era incomum se encontrar ruas ocupadas por moradores de uma mesma naturalidade, como é o caso da Travessa Castelo e da rua dos Cearenses. Ou ainda, a existência de uma única casa onde residiam pessoas de várias famílias que tinham em comum a origem.

Num auto aberto em 1878, portanto um ano depois da grande seca de 1877, o cearense Silveste Fontes foi chamado a depor como testemunha de um desentendimento havido em uma taberna com o preto João Jorge, ao qual ele assistira. Quando perguntado em que tempo chegara a essa capital, responde que :

“Chegou no princípio de julho, sendo passageiro do vapor Pernambucano e que tendo estado apenas dois dias no castelo,¹⁵⁸ seguiu para a Colônia cearense nas terras da ex-colônia Benevides, onde esteve até os primeiros dias de julho tendo saído d’ahi voltou para esta capital e foi ocupar o quarto em que mora a rua das Flores.” E continuou afirmando que no dito quarto residem: “José Pinto, a mãe de João Jorge e três filhos, João Jorge, duas meninas cearenses, uma filha do cunhado d’elle respondente de nome Manuel Rufino do Nascimento morador na estrada do cemitério e outra filha de Joaquim Alves que está na colônia Benevides, elle respondente, sua mulher e três filhos; não pagando porém aluguel do quarto, porque lhe foi dado gratuitamente para morar.”¹⁵⁹

Silveste era carregador e não sabia ler nem escrever, não ganhava quantia certa, podendo em alguns dias ganhar R\$ 2\$000 (dois mil réis) e, em outros dias, nada ganhar. De seu depoimento depreende-se que moravam com ele, no quarto à rua das Flores, pelo menos 13 pessoas, de dois núcleos familiares principais. O primeiro deles era formado pelo depoente, que vivia com sua mulher, seus três filhos e a filha de seu cunhado; o outro núcleo era composto pelos parentes do preto João Jorge, envolvido no processo, que residia com sua mãe e três irmãos. Além destes, ainda viviam no quarto, o mestre da *Companhia*

¹⁵⁸ Local onde se localizava a hospedaria dos imigrantes. Sobre a hospedaria, cf: MUNIZ, Palma. *Estado do Grão-Pará: Imigração e Colonização. op.cit.p.65.*

¹⁵⁹ Auto crime. Chefatura de Polícia. Fundo de segurança pública. Ano 1878. Data: 14 de setembro de 1878. APEP.

do Amazonas, José Pinto, a quem não se atribui nenhum parentesco, e uma menina, cujos pais ainda residiam na ex-colônia agrícola de Benevides.

A narrativa de Silveste é bastante emblemática para demonstrar a questão que se está tratando nesse capítulo. Vindo do Ceará a bordo de um vapor, *Pernambuco*, ele chegou em maio de 1878 com a família, logo após a grande seca de 1877, responsável por um grande fluxo de migrantes para a Amazônia. Nesse primeiro momento, Belém serviu de entreposto para Silveste e sua família, que logo seguiram para um dos principais núcleos de colonização da Estrada de Ferro de Bragança, o de Benevides, onde deveriam trabalhar como lavradores.

Nessa área, não passaram nem três meses, deslocando-se, mais uma vez, para Belém, onde não tinha remuneração certa, fazendo parte do grupo de pessoas com profissão *mal definida*, vivendo de *agência*. Em Belém, moravam, sem pagar, em um quarto, com diversas pessoas. Dentre elas, a presença da filha de um migrante ainda residente na colônia de Benevides, por onde Silveste passara, deixa clara a manutenção dos laços de sociabilidade ainda mantidos com as famílias do local. Da mesma forma, evidencia o desmembramento da família migrante, onde alguns de seus membros permaneciam nas colônias e vilas do interior do estado, e outros seguiam para a capital em busca de novas oportunidades, mantendo uma rede de solidariedade entre conterrâneos e familiares.

Na capital, Silveste residia em um dos bairros mais antigos e populosos da cidade, o da Campina. Nele localizava-se grande parte das lojas que vendiam mercadorias a atacado e varejo, bem como casas de aviamento e mercados, à frente dos quais encontravam-se inúmeros carregadores, como Silveste, que aguardavam pelo frete de mercadorias. Sobre a presença desses trabalhadores nas ruas dessa área da cidade, diz o cronista da Folha do Norte:

“Um outro abuso ainda mais censurável e mais digno de remoção, é o dos carregadores e vendedores ambulantes, que ocupam quase sempre os passeios das ruas, em vez de seguirem para o centro, lugar que lhes é naturalmente destinado. Quantas vezes uma família, ou mesmo os cavalheiros, são obrigados a saltos rápidos dos passeios para o leito da rua, porque naquelles andam cestos,

tabuleiros, caixas, bagagens de todo gênero, e os portadores absolutamente não se arredam.”¹⁶⁰

Apinhados nas ruas estreitas dos bairros da Cidade e da Campina, onde se localizava o centro comercial e administrativo de Belém, o cronista reclama às autoridades a transferência desses carregadores e vendedores para as áreas de ruas mais amplas recém-urbanizadas, como o *boulevard* da República, a fim de que não atrapalhassem o passeio público dos cavalheiros.

A organização do espaço voltada para o afastamento dos trabalhadores pobres, e ainda, dos costumes e comportamentos considerados incompatíveis com uma cidade civilizada, são argumentos constantemente presentes nas colunas dos periódicos que tratam de questões referentes ao cotidiano da cidade, como a de “Actualidades”, publicada na *Folha do Norte* e aqui referida. População essa formada por pessoas como Silvestre e sua família, que trabalhavam de agência, recebendo diária, e que viviam pressionados a retirar-se das áreas centrais e nobres da cidade em nome da modernidade e civilização. Se isso ocorresse, seria mais uma mudança, das inúmeras já enfrentadas por essas famílias, que viviam em contínuo deslocamento.

Parte desses indivíduos voltou a sua terra natal, outra parte permaneceu na capital paraense, casando-se e dando origem a novos núcleos familiares. Eles irão aparecer novamente nos registros de matrimônio e nos processos judiciais, casando-se, estabelecendo relações de parentesco, amizade e vizinhança, compondo novos domicílios, vivenciando situações de conflitos e de alianças, num cotidiano marcado por estratégias de sobrevivência. Muitos deles terão ainda suas histórias aqui conhecidas e se juntarão à trajetória do carregador Silvestre, para que se possa, desta maneira, melhor compreender o universo familiar e conjugal em que circulavam.

3.1.2. Migração estrangeira

Uma vez analisada a migração nacional, veja-se agora de que forma a migração estrangeira se apresentou no cenário local, observando seus números, o perfil e a dinâmica que assumiu.

¹⁶⁰ *Folha do Norte*, 1.08.1896. fl. 01

Por intermédio de uma política incipiente de imigração, entre os anos de 1856 e 1863, cerca de 3.180 estrangeiros vão chegar ao Pará.¹⁶¹ Ainda durante o império, alguns ensaios de colonização estrangeira organizadas por particulares, com o apoio do governo, tiveram assento no Estado. Dentre essas, destaca-se uma primeira tentativa realizada no ano de 1854, pela *Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas*, de propriedade de Mauá. Em acordo com o governo, “em troca dos favores e privilégios da navegação no grande rio, a empresa introduziu 1.061 colonos portugueses.”¹⁶²

Através do empreendimento particular, vieram também para o Brasil imigrantes americanos, que foram deslocados para o município de Santarém, localizado a nordeste do Estado. Para essa mesma colônia dirigiram-se os ingleses no ano de 1871.

Já em 1875, foi fundada a colônia de Benevides. Nessa área, permaneceram imigrantes de diversas nacionalidades, como: franceses, italianos, espanhóis, belgas, suíços, portugueses, e ainda, brasileiros, particularmente nordestinos. Não se sabe ao certo, o número de indivíduos que teriam entrado na colônia de Benevides. O engenheiro Palma Muniz sinaliza a existência de 364 pessoas, sendo que, destas, apenas 117 teriam permanecido no núcleo. A historiadora Ruth Bulamarqui afirma que apenas 179 pessoas teriam se deslocado para a colônia, tendo restado somente 32. Mais tarde, a colônia de Benevides vai assumir um caráter misto, recebendo um número considerável de nordestinos, particularmente de cearenses.

Ainda dentro do processo dirigido de colonização estrangeira, 21 (vinte e uma) famílias de imigrantes açorianos aportaram em Belém, com 108 (cento e oito) pessoas, no ano de 1886. A área de Americano, onde estava previsto o assentamento dessas famílias, não apresentava nenhuma infra-estrutura para recebê-las, o que fez com que as pessoas retornassem a Belém, mesmo antes de desembarcarem.

As tentativas de colonização acima, bem como os poucos números que elas ensejaram, levam a uma questão fundamental que se refere à ausência de grandes levas de migração estrangeira dirigida para a Amazônia, na segunda metade do século XIX. Somadas as experiências acima pontuadas, depreende-se que cerca de 10.000 (dez mil) estrangeiros entraram no Pará, naquele período, de forma direcionada. Já os números das

¹⁶¹ BULAMARQUI, Ruth. *Transformações demográficas numa economia extrativista: Pará (1872-1920)*. *op.cit.*, p. 35

¹⁶² SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia*. *op.cit.*, p. 89

décadas iniciais do século XX parecem ser mais promissores. Em 1901, o presidente da Província, Paes de Carvalho, afirmava que 27.672 (vinte e sete mil, seiscentos e setenta e dois) estrangeiros haviam imigrado para o Estado durante seu governo, para cultivarem em colônias agrícolas.¹⁶³ Desses, poucos ficaram nessas áreas, pois, em 1900, das 12.860 (doze mil, oitocentas e sessenta) pessoas que viviam nessas colônias, apenas 26% eram estrangeiras.

Segundo Muniz, a dificuldade da imigração estrangeira para a Amazônia estaria associada ao apoio maior dado à colonização para os estados do sul do país, particularmente pelas instituições federais responsáveis pela imigração, como a Inspetoria Geral de Terras e Colonização Federal.

Diz o autor:

“Para este estado somente são enviados, ou os que, rebeldes para se sujeitarem ao trabalho nas colônias do sul, procuram viver em continua mudança de estado a estado, a fim de gozarem em cada um delles dos favores prestados pelo governo, ou os que já se achavam relacionados por grão de parentesco a outros estrangeiros aqui residentes....”¹⁶⁴

A essas questões, José Veríssimo acrescenta o “mau conceito de colonização dirigida, o menos inteligente dos processos administrativos que tais serviços requerem”.¹⁶⁵ Uma das principais críticas desse autor estava vinculada à localização dos núcleos coloniais, que eram instalados em áreas centrais do Estado, distantes do litoral, dificultando com isso o transporte de pessoas, mercadorias e cuidados médicos. A formação dessas colônias agrícolas às margens de rios e igarapés teria facilitado a comunicação, uma das principais dificuldades enfrentadas pelos imigrantes.

O número de estrangeiros que viviam no Pará nunca é superior a 2,3% do total da população local.¹⁶⁶ Quando analisado o conjunto dos estados da Amazônia, esse quadro também não é muito diferente. Roberto Santos afirma que, entre os anos de 1872 e 1900, a

¹⁶³ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. op.cit., p.146.

¹⁶⁴ MUNIZ, Palma. *Estado do Grão-Pará: Imigração e Colonização*. op.cit., p.64.

¹⁶⁵ VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. op.cit., p.194.

¹⁶⁶ BULAMARQUI, Ruth.. *Transformações demográficas numa economia extrativista: Pará (1872-1920)*. op. cit., p.97.

presença de estrangeiros era bastante reduzida, girando em torno de 1% a 2,6%, passando para 2,9% nos anos de 1900 a 1920.

No entanto, quando restringimos a análise para a capital paraense esse número tende a ascender. Assim, em 1872, cerca de 12% da população de Belém era formada por estrangeiros e, em 1920, esse percentual representava 8,5% da população.¹⁶⁷ No que diz respeito ao perfil desse grupo, destaca-se o fato de que 71% dele era formado por indivíduos do sexo masculino.¹⁶⁸ Em menor percentual, as mulheres representavam apenas 29% do total da população estrangeira existente na capital.¹⁶⁹ Em relação à origem, predominavam os portugueses, seguidos dos espanhóis, italianos, turcos, franceses e ingleses.

Dos cerca de 942 (novecentos e quarenta e dois) autos de inventário coletados ao longo dessa pesquisa, cerca de 10% pertenciam a estrangeiros, ou brasileiros naturalizados. Quando sumarizados, a composição destes grupos mostra que 87% deles era formada por portugueses, e os 13% restantes, por franceses, espanhóis, alemães, ingleses e italianos.¹⁷⁰ Apesar do número já expressivo de portugueses nessa documentação, acredito que ele seja bem maior, pois o local de nascimento do inventariado raras vezes era declarado no documento, o que dificultou a caracterização dos inventariantes. No entanto, pela origem de alguns bens localizados em Portugal, pelo tipo de negócio, ou mesmo pelo local do falecimento -em geral, em vilas portuguesas - pode-se pressupor que muitos desses indivíduos eram portugueses, ou brasileiros naturalizados, ou mesmo descendentes de pais portugueses.

Ao comentar a forte presença de comerciantes portugueses em Belém, Weinstein afirma que muitas vezes não havia como distingui-los dos brasileiros, não apenas pela língua ou pelo nome, mas também pelo fato de muitos imigrantes possuírem “esposas e

¹⁶⁷ BRAZIL DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Recenseamento da população do Império do Brasil 1872. Rio de Janeiro: 1873-1876. Parte 10. (Microfilme HA971-A2). INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento de 1920. População do Brasil por Estados, Municípios e Districtos segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade. Tabela V.

¹⁶⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento de 1920. População do Brasil por Estados, Municípios e Districtos segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade. *op.cit.*, p.308-311.

¹⁶⁹ *Idem, ibidem.* p.308-311.

¹⁷⁰ Banco de dados da pesquisa.

filhos brasileiros e valerem-se da naturalização geral proposta pelo novo regime republicano de 1889 para se tornarem cidadãos brasileiros..”¹⁷¹

Vale lembrar que a emigração portuguesa caracterizou-se pelo seu deslocamento contínuo desde o século XVI. No entanto, a migração levada a efeito nos oitocentos ganha uma nova característica, marcada pela :

“não absorção pelos respectivos mercados nacionais da enorme massa de camponeses que a desagregação do antigo regime e o desenvolvimento das relações capitalistas no campo libertara, e correspondem ambas a solicitação de mão de obra assalariada para a substituição de mão de obra escrava, no outro lado do Atlântico.”¹⁷²

A maior parte dos migrantes portugueses que aportaram no Brasil advinha da região noroeste daquele país. Este fato, segundo Scott, estaria associado à propriedade e à distribuição da terra, nessas localidades, situadas na região do Minho e formadas por poucas áreas a serem distribuídas. Nesses casos, a propriedade era destinada preferencialmente a um único herdeiro, o qual concentrava a propriedade familiar, ficando os demais subordinados ao mesmo. Muitas vezes, sem terra e sem condições de estabelecer sua própria família, jovens homens solteiros migravam em busca de recursos. ¹⁷³

Quando se analisam os pedidos de passaporte realizados por portugueses entre os anos de 1886 a 1900, para o Pará, percebe-se que a presença masculina é majoritária em relação à feminina. Dos 124 (cento e vinte e quatro) passaportes solicitados, 101 (cento e um) foram requeridos por homens e 23 (vinte e três) por mulheres.¹⁷⁴

Por sua vez, no que diz respeito à atividade exercida pelos homens imigrantes, mostrou-se a predominância daqueles que se declararam como: proprietários, comerciantes, empregados no comércio, marítimos e trabalhadores agrícolas. Outras profissões apareceram em menor escala, como as de: serralheiro, jornaleiro, padeiro, sapateiro, carpinteiro, criado de servir, calafate, alfaiate, pescador e vendedor ambulante. Este perfil

¹⁷¹ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência. op.cit., p.79.*

¹⁷² PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru/São Paulo: EDUSC/Portugal: Instituto Camões, 2002.

¹⁷³ SCOTT, Ana Sílvia. “Aproximando a metrópole da colônia: família, concubinato e ilegitimidade no noroeste Português (século XVIII e XIX)”. In: *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto/ Minas Gerais, novembro de 2002.

¹⁷⁴ Governo Civil de Lisboa. Lista de passageiros. Pedidos de passaporte. IAN/TT.

mostra a diversidade de ocupações daqueles que procuravam migrar, embora se acentue o fato de que a maior parte deles estava, de alguma forma, associada às atividades comerciais, fosse na condição de proprietário de casa comercial, fosse como empregado no comércio.¹⁷⁵ De igual maneira, o número de indivíduos que se declararam “lavrador” ou “trabalhador agrícola” mostrou-se também bastante expressivo, apoiando a idéia que associa as dificuldades de posse e distribuição da terra em Portugal à migração.¹⁷⁶

Em relação às mulheres, observa-se que muitas delas justificavam a viagem para o Pará pelo fim de vir ao encontro do marido ou da família que aqui residia. Era essa a situação de Josefina de Jesus, 30 (trinta) anos de idade, que viajava com a filha, Maria da Conceição, de 11 (onze) anos¹⁷⁷, ou de Emilia Carreira Gaspar, de 26 (vinte e seis) anos, que viajou com o filho, Pedro, de 2 (dois) anos,¹⁷⁸ todas elas declararam como motivo da viagem o fato de irem para “companhia de seu marido”. Outras vinham acompanhadas do marido, como mostra o exemplo de Rosa Maria de Jesus, 23 (vinte e três) anos, casada, prendas domésticas, que chegou ao Brasil em 1896, depois de três anos casada com seu marido, o também português Avelino Xavier da Costa, 25 (vinte e cinco) anos e caixeiro na cidade de Belém, em um armazém onde se compravam partidas de borracha.¹⁷⁹

A propósito do fato de que, entre as mulheres, era significativo o número daquelas que declaravam vir ao Pará para ficar em companhia do marido, ou da família, não foi pequeno o número de portuguesas que afirmavam viajar para tratar de negócios da casa ou mesmo para trabalhar. Algumas delas eram viúvas, como Maria da Luz Gonçalves, 26 (vinte e seis) anos, proprietária, que viajava com seus dois filhos, Andreza e Carolina, de 24

¹⁷⁵ Em relação à ocupação exercida pelos migrantes estrangeiros, Samuel Benchimol, ao analisar o perfil dessa população, particularmente aquela formada pelos portugueses que vieram para o Amazonas e o Pará, afirma que esses fizeram as grandes inversões no mercado imobiliário residencial, transformando-se em rendeiros e senhores de casas, vilas e estâncias. Os mais humildes, por sua vez, eram: “carregadores e catraieiros do porto, carroceiros, padeiros, vendedores ambulantes, pescadores com suas poveiras e pequenos barcos, horticultores e verdureiros nos arrebaldes da cidade, pedreiros, ferreiros, carpinteiros, serralheiros e mestres de obra, barbeiros, bordadeiras, costureiras, lavadeiras, cozinheiras e amas-secas.” BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Valer/ Editora da Universidade do Amazonas, 1999.p.72. Alguns imigrantes mais afortunados investiram na propriedade de terras e casas de aviação. Eram os que Benchimol denominara *os nossos comendadores portugueses*, que, durante a fase áurea da borracha, enriqueceram e “necessitavam subir na escala social e mostrar prestígio e superioridade junto aos seus aviados, amigos, familiares e membros da comunidade.” *Idem, ibidem*.p.99.

¹⁷⁶ SCOTT, Ana Silvia. “Aproximando a metrópole da colônia: família, concubinato e ilegitimidade no noroeste Português (século XVIII e XIX).” *op.cit.*

¹⁷⁷ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 083, NT 2014 a . Ano 1900. IAN/TT.

¹⁷⁸ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 083, NT 2014 a . Ano 1900. IAN/TT.

¹⁷⁹ 3º Distrito Criminal. Ferimentos leves. Caixa: 1896. Doc. 03. Ano: 1896. ATJEP.A.

(vinte e quatro) anos e 17 (dezessete) meses, respectivamente, para “tratar dos negócios da casa”.¹⁸⁰ Outras viajavam em busca de trabalho e, em geral, exerciam atividades ligadas ao serviço doméstico, como: criadas, engomadeiras, costureiras e amas-de-leite.

Comumente, essas mulheres trabalhadoras vinham sozinhas ou em companhia de seus filhos. Essa era a situação da criada Marianna da Conceição, de 23 (vinte e três) anos de idade, que veio ao Pará a fim de “exercer sua profissão”. Ou mesmo da costureira Adelaide Augusta das Neves, 33 (trinta e três) anos de idade, solteira, não sabia ler nem escrever, que viajava com seu filho Damaso, de 9 (nove) anos.¹⁸¹ E, ainda, Maria das Dores Madeira, 26 (vinte e seis) anos, criada de servir, solteira, que, após ter tido uma filha natural no lugar onde residia, no distrito de Beja, viajou para o Pará quando a filha acabara de completar 4 (quatro) meses, a fim de “procurar meios de ocupação”.¹⁸²

Nesse grupo encontravam-se portanto mulheres viúvas ou solteiras, algumas delas proprietárias, outras trabalhadoras pobres, que viajavam sozinhas ou com seus filhos naturais, vindo ao Pará em busca de trabalho e meios de sustentar a família.

Voltando aos dados censitários, agora no que se refere à condição nupcial dos imigrantes portugueses, percebe-se que prevaleciam os homens solteiros (51%) em detrimento dos casados (45%)¹⁸³. No entanto, no que diz respeito às mulheres a situação matrimonial se inverte, sendo o número de casadas (46%) ligeiramente superior ao de solteiras (41%). Da mesma forma, a presença de mulheres viúvas (13%) era superior à masculina (4%).¹⁸⁴ Quando solteiras, as mulheres portuguesas que aqui viviam casavam-se preferencialmente com seus conterrâneos.¹⁸⁵

A maior presença de homens solteiros também vai ser encontrada na fonte mais específica representada pelos pedidos de passaporte. Nela, é comum os indivíduos se declararem solteiros, como é o caso do comerciante Joaquim Nunes da Silva Motta, de 44 (quarenta e quatro) anos de idade, natural do Distrito de Castello Branco e que, ao vir ao Pará pela segunda vez, traz o sobrinho, também solteiro, Acassio Nunes da Motta, “o qual

¹⁸⁰ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 14, NT 2646. Ano 1890. IAN/TT.

¹⁸¹ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 06, NT 2511. Ano 1889. IAN/TT.

¹⁸² Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 14, NT 2646. Ano 1890. IAN/TT.

¹⁸³ *Idem*.

¹⁸⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento de 1920. População do Brasil por Estados, Municípios e Districtos segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade. *op.cit.*, p.308-311.

¹⁸⁵ Esse dado será melhor abordado no capítulo sobre *População e Casamento: naturalidade, alianças e legitimidade*. que será visto na segunda parte deste trabalho.

vae seguir a vida commercial”, tal qual o tio.¹⁸⁶ Ou mesmo pessoas como o padeiro João Martins Corrêa, 28 (vinte e oito) anos, que não sabe ler nem escrever.¹⁸⁷ Solteiro, viajou sozinho a fim de exercer sua profissão, assim como o agricultor de 21 (vinte e hum) anos de idade, Casimiro da Silva, também solteiro.¹⁸⁸

A propósito do expressivo número de indivíduos solteiros que aqui aportavam, comumente também se encontravam em meio a esses imigrantes, homens que, embora se declarassem casados, viajavam sozinhos, deixando mulheres e filhos em Portugal.¹⁸⁹ Situações como a do jornaleiro Manoel Fernandes, 30 (trinta) anos de idade, casado, do Distrito de Vizeu,¹⁹⁰ ou do sapateiro de 27 (vinte e sete) anos, Antonio dos Santos, também casado.¹⁹¹ No formulário onde se preenchia a justificativa da viagem, eles declararam que tinham como objetivo “exercer sua profissão” ou “arrumar meios de vida”. Ao saírem de seus locais de origem, em vilas rurais de Portugal, dirigiam-se para Lisboa, onde ficavam em hotéis, até conseguirem dar entrada no pedido de passaporte e ter a autorização para viajar.

Uma vez no Brasil, nem sempre esses imigrantes retornavam logo aos seus locais de origem, deixando esposa e filhos em Portugal. Exemplo disso é a trajetória do português Francisco Pereira da Silva, de 34 (trinta e quatro) anos de idade, lavrador, casado, que ao ser perguntado sobre sua família em um auto aberto na delegacia, em 1873, em função de uma briga por causa de um serrote, assim declarou: “...que existe na Ilha de Faial, achando-se sua mulher senhorinha Isabel da Silva e que também tem na companhia desta dois filhos.” Dando continuidade ao interrogatório, a autoridade pergunta “Porque o dito Francisco ausentou-se de sua família abandonando-a?”, ao que ele respondeu:

“ que não abandonara sua família, e sim aventurou-se deixando sua mulher e filhos em companhia de seus parentes e que veio para o Brasil procurar algum meio de vida e que logo que pudesse voltaria para o seio de sua família, porque preferia passar por necessidade do que representar algum papel diante dos seus”. Complementou ainda que: “casou com 26 para 27 anos depois que abandonou a vida

¹⁸⁶ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx n° 06, NT 2511. Ano 1889. IAN/TT.

¹⁸⁷ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx n° 14, NT 2646. Ano 1890. IAN/TT.

¹⁸⁸ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx n° 54, NT 935 . Ano 1896. IAN/TT.

¹⁸⁹ Era comum nos inventários de estrangeiros pesquisados no ATJEP, o processo ser aberto por amigos ou advogados, pelo fato da família estar residindo no país de origem do inventariante.

¹⁹⁰ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx n° 05, NT 2510. Ano 1889. IAN/TT.

¹⁹¹ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx n° 05 (segundo maço), NT 2510. . Ano 1889. IAN/TT.

marítima, que sendo seus pais mortos deixou alguma coisa que por ocasião do que, elle respondente, assistia sua família.” Perguntado pelo delegado se possuía família no rio Acará, respondeu que: “por necessidade para ter algum trato delle respondente em suas enfermidades ou mesmo quem defenda seus interesses em sua ausência encostou-se a uma mulher que vive ainda em poder de seu pai de nome, Anna Pereira Gemaque, com quem elle respondente mora.”¹⁹²

De seu depoimento depreende-se que o português Francisco deixara a mulher com os filhos em Portugal, que sobreviviam com o auxílio de parentes e de bens deixados pelos pais do mesmo. Francisco estava há 08 (oito) anos no Pará, onde exercia a profissão de lavrador, provavelmente no rio Acará, e há 05 (cinco) meses viera para Belém, onde permanecia. Como bem afirmou em seu depoimento, vivia “encostado” com uma mulher em Acará. A necessidade de ter alguém, para o português, estava associada ao cuidado em caso de enfermidade e proteção de seus interesses. Em seu depoimento reitera a pretensão de voltar a Portugal, apesar de encontrar-se há 08 (oito) anos no Brasil, para onde veio em busca de novas oportunidades.

Não se tem como saber se Francisco realmente voltaria a Portugal, mas a questão que se coloca a partir de sua narrativa é que a migração para o Brasil é, muitas vezes, encarada por esses imigrantes como temporária, uma alternativa para a acumulação de capital e a possibilidade de retorno em uma condição de riqueza e prestígio superior àquela deixada quando do deslocamento para a antiga colônia. Uma estratégia bastante utilizada em uma sociedade hierarquizada como a portuguesa, com poucas alternativas de ascensão social.¹⁹³

Todavia, encontrou-se histórias de imigrantes portugueses casados, que se deslocaram sozinhos para o Pará e, após um certo tempo de permanência no Estado, mandaram buscar suas esposas em Portugal. É o que se percebe de algumas cartas encontradas em anexo aos pedidos de passaporte.

Essa foi a história de Emilia Carreira Gaspar Dias de Souza, de 26 (vinte e seis) anos de idade. Ela morava em Lisboa com o filho de 02 (dois) anos, Pedro, em companhia de seu sogro. O marido, Pedro Fernandes Dias de Souza, encontrava-se em Belém e era

¹⁹² Auto de Perguntas. Fundo de Segurança Pública. Ano: 1873. Cx: 1873. APEP.

¹⁹³ PEREIRA, Miriam. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. *op.cit.*, p. 45.

oficial da marinha mercantil. Seu pai, após algum tempo convivendo com Emilia e o filho, parece tê-lo pressionado a mandar buscá-los para viver com ele em Belém. Segundo a carta de Pedro à Emilia, este alega ter ficado surpreso com a carta do pai solicitando que o filho mandasse chamar a família. Diz Pedro:

“ Pará, 31 de outubro de 1900,

É o meu maior desejo e os meus ardentes votos que esta minha carta te va encontrar no goosso de boa saúde, assim como nosso querido filhinho, e mais família, em ao presente sem novidade. Pelo paquete passado fiquei tão surprehendido com as cartas recebidas de meu pae, que não disse tudo que queria, porque enfim é meu pae, mas elle me faz uma accusação que eu não mereço pois que se perdeu o logar na Ilha Brava a culpa foi delle, porque se opôz a tua vinda par cá, e agora diz que eu tinha promettido mandarte vir e que elle fiado nisso tratou de tudo para embarcar no transporte. A pouca é que como eu não te mandasse virque perdeu o logar, pois que não havia de te deixar sozinha e agora diz me que já tem logar e que deve lá estar em dezembro, e portanto que resolva a teu respeito. Ora eu já resolvi que é a tua vinda para cá como verás não? a carta e junto desta encontrara uma ordem de 200#00 fortes, e para o outro mandarei o resto caso me seja fácil... contava mandar-te dinheiro agora, mas só fazem pagamento no dia 1 do mez e o paquete sae hoje e não há outro, tem paciência que até 25 (vinte e cinco) de novembro chegará ahi, chegara sem falta que a ordem vae em teu nome farás o que entender. Não acredito ainda que meu pai vá para a Ilha, mas quer vá quer não, tu é que ahi não ficas. Não deixes ahi ficar senão o que de todo for impossível trazer informa-te na agencia do vapor onde tomares passagem se pode trazer mobília com bagagem, cuja mobília demarcaras e encaixota as para o que tem junta em Lisboa para isso, porque só tu aqui veras como isso aqui é caro. A casa já tenho, é uma das mais baratas que pago, faz lá idéia, 24#000fortes, por...mez!!, tem sola, alcova e um quarto, casa de jantar, cosinha e fora um quintal, um banheiro e retrete, e estou com sorte felizmente. Por hoje nada mais e aguardo carta tua para ser mais extenso.

Pedro Fernandes Dias de Souza.”¹⁹⁴

Como já observado, Emilia e o filho ficaram em Lisboa com o sogro, que passou a exercer certa pressão para que Pedro os mandasse buscar. O marido pagaria a despesa da viagem enviando ordens de pagamento. Por outro lado, Emilia deveria cuidar de todos os preparativos para o embarque e, embora não precisasse da autorização do esposo para

¹⁹⁴ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx n° 83, NT 2014a. Ano 1900. IAN/TT.

realizá-lo, era necessário reconhecer a carta de Pedro junto a um tabelião para retirar o passaporte. Ao que parece, ela viria para viver durante algum tempo, tendo em vista a preocupação em trazer a mobília, pois, segundo Pedro, as coisas em Belém eram caras, justificando tal despesa, como ele afirmara à esposa: “só tu aqui veras como isso aqui é caro”. Mesmo o preço da casa em que ele vivia lhe parecia muito alto frente às características que esta apresentava e por ele minuciosamente descrita. Em suas palavras: “A casa já tenho, é uma das mais baratas que pago, faz lá idéia, 24\$000 fortes, por...mez!!.”

Esse dado é importante, pois, como será visto no próximo capítulo, uma das principais queixas encontradas nos jornais da cidade diz respeito ao alto custo de vida em Belém, que se refletia, em particular, no aumento constante dos aluguéis das casas, o que pode ser entender frente à grande demanda surgida com o crescimento populacional acentuado pela migração de nacionais e estrangeiros e o número restrito de imóveis para serem alugados.

Emilia deveria vir no mês de dezembro para o Pará, devendo informar a data em pelo menos um *paquete* de antecedência. Outros tempos, outras medidas de referência. Essa foi a mesma data sugerida pelo português Bento Motta ao escrever sua carta à esposa Josefina de Jesus, de 30 anos de idade que, assim como Emilia, também morava em Lisboa. Diz a carta:

“ Pará, 20 de novembro de 1900

Minha querida esposa. Muito estimo que estas duas mal notadas linhas a vão encontrar com uma perfeita e feliz saúde, mais as nossa filha i touda a família. Mulher. Hoje mesmo terminei a tua jornada i de nossa filha a Conceição ahi te mando uma letra com o valor de 50.000 mil réis para ires receber a caza de Braga não posso agora te mandar mais. Recebe o dinheiro da vaca.e vende o pão que eu te lá deixei i venderas a porca e as batatas toudas i faz por apurares todo esse dinheiro, venderas a lã que tudo te sera preciso para a tua jornada e nossa filha Conceição, faz por a render os bens se ober quem os queira. Se não haver quem os queira entrega a teu pae i que pague os tributos. Faz os impossíveis para ver se cá esta para o natal. A casa de cima arrenda i as outras debaixo onde estava o caiador deixa la ficar os nossos moveis e deixaras la a chave da casa a tua mai, trz os lençóis que cá tudo é preciso e traz as colças. Prega o portão da casa de cima que entras para a debaixo com uma taboa...compra uns sapatos para a pequena para aqui desembarcar...Si não trato em Lisboa, eu escrevo daqui para o Antonio Araújo para elle te ir esperar na estação i para vir com tigo a te o vapor i elle mesmo te trata do teu passaporte irás com

essa carta a Taboação reconhecer a carta no tabelião i arranjar logo os teus papeis toudo em Taboação, para não andares (ilegível). .. mandame dizer que este vapo vens para eu a qui te esperar no desembarque não traga encomendas para ninguém, quem sofre com isso somos nós, é preciso que tu tragas essa carta para tirares o passaporte é preciso mostrar essa carta i ser reconhecida pelo tabelião. Mandaras comprar uma roupinha a pequena para trazer com tigo não te encomodes sou teu marido, só a vista terá fim. Se não houver alguma pessoa que venha para aqui não tenhas medo de entrar no vapor.

Bento Motta.”¹⁹⁵

Josefina reconhece a carta alguns dias depois, junto a um tabelião, em 13 de dezembro de 1900. Ela e Bento estavam casados há 12 (doze) anos conforme informação da certidão de batismo da filha, Maria, que nascera no ano posterior ao casamento, em 1889. Naquele ano, Bento exercia a atividade de jornaleiro e o casal vivia no Concelho de Taboação, diocese de Lamego, onde ele instruíra a esposa a reconhecer a documentação. Assim como na carta anterior, fica clara a remessa de dinheiro feita por estes imigrantes à família que restara em Portugal, através de letras . Em sua carta, Bento é minucioso nas instruções que remete a Josefina para que esta viabilizasse os preparativos de sua jornada, mandando-lhe vender a vaca, a porca, trancar as portas, deixar a chave com a mãe e entregar ao pai o que não pudesse vender, ao que este trataria de pagar os tributos.

Essa carta demonstra bem a dimensão das medidas que implicavam o deslocamento dessas pessoas. Para além do valor monetário do traslado, elas dão uma descrição rica dos pormenores necessários para se desfazer, mesmo que temporariamente, das coisas de Portugal para deslocar-se.

Assim como na situação anterior, Bento sugere à esposa que traga lençóis e colchas, “porque cá tudo é preciso”. Chega mesmo a destacar a importância dela comprar um sapato e uma roupa à filha para a viagem e o desembarque no Pará. A longa viagem para um local desconhecido, sem parentes ou conhecidos, poderia implicar em um certo receio, ao que se percebe da preocupação de Bento ao consolá-la dizendo que “se nao houver alguma pessoa que venha para aqui não tenhas medo de entrar no vapor. ”

¹⁹⁵ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 83, NT 2014a. Ano: 1900. IAN/TT.

Nas duas cartas fica clara a importância da rede familiar e dos amigos não apenas na manutenção da família em Portugal, quando da ausência do marido, mas também nos preparativos da viagem. Assim é que, no primeiro caso, Emilia ficara residindo em Lisboa na casa do sogro e, no segundo, Josefina ia precisar dos pais para, entre outras coisas, guardar a chave da casa e ficar responsável pelas coisas que não conseguiria vender. Iria também precisar do auxílio de um amigo, a quem Bento recorreria para levar a esposa à estação e ao vapor, além de ajudá-la com a solicitação de passaporte.

Essas histórias nos trazem fragmentos de circunstâncias particulares da vida desses imigrantes. Da preocupação com a compra do sapato da filha pequena para o desembarque no Pará ao fechamento da porta com tábuas da casa portuguesa; do envio de uma carta chamando a esposa para viver junto de si, justificando, desse modo, junto às autoridades, a sua viagem, às ordens de pagamento enviadas para a realização da mesma. Em sua singularidade, essas histórias revelam, com riqueza, os detalhes, as dificuldades, acordos e ajustes domésticos necessários à realização da migração. E, com elas, um olhar novo e complementar se faz associar aos números e percentuais da migração, com o qual se iniciou esse capítulo.

Pelo exposto, percebe-se que a migração nacional e estrangeira para Belém foi bastante expressiva, sendo em grande parte responsável pelo crescimento populacional ocorrido no final do século XIX e início do XX na capital.

A expansão da economia gomífera estimulou o deslocamento dessa população para a Amazônia. Entre idas e vindas da capital para os municípios do interior e demais estados da região, um grande número de migrantes permanecia em Belém, que à época, se constituía na principal cidade amazônica. A maior parte desse crescimento, entretanto, deve-se à migração nordestina. A imigração estrangeira, dirigida ou espontânea, embora considerável, não se mostrou tão acentuada quanto em outros estados do sul do país. O português, seguido do espanhol e italiano, formaram os grupos étnicos mais presentes no cenário da capital.

Direcionados, a princípio, para os núcleos de colonização agrícola, os migrantes nacionais e estrangeiros findaram, em grande parte, abandonando essas áreas de lavoura e deslocando-se para os seringais do interior do estado e das províncias do Amazonas e Acre ou, ainda, para a capital paraense.

Aqui, vamos encontrá-los nas mais diversas atividades e profissões. Do grande comércio das casas aviadoras a pequena venda de leite, alimentos e água; do serviço de carregador e estivador à vendedor de lenha e alimentos; da ama-de-leite às lavadeiras, engomadeiras e cozinheiras. Do morador dos sobrados ao proprietário de cortiços, moradores de estâncias, vacarias e hotéis. Eles estarão presentes na segunda parte deste trabalho, sozinhos, ou com suas famílias, misturando-se aos moradores locais num cotidiano marcado por redes de ajuda mútua, tensões e alianças, estabelecendo suas relações conjugais.

3.2. Traçado urbano e serviços

A expansão da economia da borracha possibilitou o aumento do fluxo de capital e de população, em Belém. Com isso, o espaço da cidade ganhou novas áreas e os antigos bairros iniciais de colonização foram redefinidos.

Como inicialmente discutido no primeiro capítulo deste trabalho, as alterações que a partir daí se fizeram presentes na urbe passaram por algumas questões como o projeto de modernização implementado a partir da segunda metade do século XIX pelos governos republicanos, que pensaram a cidade a partir de preceitos técnicos e higiênicos pautados no ideal de civilização e progresso.

Naquele momento, levantou-se igualmente o fato de que essas políticas não se efetivaram sem os limites impostos pelo conjunto da população, que sofreu as tendências dessas mudanças, mas que igualmente conferiu-lhe restrições a partir de suas experiências e estratégias de sobrevivência. Retomando os argumentos de Matos:

“Contemporaneamente, percebem-se no cotidiano da cidade as tensões urbanas que emergem vivenciadas de forma fragmentada e diversificada por seus habitantes, o que contrasta com as representações nos estudos acadêmicos, técnicos e nas fontes oficiais, nos quais a cidade se apresenta como unidade; na realidade a cidade se mostra múltipla.”¹⁹⁶

¹⁹⁶ MATOS, Maria Izilda Santos. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. op.cit. p. 34

Por isso, é preciso discutir as transformações urbanas não apenas a partir dos discursos oficiais que enfatizam as construções arquitetônicas e o progresso urbano, mas também dar conta do cotidiano de dificuldades vividas nesse espaço pela maioria da população, que sofreu a pressão da exclusão do poder público nas obras de urbanização.

É com essa preocupação que será investigada a forma pela qual se deu a configuração dos bairros, dos serviços de infra-estrutura, das formas de moradia e de construção e uso dos espaços das casas da capital paraense. Essas questões têm que ser pensadas levando em conta a perspectiva de portugueses, cearenses, potiguares, leiteiros, carapinas, engomadeiras, lavadeiras, que vão conviver, ignorar, dialogar e criticar os projetos oficiais de urbanização, imprimindo na cidade inúmeras formas de experiência, ideais e memórias.

Portanto, o objetivo desse item não é investigar as políticas de modernização de Belém, mas, sim, mostrar como as mudanças ocasionadas por essas políticas atingiram e foram vividas pelos indivíduos e as diversas famílias que interagem nesse espaço urbano. Como se estabeleceu a dinâmica da vivência desses indivíduos no cotidiano da cidade?

É esta preocupação que estará aqui presente, quando se estiver descrevendo as alterações na iluminação e no transporte elétrico, a edificação de palacetes, prédios públicos, calçamentos, melhoramento de ruas, praças e avenidas. E ainda, o crescimento das estâncias, cortiços, pensões, o surgimento e ampliação de bairros periféricos e *áreas baixas*, onde prevalecia a iluminação a querosene e os *bonds* de segunda linha. Não se pode esquecer também os hotéis de migrantes e seringueiros, o som das vacas dos leiteiros portugueses, os pregões do Ver-o-Peso, o burburinho da população em frente aos inúmeros poços de água públicos que abasteciam a cidade, os carroceiros com seus carros empilhados à frente das firmas comerciais das ruas do centro. Essas são algumas das práticas, imagens e sons que marcaram o cotidiano do espaço urbano e que serão a partir de agora melhor pontuadas.

3.2.1. Percorrendo os distritos da Cidade

A cidade de Belém possuía quatro distritos principais: Cidade, Campina, Trindade e Nazaré. Segundo a divisão judiciária datada de 1895, nesses distritos estavam circunscritas não apenas as áreas compreendidas no marco urbano da cidade, mas também as povoações rurais e ribeirinhas localizadas em seu entorno. Os marcos judiciais confundiam-se com os religiosos, imbricando as referências que delineavam o espaço urbano, ficando as áreas assim compreendidas: a freguesia da *Sé* e de *Sant'Anna da campina* formavam o 1º e 2º distrito, respectivamente. Por sua vez, a freguesia de *Nazaré* e *Trindade* formavam o 3º distrito.¹⁹⁷

Posteriormente, novas áreas foram sendo formadas re-configurando o traçado da cidade. Boa parte delas foi ocupada por migrantes que, ao incentivar o crescimento populacional ocorrido à época, também contribuíram para a nova definição espacial da capital paraense, que viu surgir o 4º, 5º e 6º distritos. (Ver mapa III e IV, p.107e 108)

O conjunto desses distritos foi sendo formado em momentos diferenciados e apresentou características diversas ao longo da História da cidade. Por seu caráter mais antigo e de importância no espaço urbano, apenas os três primeiros serão vistos em maior detalhe, a partir de agora.

1º e 2º Distritos

Neles encontrava-se o bairro mais antigo de Belém, a *Cidade Velha*, como passou a ser chamada essa área de urbanização inicial. Ela terminava na travessa de São Matheus, onde fazia fronteira com o bairro da Campina. Neste espaço foram cortadas as primeiras ruas de Belém, edificadas as primeiras igrejas, incluindo a catedral da *Sé*, dando origem à freguesia homônima, e, ainda, os palácios que encerravam a administração da província. Era o local de morada de administradores, comerciantes e proprietários de engenho.

Esse bairro foi o primeiro a sofrer uma grande intervenção no que diz respeito à urbanização da cidade, ainda na primeira metade do século XIX, com o aterramento do

¹⁹⁷ Divisão judiciária artº 12 da lei nº 299 de 25 de junho de 1895 e ato do art.º 314 da lei de nº 455 de 11 de junho de 1896 In: PARÁ – Secretaria do Governo, Manoel Baena. Relatório apresentado ao governador do Estado em fevereiro de 1895. *op.cit.*

canal do *Piri*, que se constituía em “um terreno de aluvião muito baixo inteiramente horisontal, em que duas vezes por dia penetraõ livremente as águas no preamar”.¹⁹⁸ Já nesse período, o argumento utilizado para justificar o aterramento desses terrenos estava voltado para a questão da saúde e da higiene, visto que sua drenagem, nas palavras do autor, iriam permitir:

“que desapareça este productor de insectos de toda a espécie, e jamais por elle seja o ar impregnado de vapores pestiferos, que enervaõ o corpo, produzem contagioens perigosas, e as mais das vezes mortíferas, e que originam sezoens e outras enfermidades endêmicas, que abreviaõ a vida dos habitantes.”¹⁹⁹

Com o aterramento do canal do *Piri* foram construídas três estradas de terra de cascalho e calçadas, onde árvores foram plantadas formando espaços de passeio público. A partir daí, ficou mais contínua a interligação deste bairro com a *Campina*.

Já na primeira metade do século XIX, mais precisamente em 1822, o bairro da *Cidade*, apesar de mais antigo, possuía uma população um pouco menor do que aquela registrada na *Campina*. Enquanto nessa área eram arrolados 6.505 (seis mil, quinhentos e cinco) moradores, entre brancos, índios, pretos, mestiços e escravos, a *Cidade* possuía 5.966 (cinco mil, novecentos e sessenta e seis), com esse mesmo perfil.²⁰⁰ Este fato é compreensível se pensarmos nos limites de terreno desse núcleo inicial de colonização, apresentando-se a *Campina*, naquele período, como um espaço alternativo de crescimento urbano.

Pouco a pouco, as ruas estreitas da *Cidade Velha* passaram a contrastar com as avenidas e *boulevards* abertos na segunda metade do século XIX. Visto como bairro insalubre e pantanoso, foi deixando de ser o espaço de moradia das famílias abastadas. Diz o jornal *Folha do Norte*, no ano de 1907, sobre a *Cidade Velha*:

¹⁹⁸ Na verdade, essas divisões vão sofrer diversas modificações, de acordo com as estâncias pesquisadas. Para se ter uma idéia disso, basta citarmos que, para a Secretaria de Saneamento do Estado, a estrada de Nazaré era classificada como pertencendo ao quarto distrito, e não ao terceiro, como aparece na classificação acima. No entanto, o que é importante depreender-se dessa questão é que, de uma forma geral, o espaço encontrava-se bem delimitado entre aqueles três distritos principais. BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém: UFPA, 1969. [1º 1829]. p.254

¹⁹⁹ BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da província do Pará..op.cit., p.254.*

²⁰⁰ *Idem, ibidem, p. 373.*

“As nossas ruas cada vez mais esburacadas e lama em tempo de inverno.... estão a testar o abandono, a decadência a que foi votado este bairro enquanto outros florescem...Uns vão-se para outros bairros em busca de melhores ares, outros se mudam para um bairro que é de todos e do qual nunca mais se volta. Na semana passada lá se foi para Baptista Campos, um dos mais antigos moradores da cidade velha, o sympathico e bom velhinho Elizario, em procura de ar saudável para sua saúde comballida.”²⁰¹

A tempo, outros bairros foram se consolidando enquanto alternativa de moradia para as famílias proprietárias que construíram seus palacetes em locais mais amplos e de urbanização mais hodierna, como o bairro de Nazaré.

A segunda área que compunha o 1º e 2º distritos de Belém era a da *Campina*, conhecida como “segundo bairro da Cidade”²⁰². Formado posteriormente, compreendia as principais ruas do comércio de Belém e seu entorno.²⁰³ Nela concentrava-se boa parte das lojas, armazéns, bancos e casas de aviamento, localizados nos arredores das avenidas João Alfredo, 15º de Novembro, 13º de Maio e *boulevard* Castilho França.

Pode-se conhecer um pouco mais do perfil desse espaço a partir da trilha aberta pelas inspeções médicas realizadas em suas ruas²⁰⁴, nos idos de 1884, pelo médico sanitarista Manoel de Moraes Bittencourt.²⁰⁵

Nessas vias foram visitadas cerca de 938 (novecentas e trinta e oito) *casas*, onde residiam 4.870 (quatro mil, oitocentas e setenta) pessoas. Se imaginarmos que, à época, a cidade de Belém possuía cerca de 80.000 pessoas na capital,²⁰⁶ vê-se que o número de indivíduos arrolados no bairro da *Campina* durante as visitas médicas correspondia a cerca de 6% da população da cidade como um todo.

²⁰¹ *Folha do Norte*. 12.09.1907. p.01

²⁰² BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da Província do Pará*. op. cit., p.322.

²⁰³ Essa freguesia abrangia Santana da Campina, nos marcos da cidade de Belém, bem como áreas rurais como Caraparú, Capim, Inhangapy, Guajará-miry, São Domingos da Boa Vista e Bujaru. PARÁ – Secretaria do Governo, Manoel Baena. op. cit., p.50.

²⁰⁴ Nessas visitas domiciliares foram percorridas as seguintes vias: Rua das Flores, dos Martyres, do Rosário e São Vicente; Travessa Estrella, da Glória, Princeza, Piedade, das Mercês, Quinze de Agosto e Santo Antonio; Largo do Rosário e do Chafariz; e, finalmente, o beco da Serraria e a doca do Imperador.

²⁰⁵ O médico sanitarista Manoel de Moraes Bittencourt foi também vereador entre os anos de 1887/1889, na época do presidente de província Comendador Álvaro Pinto de Ponte e Sousa. cf. CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. 2º v. p.702.

²⁰⁶ PARÁ – Presidência da Província, Tristão de Alencar. Falla em que abriu a 1º sessão da 25º legislatura da Assembléa Provincial em 25 de março de 1886. p.24.

No que diz respeito ao sexo e à idade dessas pessoas, havia, segundo o relatório, um número superior de mulheres (2.457) em detrimento dos homens (2.108). Assim como um total de 2.915 (duas mil novecentas e quinze) pessoas de maior idade, em detrimento das 1.620 (mil, seiscentas e vinte) de menor idade, num total de 4.535 (quatro mil, quinhentos e trinta e cinco) indivíduos.²⁰⁷

A denominação *casa* usada pelo médico englobava não apenas as casas particulares, mas também cortiços, hotéis, casas de pasto, estâncias, oficinas de trabalho, pequenas manufaturas, colégios, cocheiras, depósitos, tipografias e a casa de um retratista.

É importante destacar que muitas lojas comerciais justapunham também espaços de moradia, como as padarias, lojas de secos e molhados e botequins. Desse modo, além de se constituírem em espaços de negócio, eram também utilizados como morada, não apenas do proprietário e sua família, mas também, dos trabalhadores.

Para se ter uma idéia da estreita relação entre o espaço de trabalho e o de residência nas casas visitadas pelo médico, basta destacar a descrição de uma venda apontada em seu relatório, onde havia seis quartos “pequenos, úmidos e alugados.” Essa parecia ser uma prática comum mesmo em épocas posteriores, pois, em um auto aberto em 1910, o português João de Oliveira, 39 anos, casado e comerciante, ao servir de testemunha, afirma que: “morava na mesma casa em que tem seu estabelecimento, na dependência da frente e subloca os quartos que ficam atrás.”²⁰⁸

Essa mesma situação pode ser encontrada nas oficinas de trabalhadores, como sapateiros, marceneiros, alfaiatarias, funileiro, tamanqueiro, serralheiro e ourives, para citar algumas daquelas arroladas no relatório médico. Nelas, o espaço de trabalho confundia-se com o de moradia, não podendo pensá-los separadamente. Um exemplo ilustrativo dessa assertiva era a marcenaria onde trabalhava Vicente Lima, que ficava à frente de um sobrado onde ele alugava quartos para várias famílias.²⁰⁹

É interessante destacar-se ainda, a partir dos dados do relatório do médico sanitário, o arrolamento de 09 (nove) cortiços, bem como vacarias e estâncias localizadas

²⁰⁷ Vale ressaltar que esse número é menor do que aquele computado no geral, equivalente a 4870 (quatro mil, oitocentas e setenta) pessoas, pois, em uma das visitas realizadas pelo médico, não há referência a sexo e idade dos moradores, diferentemente dos demais em que esse dado aparece.

²⁰⁸ Processo crime. 4º Vara. Homicídio. Caixa: 1910. Ano: 1910. ATJEPa.

²⁰⁹ Processo crime. 1º Distrito Criminal. Homicídio. Caixa: 1897. Ano: 1897. ATJEPa.

na *Campina*, que, como já se disse, era a segunda área de urbanização mais antiga e tradicional da cidade.

Pensar a existência desses espaços alternativos de moradia, como os cortiços, conjuntamente com as elegantes lojas de venda de artigos de luxo importados, as principais casas de aviamento e grandes hotéis revela a dinâmica contraditória da paisagem urbana da *Campina*, entrecruzada por espaços de trabalho, moradia e circulação de pessoas pobres e da elite local, como ocorria nas demais freguesias da *Cidade* e, como veremos, de *Nazaré*.

3º Distrito

Formado pelos bairros de Nazaré e a freguesia da Trindade, esse distrito não apenas era contíguo à *Campina*, como algumas ruas desse bairro pertenciam à sua área. O 3º distrito apresentava-se como alternativa de crescimento da cidade. Inicialmente formado por longos caminhos de terra onde se encontravam as inúmeras rocinhas da capital - uma espécie de casa de campo -, esse espaço foi sendo rasgado por largas ruas, estradas e avenidas. A urbanização de *Nazaré*, situada a nordeste da cidade, foi otimizada pelo aterramento da *Doca do Reduto* em fins do século XVIII.²¹⁰

Por ser uma área mais recente de expansão, em suas vias concentrou-se grande parte dos palacetes e sobrados construídos em Belém à época da borracha, alguns deles ainda presentes na paisagem da cidade. Pouco a pouco, a freguesia de *Nazaré* e seus arredores foram sendo ocupados pelas famílias mais abastadas, que iam preterindo as ruas apertadas e comerciais da *Cidade* e da *Campina*. Essas famílias residiam preferencialmente nas estradas de *Nazareth*, de *São Jerônimo* e nas travessas em seu entorno.

A listagem da junta de qualificação da paróquia de *Nazareth*, já referida no capítulo anterior, compreendia as áreas desse distrito, particularmente aquelas pertencentes ao bairro de *Nazareth*, *Umarizal*, *Villa do Pinheiro* (atualmente *Icoaraci*), povoações da Estrada de Ferro de Bragança, Santa Isabel e, em menor escala, trechos de ruas do bairro da *Campina*, que lhe eram fronteiriços. Da relação, depreende-se que o universo de espaços alcançados por esse distrito era bastante amplo e amelhava áreas urbanas, bem como povoações rurais

²¹⁰ TRINDADE JUNIOR, Saint-Claire Cordeiro de. *Produção do espaço e diversidade do uso do solo em área da baixada saneada*. (Dissertação) Belém-Pará: Programa de Planejamento e Desenvolvimento da Amazônia. NAEA. 1993. p. 52-63.

de colonização voltada para a lavoura, como aquelas localizadas ao longo da Estrada de Ferro de Bragança e Santa Izabel.

Nessa listagem, constavam o nome, idade, profissão, filiação, domicílio e renda das pessoas qualificadas que deveriam possuir rendimento presumido ou comprovado, igual ou superior a 200\$000 (duzentos mil réis) anuais e residência conhecida.²¹¹ Os dados arrolados nesse documento constituem-se um instrumento importante de caracterização dos moradores desse distrito. Assim, fica-se sabendo que, dos 18 votantes mais ricos, com fortunas acima de 6:000\$000 (seis contos de réis) anuais, 14 (quatorze) moravam na *Estrada de Nazaré e São Jerônimo*. Os quatro indivíduos restantes habitavam fazendas do Una e Val-de-Cães (povoações próximas ao entorno de Belém) e trechos de ruas da Campina. Esses moradores mais ricos foram arrolados como proprietários e comerciantes.²¹² Um deles, José Antunis, viria a se tornar o dono de uma das maiores casas aviadores do Pará, a *B.A. Antunis*. Destacam-se ainda os nomes de vários outros comerciantes recém-chegados à capital do Estado e que fizeram fortuna com o negócio da borracha e construíram suas moradas na Estrada de Nazaré e da Independência, que ficava a ela contígua. Entre eles, Manoel Antonio pimenta Bueno, Joaquim Baptista Pimenta Bueno, José Cardoso da Cunha Coimbra, Liberato Castro, Hilário Alvarez, para citar alguns nomes.²¹³

No total, foram registrados como residentes nas estradas de Nazaré e São Jerônimo, 64 (sessenta e quatro) indivíduos. Apesar de possuírem fortunas menores que os 18 (dezoito) acima referidos, esses votantes tinham renda acima de 600\$000 (seiscentos mil réis) anuais. Eles eram militares, empregados públicos, médicos, engenheiros, caixeiros, e ainda, em menor quantidade, alfaiates e sapateiros.

Da lista depreende-se também o grau de instrução dessas pessoas, que era bastante alto quando comparado aos votantes das demais ruas arroladas na listagem. Dos 61 (sessenta e um) moradores em cujo registro constava a instrução, 57 (cinquenta e sete)

²¹¹ BRASIL - Collecção de leis do império de 1876. Tomo XXXIX-Parte II, volº 01. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. Instruções regulamentares para execução do decreto nº 2675 de 20 de outubro de 1875.

²¹² Banco de dados da pesquisa formado a partir do Edital da junta de qualificação da paróquia de Nazareth.

²¹³ A maior parte desses nomes pode ser encontrada na obra de Weinstein como prósperos comerciantes e proprietários de firmas comerciais. Os nomes de Hilário Alvarez e Liberato Castro foram os únicos retirados do livro de BOTELHO, João José da Costa. *A família Castro no Pará*. Belém: Gráfica Falangola, 1983.

declararam saber ler e escrever, portanto 93% do total. A média de instrução encontrada para o geral da freguesia girava em torno de 49%.

Saindo dessas duas estradas principais da freguesia de *Nazaré* e seguindo pelas suas demais ruas, travessas e povoações, chega-se a um total de 778 votantes, com diferentes perfis. Inicialmente destaca-se o universo amplo de atividades profissionais a que esses eleitores estavam ligados. A tabela abaixo auxiliará na melhor visualização dessas atividades:

ATIVIDADES	Q	%
Agência	191	25%
Carapina	81	10%
Empregado Público	63	8%
Sapateiro	44	6%
Alfaiate	36	5%
Comerciante	34	4,4%
Pedreiro	33	4,2%
Militar	32	4,1%
Proprietário	29	4%
Total	768	71%

Fonte: Lista de votantes da paróquia de *Nazaré* (1876).

As ocupações profissionais acima corresponderam a 71% daquelas arroladas no edital de qualificação dos votantes da paróquia de *Nazaré*. Outras profissões não aparecem na tabela, pois foram pouco citadas no documento, como: caixeiro, prático, tipógrafo, artista, entre outros. Como se percebe, as atividades associadas à *agência* predominam. Elas correspondem a serviços não regulares onde o sujeito agenciava seu trabalho de acordo com diferentes oportunidades de empregos temporários e não fixos que apareciam, tais como: carregador, vendedor e proprietário de pequenos negócios. A ela, seguem-se as atividades de serviços como empregado público, sapateiro, alfaiate, carapina, pedreiro, ou

ainda, as ocupações ligadas à segurança e ao comércio. Nas áreas dos povoados rurais da Estrada de Bragança e Santa Izabel, prevaleceram as atividades de lavrador e pescador.

Pela lista de votantes não temos como visualizar a presença feminina, visto que somente os homens de maior idade votavam. No entanto, 12 anos depois de sua publicação, o médico sanitário Antonio Rogério de Gouveia Freire, ao realizar as suas visitas domiciliares na área do 4º Distrito, que compreendia algumas das mesmas ruas e travessas da listagem acima, nos legou o registro dos chefes de família das casas visitadas.²¹⁴

Com isso, fica-se sabendo que, do total de 42 (quarenta e duas) casas visitadas, em 11 (onze) delas o chefe de família foi apontado como sendo do sexo feminino e, em 35 (trinta e cinco) residências, a chefia pertencia a um homem. Com isso, a chefia feminina chegava a 31% do total de residências.²¹⁵ Esse número é bastante expressivo se pensarmos que essas moradias localizavam-se em uma das áreas mais nobres e ricas da cidade. Algumas dessas mulheres foram relacionadas como viúvas, outras com nome e sobrenome de família, e há ainda aquelas descritas apenas pelos primeiros nomes, indicando serem pessoas pobres, sem linhagem tradicional.²¹⁶

Embora se constituísse no espaço de moradia de boa parte das famílias mais abastadas da cidade, o 3º Distrito, assim como os demais, encontrava-se entrecortado por famílias de moradores de menor posse. Palacetes e sobrados vão dividir as ruas com os cortiços e as estâncias. Famílias proprietárias da elite local justapõem-se a famílias chefiadas por mulheres. Isto aponta para a diversidade dos grupos que interagem nesses espaços de morada e de trabalho, mostrando igualmente como, a propósito das políticas de modernização implementadas pelas administrações republicanas, que passavam pelo

²¹⁴ Ofícios da Inspetoria de Saúde Pública do Pará. Relação de pessoas vacinadas no 4º distrito de 23 a 26 de janeiro de 1884 e 28 de janeiro a 2 de fevereiro do mesmo ano. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série 13. Ofícios. Caixa: 409. APEP.

²¹⁵ Sobre e a questão da chefia feminina cf: KUZNESOF, Elizabeth. “*Household composition and headship as related to changes in mode of production: São Paulo, 1765 to 1836*”. In: *Comparative studies in society and History*. v. 22, nº01. Cambridge: Cambridge University Press, jan. 1980. SAMARA, Eni de Mesquita e MATOS, Maria Izilda Santos de. “Manos femininas: trabajo e resistencia de las mujeres brasileñas”. In: PERROT, Michele (Org.). *Historia de las mujeres, el siglo XX*. v.º 5. Madrid, Editorial Taurus, 1993.

²¹⁶ Ao falar das mulheres chefes de família, Dias afirma que elas tinham o costume de abandonar os nomes de família, mesmo quando eram ilustres, e adotar nomes próprios. Este fato se daria, na opinião da autora em razão da possível ilegitimidade de seus nascimentos, por viverem em concubinato e, ainda, porque “ não tinham os meios decentes de sobrevivência.” DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. op.cit., p.35.*

embelezamento das ruas e o afastamento das famílias pobres, algumas dessas pessoas conseguiram manter seu espaço de moradia, resistindo às medidas saneadoras.

A cidade cresceu e se expandiu entrecortada pela Estrada de Ferro de Bragança, acompanhada da Estrada de São Brás e do Entroncamento. Novas áreas tiveram seu povoamento intensificado, como as travessas do Jurunas, que formavam o 4º Distrito, a Rua Grande da Pedreira, as travessas do Marco da Légua e da Sacramenta que compunham o 5º e 6º Distritos. Esses espaços transformavam-se em possibilidades de expansão urbana, sendo áreas de urbanização mais recente e precária, com dificuldade de infra-estrutura e que ficavam ao largo dos serviços implementados pela administração republicana.

Finda essa primeira caracterização do espaço urbano da cidade, espera-se ter deixado claro a diversidade de grupos sociais que nele viviam e circulavam. A propósito de suas características de ocupação específicas, onde se tem as ruas antigas da Cidade Velha, as avenidas largas de Nazaré e as áreas de expansão mais hodiernas, esses espaços acomodavam diversos tipos de moradia e agrupavam pessoas de diferentes segmentos sociais. Neles moravam muitos dos personagens encontrados nos autos, processos criminais e registros paroquiais que serviram de fonte a esse trabalho e por isso é importante que se tenha em mente um pouco de seus perfis.

3.2.2. Serviços urbanos de infra-estrutura

Ao analisar o governo de um dos intendentos mais emblemáticos na História de Belém, Antônio José de Lemos, a historiadora Maria de Nazaré Sarges enfatizou o projeto modernizador que subjazia a administração deste governante, ocorrida entre os anos de 1897 a 1911. Segundo a autora, “o discurso do intendente já refletia algumas das suas concepções sobre “ordem”, “harmonia”, “civilização” e “progresso”, parâmetros fundamentais do novo regime republicano que se instalou no país.”²¹⁷ Estas concepções justificaram as ações voltadas para a urbanização levadas a efeito em sua administração.

Nesse contexto, compreende-se a fala voltada para a necessidade da higienização, vista como um dos principais parâmetros de inclusão de uma sociedade nos certames da

²¹⁷ SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do “velho intendente”*: Antonio Lemos-1869-1973. Belém: Pakatatu, 2004.

modernidade. Visando viabilizar uma política de higienização e saneamento, o governo iniciou a construção de várias obras, como o matadouro modelo, a usina de incineração de lixo, o necrotério às margens da baía do Marajó, o serviço sanitário municipal, a abertura e calçamento de ruas e a arborização da área urbana. Muitas mudanças no espaço urbano de Belém foram realizadas ao longo de seus onze anos de governo, no entanto, muitas outras já haviam sido iniciadas quando de sua administração, ou foram realizadas após esta. Algumas dessas mudanças passarão a ser detalhadas a partir de agora, particularmente aquelas ligadas aos serviços de infra-estrutura, como iluminação elétrica, serviço de transporte e abastecimento de água.

No que diz respeito à iluminação pública, passa-se do azeite e do petróleo para o uso do gás carbônico, em 1861.²¹⁸ Segundo a fala do presidente da província, João Capistrano, a iluminação de Belém, no ano de 1876, portanto início da expansão da borracha, era feita por 1.206 combustores de gás carbônico. No mesmo documento, afirma-se que este é um número limitado e, os poucos existentes, “muitas vezes encontrados sem a intensidade de luz exigida no contracto, e alguns apagados.”²¹⁹ Em 1883, inicia-se a mudança do gás carbonado pelo querosene.²²⁰ No final da década de 1890, tem-se a iluminação, administrada pela *Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense*, à base de energia elétrica, apenas em algumas ruas e logradouros da cidade.²²¹ Essa firma foi substituída pelas inglesas *The Pará Electric Company* e *The Pará Gaz Company*, que ampliaram o serviço, abrangendo não apenas as ruas mas também as casas particulares,

²¹⁸ BARATA, Manoel. *Formação Histórica do Pará : obras reunidas*. Pará: Universidade Federal do Pará, 1973. p.357-362.

²¹⁹ PARÁ – RPP. João Capistrano Bandeira de Mello Filho. Falla com que abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembléia Legislativa da província do Pará, em 15 de fevereiro de 1877. Pará: Typ. do Livro do Commercio, 1877. p.121.

²²⁰ PARÁ – RPP. Barão de Maracaju. Falla com que abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da Assembléia Legislativa da província do Pará, em 15 de fevereiro de 1883. Pará: Typ. do Jornal da Tarde: 1883. p.73.

²²¹ BELÉM – Intendência da província, Antonio José de Lemos. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na 2ª reunião ordinária do ano de 1902 Belém: Província do Pará, 1902. p.19. A Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense foi constituída na década de 1870 por comerciantes estrangeiros. Ela administrava a iluminação pública e o setor de transporte a tração animal da capital. Foi substituída no Governo do Intendente Antônio Lemois, por críticas a seu serviço e o fato de não ter conseguido instalar o transporte elétrico. A partir daí, os serviços passaram a ser feitos por firmas londrinas. WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência.op.cit., p.110.*

num total ainda incipiente de 44.582 lâmpadas.²²² Vale lembrar que à época Belém possuía cerca de 17.000 casas e mais de 170.000 habitantes.²²³

As reclamações em torno da iluminação eram constantes. Algum tempo depois da instalação da iluminação elétrica nas casas de particulares, uma das principais queixas girava em torno da qualidade das lâmpadas incandescentes:

Diz uma das matérias da *Folha do Norte*:

“Lamentamos que tão cedo a Companhia Urbana comece a desagradar pelo seu mal cuidado serviço à população d’esta cidade, que muito contava com a iluminação elétrica...Atribuímos o facto á má confecção das lâmpadas incandescentes, as quaes ora são instantaneamente carbonizadas, ora não chegam a incandescer.Quem há que deseje a iluminação electrica em sua casa, arriscando-se a inutilizar em menos de uma hora dez ou mais lâmpadas...”²²⁴

Tendo em conta o preço de uma lâmpada, em torno de 2\$000 (dois mil réis)²²⁵, vemos o alto custo de sua queima, e ainda, considerando que mais de um ambiente da casa poderia possuir lâmpadas, calcula-se o gasto necessário para a manutenção desse padrão de iluminação pelos moradores, inacessível para a população mais pobre. Se, como veremos mais à frente, o preço do aluguel de uma casa térrea girava em torno de 100\$000 a 200\$000 (cem a duzentos mil réis), o uso de uma única lâmpada poderia corresponder a cerca de 2% do valor do aluguel de um imóvel. Ou ainda, considerando que a diária de um encanador, um pintor ou cocheiro, podia variar entre 6\$000 a 9\$000 (seis a nove mil réis),²²⁶ vê-se que uma única lâmpada corresponderia a 33% do valor recebido, o que evidencia a dificuldade desses trabalhadores de possuir e/ou manter a iluminação elétrica em suas residências.

O transporte, assim como a iluminação, era igualmente subsidiado à companhia inglesa *The Pará Eletric Company*, desde o ano de 1904, com contrato estabelecido durante a intendência de Antonio Lemos. Antes desta data, o transporte era realizado pela

²²² Álbum do Estado do Pará. Governador do Estado, Augusto Montenegro. (1901-1909). Paris: Imprimerie Chaponet (Jean Cussac), 1908.

²²³ *Ibidem*. p.56.

²²⁴ *Folha do Norte*, 05.12.1896. p.01

²²⁵ *Ibidem*. p.01.

²²⁶ PARÁ - Colleção de leis do Estado, 1906. Lei nº 987 de 29 de outubro de 1906, que fixa as despesas do estado para o exercício de 1907. Belém: Imprensa Official, 1906.p.33. PARÁ - Colleção de leis do Estado, 1911, Lei nº 1222 de 6 de novembro de 1911, que fixa as despesas do Estado para o exercício de 1912. Belém: Imprensa Official, 1912. p. 75-78.

Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense e a Companhia de *bonds*. O serviço era, em sua maioria, realizado a tração animal. Só a partir de 1907 tem início o transporte por tração elétrica ainda nas principais ruas da cidade. O preço das meias passagens giravam em torno de \$160 a \$120 (cento e vinte a cento e sessenta) réis, em carros de primeira e de segunda classe, respectivamente, havendo ainda os carros de terceira linha em péssimo estado de conservação.²²⁷

No final da década de 1880 a *Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense* possuía 06 (seis) linhas de *bonds*. A primeira e terceira linhas abrangiam as ruas centrais da Cidade, Campina e Nazareth. Já a segunda e quarta linha alcançavam as áreas de ocupação posterior mais distantes do núcleo inicial, como o Marco da Léguas patrimonial e a área do Umarizal. A quinta linha seguia pela estrada José Bonifácio até o cemitério de Santa Izabel. E, finalmente, a sexta linha da Sacramento seguia pela estrada e sítio homônimo.²²⁸ Estas três últimas linhas correspondiam às áreas de recente expansão da cidade ocupadas mediante o crescimento da população impulsionado pela migração.

Matérias de jornais fazendo referência às condições precárias dos *bonds* e aos conflitos entre passageiros e funcionários da companhia, são bastante comuns nos periódicos da cidade. Da mesma forma, encontramos inúmeros processos criminais no ATJEPa abertos a partir de acidentes envolvendo esses veículos.

As críticas à Companhia encerram-se na falta de cumprimento dos horários estabelecidos, dos trilhos descobertos que dificultavam a passagem dos carros e favoreciam os acidentes. Junto a essas questões, somavam-se as reclamações em torno do tratamento dado pelos funcionários da empresa aos passageiros, como na nota publicada pelo *Jornal Folha do Norte*, na coluna *Actualidades*, onde sempre se escrevia sobre assuntos voltados para os problemas cotidianos da cidade. Ao falar dos preços da passagem da Companhia Urbana, aprovados pelo Conselho Municipal, o cronista observa:

“O aumento deve ser concedido, com a obrigação para a Companhia de manter nos carros de primeira, pelo menos, um pessoal melhor escolhido que a maioria do actual, providenciando ainda sobre

²²⁷ *Folha do Norte*, 22.07.1896,p.01

²²⁸ PARÁ – Relatório da Companhia Urbana da Estrada de Ferro Paraense relativo ao 1º e 2º semestre s de 1887. Pará: Typ. do Diário de Belém, 1888. Fundo da Secretaria da presidência da Província. Série nº 13, ofícios. Caixa: 429.

a decência do trajados soteiros, que actualmente fazem vergonha ao serviço de bonds.”²²⁹

Os conflitos entre os empregados da Companhia também chegam através dos processos criminais e ajudam a conhecer melhor o cotidiano desse serviço na cidade. Assim, fica-se sabendo da briga envolvendo *boleiros*, *conductores* e um fiscal da Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense, em 1891. Segundo o fiscal:

“No exercício de seu emprego achava-se na batente da porta do tabelião Chermont à estrada de São Jerônimo canto da travessa da Princeza a espera dos bonds da Companhia Paraense para fiscalizá-los, isto depois da chuva que caíra na mesma noite; nesta ocasião ouviu um sussurro... apresentaram-se seis empregados da Companhia Urbana dos quaes o offendido conhece quatro... todos armados de cacetes e cabos de chicote... desfecharam sobre o offendido violentos e fortes cacetadas.... que nem um motivo de como cauza da aggrêsão que sofreu senão a sua solícita e rigorosa fiscalização na cobrança de passagens dos bonds dando parte a diretoria das faltas cometida pelos boleiros e conductores.”²³⁰

Por seu depoimento, fica apontado como motivo da agressão o cumprimento de suas funções de fiscalização, o mesmo não ocorrendo com os demais trabalhadores. Essa é uma das situações que desvelam a dinâmica do cotidiano da cidade, do movimento de um espaço que se constrói para além dos serviços de urbanização, normas e regulamentos implementados por administradores, como Antonio Lemos, que buscavam ordená-los. O impasse acima mostra como as experiências vividas nesse espaço podem ser conflituosas não apenas entre as pessoas da população de baixa renda e da elite local, mas também no interior dos próprios grupos populares.

Dando continuidade à análise das transformações dos serviços urbanos e o seu uso pela população, cabe ainda discutir o fornecimento de água da capital. Inicialmente tem-se que destacar que o abastecimento era feito de forma precária e poucas eram as residências que tinham acesso à pequena rede de esgoto existente em Belém. A falta de água era uma constante. Os *aguadeiros*, que eram vendedores de água em tinas, permaneceram por muito tempo na paisagem local. Os poços públicos de uso comum, abertos em algumas

²²⁹ *Folha do Norte*, 22.07.1896. p.01.

²³⁰ Processos Crimes. 3º Distrito. Autos crimes de ferimentos leves.1897. Doc 04.Caixa 1 (1897). ATJEP.A.

localidades, eram, para muitos, a única forma de abastecimento.²³¹ Nos processos vemos referência à existência desses poços, como o localizado em um terreno à estrada de São Brás, onde diversas pessoas enchiam costumeiramente suas tinas. Neste espaço, no ano de 1882, ocorreu a briga com ferimentos leves entre o sapateiro José Arantes, que já há dez anos vivia naquela localidade, e Apolinário, pelos insultos feitos por José a Maria Eduarda, que vivia em sua companhia.²³²

Somente a partir da primeira década do século XX essa situação começa a ser modificada, pouco a pouco, e o número de casas com torneiras aumenta, assim como se ampliam os reservatórios de água da cidade.²³³

Com isso conclui-se a caracterização de alguns dos serviços oferecidos na capital paraense que indicam as mudanças pelas quais a cidade vinha passando, impulsionada por uma maior liquidez da economia e pelo crescimento populacional, com as novas exigências que isto encerrava em termos de infra-estrutura. Energia elétrica, rede de esgoto e transporte elétrico eram símbolos de uma modernidade a ser alcançada, inserindo Belém no cenário das urbes mais contemporâneas. Todavia, como se mostrou, a forma de uso e vivência desses serviços mostrava-se diferenciado para os diversos segmentos sociais. O custo da energia elétrica, os *bonds* precários de terceira linha, a incipiente rede de encanamento impondo a continuidade do abastecimento de água nos poços públicos para boa parte da população, foram situações ainda encontradas na capital da belle époque, que deslindaram a dificuldade das mudanças chegarem ao conjunto da população.

Essas situações remetem aos serviços da cidade. Veja-se, a partir de agora, um outro aspecto relativo às formas de morar dessa população e as diversas alternativas e dificuldades encontradas pelos recém-chegados à capital.

3.3. Formas de moradia

Com o crescimento da cidade e a intensa migração, a demanda em torno de moradia acentuou-se. Novos espaços surgiram, agregando casas e transformando-se em bairros.

²³¹ O combate a esses poços e fontes públicas vai ter lugar a partir de 1890, com os governos republicanos. CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 2.

²³² Processos Crimes. 2º Distrito. Autos crimes de ferimentos leves.1882. Doc 02. Caixa 01 (1880). ATJEPA.

²³³ CRUZ, Ernesto “A Companhia de águas do Pará”. In *História de Belém*. Belém: Editora da UFPA, 1973.

Assim consolidam-se as residências no entorno da estrada de São Brás, da estrada José Bonifácio até o cemitério de Santa Isabel, do Marco da Primeira Léngua Patrimonial, da estrada da Sacramento, da Rua Grande da Pedreira, do Souza e de Val-de-Cães. Por sua vez, a compra de imóveis, tornou-se um dos investimentos mais rentáveis da elite local. Muitos deles eram comprados para arrendamento. Os aluguéis eram altos e as possibilidades de morada restritas ou distanciadas dos locais de trabalho e de transporte.

Com o afastamento, a facilidade de acesso aos *bonds* tornou-se um valor a mais, agregado ao aluguel de casas, como se vê no anúncio abaixo retirado da *Folha do Norte*:

<p style="text-align: center;">BOM EMPREGO DE CAPITAL</p> <p>Vende-se uma boa casa por pouco dinheiro de duas janellas e porta, sala, alcova, varanda, quarto e cosinha na puchada, com poço e grandes fundos, em um dos melhores lugares do <i>Umarizal com linha de bonds à porta, quer de descida ou subida</i>²³⁴</p>
--

O aluguel de uma casa de porta e duas janelas, com sala, duas alcovas e dois quartos, varanda e sentina no quintal, feita de ares de perna manca, caibros e ripas, coberta de telha de barro, paredes de enchimento de madeira e terra, localizada em uma área central da cidade, como a travessa Quintino Bocayuva, na freguesia de *Nazaré*, custava cerca de cento e cinqüenta mil réis (7£) mensais, em 1904.²³⁵ Neste mesmo período, para se ter um elemento de comparação, o valor do ordenado de um professor da Escola Normal variava em torno de duzentos mil réis (12£) mensais.²³⁶

A compra ou construção de casas visando à cobrança de aluguéis passou a ser cada vez mais uma possibilidade de investimento para a elite proprietária, como se lê da notícia do Jornal *Folha do Norte*:

“ O agente Góes ... autorizado pelo proprietário, venderá em leilão no dia acima designado, um grande terreno de canto, sito á rua Ângelo Custódio, canto da travessa de Cintra, na ilharga da estação de Belém da Estrada de Ferro de Bragança, entre a Villa Freitas, do sr. Antonio José de Freitas e prédio do Sr. Joaquim Baptista dos Santos, perto do Largo do Palácio, bairro commercial,...próprio para uma estância de madeira, estabelecimento industrial *e ainda mais*

²³⁴ *Folha do Norte*, 11.02.1896. p.1. (grifo meu).

²³⁵ Inventário de Nalina Francisca da Rocha. Ano: 1904. Maço 21. ATJEP.A.

²³⁶ PARÁ - Coleção de leis do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial, 1906. Lei nº 987 de 29.10.1906, que fixa as despesas do Estado para o exercício de 1907.

*apropriado para a edificação de uma vila de 12 a 16 prédios para dar uma renda certa de 24 a 86 contos annuaues.”*²³⁷

A propósito do crescimento e modernização da cidade, os imóveis eram demarcados não apenas por numerações e metragens, mas também pelas famílias cujas propriedades lhes faziam fronteira. Deste modo, o terreno era limitado, de um lado, pela Vila do sr. Antonio José de Freitas e, de outro, pelo prédio do sr. João Baptista Santos. O nome de família servia assim como referência de localização no espaço da capital, atribuindo significado às localidades, personalizando áreas e vilas.

Voltando para a venda do terreno do anúncio, percebe-se que uma das sugestões de investimento feitas pelo leiloeiro era justamente a formação de estâncias, indústrias e prédios para alugar.

A dificuldade no habitar e os preços altos dos aluguéis justificavam o emprego de capital; por outro lado, faziam parte das preocupações da época pelas dificuldades geradas à população. Já em 1884, o Cônsul dos Estados Unidos comentava a falta de moradia e a ascensão dos aluguéis na cidade, dizendo que: “Belém era a cidade mais dispendiosa do mundo civilizado”.²³⁸ A coluna “Tópicos do dia”, da *Folha do Norte*, inicia uma matéria, em 1896, com a seguinte frase: “Belém vae se tornando inhabitavel”. E segue afirmando:

“... não pelo excessivo calor que todos se queixam, por uma outra circumstancia que desde algum tempo começou a manifestar-se e acaba agora de tomar vulto... Refiro-me aos preços elevadíssimos por que estão sendo alugadas as casas, preços que atingem uma exorbitancia criminosa”.²³⁹

Segundo a mesma notícia, o aluguel que no começo daquele mesmo ano custava quarenta e cinco mil réis (cerca de 2£), mais que duplicara em outubro, passando a custar cem mil réis (cerca de 4£). Além do que, continua a reportagem, o locatário, ao pagar o aluguel do mês, já recebia uma carta nos seguintes termos: “Ilmo. Sr. Cabe-me participar-lhe que do vindouro mez em diante v. pagará mais 10\$000 no aluguel da casa que occupa.”²⁴⁰

²³⁷ *Folha do Norte*. 4.01.1900. p.04

²³⁸ APUD: WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. op.cit., p.106.

²³⁹ *Folha do Norte*, 16.10.1896. p.01.

²⁴⁰ *Folha do Norte*, 16.10.1896. p 01.

O preço alto dos aluguéis, a expansão demográfica e a dificuldade de moradia contribuíram para o aumento no número das habitações coletivas que se expandiram na cidade, como: quartos em estalagens, vacarias e sobrados, cortiços e hotéis. Essas foram algumas das possibilidades de moradia encontradas pela população mais pobre, particularmente pelos migrantes nacionais e estrangeiros.

Por sua vez, o projeto de higienização, saneamento e embelezamento urbano da administração municipal, procurava afastar a população e as famílias mais pobres das áreas centrais da cidade, dificultando ainda mais o acesso a esses espaços.²⁴¹

Em Belém, Sarges mostra que o projeto de limpeza do espaço urbano conduziu a uma campanha contra os cortiços, não apenas pela questão declarada das condições de higiene dessas moradias populares, mas também, pelo perigo da desordem.²⁴²

Para tanto, foram realizadas visitas de inspeção para controle da higiene dessas habitações, as quais passavam por prescrições de medidas de saneamento e, por vezes, de fechamento destes estabelecimentos.

Uma dessas visitas foi acompanhada pelos repórteres de três grandes jornais da cidade: *Estado do Pará*, *Diário* e *Folha do Norte*. O repórter desta última gazeta, Julio Lobato, narrou com detalhes a situação encontrada pela comissão aos *freges* e padarias da capital. Segundo ele:

“ o que a prophylaxia tem feito ultimamente todos vêm. Ella procura limpar a cidade, impor a limpeza nas casas commerciais e nas particulares, e acabar com essa infinidade de pardieiros de madeira, prestes a ruir com effeito e com os quaes muitos indivíduos vão explorando a classe pobre, que por falta de recursos adquire cômodos nessas habitações anthigenicas e que constituem um escarneo ao progresso de Belém.”²⁴³

Vemos, na fala do jornalista, a concepção tão cara a este período, que associa a higiene ao progresso. O autor segue afirmando que a maior parte dos hotéis visitados era

²⁴¹ Esta questão encontra-se igualmente presente no trabalho de Sidney Chaloub, que evidencia a forma pela qual a ideologia da higiene, ao ganhar força no período republicano, vai voltar-se para o controle das habitações coletivas, buscando afastá-las das áreas centrais da cidade, em nome do saneamento e do combate epidêmico. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Conferir particularmente as p. 29-35.

²⁴² SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a belle époque*. op.cit., p.152-153.

²⁴³ LOBATO, Julio. *Notas de um repórter nos hotéis e padarias de Belém*. op.cit., p.01.

destinada à hospedagem de seringueiros, vindos do Acre, Amazonas e Ilhas do Estado do Pará.²⁴⁴ Da mesma forma, nesses hotéis hospedavam-se os migrantes nordestinos da seca, que também eram inspecionados.²⁴⁵ Segundo ele, muitos desses hotéis abriam apenas no período do inverno, quando Belém recebia *chumas* de seringueiros, fechando logo depois de três a quatro meses, evitando assim a regulamentação obrigatória do estabelecimento junto à Intendência. Cada Hotel possuía os seus “rebocadores”, que “mal o navio é desimpedido no porto, pelas autoridades do fisco e da saúde, invadem-no a cata de hóspedes.”²⁴⁶

A inspeção descrita pelo jornalista da *Folha do Norte* chega às estâncias da cidade, particularmente em uma delas, situada na rua Almirante Tamandaré, que possuía 11 quartos; e uma segunda, que funcionava como cocheira e moradia. Para o repórter, “as estâncias imundas que eram verdadeiros *velhacoutos* de desordeiros e vagabundos, que alli promoviam constantes sarrilhos, nos quais muitas vezes a polícia, ao comparecer, via-se obrigada a recuar, tal a hostilidade com que era recebida.”²⁴⁷

Em vários processos criminais pesquisados e notícias de jornais, deparou-se com referências a essas formas de habitação coletiva. Muitas delas conseguiam manter-se nas áreas nobres e centrais da cidade, como o cortiço localizado à estrada de São Jerônimo, onde Teodora e Francellina iniciaram uma briga enquanto lavavam roupa na área comum do mesmo, como referido no início deste capítulo.²⁴⁸

Quando não estavam localizadas nas principais ruas da cidade, essas habitações coletivas podiam ser encontradas em seus arredores e nas áreas que cresceram mais recentemente durante o século XIX. Foi em um cortiço localizado à estrada de São Brás que se deu a agressão de Egydio em Francisco, no quarto deste último, por razões não reveladas no processo.²⁴⁹

²⁴⁴ Como se sabe, a extração da borracha só ocorria na época da seca, entre os meses de junho a dezembro. No período da chuva, parte dos seringueiros destinava-se a Belém, aguardando o retorno, vendendo o produto da extração de borracha, ou mesmo reequipando-se para as próximas colheitas. VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos. op.cit., p.176.*

²⁴⁵ LOBATO, Julio. *Notas de um repórter nos hotéis e padarias de Belém op.cit., p.19.*

²⁴⁶ LOBATO, Julio. *Notas de um repórter nos hotéis e padarias de Belém op.cit..p.46.*

²⁴⁷ *Idem p.45.*

²⁴⁸ Processos Crimes. 3º Distrito. Autos crimes de ferimentos graves. Ano: 1896. Doc 01. Caixa: 02 (1896). ATJEP.A.

²⁴⁹ Processos Crimes. 3º Distrito. Autos crimes de ferimentos graves. Ano: 1890. Doc 03. Caixa: 1890. ATJEP.A.

As estâncias também eram bastante comuns à época, e pouco se diferenciavam da estrutura dos cortiços, com sua seqüência de quartos. Identificamos, a partir dos processos, estâncias localizadas à avenida 22º de junho, nas ruas João Balby, São Vicente de Fora, Arcipreste Manoel Teodoro e travessa São Pedro.

Mas quem eram as pessoas que viviam nesses espaços?

A partir das descrições dos réus, vítimas e testemunhas arroladas nos processos criminais, pode-se ter idéia do perfil desses moradores.

A maior parte daqueles que habitavam a estância localizada na travessa São Pedro, próximo à *Campina*, em 1896, era formada por migrantes oriundos do Rio Grande do Norte, que tinham diversas atividades. Dentre os homens, prevaleciam as de marítimo e de *trabalhador*, termo genérico usado para identificar boa parte dos indivíduos arrolados como testemunhas do processo, não especificando o tipo de ocupação desenvolvida pelos mesmos. Em relação às mulheres, eram recorrentes os chamados serviços domésticos, que compreendiam as atividades de lavar roupa, engomar e cozinhar.²⁵⁰

No cortiço localizado à estrada de São Jerônimo, citado no capítulo anterior, as testemunhas foram arroladas como cearenses, maranhenses e portugueses. Dentre as profissões, destacavam-se as de jornaleiro, artista, trabalhador da carne e cozinheira.²⁵¹

Além dos cortiços e estâncias, outras formas de habitação coletiva são apontadas nos processos, as vacarias, onde famílias e homens solteiros dividiam o espaço com vacas e outros animais. Algumas delas localizavam-se em áreas bem próximas ao centro da cidade. Em grande parte das referências encontradas sobre as vacarias nessas peças judiciais há a predominância de portugueses na condição de proprietários e moradores. Na vacaria situada à rua das Flores, o proprietário e os leiteiros que lá habitavam eram de nacionalidade portuguesa e tinham idade que variava entre 22 a 46 anos. Dentre eles, dois eram casados, e os quatro restantes, solteiros, inclusive o dono do estabelecimento.²⁵²

Comumente, encontram-se situações em que os empregados de um estabelecimento comercial residiam no mesmo local em que trabalhavam. Geralmente, as firmas funcionavam em prédios assobradados, cujos altos possuíam quartos onde residiam os empregados, particularmente os solteiros.

²⁵⁰ Processos Crimes. 1º Distrito. Ferimentos graves. Ano: 1896. Doc 01.Caixa: 1896-1897 (1). ATJEP.A.

²⁵¹ Processos Crimes. 3º Distrito. Ferimentos graves. Ano: 1896. Doc 02. Caixa: 1896. ATJEP.A.

²⁵² Processos Crimes. 2º Distrito. Ferimentos graves. Ano: 1888. Doc 01.Caixa:1888 (2). ATJEP.A.

Nesta situação viviam os caixeiros Antonio de Mello e Antonio Saldanha, que moravam nos altos do sobrado onde ficava o armazém no qual trabalhavam, juntamente com o patrão dos mesmos, o português Joaquim.²⁵³

Ou ainda, dois padeiros, Mariano e Gonçalo, ambos solteiros e estrangeiros, este português e aquele espanhol. Os dois trabalhavam e residiam na padaria à travessa São Pedro, de propriedade de um cearense, Cosme, igualmente solteiro.

Apesar da maior parte dos empregados que viviam nessa situação ser solteira, em alguns processos encontrou-se empregados casados residindo no local de trabalho, como é o caso de dois imigrantes portugueses, ambos com a alcunha de Manoel, empregados na “Pharmacia Chermont”, à travessa 15º de Novembro, no comércio de Belém.²⁵⁴

Ofertas desses espaços de moradia podiam ser encontradas nos anúncios dos jornais da época. Assim é que, no ano de 1876, o Jornal *A Província do Pará* anunciava o aluguel de “um sobrado por cima da loja Flora, bons commodos, próprio para pessoas empregadas no commércio. Ajusta-se na loja Flora”.²⁵⁵

Essas foram algumas das possibilidades e condições de moradia da maior parte da população da capital paraense, que pôde ser levantada em diferentes fontes de pesquisa. Nesses espaços, as famílias, ou mesmo os homens e mulheres que viviam sozinhos, estabeleceram seu cotidiano em uma cidade em constante movimento e transformação, impulsionadas pela dinâmica da economia da borracha.

3.4. As Casas de Belém: diversificação de padrões e valores

As edificações têm que ser pensadas considerando-se suas mudanças e permanências em tempos e lugares distintos. A urbanização intensa a partir do século XIX, particularmente na sua segunda metade, em vários locais do Brasil, juntamente com as transformações econômicas e de comportamento, permitiu a mudança de sentido da casa.

²⁵³ Processos Crimes. 2º Distrito. Calúnia. Ano: 1877. Doc 01. Caixa 01 (1899). ATJEP

²⁵⁴ Processos Crimes. 3º Distrito. Ferimentos leves. Ano: 1898. Doc 01. Caixa 01 (1898). ATJEP

²⁵⁵ A loja Flora localizava-se no bairro comercial da Campina e constituía-se em um bazar que vendia artigos de perfumaria, moda, miudezas e bijouterias importadas. Jornal *A Província do Pará*. 16 e 7.04.1876. p.03.

De lugar de morada, de trabalho e de lazer dos tempos coloniais, a casa vai, pouco a pouco, assumindo as funções de uso exclusivo de moradia, voltada para as atividades de alimentação, descanso e convivência da família.

Em certa medida, segundo diversos autores, é a partir do século XIX que os sentimentos de intimidade e domesticidade começam a fazer parte das representações dos indivíduos, e vão atualizar-se nas mudanças de atitude e na forma de conceber o espaço da morada, concebido enquanto espaço de convivência, conforto e lar, diferenciado dos espaços de trabalho e das atividades públicas.²⁵⁶

As transformações econômicas, a urbanização, a fixação da população nas cidades, particularmente das camadas mais abastadas, o melhoramento dos transportes, inclusive para as cidades européias, com a circulação de idéias e mercadorias daí originadas, são algumas das questões que nos ajudam a entender as mudanças na família, no sentimento em relação à casa e às noções de domesticidade.

Como se sabe, a associação da idéia de família ao cuidado das crianças, da relação do casal, reflete-se no estabelecimento da noção da moradia como o espaço dessa família, o lar, o local da intimidade, distante dos olhares da rua. Da mesma forma, a maior fixação nesse lar traz a idéia de comodidade e conforto traduzido nos equipamentos usados. Com isso, as raras e austeras mobílias do período colonial vão dar lugar às cadeiras de embalo, mesas, camas, guarda-roupas, conjuntos de chá e de mesa, para citar apenas alguns dos móveis e utensílios encontrados nos inventários pesquisados para Belém. Deste modo:

“A casa burguesa tornou-se expressão da individualidade do proprietário que, doravante, passou a ter valor por si mesmo e não mais pelos títulos de nobreza herdados de seus antepassados. Fariam o homem o seu êxito financeiro e profissional. A casa não contaria mais com a mera sucessão de espaço sem outra utilidade que a de mostrar os troféus e as façanhas dos nobres de uma família. A exemplo da moda ou das roupas que também fariam o homem, a casa também passou a expressar solidez financeira.”²⁵⁷

²⁵⁶ Sobre a resignificação da casa nesse período cf. RYBCZYNSKI, Witold. *Casa – pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1999; no que diz respeito a essa discussão para o Brasil ver também: LEMOS, Carlos. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: HUCITEC, 1999; VERÍSSIMO, Francisco Salvador e BITTAR, William Seba Mallmann. *500 anos da casa no Brasil. As transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

²⁵⁷ HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira. (1867-1918)*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.27.

Portanto, a casa com sua arquitetura doméstica agrega um significado simbólico que atualiza a condição social e o poder de seus moradores, um *capital simbólico* que materializa os valores a serem expressos à sociedade, representando o lugar da família na hierarquia local.

Sem dúvida, se está diante de um período de importantes mudanças nas representações sobre a família e a casa. No entanto, não podemos esquecer que estas transformações não ocorreram de maneira linear. Antigas formas arquitetônicas das edificações, assim como o seu uso, conviveram com os novos comportamentos e atitudes acima aludidos.

Algumas das mudanças até aqui pontuadas remetem mais especificamente ao universo da morada de uma elite proprietária, com seus palacetes e sobrados, que se constitui em um dos padrões de casa existentes em meio a outros, como aqueles pertencentes às camadas médias e pobres da sociedade. Particularmente em relação a esses últimos segmentos, há uma particularidade relativa à forma plástica de representar a casa como espaço de privacidade e intimidade. As condições materiais destes segmentos populares, a proximidade das residências, a recorrência da coabitação de famílias múltiplas, famílias expandidas, agregados e parentes, são algumas das situações que ajudam a entender as especificidades no morar e na forma de significar a intimidade do lar, marcada por uma maior fluidez, como se verá na segunda parte deste trabalho. Por ora, é necessário apenas chamar atenção para o fato de que as mudanças no uso e na representação da casa como símbolo de privacidade familiar, noções de domesticidade, conforto e prestígio devem ser tomadas tendo em conta os diferentes marcadores de classe.

A ponderação acima feita não implica em dizer que os segmentos médios e populares não vão ser influenciados pelos novos modelos e valores de intimidade e domesticidade que a casa burguesa materializa. No entanto, a forma de vivenciar esses modelos ganha particularidades entre esses segmentos, alcançando-os em um ritmo diferente, num diálogo que os assimila e resignifica.²⁵⁸

Tendo em conta essas questões, pôde-se, a partir dos inventários, ter acesso às casas dos indivíduos, os seus cômodos, as suas partes externas, a mobília e os utensílios.

²⁵⁸ Homem classifica os diversos tipos de casa da seguinte forma: os palacetes e as casas populares, entre eles haveria ainda a casa média. HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira. op.cit., p. 125-134.*

Seguindo essas fontes, viu-se que costumes e tradições coloniais do uso e da forma das habitações são encontrados nessa Belém de transformações aceleradas, entrelaçando no espaço urbano antigas e novas formas de sociabilidade.

Em 1877, uma casa média de seis contos de réis (566£), localizada em uma área central da cidade, na travessa São Matheus, próxima dos meios de transporte e do comércio, possuía as seguintes características:

“Sala, saleta, alcovas correspondentes, corredor, varanda, puxada com três quartos, cozinha assoalhada, corredor e cozinha de ladrilho, quintal e poço. Paredes de enchimento, ares de perna manca e ripas de caibro. Totalizava 4 braços de frente e 15 braços e 6 palmos de fundo.”²⁵⁹

A partir desta descrição afere-se uma série de características da casa. A primeira delas diz respeito à dimensão do imóvel. Comumente as residências eram estreitas e profundas, como se vê na especificação acima, onde a edificação localizava-se em um lote de cerca de 4 braços de frente por 15 de fundo. Esta é uma característica recorrente nas casas descritas nos inventários. Testarias estreitas e terreno em profundidade são características também encontradas nas casas coloniais.²⁶⁰ O padrão encontrado nesse domicílio sugere a predominância do modelo clássico de construção pautado na existência da sala da frente, o corredor que cruzava o bloco das alcovas e a puxada de serviço.²⁶¹ A persistência desse padrão reitera a afirmação que se fazia mais acima, relativa ao fato de que as mudanças não ocorreram de forma linear e os modelos de moradia antigos e modernos continuaram a conviver no espaço urbano.

Por outro lado, a despeito das permanências, algumas alterações já podem ser pontuadas no final do século XIX. Assim, se a existência da sala segue o perfil corriqueiro da construção, aqui já se observa uma distinção referente à presença de uma saleta, que vem somar-se à primeira. Como se sabe, uma das características das mudanças que têm

²⁵⁹ Inventário Antonio Maya. Ano:1877.Caixa:1877. ATJEP.A.

²⁶⁰ Lemos mostra que a casa colonial tinha como característica o gregarismo medieval que as unia umas às outras, todas elas em lotes estreitos e profundos. LEMOS, Carlos.A.C. *A república ensina a morar (melhor)*. *op.cit.*, p.13.

²⁶¹ Dando continuidade a sua análise, o autor traça os aspectos arquitetônicos das casas urbanas do século XIX destacando a persistência do modelo clássico centrado no alinhamento, em lotes estreitos e compridos, porta central, duas ou três janelas, sala da frente, corredor que cruzava o bloco das alcovas, sala de jantar no fim e a puxada de serviço. LEMOS, Carlos A.C. *Casa paulista*. São Paulo: EDUSP, 1999. p.222

lugar nesse período é justamente a multiplicação e especialização das salas. Embora seja um fenômeno mais recorrente nos palacetes, onde cada sala vai ganhar funções distintas, ele já pode ser encontrado, de forma tímida, nessa casa média de aluguel.²⁶² Homem, em trabalho já destacado, chama atenção para essa questão ao afirmar que:

“Definiram-se os tipos de habitação. Num extremo passou a existir a chamada casa operária e o cortiço e, no outro, o palacete. A diferença principal entre elas residia no fato de que na casa de luxo não havia superposição de funções. Destinou-se um cômodo para cada função ou atividade, o que resultou em espaços específicos.”²⁶³

Voltando à casa anunciada, destaca-se que a cozinha assoalhada é um outro ponto importante. Não apenas pelo acabamento do assoalho, mas pela indicação que ele pressupõe, evidenciando um espaço tratado que ganha um contorno, uma referência específica. A cozinha colonial, como se sabe, constituía-se, ou fora da casa, ou mesmo em uma puxada da mesma. Comumente de chão batido, muitas vezes alagado, local dos escravos e/ou criados, não era um espaço que merecia uma identificação particular.²⁶⁴ Com o tempo, a cozinha incorpora-se à moradia, deixando de ser uma puxada ou um telheiro. Ela se torna não apenas o lugar dos serviçais, mas também da dona-de-casa, da mãe de família, que nela prepara ou acompanha a preparação dos alimentos. Um espaço onde deve prevalecer a higiene, portanto a presença, a vigilância e o cuidado da dona-de-casa.

Saindo da casa e entrando na sua parte externa, temos a referência ao quintal e ao poço. Este último era recorrente nas descrições encontradas nos inventários, compreensível,

²⁶² Veríssimo e Bittar, ao escrever sobre o setor social da morada, apontam que: “da única sala presente nos primeiros exemplares, podemos chegar a duas unidades, o receber e o comer ampliando-se à medida que invadimos o século XVIII, e encontramos sala de espera, de jantar, escritórios, salas de música, bibliotecas e até salões de baile.. No século XIX é comum encontrarmos três salas contíguas no pavimento superior dos sobrados neoclássicos, fronteiras à rua, com atividades de receber, danças e servir refeições.” VERÍSSIMO, Francisco salvador & BITTAR, William Seba Mallmann. *500 anos da casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. p.57.

²⁶³ HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira*. op.cit.,p.125. Essa especialização do espaço também é encontrada por outros autores que investigaram a casa republicana. É assim que se encontra em Marins a idéia de que “as plantas arquitetônicas e as residências que restaram do período evidenciam uma intensa especialização dos cômodos, estabelecendo uma gramática rígida para as atitudes privadas da família.” MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. op.cit.p.177.

²⁶⁴ Sobre o desenvolvimento e a organização da cozinha cf: SILVA, João Luiz. *O impacto do gás e da eletricidade na casa paulistana (1870-1930). Estudos de cultura material no espaço doméstico*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, 2002. p.78-103.

se pensarmos na ausência de canos e de esgotos, ainda na segunda metade do XIX, em Belém. O fornecimento corriqueiro de água das residências era feito a partir da figura dos aguadeiros e da coleta em tinas nas fontes públicas.

A latrina ainda é uma ausência na descrição das casas térreas da década de 70. Mesmo em casas térreas de maior valor do que a acima citada, dificilmente encontrou-se referência à existência de latrinas, salas de banho ou banheiros.²⁶⁵

No inventário aberto em 1876, de Joaquim Arantes, encontra-se a descrição de uma casa que custava doze contos de réis (1267£), portanto o dobro da casa anteriormente citada, localizada na travessa São Matheus, avaliada um ano antes. Construída em uma área igualmente central, a rua São Boaventura, esta morada possuía 2 (duas) salas de frente, alcovas correspondentes, sala de jantar, 3 (três) puxadas, sendo uma no fundo com 9 (nove) quartos e cozinha, tendo uma área no centro da casa ajardinada, 1(um) lance de corredor, forrada e assoalhada.²⁶⁶

Vê-se das especificações acima que estamos diante de uma casa grande, com divisões modernas, marcadas pela presença de várias salas, inclusive de jantar, além do jardim ao meio. A despeito dessas características, em nenhum momento é citada a existência de latrinas ou banheiros.

No entanto, nos sobrados esses espaços já podem ser encontrados com maior frequência. No mesmo inventário acima referido, havia a descrição de um sobrado que continha quarto de banho e latrina na puxada. Juntamente com esses cômodos, encontrava-se o gabinete e 4 (quatro) salas, sem contar a sala de jantar. O terreno do sobrado era pouco mais amplo, mas as fachadas continuam estreitas em detrimento da profusão dos fundos. Seu valor podia chegar a valer 50% a mais, do que o preço da casa térrea antes citada.

Pouco a pouco, a arquitetura dessas edificações vai sendo redefinida, ampliando-se, sendo reorientada, ou mesmo subtraindo o uso de alguns espaços.

²⁶⁵ A valorização com a higiene e com o corpo, além da entrada de novos materiais com a abertura dos portos aos manufaturados europeus, aproxima cada vez mais as “latrinas”, “casinhas”, “privadas” das casas, acoplando-se à cozinha, com uma rede de esgoto e tubulação. VERÍSSIMO, Francisco Salvador & BITTAR, William Seba Mallmann. *500 anos da casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia.op.cit., p.198-106*. No entanto, pelos inventários consultados para Belém, esse padrão de construção só vai se fazer recorrente nas casas a partir da década de 80 do século XIX, sendo até então mais presente nos palacetes e sobrados.

²⁶⁶ Inventário Joaquim Arantes. Ano: 1876. Caixa: 1876. ATJEP.A.

Vemos, por exemplo, na década posterior, em 1883, a descrição da casa térrea do Major Bernadino Lameira, localizada em uma das principais ruas da cidade, o largo do Palácio. Nela consta a presença de 2 banheiros e 2 latrinas. A cozinha vem acompanhada de um depósito. E, juntamente com a varanda, soma-se um saguão. O forro passa a ser uma realidade em todos os ambientes da casa, mesmo na cozinha, assim como o assoalho.²⁶⁷ O terreno desta residência vem aferido em metros, e não mais em braças, embora essa forma de medida não desapareça ainda neste período. As casas vão ganhando em acabamento e especialização dos espaços com o final do século XIX.

Da mesma forma, a partir da década de 80, passa a ser mais comum nas descrições dos imóveis dos inventários, as grades de ferro presentes em portões e janelas. “Se os portões altos encarregavam-se de distanciar os cômodos das casas médias da circulação das ruas, jardins frontais e laterais asseguravam a intimidade dos palacetes. Gradis de ferro completavam a separação entre o espaço da privacidade e o domínio público, assegurada pelos portões ostensivos, de grandes dimensões e lavor carregado.”²⁶⁸ Na casa assobradada de Anna Joaquina de Freitas, localizada à travessa São Matheus, em frente à praça Saldanha Marinho, havia gradis de ferro. É curioso que próximo a esta casa havia um cortiço,²⁶⁹ apoiando a argumentação acima da grade de ferro reforçar a separação das casas do perigo das ruas.²⁷⁰ No inventário de Maria Joanna de Rezende, esposa do coronel Antonio de Rezende Junior, seringalista e proprietário de terras em Anajás, no Marajó, foi registrado um prédio na mesma travessa São Matheus, onde foi também descrita a presença de gradil de ferro.²⁷¹ Os dois imóveis apresentavam diversas salas, alcovas, salas de jantar, cozinha, despensa, sendo assoalhados, demonstrando tratar-se de residências pautadas nos novos princípios de construção.

Gradativamente, vão ser igualmente introduzidas algumas mudanças tecnológicas nos domicílios, trazendo maior conforto e facilitando o trabalho doméstico. No prédio de sobrado de Antonio Jovita da Silva, que faleceu em 1891, têm-se a descrição de um poço com bomba e um tanque cimentado. A soma dos bens desse indivíduo chegou a cerca de

²⁶⁷ Inventário D. Maria da Glória Magalhães Lameira. Ano:1883. Caixa: 1883. ATJEP

²⁶⁸ MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. op.cit., p. 176.*

²⁶⁹ *Folha do Norte*. 15.02.1896.f.02

²⁷⁰ Inventário Anna Joaquina de Freitas. Ano:1885. Caixa: 1885.ATJEP.

²⁷¹ Inventário Maria Joanna de Rezende. Ano: 1900. Caixa: 1900. ATJEP.

50:000\$000 (cinquenta contos de réis), o prédio sobradado, onde se localizavam as benfeitorias acima arroladas, correspondia a cerca de 90% do valor de seu patrimônio.²⁷²

Como se disse, diferentes tipos de padrões de casa podiam ser encontrados na cidade. Assim, casas de 1/4 eram comumente alugadas à população pobre, formadas por uma porta e janela, assim como uma sala e uma alcova. Por vezes, havia a presença de um saguão e quintal sendo, em geral, rés ao chão.²⁷³

As mudanças acima aludidas não podem ser demarcadas em décadas rígidas. Podemos encontrar casas térreas com latrinas antes da década de 80, assim como o uso do ferro em algumas residências anteriores a este mesmo período. No entanto, estes marcos aqui alinhavados aparecem como indicativos. As mudanças apontadas em certas décadas revelam o maior uso, a facilidade, a recorrência com que este ou aquele modelo, equipamento ou material se torna mais presente nas descrições das casas nos inventários consultados.

Por outro lado, embora a presença de alguns ambientes não fosse freqüente em casas térreas, como as latrinas antes da década de 70, podiam ser encontradas nos sobrados e prédios de maior valor, nesse mesmo período. Da mesma forma, o fato de encontrarmos a referência a esse ambiente em casas térreas após a década de 70, não significa que, a partir deste período, as latrinas e salas de banho pudessem ser encontradas na totalidade das casas da capital.

Como foi apontado no início deste item, as transformações não ocorrem em uma via de mão única, em uma tendência linear. Alguns modelos e usos podem coexistir sem que a presença de um marque a ausência imediata de outro. Da mesma forma, os diferentes padrões de moradia podem ser encontrados na cidade, pontuando a dificuldade de se traçar uma linha de evolução linear da casa paraense. Deve-se, ao discutir os padrões domiciliares, ter em conta as diferenças existentes entre os diversos segmentos sociais que implicam nas formas distintas de morar e significar os espaços.

As mudanças nas casas, percebidas através das descrições dos inventários, sugerem certas tendências gerais que chegaram mais rapidamente nas residências mais abastadas.

²⁷² Inventário Antonio Jovita Corrêa da Silva. Ano:1891. Caixa: 1891.ATJEP.A.

²⁷³ Inventário Antonio da Silva Maia. Ano:1877. Caixa: 1877. ATJEP.A.

Por outro lado, essas mudanças não refletem apenas transformações arquitetônicas. Elas representam também a introdução de novos valores e referências culturais. Sobrados e palacetes com ambientes especializados, localizados nas principais ruas e avenidas da cidade, em particular na freguesia de Nazaré e seu entorno, são signos de riqueza e fortuna das famílias, servindo muitas vezes de marco aos espaços urbanos em que se encontram, como vimos na notícia de jornal sobre a venda de terrenos. Fazem parte do capital simbólico dessas famílias, reiterando diferenças e demarcando hierarquias sociais.

*

*

*

A forma de moradia auxilia na busca de uma caracterização mais complexa do perfil das famílias no que se refere a valores e práticas em torno da vivência domiciliar e conjugal, assim como as percepções acerca do espaço da casa que serve de morada.

Ao longo desses três capítulos pôde-se conhecer melhor a historiografia voltada para o tema proposto e as fontes e métodos usados para trabalhá-la. Por sua vez, a dinâmica da economia da borracha foi discutida não apenas a partir de seus modelos de produção e comercialização, mas também da análise dos grupos sociais neles envolvidos. Mostrou-se de que maneira a produção inicial da goma elástica era feita por famílias que viviam preferencialmente na região, baseada na posse da terra e na combinação da extração com as atividades de lavoura. A maior demanda do produto trouxe as firmas e comerciantes estrangeiros, as levas de migrantes, a exploração de áreas mais distantes, a busca pelo título da terra e a expropriação das famílias que nelas viviam.

Parte desses migrantes e das famílias que perderam suas posses deslocou-se para a capital paraense, que, embora tenha vivido o aumento de sua liquidez econômica e a diversificação comercial, não atendia a demanda dos inúmeros trabalhadores que circulavam entre as colônias agrícolas, os seringais e as atividades temporárias de Belém, nas idas e vindas que marcavam a trajetória dessas pessoas.

As transformações econômicas serviram também como fio condutor ao entendimento das famílias proprietárias, particularmente no que diz respeito à sua reconfiguração, que passou pelas transformações ocorridas no perfil dos seus

investimentos, nas alianças comerciais estabelecidas e nas estratégias de casamento acionadas, como se mostrará mais detalhadamente na terceira parte da tese.

São as pessoas desses distintos segmentos sociais formados por proprietários de firmas comerciais, criadores de gado, seringalistas, seringueiros, lavradores, trabalhadores temporários, do interior do Estado e de outras localidades nacionais e estrangeiras, que vão estar redefinindo o traçado urbano desta capital, re-significando seu espaço através das suas práticas e valores.

O uso social desse espaço com os serviços e a modernização que nele se imprimem vão ser vividos de forma diferenciada pelos diversos grupos sociais. Os investimentos em iluminação, transporte e fornecimento de água nem sempre chegavam às áreas de expansão onde vivia a maioria dos trabalhadores recém-chegados à capital, nem aos inúmeros cortiços e estâncias do centro da cidade.

Por sua vez, as transformações econômicas, juntamente com a abertura do mercado a novos produtos, a maior facilidade de transporte, a circulação de informação e a multiplicidade de referências culturais possibilitaram à elite proprietária a aplicação de capital não apenas em novos negócios ligados direta ou indiretamente à borracha, mas também em outras formas de investimento. Deste modo, casas, prédios e palacetes vão ser erguidos na capital paraense dentro de novos padrões que encerram as mudanças das concepções arquitetônicas, ao mesmo tempo em que materializam uma nova noção de domesticidade e conforto familiar. Eles fazem parte do capital simbólico de seus proprietários, agregando e reforçando prestígio social e diferenças hierárquicas.

Em resumo, o conjunto das questões inferidas nessa parte do trabalho permite a melhor visualização da historiografia do tema proposto, a transformação e dinâmica econômica da capital, o crescimento populacional e a caracterização dos grupos sociais que imprimiram seu cotidiano em uma cidade marcada pela multiplicidade de experiências, condições materiais e origens de seus habitantes.

Cabe à próxima parte da pesquisa analisar as práticas e representações dessa população em torno do perfil do matrimônio, suas tendências e flutuações, bem como, da formação das famílias em meio aos populares, com suas redes de sociabilidade e amizade vividas, muitas vezes, frente a situações de tensão e ajuda mútua.

PARTE II
MATRIMÔNIO E UNIÕES CONSENSUAIS

CAPÍTULO IV – POPULAÇÃO E CASAMENTO: NATURALIDADE, ALIANÇAS E LEGITIMIDADE

Quando se tem a dimensão das mudanças até aqui já pontuadas relativas ao incremento da economia, e ainda, o intenso afluxo de migrantes redefinindo o traçado e o cotidiano da capital paraense, a questão que se coloca é; de que modo esses processos vão de alguma forma influenciar e, ao mesmo tempo, serem influenciados pelo casamento e as relações familiares? Em certa medida, parte dessa influência já foi sugerida nas páginas anteriores desse trabalho. Cabe, a partir de agora, destacá-las mais detalhadamente. Para tanto, analisar-se-á o perfil do matrimônio, procurando observar sua configuração no que diz respeito à naturalidade dos nubentes, à legitimidade de suas famílias, à idade de casamento para homens e mulheres e, finalmente, às alianças matrimoniais estabelecidas, sempre levando em conta as possíveis permanências e mudanças presentes nessa configuração, ao longo das décadas percorridas pela pesquisa.

Partindo dessa temática geral, uma das principais questões que se coloca, diz respeito à escolha do cônjuge e à compreensão do reflexo da migração na frequência de casamentos estabelecidos entre paraenses, estrangeiros e nacionais. Teriam os migrantes priorizado o enlace com pessoas da mesma origem, firmando relacionamentos homogêneos em relação à naturalidade? Ou por outra, os casamentos marcados pela distinção dos esposados em relação ao local de nascimento sobrepujou-se?

Na seqüência, uma segunda questão será discutida relativa à idade do casamento de homens e mulheres, verificando-se as faixas etárias em que ele ocorria mais freqüentemente, não apenas entre aqueles casados em *primeiras núpcias*, mas também em meio aos viúvos que buscavam o novo casamento. E, ainda, fragmentos de representações sociais relativas à idade que, de alguma forma, ajudem a compreender melhor as recorrências etárias encontradas entre os gêneros quando do enlace matrimonial.

Por fim, uma última preocupação circunscreve-se à legitimidade da família dos nubentes. Até que ponto essas pessoas que buscavam sacramentar sua união advinham de famílias legítimas? De que maneira a origem, ou mais especificamente, as diferenças culturais e trajetórias específicas que os grupos locais e migrantes encerravam, refletiram

em possíveis diferenciações no estabelecimento de famílias baseadas em uniões formais? Como esses percentuais de legitimidade vão se apresentar ao longo das cinco décadas percorridas pela pesquisa?

Essas questões serão discutidas com base nos registros da Paróquia da Sé, localizada em uma área mais antiga de urbanização e, da paróquia de Nossa Senhora de Nazareth do Desterro, de ocupação mais recente, conforme se apontou na introdução desse trabalho.

O contraponto entre uma paróquia que abrangia uma área mais antiga de urbanização, com outra de expansão mais recente, gerou diferenças interessantes. Dentre elas, destaca-se o fato de que, mesmo analisando dados referentes a seis anos, nos livros da Sé, o total de casamento chegou a apenas 517 (quinhentos e dezessete), enquanto que para a paróquia de Nazaré, onde foram levantados apenas quatro anos, esse número atingiu o total de 800 (oitocentos) matrimônios. Acredita-se que isto reflete, de um lado, os limites de uma área mais antiga de urbanização, como a Sé, com dificuldade de expansão e crescimento, não tendo como absorver a população que estava constantemente chegando à cidade atraída pelas possibilidades abertas pela economia da borracha. De outra parte, a Paróquia de Nazaré encerrava os bairros recém-ocupados, em particular pelos migrantes, além de outras freguesias localizadas no entorno da cidade, em áreas rurais e ribeirinhas, como Inhangapy, Barcarena, Benfica, Genipauba, Guajará-Assu e Itapecuru. Essas especificidades entre as duas paróquias vão gerar situações singulares que serão apontadas nos próximos itens, quando analisadas as tendências de casamento encontrados para Belém no período de expansão da economia da borracha.

Uma vez destacadas as questões que nortearam a construção desse capítulo, cabe, a partir de agora, iniciá-lo com a investigação da relação entre Igreja e casamento, para melhor contextualizar a fonte que serviu de base à análise das temáticas acima sugeridas - os registros de matrimônio.

4.1. Igreja e matrimônio

Dentre as inúmeras vantagens já bastante conhecidas do uso da documentação religiosa para a História da Família, realçam-se a regularidade dos dados e a possibilidade de se alcançar um contingente expressivo da população.²⁷⁴ A importância dada pela Igreja Católica, após o Concílio de Trento, com o registro da vida cotidiana das pessoas, atualizada em livros não apenas de casamento, mas também de batismo e óbito, possibilitou a formação de uma vasta documentação sobre a vida familiar. A partir dessa fonte, pôde-se perceber padrões de casamento e alianças, índices de ilegitimidade, idade dos noivos ao casar, preferências matrimoniais quanto à naturalidade, entre tantas outras questões.

No Brasil, a prática que gerou a preocupação da Igreja com a formação, regularidade e uniformidade da documentação paroquial tem que ser entendida dentro do contexto da luta dessa instituição pela manutenção de sua hegemonia frente às tentativas de secularização do Estado, por parte de setores liberais.²⁷⁵ Em particular, no que diz respeito à família e ao casamento, a Igreja via-se cada vez mais ameaçada em seus poderes, tendo em vista a aprovação de leis que regulamentavam o registro civil do casamento, já em 1870, durante o segundo Império e, finalmente, a aprovação do *Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890*, que instituiu o casamento civil, confirmado pela Constituição Republicana

²⁷⁴ Dentre os trabalhos pioneiros que analisaram a família brasileira a partir da perspectiva da demografia histórica cf. MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caçara: terra e população. São Paulo: Paulinas, CEDHAL, 1986.* SAMARA, *Eni de Mesquita. As mulheres, o poder e a família. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.* Sobre a discussão mais teórica da importância dos estudos de demografia histórica ver: HAREVEN, Tamara. *The history of the family as an interdisciplinary field.* In: RABB, Theodore (ed.). *The family in History.* New York, Harper Torchbooks, 1973. p. 215-216. ANDERSON, Michael *Elementos para a história da família Ocidental.* Lisboa: Editora Quercus, 1984. Dentre os autores brasileiros ver: NADALIN, Sérgio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo.* Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2004. FARIA, Sheila De Castro. *História da família e demografia histórica.* In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História- ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997.

²⁷⁵ Como lembra Martins, a Igreja Católica lutava na segunda metade do século XIX contra movimentos que ameaçavam seus domínios, como, por exemplo, o crescimento do liberalismo. Na Amazônia, a autora vai mostrar como a Igreja irá procurar divulgar suas idéias de desenvolvimento para a região, além de discutir temas como família, casamento, ciências, modernidade, industrialização e ensino, em jornais dirigidos pelo Bispo do Pará, Dom Macedo Costa. MARTINS, Karla Denise. *Civilização católica: Dom Macedo Costa e o desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX.* Revista de História Regional 7(1): 73-103, verão, 2002.

de 1891.²⁷⁶ Essas leis enquadravam-se na política de secularização do Estado e tiveram reflexo direto no casamento, pois resultaram na perda do monopólio eclesiástico sobre a família, tanto no que se refere ao estabelecimento da união legítima de um casal, quanto ao registro de batismo da prole.²⁷⁷

Em contrapartida a esse cenário, a Igreja Católica empreende uma série de ações na tentativa de frear esses reveses, dentre elas, a campanha contra o casamento civil, considerado como mancebia; a preocupação com a formação de seus quadros; e a abertura de prelazias, a fim de aumentar o alcance das freguesias.

Analisando a reação da Igreja Católica na capital goiana, Maria da Conceição Silva afirma que o número de registros de matrimônio aumentou a partir de 1868, em função de duas questões principais:

“...a aplicação das propostas ultramontanas, uma vez que a celebração dos sacramentos era um dos seus objetivos. Tentava-se impedir que um homem e uma mulher vivessem amancebados, sem o recebimento do sacramento do matrimônio e dos demais sacramentos. A segunda questão: os padres ultramontanos, na capital goiana, tinham conhecimento do projeto de casamento civil que tramitava no parlamento brasileiro.”²⁷⁸

Na Amazônia o cenário não era diferente. Em seu artigo sobre a história da igreja nessa região, João Santos destaca as tentativas da Igreja Católica de romanização, desde o ano de 1840. Os bispos da Diocese do Pará identificavam-se com Roma e com as determinações tridentinas. Para tanto, esses religiosos buscaram melhorar a formação do clero, abrindo novos seminários e consolidando a formação recebida pelos jovens. Com o mesmo propósito, empreenderam visitas pastorais pelo interior do Estado, a fim de divulgar e regulamentar as orientações do concílio de Trento. Nessas visitas, buscava-se a realização

²⁷⁶ BERQUÓ, Elza. “Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v.º 04. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.412.

²⁷⁷ SILVA, Maria da Conceição. *Catolicismo e casamento civil na cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920)*. In: Revista Brasileira de História, volº 23, nº 46. São Paulo, 2003. p.140.

²⁷⁸ *op.cit.*, p.131.

de casamentos e batizados, a abertura de novas capelas e a vigilância dos ministros eclesiásticos.²⁷⁹

Essas ações, e as preocupações que elas encerram, podem ser percebidas na mensagem redigida, no final dos oitocentos, por Dom Frei Miguel de Bolhões, bispo do Pará, quando elabora uma *notícia histórica* sobre a paróquia de Igarapé-Miry, localidade do interior do Estado. Diz o prelado:

“... fazemos saber que visitando pessoalmente todo o nosso bispado, e achando com grande magoa o nosso coração, que a maior parte das ovelhas de nosso rebanho vivia lastimosamente privada do pasto espiritual dos sacramentos, e na impossibilidade de ouvir o santo sacrifício de missa por falta de ministros eclesiásticos, e considerando, que o único meio para remediar essa sensível desordem, e acudir prontamente a um danno tão prejudicial ao bem das almas, era estabelecer e dividir freguezias, destinando-lhes parochos sufficientes, assim o executamos, com effeito, fundando quatorze paróquias...”²⁸⁰

Com medidas como essa, fica clara a preocupação do prelado e, por conseguinte, da Igreja, de fazer chegar os preceitos e rituais religiosos a um maior número de pessoas. A consolidação dos sacramentos constituía-se em uma estratégia importante num momento de perda de espaço da Igreja para o Estado brasileiro.

Essas questões ganharam as ruas e a discussão em torno do casamento civil, por exemplo, podia ser encontrada nas revistas e jornais locais. Os decretos estatais eram publicados em sua íntegra nos periódicos, como se observa dos vários números do jornal *Diário de Notícias*, de fevereiro a março de 1890, em que se podia ler a manchete “*Lei sobre o casamento*”, transcrevendo o decreto que instituía o registro civil.²⁸¹

Logo após a divulgação dessa lei, uma matéria foi publicada no jornal dramatizando as diferenças de percepção resultantes da visão católica e estatal do casamento. Na conversa entre amigos sobre os problemas do consórcio, um deles argumenta:

²⁷⁹ MATA, Possidonio. “A Igreja católica na Amazônia da atualidade”. Cap. X. In: HOORNAERT, Eduardo. (coord.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992. p.341-356.

²⁸⁰ *Revista A semana religiosa no Pará*. Anno I, 04 de maio de 1890. p.291- 292.

²⁸¹ *Diário de Notícias*. Publicações de 22.02.1890 a 01.03.1890.

“- O laço indissolúvel inventado em nome de Deus, eis a causa única que infelicita a união do homem e da mulher na família, união aliás imposta pelas leis da natureza a todo gênero humano e imposta ao homem civilizador pela necessidade de sociabilidade.... o casamento não é mais do que um contracto para garantir o direito de sucessão e a comunhão de bens. Ora ahí está. Quem quiser se casar para a vida eterna, ahí está a igreja. Quem quiser se casar para garantir seus direitos nesta vida, ahí estão o tribunal público.”²⁸²

É dentro do contexto de reação à secularização do Estado e, em particular, do casamento, que deve ser entendida a prática da Igreja Católica de divulgação e preocupação com o matrimônio, e a necessidade de regulamentar e registrar esse ritual. Além da estratégia de aumentar o número de freguesias do Estado, os clérigos iniciam uma campanha contra a realização do casamento civil, considerado como mancebia e antinatural. Segundo o periódico religioso publicado semanalmente e divulgado nas missas aos domingos, o casamento civil “era contrario a doutrina da Igreja, enchendo a nação de uniões ilícitas.” A ele, seguiria-se, por uma questão de tempo, “o divorcio legal, consequência fatal do casamento civil, desunindo as famílias com um simples processo lavrado por um escrivão foro.”²⁸³ O mesmo periódico declarava:

“Uma lei civil que, suppondo o sacramento, divisível do contracto do matrimonio para os catholicos, pretende regular a validade d'elle, contradiz a doutrina da Igreja, usurpa seus direitos inalienáveis, e na pratica, poe na mesma escala o concubinato e o sacramento do matrimonio. ... Só no sacramento se pode realizar o ideal do amor conjugal: - Um só, com uma só, e para sempre.”²⁸⁴

Para aqueles que priorizassem o casamento civil, a igreja cercearia a administração dos sacramentos, não podendo os clérigos conceder, nem mesmo, uma sepultura eclesiástica. Em tom de certa ameaça, uma mensagem é publicada naquele semanário:

²⁸² *Diário de Notícias*, 09.03.1890, p.02.

²⁸³ *Revista A semana religiosa no Pará*. Anno I, 20 de janeiro de 1890. p. 35.

²⁸⁴ *Revista A semana religiosa no Pará*. Anno I, 09 de fevereiro de 1890. p. 81-84.

“ A igreja considerara ilegítimos os filhos que nascem d’esses casamentos puramente civis, e deus condenará ao inferno seus pais concubinários, se não se arrependem com tempo, e se não se separarem e não contrahirem matrimônio na presença do parócho e de duas testemunhas. ...O contrato civil que se faz só na presença do funcionário publico, ainda que esteja cercado de todos os moradores da parochia, se faltar parócho, é nullo perante Deus e a Igreja.”²⁸⁵

Para evitar o constrangimento dos casais, recomendava-se aos padres que instruísem os católicos no sentido de, só após a celebração do matrimônio, fossem cumpridas as formalidades civis.²⁸⁶

Quando o ato religioso não ocorria anteriormente, ou mesmo, logo após a cerimônia civil; ou ainda, quando os noivos viviam em concubinato e, após algum tempo casavam-se religiosamente, podia-se encontrar a repreensão da Igreja no próprio registro, ficando o suposto *delito* ali selado para sempre. No livro onde aparece o assentamento do casamento de Ignácio Manoel da Conceição, 22 anos, e Alexandrina Anna Baptista, 18 anos, consta, ao final do registro, a seguinte declaração: “E logo lancei-lhes a benção nupcial de confessados, advertindo-lhes que o verdadeiro matrimônio era aquele que tinha recebido em face da Igreja e não o casamento civil impropriamente chamado, a que se tenha sujeitado antes de virem á Igreja.”²⁸⁷

Após esse período inicial, já nos idos da década de 1910, as advertências dos párocos parecem ter arrefecido e as observações nos registros amenizaram-se. Assim, podia-se ler na certidão de casamento de Lucindo Felipe da Silva, 29 anos, e Silvia Almerinda da Cunha, 24 anos, a seguinte observação: “Já casados no civil.”²⁸⁸ Ou, no de Eduardo de Souza Ferreira, 27 anos, e Maria Castro, 28 anos: “Contratactos civilmente desde seis annos.”²⁸⁹

²⁸⁵ Revista *A semana religiosa no Pará*. Anno I, 23 de março de 1890. p. 182.

²⁸⁶ Revista *A semana religiosa no Pará*. Anno I, 18 de maio de 1890. p. 326.

²⁸⁷ Livro de casamento. Igreja da Sé. Ano: 1890, p. 39. AAB.

²⁸⁸ Livro de casamento. Igreja da Sé. 30.05.1910. AAB.

²⁸⁹ Livro de casamento. Igreja de Nazareth. Anno 1920. AAB. Quando as crianças batizadas eram filhas de pais casados apenas no direito secular, a condição de legítima não lhes era atribuída nos livros de batismo, ficando apenas a inscrição *filha de...*, ao invés de, *filha legítima de ...*

Da mesma forma, em 1907, D. Santino Maria da Silva Coutinho, arcebispo de Belém, publica as instruções aos reverendos e párocos para as questões formais do sacramento matrimonial. Nela, ele alerta os religiosos quanto à documentação necessária à realização da cerimônia e, ainda, os instrui sobre a obrigação de avisar aos paroquianos sobre a exigência de se apresentarem ao magistrado civil:

“Achando-se em vigo rem nosso país a lei do casamento civil esboucem os reverendos párocos os seus paroquianos sobre a obrigação que tem os cônjuges de se apresentarem ao magistrado civil, logo depois do acto religioso a fim de que consigam as garantias da lei e não venham mais tarde soffrer perigos ou dannonos a que se exporiam por si ou por sua prole, se o casamento celebrado segundo as prescrições canônicas, não obtivessem também os effeitos civis.”²⁹⁰

Instruções como essa mostram como, pouco a pouco, o embate surgido com a instituição da lei do casamento civil foi arrefecido, e a Igreja passou a considerá-lo e, mesmo, divulgá-lo em suas orientações. Ao menos, é o que se depreende do discurso do texto acima.

Assim, através da abertura de novas freguesias, melhor e mais ampla formação dos quadros religiosos, a crítica e o combate direto ao casamento civil (ao menos nas últimas décadas do século XIX), a Igreja procurou inibir a quebra de seu monopólio em relação ao casamento, fazendo com que o matrimônio chegasse a um número maior de pessoas. Com isso, possibilitou a formação e a preservação de uma documentação que, mesmo não tendo sido criada originalmente para tal fim, permitiu que se configurassem as relações matrimoniais, observando seu perfil e suas transformações.

4.2. Tendências de casamento

O aumento da população verificado no período de transição do século XIX para o XX, possibilitado, entre outras causas, pela migração interna e estrangeira, imprimiu uma nova dinâmica à cidade de Belém, que pode ser observada na ampliação de seu traçado

²⁹⁰ *Folha do Norte*. 16.09.1907. fl. 01

urbano, com a intensificação de domicílios em bairros já existentes e o aparecimento de novas áreas de moradia. Por outro lado, a despeito do incremento da economia da borracha com a abertura e ampliação das atividades de trabalho – particularmente aquelas associadas, de alguma forma, com o setor de serviços e comércio –, não houve a absorção de um contingente significativo de pessoas que migraram para essa capital. Isto pode ser observado a partir do número expressivo de indivíduos sem emprego, ou que viviam de agenciar seus serviços, em trabalhos temporários, realizando atividades não especializadas, *uns dias ganhando, outros não*, como dizia o cearense e carregador Silvério, que teve a sua história citada em capítulo anterior deste trabalho.

Com poucos rendimentos, muitas vezes irregulares, e uma política de urbanização que a afastava das áreas e bairros elegantes, essa população mais pobre fez surgir novas áreas de moradia, ao mesmo tempo em que intensificou a densidade de pessoas nos cortiços e estâncias da cidade, localizados, muitas vezes, em áreas centrais, relativamente mais próximas dos locais de trabalho.

Nesses espaços, os grupos marcam e ressignificam suas identidades, na convivência com os seus, na reinteração de práticas comuns vividas longe dos locais de origem, mas possíveis pela presença dos conterrâneos; e, ainda, no diálogo com novos costumes e representações, mescladas pela diversidade dos sotaques, das trajetórias e das experiências. Como pensar essa multiplicidade no universo do casamento? De que maneira paraenses, nordestinos e estrangeiros estabeleceram suas alianças matrimoniais? Como se configuraram suas famílias em relação à legitimidade de suas uniões? Podem-se perceber permanências e mudanças nos padrões de casamento ao longo das cinco décadas percorridas pelo trabalho, ou o tempo é pequeno para que elas sejam observadas? Essas questões, já levantadas em outro momento, passam a ser discutidas a partir de agora.

4.2.1. Casamento e naturalidade

Quando analisado o universo dos noivos da paróquia da Sé em relação à naturalidade, observa-se que a maior parte deles é formada por paraenses. Isto poderia ser algo evidente a princípio; afinal, a mesma localiza-se em Belém. No entanto, isto não é tão claro assim. Ao levantar-se os registros de casamento da paróquia de Nazaré, esse quadro

se altera, e o que se verifica é um percentual de noivos com origem nos mais diversos estados do Nordeste²⁹¹, significativamente superior ao número de casamentos envolvendo paraenses. As tabelas que se seguem, possibilitam uma melhor visualização dessa questão. A primeira delas, diz respeito aos dados levantados na paróquia da Sé, e a segunda, apresentada mais adiante, foi construída a partir da sumarização dos registros da Paróquia de Nazaré:

TABELA II- NATURALIDADE DOS NOIVOS						
NATURALIDADE	NOIVOS		NOIVAS		MÉDIA GERAL	
	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%
PARAENSE	198	38%	227	44%	425	41%
NORDESTINO	106	21%	91	18%	197	19%
ESTRANGEIRO	72	14%	28	5%	100	10%
Não DECLARADA	116	22%	145	28%	261	25%
OUTROS	25	5%	26	5%	51	5%
TOTAL	517	100%	517	100%	1034	100%

Fonte: registros de matrimônio da Paróquia da Sé. (AAB - 1870-1920)

Fica claro, pela tabela acima, o maior número de casamentos envolvendo pessoas de naturalidade paraense, seja entre os homens, onde se encontra o percentual de 38%, seja entre as mulheres, onde esse número aumenta para 44%. Quando se analisa o registro dos casamentos acontecidos na paróquia de Nazaré, essa situação se inverte. A quantidade de casamentos entre pessoas com origem nos estados do Nordeste chega a ser consideravelmente mais elevado do que o de paraenses. Esta presença significativa de

²⁹¹ A utilização da palavra Nordeste faz referência às pessoas oriundas dos diversos estados que são abrangidos por aquela região. Apesar de ser um anacronismo usar tal termo no período estudado - tendo em vista que essa denominação é uma criação discursiva datada dos anos vinte-, optou-se por empregá-la, para facilitar a narrativa, considerando a dificuldade de se mencionar todos os estados e seus naturais, a cada citação onde ela aparecesse. Acerca da criação da palavra Nordeste e o cuidado que se deve ter ao usá-lo, cf: ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife, FJN. São Paulo: Cortez, 1999.

nordestinos realizando seus matrimônios na Paróquia de Nazaré está relacionada ao fato dessa freguesia abranger ruas e bairros de urbanização mais recente, distantes do centro da cidade, onde se encontrava a igreja da Sé; por outro lado, a paróquia de Nazaré abrangia ainda áreas rurais e ribeirinhas. Nesses espaços distantes do centro e naqueles localizados no entorno de Belém, estabeleceram-se as colônias agrícolas, ocupadas, preferencialmente, pela população migrante.

Para se ter uma idéia mais exata da presença de nordestinos nos casamentos realizados em Nazaré, veja-se a tabela abaixo:

TABELA III- NATURALIDADE DOS NOIVOS						
NATURALIDADE	NOIVOS		NOIVAS		MÉDIA GERAL	
	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%
PARAENSE	208	26%	270	34%	478	30%
NORDESTINO	393	49%	362	45%	755	47%
ESTRANGEIRO	67	8%	24	3%	91	6%
Não DECLARADA	104	13%	124	15%	228	14%
OUTROS	28	4%	20	3%	48	3%
TOTAL	800	100%	800	100%	1600	100%

FONTE : Registros de casamento da paróquia de Nazaré- (AAB -1883-1920)

Os matrimônios envolvendo nordestinos chega a alcançar 49% dos casamentos, entre os homens e, 45%, entre as mulheres, números que representam quase a metade das uniões ocorridas na Paróquia de Nazaré. Por outro lado, apenas 26% das uniões envolveram noivos paraenses, subindo para 34%, em relação às mulheres.

Esses números são bastante expressivos, e começam a demonstrar a influência da migração nordestina na reconfiguração dos padrões de casamento ocorridos no Estado, onde a quantidade de matrimônios entre migrantes chega mesmo a superar aqueles de pessoas nascidas no Pará. Em cada dez casamentos ocorridos na paróquia de Nazaré, em

cerca de cinco deles os noivos vinham de algum lugar do Nordeste, enquanto que, em média, apenas três nubentes, eram paraenses.

Esses dados revelam a dimensão da migração nordestina para a capital paraense e reiteram a idéia de que grande parte do crescimento demográfico verificado neste período estava relacionado a essa migração. Números capazes de tornar maioria os nubentes daquela região, superando os indivíduos nascidos no próprio Estado.

Da mesma forma, vale lembrar que, 36% dos chamados refugiados da seca de 1888-1889, eram crianças, e, ainda, 46% daqueles com idade acima de 15 anos eram pessoas solteiras. Assim, a despeito da predominância dos casais com filhos que se dirigiram para a região Norte (47,3%), o número de solteiros não deixava de ser representativo, como mostram os percentuais acima.²⁹²

Com esses dados pode-se inferir que são exatamente esses indivíduos de condição celibatária que vão estar refletidos no número de matrimônios de nordestinos encontrados para as duas paróquias paraenses. Quando se imagina que, em termos numéricos, cerca de 11.856 (onze mil, oitocentos e cinqüenta e seis) cearenses solteiros vieram para a região Norte, só nos anos de 1888-1889, compreende-se melhor a expressiva presença de pessoas naturais desse Estado nos livros de casamento de Belém. É claro que nem todos residiam na cidade, distribuindo-se nos vários estados e nas localidades da região. No entanto, mesmo com essa ponderação, os números não deixam de ser significativos, ainda mais se considerado o fato de neles não estarem sumarizados os nordestinos de outras naturalidades, e o fluxo migratório de outros anos, em especial, da seca de 1878.

Uma vez mostrado o perfil geral da naturalidade dos contraentes, destacam-se agora as localidades em que estes nasceram, observando aquelas que mais se sobressaíram nos registros. Dentre os noivos paraenses – aí incluídos homens e mulheres - a maior parte era natural da capital. Apenas 18% declararam ter nascido em cidades do interior do Estado, particularmente aquelas localizadas na Ilha do Marajó, ou ainda, na região guajarina, e em vilas e distritos pertencentes a Belém, como a Vila do Pinheiro, Benfica, Benevides e Castanhal.

²⁹² NOZOE, Nelson, BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo, SAMARA, Eni de Mesquita. (org.). *Os refugiados da seca: emigrantes cearenses, 1888-1889*. NEHD-NEPO-CEDHAL: Campinas, São Paulo, 2003. p.20-21.

Quando se analisa a origem dos noivos advindos da região Nordeste, verifica-se que a maioria pertencia ao estado do Ceará. Os cearenses representavam um pouco mais da metade, mais especificamente, 24%, do total de 47% dos contraentes nordestinos encontrados nos registros de Nazaré.²⁹³ São pessoas nascidas nas mais diferentes localidades daquele Estado, com especial destaque para as áreas de Baturité, Sobral, Icó, Maranguape, Camocim, Crato e Fortaleza.

Do Rio Grande do Norte veio a segunda maior leva de noivos nordestinos. Eles representavam algo em torno de 12% da média total de 47% de pessoas oriundas dos mais diferentes estados daquela região do país. A maior parte dos potiguares vinha de cidades como Ceará-Mirim, São José, Mocajuba e Bom Jesus.

Juntos, cearenses e potiguares formavam o maior número de noivos encontrado nos registros. Os 11% restantes estavam divididos entre paraibanos, maranhenses, pernambucanos e, em menor escala, piauienses, baianos, alagoanos e sergipanos.

Quando analisada a presença nordestina a partir do recorte das datas percorridas pela pesquisa, algumas questões se mostram interessantes. Como, por exemplo, o fato de que no ano de 1870 não se encontrou referência a nenhum casamento de indivíduos provenientes de estados do nordeste, na paróquia da Sé. As primeiras referências só vieram a aparecer no ano de 1880. Este fato provavelmente está associado ao início da migração maciça de nordestinos acontecer somente a partir do ano de 1877. Na paróquia de Nazaré, não se teve como mensurar a data de 1870, pois não foram encontrados registros para aquele ano. Entretanto, quando analisadas as datas iniciais dos livros, que equivalem ao segundo semestre de 1883 e primeiro de 1884, os nordestinos já se acham presentes, mesmo que ainda timidamente, correspondendo a apenas 9% do total de pessoas desses Estados que se casaram naquela paróquia, ao longo de todos os anos percorridos pela pesquisa. Todavia, esse número vai crescer consideravelmente nas décadas posteriores, alcançando 16%, em 1890, subindo expressivamente para 61% em 1910, para finalmente cair em 1920, para 14%.

Esses percentuais mostram que, dentre os casamentos envolvendo noivos nordestinos, a maior concentração deles, ocorreu entre os anos de 1890 e 1910, caindo

²⁹³ O percentual de 47% de casamentos envolvendo nordestinos foi encontrado a partir da média do número de noivos e noivas oriundos dos estados daquela região, que foi de 49%, entre os homens e 45%, entre as mulheres, ver. *p. 15*.

drasticamente em 1920. A grande presença de casamentos naquelas décadas pode estar aliada a diversos fatores, com destaque para o fato de corresponder a um momento posterior às duas grandes secas responsáveis pelo intenso fluxo de migração nordestina para a Amazônia, particularmente nos anos de 1877 e 1889. Período que também compreende o auge da economia da borracha, e a necessidade de mão-de-obra para a exploração de seringais, a produção agrícola e a demanda maior do setor de serviços. Por outro lado, a queda no número de casamentos verificada na década de 1920 é bastante sugestiva; afinal, trata-se do período de declínio da economia gomífera, que poderia levar não apenas a um menor estímulo do fluxo migratório, como também ser responsável pelo refluxo da população migrante aqui residente.

Voltando à análise das tabelas, cabe ainda destacar a presença de estrangeiros nos casamentos realizados nas duas paróquias de Belém. Inicialmente, vale mencionar que o maior número deles foi encontrado na Sé, onde se verificou um total de 10% de nubentes, contra os 6% observados na paróquia de Nazaré. Os portugueses predominaram nos registros das duas paróquias, seguidos dos espanhóis e sírio-libaneses. Em menor escala apareceram os ingleses, franceses e americanos.

Em meio aos portugueses, nem sempre havia referência ao local de origem dos mesmos. Dos poucos registros em que essa informação pôde ser encontrada, destacam-se os bispados de: Braga, Viseu, Porto, Lamego e Coimbra.

Diferentemente dos nordestinos, a ocorrência de casamentos envolvendo lusitanos foi encontrada desde as datas iniciais da pesquisa. Da mesma forma, há uma homogeneidade no número de enlaces ao longo das décadas de 1870 a 1920, não havendo anos de maior ou menor recorrência de matrimônios entre esses estrangeiros nesse período. De uma certa maneira, esse fato indica que o fluxo de portugueses para o Pará foi sempre constante, e, embora possa ter sido acentuado durante a economia da borracha, essa presença não se refletiu no número de casamentos encontrados, como na amostragem dos migrantes nordestinos.

Uma vez demonstrado o perfil da naturalidade dos nubentes das paróquias da Sé e de Nazaré, veja-se agora a forma como se estabeleceram as alianças matrimoniais, numa cidade marcada pela convivência de pessoas com diferentes origens

4.2.2. Alianças matrimoniais e origem

Uma das questões que mais se destacam quando analisadas as alianças matrimoniais das duas paróquias é o maior número de casamentos ocorridos entre pessoas da mesma naturalidade. Essa foi uma tendência presente entre os indivíduos de praticamente todos os Estados. Em outras palavras, isto quer dizer que paraenses casaram-se mais com paraenses, assim como cearenses com cearenses, o mesmo acontecendo com a segunda maior migração de nordestinos para Belém, os rio-grandenses-do norte.

Para se ter uma idéia, 75% dos homens paraenses casaram-se com mulheres paraenses, portanto a grande maioria. Apenas uma minoria de 16% casou-se com mulheres de outras naturalidades, com destaque para as migrantes nordestinas. O número de homens paraenses que se casaram com portuguesas chega a ser ainda menor, correspondendo a 1,25% do total.

Esse quadro persiste entre os noivos cearenses. Mais da metade deles, precisamente 61%, casou-se com mulheres cearenses. Apenas 15% dos cearenses casaram-se com mulheres paraenses e nenhum com portuguesas. O número de cearenses casados com mulheres de outros estados nordestinos também não é expressivo, atingindo apenas 12% do total de matrimônios.

Essa tendência se altera quando se analisam os noivos portugueses. Diferentemente de paraenses e cearenses, entre esses estrangeiros predomina o casamento com mulheres paraenses, que corresponde a 48% dos matrimônios realizados. A opção pelo casamento com paraenses chega a ser 34% maior do que o número de uniões realizadas com mulheres portuguesas. Estas últimas atingem apenas 14% dos enlaces realizados.

Quando analisadas as alianças matrimoniais a partir do universo das noivas, a tendência geral de casamento com pessoas da mesma naturalidade se mantém. Entretanto, uma particularidade se apresenta em relação ao universo masculino. Entre as mulheres, de qualquer naturalidade e/ou nacionalidade, o número de casamentos realizados com homens nordestinos e estrangeiros é mais significativo do que o encontrado para os noivos.

Dentre as paraenses, por exemplo, embora a maioria tenha casado com homens paraenses (62%), é expressivo o número daquelas que se uniram a portugueses, chegando a corresponder a 11% do total das alianças, enquanto que, entre os homens, esse percentual atingia apenas a marca de 1%.

Entre as noivas cearenses o quadro é semelhante. Predominam os casamentos com homens da mesma naturalidade (54%), mas o número de matrimônios com homens portugueses (6%) também é mais significativo do que aquele apresentado para os noivos cearenses, onde nenhum registro de matrimônio com mulheres portuguesas foi encontrado. No que se refere aos casamentos envolvendo nordestinos de outros Estados, o percentual é igualmente superior, girando em torno de 23%, enquanto que, entre os homens, esse percentual atingia 12%. Entretanto, assim como os noivos cearenses, poucas mulheres casaram-se com homens paraenses, num total geral de 12%.

No que diz respeito às noivas portuguesas, destaca-se o fato delas aparecerem em menor número, tendo encontrado apenas 28 (vinte e oito) nubentes nos registros das duas paróquias. Em certa medida, a diminuta presença de mulheres portuguesas encontrada nos livros de assentamento está relacionada à própria característica da migração dessa população marcada, pelo deslocamento preferencial de homens solteiros e jovens.

Um pouco mais da metade das mulheres portuguesas contraiu núpcias com homens da mesma nacionalidade (54%), diferentemente, portanto, dos seus compatriotas, que se casavam mais com as paraenses. As demais se uniram aos paraenses (18%) e nordestinos (11%).

A preferência pelos casamentos homogâmicos parece ter prevalecido entre os migrantes nacionais e a população local, seja da capital, seja do interior do Estado. Na média geral, apenas 32% dos paraenses casaram-se com pessoas de outra origem; esse número é um pouco maior entre cearenses e potiguares, chegando a alcançar 39% das alianças.

Os paraenses parecem ter preterido o casamento com migrantes nacionais. Da mesma forma, o número expressivo de casamentos homogâmicos entre esses migrantes pode estar associada à possibilidade de maior convívio nos espaços de moradia e trabalho, como mostrado na primeira parte desse trabalho. E, ainda, sugere a tentativa de manutenção de uma certa referência cultural, além da expectativa do retorno à terra natal, possivelmente

mais fácil de ser compartilhada quando se estava casado com alguém da mesma naturalidade.

Essas alternativas parecem não se aplicar aos portugueses; afinal, a maioria não se casou com mulheres da mesma nacionalidade. De certa forma, isto pode estar associado ao próprio caráter dessa migração, marcada pela forte presença masculina, e um número menor de mulheres, como mostrado na primeira parte desse trabalho. Por outro lado, um número expressivo de lusitanos conseguiu obter renda e condição social confortável, a ponto de poder fazer viagens de negócios e férias a Portugal. Seja casado com mulher brasileira, seja com portuguesa, esses estrangeiros poderiam permanecer no Brasil, mesmo quando a família ia morar em Portugal. Se, para alguns, a possibilidade de enriquecimento transformava-se em passaporte de retorno à terra natal, para outros, o estabelecimento em Belém, onde se encontravam os negócios, era a alternativa mais viável. Quando o comerciante português Manoel Augusto Valente Moutinho faleceu, em 1920, sua esposa Maria da Luz Teixeira Moutinho e seus quatro filhos residiam na Europa.²⁹⁴ O também comerciante Torquato da Silva Guimarães veio a falecer em Belém, enquanto sua esposa, em *segundas núpcias*, residia no Porto.²⁹⁵

É claro que há situações em que esses estrangeiros mantinham os negócios na região e iam morar, ou passar um período, em Portugal, como foi o caso do também comerciante Francisco Gouveia, que faleceu na cidade do Porto, onde a mulher e as duas filhas viviam.²⁹⁶ No entanto, o que se pretende mostrar é que o casamento com uma mulher de diferente nacionalidade não limitava o retorno dos homens a Portugal, tendo mesmo, alguns deles, mantido a família naquele país, enquanto permanecia na capital paraense, o que ocorreu, particularmente, em meio ao segmento de comerciantes. Se o fluxo restrito de mulheres portuguesas pode ter servido de limite para o maior número de casamentos homogâmicos entre esses estrangeiros, o casamento com mulheres de diferente nacionalidade não impediu a manutenção dos laços e o retorno a Portugal, mesmo que esse fosse feito apenas pela família, por um período limitado de tempo.²⁹⁷

²⁹⁴ Inventário Manoel Augusto Valente Moutinho. Maço 45. Ano:1920. ATJEP.A.

²⁹⁵ Inventário Torquato da Silva Guimarães. Caixa: 1890. Ano: 1890. ATJEP.A.

²⁹⁶ Inventário Francisco Gouveia. Maço 23. Ano: 1905. ATJEP.A.

²⁹⁷ O casamento marcado pela heterogeneidade de nacionalidade não é algo recorrente entre os grupos de estrangeiros. Ao estudar as uniões em meio a um grupo de imigrantes italianos em São Carlos, no oeste paulista, no período de 1890 a 1914, Monsma e Truzzi mostraram o caráter endogâmico desses enlacs.

Pelo exposto conclui-se que, em relação à naturalidade, prevaleceu em Belém a homogamia na escolha dos cônjuges. É importante observar que essa tendência também é encontrada por outros investigadores para diferentes localidades. Assim, o casamento, enquanto estratégia de manutenção de um certo padrão de alianças envolvendo pessoas da mesma raça, origem, pureza do sangue e riqueza, foi apontado por estudos como o de Samara, na São Paulo dos oitocentos. Diz a autora que “podemos estabelecer, portanto, para a sociedade paulista, a relação entre casamento, cor e grupo social.”²⁹⁸

Nessa mesma linha, enquadra-se o argumento de Perrot, quando afirma que: “a homogamia e até a endogamia são tendências consolidadas em todos os meios sociais e regionais, que também se explicam pelas formas de sociabilidade: a pessoa se casa com alguém semelhante a ela, também pelo fato de conhecer e conviver principalmente com indivíduos parecidos com ela mesma.”²⁹⁹ Ainda, segundo a autora, a endogamia se fortaleceu no século XIX devido às migrações, e a homogamia era altíssima não apenas nos meios burgueses, mas também entre os operários, onde se podia encontrar uma certa “endogamia técnica”, na qual se opera a sobreposição do ofício, da família e do território.³⁰⁰

Na capital paraense, durante a virada do século XIX para o XX, a homogamia pôde ser encontrada, particularmente, em meio às famílias da elite, como se verá no capítulo II. Entretanto, para a grande massa da população, não houve como, a partir dos registros de casamento, fazer a relação entre renda, *status* e condição social, sendo possível cruzar apenas o dado referente à origem dos contraentes. Com essa categorização, inferiu-se o alto índice de homogamia encontrado entre pessoas de uma mesma naturalidade, e a origem mostrou-se um marcador social importante para a análise, particularmente quando considerado o fato desse período ser caracterizado por intenso fluxo migratório.

Afirmam os autores: “A literatura mostra alto grau de endogamia étnica nos casamentos de imigrantes italianos”. Para eles, dentre os motivos que podem ser encontrados para justificar essa preferência, encontravam-se: a pretensão dos pais de retornar à Itália, o que poderia ser prejudicado por casamentos interétnicos; a necessidade de solidificar laços com famílias italianas; as diferenças culturais e de comportamento de pessoas com diferentes etnias, que poderiam gerar tensões entre os membros da família extensa. MONSMA, Karl & alii. *Entre a paixão e a família: casamentos interétnicos de jovens italianos no oeste paulista, 1890-1914*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Minas Gerais/ Caxambu: 20-24 de setembro de 2004.

²⁹⁸ SAMARA, Eni de Mesquita. *A mulher, o poder e a família. op.cit.*, p.92.

²⁹⁹ PERROT, Michelle. “Figuras e papéis” In: PERROT, Michelle. *História da vida privada IV: da revolução francesa à primeira guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.135.

³⁰⁰ *Idem, ibidem. p.135-136.*

4.2.3. Idade ao casar

Uma vez analisado o perfil do casamento quanto à naturalidade e as alianças matrimoniais preferencialmente estabelecidas, faz-se necessário investigá-lo a partir de um novo aspecto, relativo à idade dos noivos ao casar. Com relação a essa informação, percebe-se que ela é recorrente nos registros dos cinco anos pesquisados. Entretanto, aparece de forma bem mais irregular nos anos de 1870 e 1880. À exceção dessas datas, dificilmente a idade dos contraentes não era discriminada nos livros. A sumarização desses dados permitiu construir as tabelas abaixo, relativas à faixa etária dos noivos e noivas das paróquias da Sé e de Nazaré:

TABELA IV-FAIXA ETÁRIA DAS MULHERES AO CASAR										
PARÓQUIA	14 a 20 anos	21 a 25 anos	26 a 30 anos	31 a 35 anos	36 a 40 anos	41 a 45 anos	46 a 50 anos	51 a 55 anos	56 a 73 anos	Total
SÉ	117	78	42	22	6	3	0	0	0	
NAZARÉ	217	216	92	44	34	13	12	3	5	
TOTAL	334	294	134	66	40	16	12	3	5	904
Percentual	37%	33%	15%	7%	4%	2%	1%	0,5%	0,5%	100%

FONTE : Registros de casamento das paróquias da Sé e de Nazaré- (AAB- 1870-1920)

TABELA V- FAIXA ETÁRIA DOS HOMENS AO CASAR										
PARÓQUIA	14 a 20 anos	21 a 25 anos	26 a 30 anos	31 a 35 anos	36 a 40 anos	41 a 45 anos	46 a 50 anos	51 a 55 anos	56 a 73 anos	Total
SÉ	16	111	76	36	20	10	07			
NAZARÉ	22	196	184	79	78	33	27	13	13	
TOTAL	38	307	260	115	98	44	34	13	13	922
Percentual	4%	33%	28%	12%	11%	5%	4%	1,5%	1,5%	100%

FONTE : Registros de casamento das paróquias da Sé e de Nazaré - (AAB- 1870-1920)

Uma simples análise da tabela deixa clara a diferença de idade do casamento existente entre homens e mulheres. Para as mulheres, destacaram-se os casamentos

ocorridos entre a faixa etária de 14 a 20 anos de idade, que correspondeu a 37% das alianças realizadas, seguida daqueles matrimônios efetivados entre 21 a 25 anos (33%).

No que diz respeito aos noivos, prevaleceram aqueles casados entre 21 e 25 anos (33%) de idade, acompanhados daqueles que o fizeram na faixa dos 26 a 30 anos (28%).

Percebe-se, com esses dados, que o matrimônio chegava mais precocemente para as mulheres e mais tardiamente para os homens. É interessante destacar que 70% das nubentes já estavam casadas antes de completar 26 anos, entre os homens esse número cai para 37%.

Da mesma forma, enquanto 37% das noivas casavam-se antes dos 21 anos de idade, apenas 4% dos homens poderiam ser encontrados nessa mesma situação. Uma diferença significativa, que deixa claro o fato de que pouco mais de um terço das mulheres já estava casada quando ainda não tinha nem 21 anos de idade, enquanto que bem menos de um décimo dos homens encontrava-se, nessa idade, em situação matrimonial semelhante.

A maior parte dos noivos (61%) oscilava na faixa entre os 21 a 30 anos de idade. Merece destaque o fato de um percentual também significativo de homens casar-se mais tardiamente, entre 31 a 40 anos de idade, o que correspondia a 23% dos casamentos, enquanto o rol de uniões, nessa mesma faixa etária, para as mulheres, não chegava nem à metade daquele percentual, equivalendo a apenas 11% das uniões.

Quando se detem nas idades mais avançadas, essas diferenças tendem a acentuar-se ainda mais. Se o percentual de homens com mais de 40 anos que vieram a contrair matrimônio girava em torno de 12%, no meio feminino essa proporção chegava a mínimos 4% de casamentos realizados, do que se conclui que era muito mais difícil para uma mulher com mais de 40 anos de idade vir a casar-se, do que para um homem.

Pode-se pensar que a maior parte das pessoas que se casava com idade acima dos 40 anos era viúva e, desta forma, estaria nas suas *segundas núpcias*, o que justificaria o avanço da idade. No entanto, esse fato não é verdadeiro nem para o universo masculino, nem para o feminino. Dos 105 (cento e cinco) homens que contraíram matrimônio com idade acima de 40 anos, apenas 29,5% eram viúvos, ou seja, um pouco mais de dois terços deles chegava àquela idade sem nunca ter estabelecido uma união legítima antes. No universo feminino esse percentual é ainda maior, o que equivale a dizer que 80% das poucas mulheres que se uniram após os 40 anos não eram viúvas. Em outras palavras, das 44

(quarenta e quatro) mulheres casadas acima da idade de 40 anos, apenas 20% já haviam estabelecido uma união legítima anteriormente.

Na verdade, são nas faixas etárias mais novas que se vai encontrar uma proporção considerável de homens e mulheres viúvos, casando-se novamente. A maior parte dos noivos viúvos, mais precisamente, 74% deles, tinham entre 16 e 40 anos; em relação às noivas viúvas, cerca de 92% delas estava na faixa entre os 14 e 40 anos de idade.

O casamento precoce para as mulheres e mais tardio para os homens é uma tendência encontrada em diversos trabalhos que estudaram a família. As diferenças variam, por vezes, em alguns anos, porém as faixas etárias são aproximadas. Ao analisar a Bahia, no século XIX, Kátia Matoso mostrou que as mulheres casavam-se mais entre 15 e 24 anos de idade, enquanto essa faixa era de 20 a 34 anos para os homens, alcançando um resultado próximo ao encontrado para a capital paraense.³⁰¹ Samara, quando analisa o século XIX, em São Paulo, chega a números semelhantes, embora mais precoces, apontando que as mulheres casavam-se a partir dos 14 anos, e os homens, com 16 anos.³⁰²

Algumas questões podem ser indicadas para se entender a tendência de casamentos mais tardios entre os homens. Entre elas, destaca-se o fato deles terem que buscar a sua formação educacional, ou mesmo, a sua consolidação profissional, para dar conta de seu papel social de provedor no universo familiar. Como ressalta Nazarri, a principal mudança ocorrida no final do século XIX e início do XX, em relação ao papel do homem no casamento estava associada ao fato dele não ser mais considerado aquele que vai *administrar* seus bens e o dote recebido de sua mulher; mas, sim, aquele que vai *prover* os bens para o seu lar, protegendo a esposa e os filhos.³⁰³

³⁰¹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. São Paulo: Corrupio, Brasília: CNPQ, 1988. p.146.

³⁰² Ainda em São Paulo, mais precisamente no oeste paulista, Bacellar, ao estudar a elite de proprietários rurais na colônia, aponta para uma idade mais tardia de casamento entre as mulheres. O autor mostra que as moças uniam-se mais a partir dos 19 anos. No que diz respeito aos rapazes, essa idade era de 27 anos. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família, herança e poder em São Paulo:1765-1855*. Estudos CEDHAL, nº 07, São Paulo:1991. p.20-22. Já os números encontrados por Barbosa, para o grupo de proprietários, no Piauí colonial, aproximam-se dos dados encontrados para Belém. Em seu trabalho a autora afirma que 71% das mulheres casaram-se entre 11 e 16 anos de idade, enquanto que 70% dos homens ainda podiam ser encontrados solteiros até os 22 anos de idade. BARBOSA, Tanya M. Brandão. *A elite colonial piauiense: família e poder*. (tese). Programa de doutorado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1993. p.61.

³⁰³ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulher, famílias e mudança social em São Paulo, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1991].

O século XIX marca o aumento no número de empregos e a qualificação das profissões, permitindo aos jovens a formação de um patrimônio que não passava necessariamente pelos bens familiares. Mas, com isso, houve a necessidade de um tempo maior para que estes efetivassem a sua formação profissional, se estabelecessem e obtivessem recursos e meios para casar e sustentar uma família.³⁰⁴ Essas questões podem ajudar a compreender melhor porque, muitos deles, chegavam à idade de 26 anos sem contrair matrimônio.

O mesmo não ocorria, necessariamente, com as mulheres, cuja formação educacional e o estabelecimento profissional não eram pensados como condição central para a realização de uma união. Por outro lado, não se pode esquecer todo um conjunto de representações sociais que subjazem as questões relativas à idade. As faixas etárias, funcionam como marcadores de tempo e de papéis, atribuídos às pessoas pela tradição cultural, definidos e ressignificados pelos gêneros. Fragmentos dessas representações podem ser lidos nas matérias das revistas, que ajudam a conhecer um pouco mais as representações da época sobre a relação entre idade e envolvimento amoroso.

Em uma dessas matérias, o escritor paraense Paulo Maranhão, escreve sobre o “Envelhecer”. Trata-se de uma história de amor, aparentemente só existente na cabeça do narrador, iniciada ainda na juventude, e que perdurou até a velhice. Mas de que velhice se está falando? Qual a idade da protagonista caracterizada como velha? Para saber, têm-se que seguir a história, que começa com o primeiro dia em que ele conheceu sua amada, quando ela ainda tinha 15 anos:

“ De que idade estavas, quando de conheci? Nunca mó disseste, nem jamais te perguntei, mas adivinha-o na fita vermelha do teu lábio, no brilho específico dos teus olhos, na rosa frescura da tua face. Se o homem não perde, com o casamento, a linguagem violenta dos sentidos, a dos sentimentos deve ficar interdita. O que eu sei é que não sem prazer... mas com o instinto de emoção subtil que se experimenta ao contemplar uma mulher nova, a cujo lado a gente desejaria viver, numa constante adoração, e para qual se olha com a fingida indiferença da raposa deante da parreira opulenta, a que sua boca não podia chegar.”³⁰⁵

³⁰⁴ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulher, famílias e mudança social em São Paulo, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1991]. *op. cit.*, p. 211 a 222.

³⁰⁵ Revista *A Semana*. Anno I, nº 44, 25 de janeiro de 1919.

Depois desse encontro, passaram-se vários anos e ele assim prossegue:

“É com profundo contentamento que verifico que em ti, tudo, ou quase tudo, physicamente, se transforma.

Ainda é rubro o teu lábio, ainda as trevas reinam nos teus cabellos, porém o viço juvenil dos 15 anos não unge mais o arzinho da tua face. Ao matriz delicado da juventude, succede o tom crestado dos *trinta annos*. A tez do teu rosto perde lentamente o brilho que te singia a cabeça. Os teus olhos- ah! Os teus olhos!, - já são como esses velhos espelhos a que a idade vae, pouco a pouco, arrebatando o poder da reflexão...”³⁰⁶

Frente à passagem dos anos e a continuada velhice dela, o autor proclama que saberá extrair o calor que as cinzas sempre guardam, e afirma:

“Só eu te sigo, e te olho e te quero. Nem esperas mais nada. Não te illudas mais. Dantes quando passavas, murmúrio de estranhas frases te seguiam. Hoje, não. Hoje ninguém mais se volta para te ver, porque ha milhares de raparigas, no vigor dos annos que desafiam os olhares dos homens. As tuas formas descahem. A tua cintura resiste ao amplexo do espartilho. O teu passo perde a gracilidade e a leveza do passo da gazella... Perdoa-me se te digo que me alegro porque envelheces. É que agora, estou tranquillo: ninguém mais cobiçará... Só eu permaneci fiel. Só eu não mudei. Só eu fiquei para ti murmurar aos *35 annos* da tua idade o que não tivera coragem para confidenciar-te quando estavas de 15.”³⁰⁷

A trajetória do amor, narrada por Paulo Maranhão, confunde-se com a idade percorrida pela mulher secretamente amada. Aos 15 anos ela ainda despertava o desejo dos homens, aos 30, uma lembrança que começa a empalidecer o viço da juventude, aos 35 anos, só restava a memória da menina que ela fora, e que ele ainda conseguia ver, porque a conhecera naquela época; finalmente, ela envelhecera, e homem nenhum a pretenderia. Frente a representações como essa, que associam a mulher de 35 anos, à velhice, à decadência e às poucas possibilidades de despertar o olhar e o desejo de um homem, não é

³⁰⁶ Revista *A Semana*. Anno I, nº 44, 25 de janeiro de 1919. (*grifo meu*)

³⁰⁷ *Idem*.

de se admirar que 85% delas casassem antes de completar 30 anos, a partir do que as probabilidades de união reduziam-se acentuadamente.

Em inúmeras matérias podia-se encontrar a relação entre idade e relacionamento amoroso, ou mesmo anedotas ironizando a omissão da idade por parte das mulheres. Em uma delas, o autor comenta:

“ Até os 15 annos as meninas dizem a edade, levianamente, com ingênua alegria; dos 15 aos 20, ellas os dizem sem tristeza, porem também sem alegria; dahi aos 25 em deante, não ha força humana que lhes arranque o grande segredo.” Por isso, ainda segundo a matéria, Luis XIV, supostamente preocupado com as damas que saiam a andar a cavallo e freqüentemente se machucavam, anunciou um decreto onde: “Só era permitido que passeiem a cavallo pelas ruas de Paris, as senhoras casadas ou solteiras, que tenham mais de trinta annos e reconhecida experiência.” Daí em diante, as damas se recolheram, pois “ não ha mulher que se conforme com passar dos 30 annos!”³⁰⁸.

Aos homens, poucas matérias foram encontradas associando a idade e a chegada da velhice. Em geral, quando esse tema era abordado, falava-se dos amores perdidos, da experiência ganha e dos relacionamentos familiares e profissionais. Em uma matéria, no entanto, encontrou-se referência à idade masculina, mas ela não vinha associada à decadência e à falta de esperança em encontrar alguém. Pelo contrário, tratava-se de uma jovem, provavelmente com cerca de 20 anos, que escreve uma carta a uma amiga, em Belém. Na carta ela anuncia a dúvida entre o amor de mr. H.W., que ela descreve como um “bello gentleman, de cabellos negros”, e mr. H.W. filho, “um bello boy, de cabellos louros. Pae e filho.” O pai era viúvo, e nele:

“comecei a ver, o meu ideal, o sonho dos meus 20 annos. Senti que elle começava a amar-me. Herry, o filho, era sempre o meu parceiro de tennis, e o meu par nos bailes. Estimava-o, porque lhe amava o pae, mas essa estima augmentou, cresceu, e hoje é mais que amor. Amo, minha querida, o pae e o filho, com o mesmo amor, sem poder estar com um sem sentir falta do outro...”³⁰⁹

³⁰⁸ Revista *A Semana*. Anno I., nº 85, 7 de novembro de 1919.

³⁰⁹ Revista *A Semana*. Anno I., nº. 86 15 de novembro de 1919.

A maior idade do pai, e o fato dele ser viúvo, não parece ter limitado a possibilidade da jovem de se apaixonar, embora ela estivesse em dúvida entre o amor do filho e do pai. Um homem, ainda que mais velho, poderia ser elegível como o cônjuge de uma mulher muitos anos mais nova.

Se a jovem de 20 anos viesse a casar-se com o pai, e se ele tivesse acima de 35 anos de idade, esse relacionamento estaria dentro da média encontrada nos registros paroquiais. Essa afirmação parte da idéia de que, entre os 51 (cinquenta e um) homens viúvos com mais de 35 anos, foram encontrados 31 (trinta e um) que voltaram a casar-se com mulheres com menos de 30 anos, o que representa um percentual de 61%. Entre as mulheres, esse perfil se inverte. A maioria das viúvas com mais de 30 anos casou-se com homens com essa idade ou mais anos, mais especificamente 64% delas, o que representa um número de 23 mulheres. Apenas 36% casaram-se com homens com menos de 30 anos de idade, um número bastante representativo, quando se imagina que, em geral, predomina a crença de as mulheres devem ser mais jovens que seus parceiros

Investigada a faixa etária em que o casamento de homens e mulheres ocorria, bem como fragmento de representações construídas acerca da idade pelo recorte de gênero, cabe, a partir de agora, conhecer a condição das famílias dos nubentes quanto a sua legitimidade.

4.3. Família e legitimidade

Na virada do século XIX para o XX, uma das questões que se coloca para a História da Família circunscreve-se ao aumento no índice de casamentos legítimos. Autores como Kátia Mattoso, indicaram esse aumento para a capital baiana, onde o percentual de casamentos dobrou ao longo do século XIX, pulando da média anual de 271,3 entre 1850-1859, para 401,6 entre 1880-1889.³¹⁰ Esse mesmo crescimento foi verificado por Graham, para o Rio de Janeiro. Segundo a autora, a despeito do número considerável de pessoas solteiras na capital carioca, o índice de casados aumentou, proporcionalmente em 1906, em

³¹⁰ MATTOSO, Kátia M de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império. o p.cit., p.144.*

relação ao ano de 1872.³¹¹ Em seu argumento, ela justifica esse crescimento em função da criação das leis que permitiram o casamento civil, a partir de 1890.³¹²

Apesar dos solteiros ainda serem maioria e o casamento ser cercado por uma série de obstáculos, particularmente para a população mais pobre, o estudo de Graham mostra que, no universo das criadas por ela trabalhado, muitas procuraram estabelecer uniões legítimas. Nas palavras da autora:

“ (...) o que surpreendente não é que tão poucas criadas se casavam mas sim que, considerados os obstáculos, tantas o fizessem. Poderíamos pensar que para os pobres, sem propriedade substancial, o casamento, acarretando uma teia de responsabilidades e restrições legais, listas de ofensas e restrições ou disputas por herança, dificilmente seria algo com que valesse a pena se incomodar.”³¹³

A autora conclui que o fato daquelas pessoas pobres casarem-se estava associado, justamente, às conseqüências do casamento em relação à propriedade e a respeitabilidade. Esses fatores, juntamente com a aprovação da lei do casamento civil, ajudariam a compreender o número expressivo de uniões legítimas em meio à população pobre carioca..

Estudando a transformação ocorrida na prática do dote, em São Paulo, Nazzari também aponta para o crescimento no índice de casamento, que, segundo ela, pode ser percebido em diversas capitais brasileiras. Sua justificativa para tal transformação, no entanto, passa por questões diferentes daquelas levantadas por Graham. Entre elas, a autora destaca que:

“com o crescimento das profissões liberais e do emprego, maior número de pessoas da população geral, passou a casar-se legalmente. Essa tendência confirma ainda mais que o

³¹¹ GRAHAM, Sandra. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.89.

³¹² Utilizando dados dos censos demográficos, a autora chegou aos seguintes índices para a população carioca: Em 1872, 71% da população era solteira, contra 23% de casados e 6% de viúvos; Em 1890, o número de solteiros caiu para 50%, e o de casados subiu para 40%, assim como o de viúvos, que foi para 10%. GRAHAM, Sandra. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro*. op.cit., p.214.

³¹³ *Idem, ibidem*. p.89.

casamento mudara de, principalmente, um arranjo de bens para, primordialmente, um relacionamento pessoal.”³¹⁴

Cada vez mais, o fato dos jovens poderem se estabelecer independentemente dos recursos familiares parece ter refletido no aumento da nupcialidade.³¹⁵

Outras questões podem somar-se a essa para que se compreenda o aumento no número de matrimônios verificado ao longo do final do século XIX. Vale recordar que este capítulo teve início com a discussão acerca das ações da Igreja católica, para consolidar o sacramento do matrimônio frente aos projetos de secularização do Estado e, das tentativas deste, de diminuição do controle do casamento e da família por parte das autoridades eclesiásticas.

Em relação à Igreja, destacaram-se as ações no sentido de se estender e fazer o matrimônio chegar a um número maior de pessoas, através do fortalecimento e melhor formação do clero, da preocupação com a divulgação e facilitação das cerimônias de casamento e do estigma do casamento civil.

No que diz respeito ao Estado, consolidou-se um projeto mais abrangente, voltado para normatizar a família, centrado na preocupação com o trabalho, a moral e a sexualidade do trabalhador. Com isso, as relações familiares assumiram um papel fundamental no estabelecimento de uma rotina, de um ideal de conforto, necessidade de ganho e estabilidade do indivíduo e do cidadão.

Essa política não foi uma marca exclusiva das instituições da sociedade brasileira, mas fizeram parte de um conjunto de representações e práticas mais amplas que caracterizaram o século XIX, onde a família e o casamento absorveram a preocupação e a intervenção de juízes, médicos e policiais. Segundo Perrot, nesse momento:

³¹⁴ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote. op.cit.*, p.227-228.

³¹⁵ Analisando a França do século XIX, Perrot argumenta que o fato dos jovens se definirem profissionalmente cada vez mais cedo refletiu na diminuição da idade do casamento. Afirma ainda que, nesse período, verifica-se um alto índice de nupcialidade, relativamente estável, que sofre algumas inflexões ao longo dos anos. PERROT., Michelle. “Figuras e papéis”. *op.cit.*, p.133.

“a família se vê submetida a movimentos contraditórios. De um lado, os papéis que lhe são constantemente atribuídos ou descobertos acentuam sua densidade, sua força, seus poderes, e levam-na a se fechar sobre seus temíveis segredos... De outro lado, a consciência crescente do lugar ocupado pela família no tabuleiro demográfico e social, leva o poder – filantropos, médicos, Estado – a cercá-la de solicitude, a querer penetrar em seus mistérios entrar na fortaleza.”³¹⁶

O controle passava a ser cada vez mais necessário, frente às cidades que se tornavam espaços de convivência de um número maior de pessoas advindas das mais diferentes localidades, que passavam a dialogar com valores e comportamentos nem sempre comuns às suas referências culturais. A migração interna e externa, o crescimento demográfico e a expansão econômica ocorrida em muitas cidades e capitais, levaram às mudanças no ritmo e no perfil dessas localidades.

Analisando as mudanças ocorridas nas capitais brasileiras e a sua relação com as famílias, Maluf & Mott comentam:

“ Diante da variedade de questionamentos, experiências e linguagens tão novas que as cidades passaram a sintetizar, intelectuais de ambos os sexos elegeram como legítimos responsáveis pela suposta corrosão da ordem social a quebra de costumes, as inovações nas rotinas das mulheres e, principalmente, as modificações nas relações entre homens e mulheres. Conjugaram-se esforços para disciplinar toda e qualquer iniciativa que pudesse ser interpretada como ameaçadora à ordem familiar, tida como o mais importante “suporte do estado” e única instituição social capaz de repressar as intimidadoras vagas da “modernidade”. ”³¹⁷

³¹⁶ PERROT. “Funções da família” In: In: PERROT, Michelle. *História da vida privada IV: da revolução francesa à primeira guerra. op.cit. p .116.*

³¹⁷ MALUF Marina & MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. SEVCENKO, Nicolau. (org.). *História da vida privada no Brasil: república da belle époque à era do rádio.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.371-372.

Sobre a família construíram-se ideais de valores e comportamentos voltados à infância, à mulher e à moral sexual, temas já discutidos em várias obras que tomaram esse período para análise.³¹⁸

Em Belém, alguns trabalhos também demonstraram a política do Estado, em especial da justiça e da polícia, na tentativa de controle familiar, particularmente da população mais pobre.³¹⁹ Da mesma forma, as análises até aqui pontuadas esboçaram as ações da Igreja na busca da efetivação do matrimônio. Por sua vez, o incremento da economia de mercado apontado como responsável pelo aumento no número de casamentos resultados de preferências individuais em detrimento de arranjos familiares, também já foi, por diversas vezes, aqui descrito.

Até que ponto as ações da Igreja e do Estado, aliadas ao novo contexto socioeconômico, refletiram-se num possível aumento da nupcialidade em Belém? Para responder a essa questão, procurou-se lançar mão de pistas que permitiram pontuar algumas tendências.

Quando se toma como referência os registros de batismo, por exemplo, percebe-se o aumento no percentual de nascimento de filhos legítimos nas últimas décadas do século XIX e início do XX, como se observa na tabela abaixo:

TABELA VI - NASCIMENTO e LEGITIMIDADE			
ANO	LEGÍTIMO	ILEGÍTIMO	T

³¹⁸ Sobre a discussão da política republicana voltada para o trabalhador e a família cf, dentre outros: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. E, ainda, acerca das questões voltadas para a moral e as formas de comportamento e de relacionamento da população pobre ver ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. MATOS, Maria Izilda Santos de. "Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930)". In: *Cadernos Pagu: fazendo história das mulheres*. Campinas: UNICAMP, 1995, vº 4. p. 97-116. SOHIET, Rachel. *Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

³¹⁹ Com relação a essa discussão na historiografia paraense cf: CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares*. (Dissertação) Programa de Mestrado em Antropologia Social. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1987. TRINDADE, José Ronaldo. "Ruas de desordem, mulheres fora da ordem: um olhar sobre as relações de gênero e práticas culturais em Belém no final do século XIX e início do XX." . In: ÁLVARES, Luzia Miranda e SANTOS, Eunice. *Desafios de identidade: espaço - tempo de mulher*. Belém: CEJUP, 1997. PANTOJA, Ana Ligia Nauar. *Estratégia de sobrevivência: mulheres pobres, trabalho e práticas culturais nas ruas de Belém (1890-1910)*. (Monografia de especialização) Especialização em teoria Antropológica. Belém: UFPA, 1999.

	Q	%	Q	%	TOTAL
1870	276	47	311	53	587
1880	313	49	320	51	633
1890	726	58	533	42	1259
1900	1916	72	758	28	2674
1910	2557	66	1320	34	3877
1920	1461	67	710	33	2171

Fonte: Registros de batismo das paróquias da Sé e de Nazaré - (AAB- 1870-1920)

Os números inferem uma tendência de crescimento dos índices de legitimidade, que subiram de 47%, no ano de 1870, para 67%, em 1920, tendo alcançado seu maior valor em 1900, quando o percentual atingiu 72% dos nascimentos. Em contrapartida, ocorreu uma queda persistente no número de filhos ilegítimos. Se, em 1870, esse percentual era de 53%, ele caiu para 33%, em 1920.

Sem dúvida, esse é um dado importante para se pensar que, assim como encontrado em outras capitais brasileiras, o índice de nupcialidade teria aumentado, em Belém, na virada do século XIX para o XX, gerando um maior número de crianças nascidas de uniões legítimas. Apesar da expressiva quantidade de crianças ainda provenientes de uniões ilegítimas, os índices de legitimidade mostraram-se sempre superiores, à exceção dos anos de 1870 e 1880.

Nestes anos que marcam o período inicial da pesquisa, os nascimentos ilegítimos foram timidamente maiores, ficando 6% e 2% à frente dos legítimos, respectivamente. Nos anos subsequentes, entretanto, essa configuração se inverteu, e o número de crianças filhas de casais com uniões sacramentadas chegou a representar uma diferença de 44% em relação às crianças oriundas de lares ilegítimos, no ano de 1900, onde esse percentual se mostrou mais elevado. É claro que esses dados têm, entre outros limites, o fato de que nem toda relação ilegítima resulta de uma prole, o que faz com que se deva ter cautela frente aos números acima.³²⁰

Todavia, por ora, o objetivo de se trazer os dados sumarizados a partir dos registros de batismo circunscreveu-se ao fato deles darem suporte para a análise do casamento em

³²⁰ TEIXEIRA, Paulo. *A formação das famílias livres e o processo migratório. Campinas 1774-1850*. (Tese). Doutorado em História Econômica. São Paulo: USP, 2004.

Belém. Tomando essa documentação paroquial como referência, pode-se pensar na tendência de alta dos índices de nupcialidade ocorrida na capital paraense, tal qual observada em outras capitais brasileiras, fato este que se refletiu na elevação do número de nascimentos legítimos.

Cabe seguir investigando se essa mesma disposição se confirma no universo de outro corpo documental, mais especificamente, os registros de casamento.

4.3.1. Família, legitimidade e naturalidade

A partir dos registros de casamento pode-se aferir a recorrência com que os nubentes provinham de famílias legítimas ou ilegítimas, pois seus nomes eram seguidos das expressões *filho legítimo de* ou, *filho ilegítimo de* e ainda, *filho natural de*. A análise dessa documentação chama atenção para o índice expressivo de nubentes que advinham de famílias legítimas, ou seja, possuíam pais e mães casados matrimonialmente, como se pode depreender da tabela abaixo:

TABELA VII- LEGITIMIDADE DAS FAMÍLIAS DOS CASAIS				
	NOIVOS		NOIVAS	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Descendentes de uniões legítimas	856	65%	819	62%
Descendentes de uniões ilegítimas	462	35%	499	38%
TOTAL	1318	100%	1318	100%

FONTE : Registros de casamento das paróquias da Sé e de Nazaré - (AAB- 1870-1920)

Esses números sugerem que a maior parte dos noivos que efetivaram o matrimônio advinham de *famílias legítimas*, num total de 65% dos homens e 62% das mulheres, enquanto que o percentual de ilegítimos é de 35% no universo masculino e 38% no feminino. Portanto, mais da metade daqueles indivíduos que procuraram contrair matrimônio advinham de famílias com uniões também sacramentadas.

Ao procurar a benção religiosa, esses indivíduos estavam, de alguma forma, seguindo padrões de comportamento, bem como vivenciando experiências e valores, já

presentes em seu grupo familiar ascendente, que, ao que parece, conseguiu transmitir e manter o ideal do sacramento religioso entre seus membros, a julgar pelos índices acima encontrados.

No que diz respeito ao menor, mas não menos significativo, número de nubentes que advinham de *famílias ilegítimas*, destaca-se a miríade de composições familiares que foram encontradas. Dentre elas, encontram-se os registros onde, embora houvesse o nome do pai e da mãe do nubente, estes não eram casados matrimonialmente, configurando a ilegitimidade da relação aos olhos da Igreja. Além dessa composição, havia ainda os registros em que constava apenas o nome de um dos ascendentes, fosse o pai, ou a mãe, e ainda, aqueles em que nenhum deles era citado. De uma maneira geral o quadro se apresentou da seguinte forma:

TABELA VIII- COMPOSIÇÃO DOS REGISTROS DAS FAMÍLIAS ILEGÍTIMAS				
COMPOSIÇÃO FAMILIAR	NOIVOS		NOIVAS	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Presença de pai e mãe (não casados matrimonialmente)	79	6%	82	6%
Apenas registro do pai	23	2%	29	2%
Apenas registro da mãe	206	15%	229	17%
Sem registro de pai e mãe	154	12%	159	12%
TOTAL	462	35%	499	38%

FONTE : Registros de casamento das paróquias da Sé e de Nazaré- (AAB- 1870-1920)

Em primeiro lugar, é interessante observar que, entre os homens, essas famílias correspondiam a cerca de 35% dos indivíduos; já entre as mulheres, esse percentual é um pouco maior, girando em torno de 38%. Isto significa dizer que, a partir do recorte de gênero, pode-se perceber um número discretamente maior de mulheres oriundas de famílias ilegítimas, do que aquele encontrado para os homens.

Um outro dado importante que a sumarização desses números sugere é que, a cada dez pessoas que se casava nessas paróquias, cerca de três a quatro delas eram oriundas de famílias ilegítimas, que podiam variar quanto à referência de pai e mãe não casados

matrimonialmente, à citação apenas do nome do pai ou da mãe, ou ainda, à ausência dos dois genitores.

Em meio a essas famílias que fugiam aos padrões do casamento regulamentado pela igreja católica, predominavam aquelas com a indicação apenas da figura materna, que registrou um índice de 15% entre os noivos e 17% entre as noivas. Por outro lado, somados todos os demais registros de famílias ilegítimas (*apenas registro do pai; sem registro de pai e mãe; presença de pai e mãe [não casados matrimonialmente]*), o percentual é de 20% para noivos e noivas, respectivamente, ficando, portanto, somente um pouco acima dos documentos onde predominou *apenas registro da mãe*. Este fato reafirma o destaque da presença feminina na composição dessas famílias e a menor recorrência da figura do pai.

O segundo maior registro em meio às famílias ilegítimas encerra-se naqueles onde se verifica a ausência dos dois genitores. Ao se fazer o recorte de gênero nessa composição, destaca-se que o percentual é o mesmo no universo masculino e feminino, não apresentando distinções quanto ao gênero.

Não se tem como traçar o perfil de renda dos casais a partir dos registros de casamento. Poucas vezes era indicada a profissão dos indivíduos, ou mesmo, o local em que moravam. Apenas nos formulários do ano de 1920, da paróquia de Nazaré, essa informação começou a aparecer no documento, ainda que de forma irregular. Com isso, o único dado mais recorrente que pôde ser cruzado para tornar possível uma configuração mínima do perfil dessas famílias legítimas e ilegítimas foi referente à naturalidade/nacionalidade dos nubentes, a partir do qual construiu-se a tabela abaixo:

TABELA IX- LEGITIMIDADE E ILEGITIMIDADE NA FAMÍLIA DOS NOIVOS												
Naturalidade	Com pai e mãe (união legítima)		Com pai e mãe (união ilegítima)		Com mãe		Com pai		Sem pai e mãe		TOTAL	
	Quat.	%	Quat.	%	Quat.	%	Quat.	%	Quat.	%	Quat.	%
Paraense	224	55%	55	13%	89	22%	07	2%	31	8%	406	100%
Cearense	160	69%	17	7%	09	4%	03	1%	43	19%	232	100%
Nordestino	196	73%	12	5%	43	16%	03	1%	14	5%	268	100%

Português	78	72%	13	12%	03	3%	05	5%	09	8%	108	100%
-----------	----	-----	----	-----	----	----	----	----	----	----	-----	------

FONTE : Registros de casamento das paróquias da Sé e de Nazaré- (AAB- 1870-1920)

As **famílias legítimas** apresentam-se enquanto maioria dentre as pessoas de todas as naturalidades/nacionalidades da tabela, estando sempre acima de 50% o número de noivos em que os pais vinham de uniões matrimoniais. Ganha destaque o fato dos *paraenses* terem apresentado o menor percentual de famílias legítimas, em contraponto aos *nordestinos*, que alcançaram o maior percentual, ficando em torno de 73%, seguido dos portugueses, com 72%, e dos cearenses com 69%.³²¹

No que diz respeito aos cearenses, sabe-se que a maior parte da migração realizada para o Norte era composta por famílias nucleares formadas pelo casal, seguidos de pai ou mãe e filhos e casal com filhos.³²² De uma certa forma, pode-se pensar, a partir da documentação encontrada nas paróquias de Belém, que uma parcela significativa dos casais que aportaram na cidade possuía uniões legítimas, tendo em vista o grande número de noivos cearenses que eram filhos de pais unidos matrimonialmente. E, ainda, pode-se sugerir também que os filhos daqueles primeiros migrantes, mesmo encontrando-se em terras diferentes e distantes do seu grupo maior de parentela, buscaram a legitimação de suas alianças matrimoniais, a exemplo da geração ascendente; afinal, verificou-se, ao longo dos anos percorridos pela pesquisa, que mais da metade dos noivos cearenses vinham de famílias oriundas de uniões sacralizadas.

A propósito do deslocamento e da quebra dos laços de parentesco e comunitários no lugar de origem, estas famílias mantiveram certas práticas e valores em relação ao casamento, pautados em uma conjugalidade moralmente abençoada pela Igreja e incentivada pelo Estado. O trânsito no novo espaço de fronteira não necessariamente implicou no afrouxamento de normas e papéis sociais tradicionalmente estabelecidos. Novas redes de sociabilidade parecem ter sido recriadas tendo por base referências culturais vivenciadas pelo grupo de parentesco. Esta tendência também poderá ser vista nas

³²¹ Tendo em conta o número bastante expressivo de cearenses encontrados nos registros de casamento, optou-se por destacar esse grupo dos *demais nordestinos*, a fim de ser ter uma melhor visualização da presença dos mesmos, que de outra forma ficaria encoberta.

³²² NOZOE, N; BASSANEZI, C; SAMARA, Eni.(org.). *Os refugiados da seca: emigrantes cearenses, 1888-1889 op cit., p.23.*

estratégias de moradia estabelecidas por essa população migrante, como se verá mais à frente.

Em relação às *famílias ilegítimas*, duas questões devem ser destacadas. Em primeiro lugar, chama atenção o percentual significativo de *paraenses* que vinham de famílias marcadas **apenas pela figura materna**, chegando esse tipo de estrutura familiar a representar mais de 20% do total dos noivos daquela naturalidade, ficando, assim, bem acima dos *nordestinos*, que formaram o segundo maior grupo a apresentar essa configuração familiar, com 16% dos registros. Esse percentual entre os *cearenses* e os *portugueses* atinge apenas 4% e 3%, respectivamente

A segunda questão está associada às estruturas familiares marcadas pela **ausência total do pai e da mãe**. Em meio aos cearenses, essa configuração familiar chegou a representar 19% dos registros paroquiais, número superior ao encontrado entre os demais grupos, que ficou em algo em torno de 5% a 8%.

Esses números significam que, enquanto em cerca de 02 (dois) em cada 10 (dez) registros de noivos *paraenses* predominava apenas a figura materna, entre os *cearenses* essa proporção corresponderia aos registros com total ausência dos dois genitores.³²³

Por fim, para finalizar esse item, cabe pontuar o perfil dos noivos portugueses, destacando que, entre os indivíduos dessa nacionalidade, 28% deles apresentaram registros de famílias ilegítimas. Em meio a essas, predominavam aquelas em que havia a figura dos pais, mas eles não eram unidos matrimonialmente. Em contraposição, um número expressivo de portugueses (72%) apontou para a existência dos dois genitores nos documentos paroquiais.

Esse número é bastante expressivo quando se pensa que uma boa parte dos portugueses vinha de regiões marcadas pela constante e regular emigração dos homens, geradora de um desequilíbrio entre os sexos e o aumento no número de famílias ilegítimas, ou mesmo, famílias chefiadas por mulheres, em particular, nas províncias localizadas ao

³²³ Estariam nesse grupo de migrantes cearenses jovens sozinhos que vieram para Belém atraídos pelo ouro negro da borracha, deixando os parentes nos locais de origem, não tendo registro dos mesmos e nem documentação que comprovasse sua existência, sendo mais viável afirmar, frente às autoridades eclesiásticas, que eles não existiam? Ou mesmo, os órfãos da seca, filhos de pais que não conseguiram completar o caminho, deixando-os sem registro ou documentos que comprovassem a origem familiar? Essas são questões que não cabe serem respondidas no âmbito desse trabalho, mas que são importantes para se pensar em respostas aos dados encontrados nos registros de casamento das paróquias pesquisadas.

norte de Portugal.³²⁴ Era de se esperar, dessa forma, um número expressivo de imigrantes oriundos de famílias marcadas pela ilegitimidade, o que, de fato, não se confirmou, tendo em vista o número elevado de noivos dessa nacionalidade que registraram o nome do pai e da mãe e foram caracterizados como legítimos nas certidões.

Como conclusão, pode-se aferir do perfil dos noivos das diversas nacionalidades/nacionalidades acima pontuadas que a maior parte deles advinha de famílias com uniões legitimadas, independentemente da origem. Por outro lado, dentre aqueles oriundos de famílias ilegítimas, os paraenses foram os que apresentaram o maior número de registros onde constava apenas a figura da mãe e, os cearenses, os que tiveram o número mais representativo de famílias sem a presença paterna ou materna.

Em que medida o universo das mulheres pode ser distinto daqueles apresentado pelos homens? Essa é a próxima questão a ser analisada na seqüência da tabela abaixo:

TABELA X- LEGITIMIDADE E ILEGITIMIDADE NA FAMÍLIA DAS NOIVAS												
Naturalidade	Com pai e mãe (união legítima)		Com pai e mãe (união ilegítima)		Com mãe		Com pai		Sem pai e mãe		TOTAL	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Paraense	270	54	56	11	124	25	09	2	38	8	497	100
Cearense	179	71	10	4	12	5	05	2	46	18	252	100
Nordestino	140	70	20	10	27	14	03	1,5	09	4,5	199	100
Português	15	54	05	18	04	14	-	-	04	14	28	100

FONTE : Registros de casamento das paróquias da Sé e de Nazaré- (AAB- 1870-1920)

Quando analisada a tabela acima e comparada com o perfil dos noivos anteriormente destacado, observa-se que, assim como esses, há entre as noivas, de todas as origens, a predominância daquelas oriundas de **famílias legítimas**. Entretanto, algumas particularidades devem ser destacadas entre esses dois universos.

³²⁴ SCOTT, Ana Sílvia. “ Aproximando a metrópole da colônia: família, concubinato e ilegitimidade no noroeste português (século XVII e XIX)”. In: *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)*. Ouro Preto/Minas Gerais, novembro de 2002. p. 12-20.

Mais uma vez, o número de noivas que registraram o nome do pai e da mãe é superior ao percentual de 50%, tal como verificado no caso masculino; da mesma forma, assim como os homens, as mulheres paraenses apresentaram o menor percentual de famílias legítimas, num total de 54%. Entretanto, dessa vez, elas empataram com as portuguesas, que também apresentaram o mesmo percentual. O maior índice ficou por conta das cearenses, que apresentaram 71% dos registros com a presença de pais unidos matrimonialmente. No caso masculino essa colocação coube aos nordestinos.

Em todo caso, de uma maneira geral, as noivas ficaram abaixo dos homens no que diz respeito ao registro de famílias legítimas. À exceção das cearenses, que apresentaram um percentual de 71%, enquanto esse mesmo índice, entre os noivos da mesma origem, foi de 69%.

Um segundo aspecto a ser destacado está relacionado à configuração das **famílias ilegítimas**. Mais uma vez, as paraenses registraram o maior número de estrutura familiar, onde prevaleceu **apenas à presença da mãe** (25%), tal como verificado no universo masculino, onde esse mesmo percentual foi um pouco menor (22%). Da mesma forma, coube às noivas nordestinas o segundo maior indicador relativo a presença exclusiva da mãe, com 14%, empatando, desta feita, com as portuguesas, que tiveram o mesmo índice.

Em relação aos registros em que houve a **ausência dos genitores**, observa-se que, assim como no caso masculino, as mulheres cearenses destacam-se das demais, com 18%, seguidas de perto das portuguesas, com 14%. Esse tipo de composição dos registros mostrou-se bem mais acentuado entre as mulheres do que entre os homens.

Do que foi visto, percebe-se que os números acima não revelam muita diferença entre as tendências encontradas no universo dos homens e das mulheres que se casaram nas duas paróquias pesquisadas. As configurações familiares dos registros de noivos e noivas são recorrentes, com poucas variações quando cruzadas com o critério de naturalidade/nacionalidade. Algumas variações ocorreram em um ou outro percentual, para maior ou para menor, mas, de uma maneira geral, o perfil de cada grupo de origem pouco se alterou quando se fez o recorte de gênero.

No entanto, a despeito dessa tendência geral, algumas distinções puderam ser encontradas quando levada em consideração a origem e o gênero. Entre elas, destaca-se o fato do número de mulheres pertencentes a **famílias ilegítimas** ser maior do que o de

homens, à exceção das cearenses, único grupo de noivas que registrou a presença do pai e da mãe em um percentual acima do masculino.

No que diz respeito àquelas famílias onde se tem a **presença apenas da mãe**, o percentual de mulheres que apresentaram esse perfil familiar também foi maior do que o de homens. A distinção coube às nordestinas, onde esse percentual mostrou-se menor do que o apontado para os homens.

Nos registros com a **ausência total dos genitores** os cearenses superaram os demais grupos, sendo que, no universo feminino, as mulheres cearenses foram seguidas de perto das portuguesas.

Os registros cujas composições eram formadas pela presença de **pais não unidos matrimonialmente** e pela **presença apenas do pai** foram as de menor expressividade. No primeiro tipo de composição os números giraram em torno de 5% a 13%, no universo masculino, e 4% a 18%, no feminino. Esses percentuais foram mais acentuados do que aqueles apresentados no segundo tipo de composição, onde predominou apenas o nome do pai, ficando em torno de 1% a 2% para os casais das diversas origens, com exceção das portuguesas, onde esse índice foi um pouco maior (5%).

Dessa forma definiu-se o perfil da legitimidade da família dos nubentes que estabeleceram alianças matrimoniais nas paróquias da Sé e de Nazaré. A análise foi feita tendo como referências os marcadores de origem e gênero. Cabe, a partir de agora, analisar de que forma esse perfil vai permanecer, ou alterar-se, ao longo dos anos discutidos nesse trabalho.

4.3.2. Legitimidade: permanências e mudanças

Quando se destacou a necessidade de levantamento dos registros de matrimônio através de um ano de cada uma das décadas percorridas pelo trabalho, um dos objetivos dessa opção metodológica estava associado à idéia de se conhecer as mudanças e permanências no casamento, que se acreditava possíveis de serem percebidas em um período de maior projeção. As tabelas abaixo permitem pensar que esse recorte se mostrou interessante, pois, ao observar os índices, várias questões podem ser apreendidas, pontuando-se suas mudanças no tempo:

QUADRO V - ÍNDICES DE LEGITIMIDADE E ILEGITIMIDADE (SÉ)					
	Com pai e mãe (união legítima)	Com pai e mãe (união ilegítima)	Com mãe	Com pai	Ausência dos genitores
1870	24%	18%	41%	1%	16%
1880	53%	3%	18%	1%	25%
1890	55%	6%	27%	3%	9%
1900	55%	23%	16%	3%	3%
1910	42%	38%	18%	1%	1%
1920	70%	13%	14%	1%	2%

FONTE : Registros de casamento da paróquia da Sé - (AAB- 1870-1920)

QUADRO VI- ÍNDICES DE LEGITIMIDADE E ILEGITIMIDADE (NAZARÉ)					
	Com pai e mãe (união legítima)	Com pai e mãe (união ilegítima)	Com mãe	Com pai	Ausência dos genitores
1883/1884	22%	3%	9%	1%	65%
1890	57%	8%	15,5%	4%	15,5%
1910	80%	2%	14%	2%	2%
1920	72%	11%	11%	2%	4%

FONTE : Registros de casamento da paróquia de Nazaré- (AAB- 1883-1920)

Entre essas questões, destaca-se o grande crescimento no número de famílias legítimas apresentado nos registros matrimoniais. Se, em 1870, ano inicial da pesquisa, e, vale lembrar, das tentativas do Estado de secularização do casamento, o percentual de

noivos advindos de famílias com uniões legitimadas chegava a apenas 24%, na paróquia da Sé, em 1920, esse índice alcançou o percentual elevado de 70%.

Dito de outra forma, isso significa dizer que, em 1870, cerca de 76% dos nubentes da Sé eram filhos de pessoas que viviam sós ou em uniões consensuais, sem o sacramento religioso e, em 1920, esse número caiu para 30%.

Nos registros de Nazaré essa diferença apresentava-se ainda mais acentuada. Para se ter idéia, nos anos de 1883/1884, o percentual de legítimos naquela paróquia foi de 22%, subindo para 72% em 1920. Ou seja, se na década de oitenta do século XIX, 88% dos casais eram filhos de pais que não tinham união matrimonial, esse percentual era de apenas 28%, em 1920.

É interessante observar que, ainda na década de 1880, na paróquia da Sé, o percentual de legítimos já mostrava uma acentuação, chegando a 53% dos pais dos nubentes, diferentemente da realidade encontrada em Nazaré, onde esse número era de 22%.

Em relação aos registros com as várias composições de **uniões ilegítimas**, destacam-se aquelas em que havia a **ausência do nome do pai e da mãe**. O maior número foi encontrado em Nazaré, na década de 1883/84, com um total de 65% dos nubentes. Nos anos posteriores, mais especificamente na década de 1920, esse percentual chega a apenas 4% dos registros.

No que se refere à composição de registros onde prevalecia exclusivamente a **presença da mãe**, ou ainda, a **presença dos pais sem união matrimonial**, foram as mais recorrentes dentre aquelas estruturas que fugiam ao padrão religioso. Em 1870, na Sé, cerca de 41% dos noivos registraram apenas a *presença da mãe*; esse número caiu para 14%, em 1920. Em Nazaré, o quadro se inverte. O menor índice, de 9%, encontra-se nos registros em 1883/1884, subindo para cerca de 15%, em 1890, para fechar em 11%, em 1920. A mesma inversão ocorre nos registros em que os pais dos noivos não têm união legítima. Se na paróquia da Sé ele cai de 18% para 13%, em 1870 e 1920, respectivamente, na igreja de Nazaré ele sobe de 3%, na década de oitenta, para 11%, na década de 20.

De tudo o que foi até o momento dito, importa concentrar-se na seguinte questão: ao percorrer um ano de cada uma das décadas que compreende a pesquisa, ficou claro o fato de que a quantidade de registros onde os pais dos noivos possuíam união matrimonial

subiu acentuadamente entre 1870 e 1920. Pouco a pouco, o número de casais ascendentes que haviam estabelecido uniões matrimoniais foi elevando-se naqueles anos. Quando comparado esse dado aos índices de batismo indicados anteriormente, verifica-se a mesma tendência de aumento no número de crianças legítimas, sugerindo que uma maior proporção de casais buscou o casamento religioso na virada do século XIX para o XX. Isso faz pensar que, tal como encontrado em outras capitais brasileiras, houve, de fato, um aumento no número de uniões legítimas em Belém, nesse período.

As questões que ajudam a compreender tal aumento já foram apontadas no início desse item. Em nível regional, destacou-se de que forma a Igreja e o Estado procuraram estabelecer maior domínio frente ao matrimônio.

Agregue-se a isso o fato do final do século XIX marcar o incremento da economia gomífera, responsável pela diversificação das funções, juntamente com a maior necessidade das atividades ligadas à prestação de serviços. Esse cenário pode ter gerado uma facilidade maior no estabelecimento e na manutenção familiar, articulada com outras mudanças centradas na transformação do perfil da riqueza, da maior possibilidade de enriquecimento através da compra de propriedades, do aumento e diversidade de atividades que abriram caminho para que jovens bacharéis, técnicos e doutores, se estabelecessem, sem necessariamente depender dos bens da família. O desenvolvimento econômico aliado à maior oportunidade de emprego e renda, podem, de alguma forma, ter-se refletido na acentuação das alianças formais, quando se acredita que um número maior de pessoas passou a ter condições de iniciar e manter uma família.

É claro que essas alterações não ocorreram de forma linear, nem tampouco se pode esquecer que, mesmo havendo o aumento nas oportunidades de emprego e renda durante a expansão da borracha, o número de pessoas vivendo de trabalhos temporários, ou mesmo, desempregada era bastante acentuado; e ainda, a despeito da maior flexibilidade dos jovens administrarem suas vidas sem estar atrelados aos bens familiares, isso não excluiu a influência política e a importância da rede de parentesco, fundamentais para que muitos deles assumissem, ou fossem preteridos, em cargos, funções públicas e sociedades comerciais.

Em seu trabalho já citado sobre a família na sociedade brasileira, Kuznesof, mostra que a extinção do sistema de castas e estamentos, ao longo do século XIX, permitiu a

formação das classes sociais, onde a propriedade passou a garantir o status social dos indivíduos, e não apenas o nascimento e o grupo doméstico. Com isso, o progresso individual passou a ser estimulado e facilitado pela urbanização, em detrimento dos laços familiares, possibilitando ao jovem uma maior independência em relação à rede familiar. Este novo contexto social seria responsável pela maior flexibilização e ampliação das possibilidades e trajetórias pessoais.³²⁵

No entanto, alerta a autora, as mudanças trazidas por esse novo contexto às relações familiares, com destaque para o enfraquecimento do grupo de parentesco e fortalecimento do indivíduo e da família nuclear, têm que ser matizadas. Frente às adversidades, a família criou novas estratégias para se manter e adaptar às transformações socioeconômicas; na sociedade brasileira, em particular, as relações de parentesco manifestam-se de forma marcante na economia e na política. Conforme a autora: “...a persistência de métodos personalistas de organização no Brasil necessariamente conterà qualquer esforço para criar regras impessoais para tratar de tais assuntos (...) São Paulo é uma metrópole industrializada, porém muitas das regras sociais são adaptadas daquelas de uma comunidade pessoal.”³²⁶

Da mesma forma, Lewin, analisando as famílias de proprietários da elite da Paraíba, argumenta que a parentela continuou por muito tempo a ser a maior forma de proteção dos indivíduos, mesmo com a decadência do poder patriarcal e as mudanças econômicas. E que muitos jovens bacharéis, ao invés de manterem sua independência da família, voltavam para suas terras, ou mantinham fortes laços com o grupo de parentesco envolvendo-se nas disputas familiares. Analisando a família na Amazônia do século XX, Wagley chega às mesmas conclusões de Lewin quanto à força das relações de parentesco, não apenas na região, mas também em outras localidades brasileiras. Segundo o autor, os laços familiares continuariam a influenciar a política e o patriarcalismo ainda podia ser encontrado, mesmo no Brasil moderno e urbano.³²⁷

³²⁵ KUSNESOFF, Elizabeth. “A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social, São Paulo, 1700-1980”. In: *Revista Brasileira de História: famílias e grupos de convívio* - São Paulo: ANPUH/ Marco Zero. Ago.88/ fev.89. pp. 37-64.

³²⁶ *Idem, ibidem*. p. 60-63.

³²⁷ WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica. Um estudo do homem no trópico*. 3º ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. E, ainda, WAGLEY, Charles. “kinship patterns in Brazil: the persistence of a cultural tradition” In: *The Latin American Tradition: essays*

Essas reflexões mostram a complexidade das transformações que tiveram lugar na consolidação da estrutura econômico-social capitalista em nosso país ao longo do século XIX e início do XX, demonstrando que as práticas modernas e individualistas muitas vezes conviveram e foram readaptadas pelos usos e costumes tradicionais.

Na verdade, todas as questões acima levantadas são caminhos possíveis para se entender o maior número de matrimônios e a ascendência de famílias legítimas em Belém. As mudanças na política do Estado, da Igreja e da economia são apenas algumas das possibilidades que podem ser sugeridas para que se compreenda essa ascensão. Outros trabalhos podem ser somados a este a fim de que se possa lançar um quadro mais completo dessa questão.

Por outro lado, não se pode esquecer que, a despeito da proporção de casamentos legítimos ter sido acentuada, isso não significa que os relacionamentos ilegítimos não ocorriam na capital paraense em larga escala, até mesmo porque, sem registro, essas formas não legítimas de união ficam mais difíceis de ser mesuradas. Até este momento, estava-se trabalhando preferencialmente com os documentos paroquiais, que infligem um limite importante à pesquisa, pois, afinal, está-se diante de registros de pessoas que buscaram alianças formais para iniciar ou dar continuidade à sua família, assim como seus pais o haviam feito anteriormente.

Dessa forma, a fonte remete a um universo específico de pessoas com trajetórias familiares, atuais e ascendentes, que passaram pelo ritual do matrimônio, e que compartilhavam um certo conjunto de práticas e valores conjugais.

Todavia, quando analisado outro grupo de fontes, como os autos e processos criminais, o que se encontra é um número considerável de homens e mulheres pobres que viviam em meio às uniões consensuais. Mesmo nos inventários, onde predominam os proprietários e as pessoas da elite local, cerca de 6% dos indivíduos solteiros e casados declaram a existência de filhos naturais, havidos de uniões ilegítimas.

O diálogo entre as práticas e valores dos diversos grupos sociais, particularmente aqueles mais pobres, com os ditames institucionais é marcado por tensões, acomodações e desafios às regras. As respostas às ações da Igreja e do Estado não caminharam

on the unity and the diversity of Latin American Culture. New York & London: Columbia University Press, 1968.

necessariamente de forma convergente, o que significa dizer que a forma pela qual a população vai reinterpretar e responder às políticas dessas instituições não necessariamente vai ao encontro daquilo que sacerdotes, políticos, magistrados e médicos anuíam. Até mesmo porque, entre esses segmentos, e no interior dos mesmos, as formas de comportamento e ideais estavam igualmente marcados por tensões e conflitos.

Portanto, o crescimento no número de famílias legítimas em Belém, aqui pontuado, ocorreu em meio à convivência e ao diálogo com outra forma de relacionamento igualmente expressiva na sociedade, baseada na união consensual. Nesse trabalho, a pluralidade das fontes foi essencial para que se chegasse a esses diferentes arranjos, possibilitando uma compreensão mais complexa do casamento e da família. Na busca das especificidades e de situações particulares foi construído o próximo capítulo, onde esses temas serão tratados, tendo como recorte as famílias populares.

CAPÍTULO V – A FAMÍLIA EM MEIO AOS POPULARES: UNIÕES CONSENSUAIS, CASAMENTO, PARENTESCO e REDES de SOCIABILIDADE

Este capítulo procurará dar conta do universo das famílias dos grupos populares, procurando observar a conjugalidade, a composição da moradia, as redes de sociabilidade intra e inter familiares, os diferentes tipos de uniões estabelecidas (legitimadas ou não) e os relacionamentos que as antecedem.

O conhecimento dessas questões foi possível através do levantamento de informações fragmentadas extraídas de fontes processuais criadas a partir de situações de conflito e tensão. Tomando por base essa documentação, procurou-se entender melhor o universo das uniões, da conjugalidade, da moradia, da vizinhança e da sociabilidade em meio aos segmentos formados pela população pobre.

Como foi destacado na introdução deste trabalho, embora algumas das práticas e concepções dos segmentos populares se aproximem daquelas encontradas nos grupos de elite, as condições materiais, as especificidades de sua vivência, as opções e escolhas individuais agregam particularidades à maneira pela qual essas práticas e concepções vão ser experimentadas por esse segmento.

Do mesmo modo, para além das semelhanças grupais, não se pode esquecer que as distinções internas também se fazem presentes, atualizadas nas situações de embate que serão aqui mostradas. E que as fissuras e singularidades podem ser visualizadas mesmo no interior do segmento social. Como lembra Matos ao discutir sobre as possibilidades de estudo do cotidiano de trabalhadores pobres, em particular dos imigrantes:

“ O processo de construção de laços se fez através da tecedura de uma trama em que estiveram presentes as relações de gênero-etnia-classe, constituindo-se num processo dinâmico em que os perfis de comportamento se fazem, desfazem e refazem por diferenciação e também por integração. E em que a experiência histórica do trabalho unifica, qualifica e surge como o elemento capaz de lhes conferir

coerência e sentido, construindo laços de solidariedade e estratégias de sobrevivência.”³²⁸

Portanto, a “experiência histórica do trabalho”, apontada por Matos, configura-se enquanto uma espécie de denominador que confere coerência e sentido a esses imigrantes. Entretanto, outros elementos, do mesmo modo, interferem na construção de seus perfis, como os marcadores de gênero e classe, além, é claro, o de etnia. Acredita-se que o mesmo pressuposto pode ser aplicado ao conjunto dos trabalhadores. Para além dos aspectos comuns relativos às condições materiais de vida e reprodução, os trabalhadores dos segmentos populares vivenciam o cruzamento de diversas formas de identificação acionadas de acordo com as estratégias de sobrevivência.

Neste capítulo, algumas dessas semelhanças e distinções serão levantadas para que se possa compreender melhor a multiplicidade das formas assumidas do casamento e das relações familiares dos indivíduos e famílias que compõem os grupos populares.

5.1. Arranjos domiciliares e redes de sociabilidade: fortalecendo alianças

Na primeira parte do trabalho foram observados os diversos tipos de moradia encontrados na capital paraense, as dificuldades relacionadas ao morar, inclusive àquelas relativas ao preço dos aluguéis e, por fim, alguns traços que marcaram a transformação das casas e prédios no que diz respeito à sua distribuição interna, à permanência, aparecimento e ressignificação de seus espaços interiores e exteriores.

Nesse item, ir-se-á entrar porta adentro para conhecer um pouco mais sobre as pessoas e famílias que residem nessas moradas. A preocupação é levantar as diversas composições familiares encontradas nos domicílios e, ainda, as relações da família com a vizinhança, observando as redes de sociabilidade e as estratégias de sobrevivência dos segmentos populares que permitem criar relações de ajuda mútua que possibilitam a minimização das incertezas do cotidiano e dos limites materiais da existência.

Inicialmente, uma das questões que chama atenção na leitura dos autos e processos criminais é a especificidade do morar em meio a essas famílias. A proximidade, a

³²⁸ MATOS, Maria Izilda Santos. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2002. p.50.

convivência em uma mesma casa ou quarto e o fracionamento familiar são algumas das realidades encontradas na documentação que ajudam a compreender as características dessa moradia e de suas particularidades.³²⁹

No entanto, antes de se entrar nessa discussão, é necessário primeiramente ressaltar que a proximidade das casas, a vigilância dos vizinhos e a fluidez da intimidade a partir daí gerada no universo da morada são características também acentuadas pelos autores que trabalharam com outras localidades brasileiras, ainda no período colonial. Como lembra Algranti:

“ Numa sociedade continuamente devassada pelo olhar dos vizinhos, dada a proximidade das casas e das meias-paredes que as separavam, a estreiteza das ruas no mundo urbano, ou a presença constante dos escravos, que entravam e saíam dos recintos nas grandes casas rurais, os jardins talvez fossem um dos raros espaços onde se podia usufruir de um pouco de intimidade, que não era muito freqüente na sociedade colonial.”³³⁰

Além dos elementos externos, arquitetônicos e da presença de escravos acima apontados pela autora, outras situações concorriam para impor limites à intimidade no universo da residência, evidenciando sua fluidez, particularmente em meio às populações mais pobres. Figueiredo, ao analisar os amores possíveis e a conjugalidade porta adentro, na Minas Gerais setecentista, chama atenção que:

“Decorrente das circunstâncias de instabilidade e pobreza que marcavam o cotidiano, as regras nessa região apareciam mais flexíveis, aceitando que em um mesmo domicílio pudessem habitar famílias com variáveis graus de parentesco consanguíneo entre si.”³³¹

³²⁹ Como já se acentuou em outro momento, não há para Belém, no período estudado, listas nominativas onde se pudesse fazer um tratamento serial que permitisse a quantificação dos diversos tipos de estruturas familiares encontradas nos domicílios. O que implicou no conhecimento desses arranjos a partir dos fragmentos de informações encontradas nas fontes notariais, que permitiram o conhecimento de algumas composições de moradia. Foi com essa preocupação que se passou ao aferimento da documentação resultando nas situações a seguir discutidas.

³³⁰ ALGRANTI, Leila Mezan. “ Famílias e vida doméstica”. In SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.96.

³³¹ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997. p.135.

As condições materiais são portanto ressaltadas pelo autor em função das incertezas que criam e da menor rigidez com valores ligados à intimidade, gerando uma domesticidade delimitada pela coabitação de várias famílias. Ainda no período colonial, deslocando-se para a capital do Ceará, Vieira Junior anui sobre a representação e o uso social do domicílio mostrando a plasticidade da morada cearense. Nas palavras do autor, a casa:

“ Ora, apontava para a gestão da valorização do espaço doméstico e da privacidade; noutros instantes a residência se configurava como extensão das relações na comunidade e ambientes privilegiados para o mundo do trabalho e do alheio à família”³³²

Essa fluidez do uso social e do significado da casa, intercalando e sobrepondo momentos e espaços de intimidade com a convivência mais pública, favorecida muitas vezes pelo tipo de construção dos domicílios, gerava uma proximidade com a rua e com a vizinhança também encontrada pelos autores que investigaram as capitais republicanas. No final do século XIX e início do XX, muitas cidades tiveram um expressivo crescimento populacional, gerando a ocupação sobreposta e desordenada dos antigos e novos espaços. Um “entra-e-sai”, é assim que Marins caracteriza parte dos espaços de habitação da cidade do Rio de Janeiro, à época da belle époque:

“... mas da maior parte das construções assobradadas e da imensidão das casas térreas das cidades, o que se deve lembrar mais vivamente é o intenso entra-e-sai nas portas, uma diluição contínua de espaços – algo mais necessário à dura sobrevivência improvisada dia a dia pelos muitos pobres e miseráveis que povoavam as cidades brasileiras do que as ilusões de reclusão e discricção propaladas pelas elites.”³³³

Essa proximidade e fluidez dos espaços de morada da população pobre não se davam apenas na relação da família com a rua e a vizinhança, elas podiam ser verificadas no interior de domicílios compostos por casais, com ou sem filhos, parentes, agregados,

³³² VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha/ São Paulo: Hucitec, 2004. p.118.

³³³ MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança.op.cit., p.138*

amigos e companheiros de trabalho.³³⁴ Múltiplos foram os arranjos encontrados nessas residências, como se verá a partir de agora.

Ao sair da estância em que morava, à Rua do Espírito Santo, na *Cidade*, às cinco horas da manhã, como fazia todos os dias, Júlio de Almeida, de 70 anos de idade, comprador e vendedor de lenha do Ver-o-Peso, foi roubado e morto.³³⁵ Ele vivia amasiado com a cearense Joanna Maria da Conceição, viúva, 46 anos, serviços domésticos. Durante alguns anos, Júlio e Joanna viveram sozinhos. No entanto, cerca de um mês antes do ocorrido, o filho, Vicente, de 21 anos, que até então morava no Ceará, veio para Belém passar dois anos, a fim de arrumar emprego. O ano era 1891, em pleno crescimento e demanda de mão-de-obra para extração de borracha. Na estância em que a família morava, encontravam-se também outros moradores, carregadores como Julio, sendo que dois deles haviam recentemente embarcado para a cidade de Manaus que, vale lembrar, tornava-se naquele período um novo pólo de atração de exploração de seringais.

Desse modo, Júlio e Joanna formavam um casal com união consensual, vivendo até pouco tempo sozinhos no quarto de numa estância, sem os filhos, que moravam no Ceará, de onde se tem a informação de que pelo menos a mãe havia migrado.

Também no quarto de uma estância, localizada à rua 22 de junho, Antonio Gonçalves Torres, de quem só se sabe que era ex-praça do corpo de bombeiros, residia apenas com sua esposa, Maria. Nesse local, Antonio matou sua mulher, com quem brigava e em quem batia freqüentemente.³³⁶ Trata-se de mais uma composição domiciliar em que o casal vivia sozinho num quarto de estância, sem a existência de filhos.

Por sua vez, Gregório do Nascimento Beckman, 26 anos, maranhense, caldeireiro, sabendo ler e escrever, vivia há pelo menos um ano amasiado com Luiza Maria do Espírito Santo, quando a matou no quarto em que viviam, localizado em um sobrado à travessa

³³⁴ Da mesma forma, Spinosa mostra como se estabeleceram relações de solidariedade, de tensão, e mesmo de relacionamento amoroso entre vizinhos, evidenciando a proximidade física e relacional existente entre eles, que propiciaria o conjunto dessas interações diárias forjadas a partir do espaço de habitação. Ressalta ainda a existência de formas de coabitação na capital paraense marcadas pela presença de inúmeras pessoas com laços consangüíneos, ou não, numa situação gerada pelas condições materiais desses indivíduos, mas também por laços de amizade e solidariedade. SPINOSA, Vanessa. *Pela navalha: cotidiano, moradia e intimidade. (Belém 1930)*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2005.

³³⁵ Processo crime 3º Distrito Criminal. Homicídio. Caixa: 1891. Doc. 04. Ano:1891 ATJEPA.

³³⁶ Processo crime 4º Distrito Criminal. Homicídio. Caixa: 1912. Ano: 1912. ATJEPA.

Campos Salles, no ano de 1897.³³⁷ O imóvel pertencia ao marceneiro Vicente de Maria Lima, de 33 anos. No sobrado encontrava-se, além da marcenaria de Vicente, localizada à frente, inúmeros quartos que o mesmo alugava para vários casais. Diferentemente de seus locatários, Vicente vivia sozinho à travessa São Francisco, sendo o sobrado da travessa Campos Salles apenas o local de seu trabalho e de onde tirava seus investimentos rentáveis.³³⁸

Gregório e Luiza haviam se mudado há 8 (oito) dias para o quarto do sobrado e, segundo o testemunho do proprietário, “nem lhe constou que entre Gregório e Luiza houvesse qualquer desavença vivendo ambos na mais perfeita amizade”. Essa era a mesma opinião do também marceneiro Ramiro José Correa, casado, 34 anos, ao afirmar que eles “viviam em uma harmonia invejável.” Ramiro, diferentemente do réu, era casado com sua mulher, Alexandrina, com quem vivia em um quarto no mesmo sobrado, sem filhos. Nesse processo, Gregório é condenado pelo assassinato da esposa, ficando 13 (treze) anos na cadeia de São José, de onde saiu no ano de 1910.

As situações acima remetem a arranjos familiares onde prevalece a ocorrência de casais de diferentes gerações, residindo sozinhos, sem a presença de filhos, a maior parte deles vivendo amasiados em quartos de sobrados e estâncias.

Além desse tipo de arranjo domiciliar, encontrou-se também outras formas de organização, como a da família do potiguar Francisco. Morador de uma *puchada* à travessa São Pedro, com 55 anos, estivador e casado, Francisco vivia apenas com seus dois filhos: Militão, de 21 anos, solteiro, rio-grandense-do-norte e estivador, como o pai; e Inocência, de 18 anos, também solteira e potiguar, vivendo de serviços domésticos.

A julgar pela idade de Inocência, vê-se que a família deslocara-se há menos de dezoito anos para a capital paraense, pois essa era a idade da filha, que ainda nascera no Rio Grande do Norte. Isto sem contar os possíveis deslocamentos para outras localidades durante o período de tempo transpassado antes da fixação em Belém. Da mãe não se tem

³³⁷ Processo crime 1º Distrito Criminal. Homicídio. Caixa: 1897. Ano: 1897.TJEPa.

³³⁸ Spinosa chama atenção para o fato das estâncias possuírem uma espécie de gerência que: “em última instância, interferia diretamente, seja resolvendo ou apaziguando as tensões, seja respondendo pelos problemas apresentados.” Essas pessoas tornavam-se uma espécie de referência nesses locais e, mais comumente, moravam próximo a eles, por vezes lá também residindo. SPINOSA, Vanessa. *Pela navalha: cotidiano, moradia e intimidade. op.cit., p.64.*

notícia do paradeiro. Embora o pai, Francisco, se declare casado, não há menção posterior à esposa.

Fica-se conhecendo a existência dessa família quando o filho Militão, auxiliado pelo pai, assassinou Rodolpho Lima, quando este fora cobrar a dívida de três contos de réis que Inocência devia a sua mulher, Euphrosina Pereira Passos.

Na casa da vítima, além da esposa, viviam também Maria Julia, filha de criação de Rodolpho, e Catharina Maria de Oliveira, irmã de sua mulher, Euphrosinha. Todos eles eram moradores na mesma estância e tinham a mesma naturalidade, sendo migrantes advindos do Rio Grande do Norte, estado do qual, vale lembrar, adveio o segundo maior número de pessoas nos livros de casamento das paróquias da Sé e de Nazaré.

Assim como a família do réu e da vítima, os demais moradores da estância, compondo diversas outras famílias, também eram originários do mesmo Estado, o que sugere uma rede de solidariedade e amizade que será mais à frente discutida.

Por hora, cabe o registro dos arranjos domiciliares estabelecidos pelas pessoas envolvidas nesse processo, formados por um pai vivendo com seus dois filhos, no caso do estivador Francisco, e um casal coabitando com a irmã de um dos cônjuges e a filha de criação do outro, no caso do domicílio de Rodolpho e Euphrosina.

A multiplicidade de organizações familiares até o momento apontadas é corroborada quando da descrição das famílias que viviam em um quarteirão, citadas em mais um auto policial. A denúncia que deu origem à investigação estava associada ao fato de estarem jogando pedras e batendo à porta da rocinha onde moravam os padres capuchinhos, na rua da Cruz das Almas. Ao ser inquirido sobre o fato, o acusado e vizinho dos padres, Antonio Gomes de Luz, 30 anos, português, solteiro, negociante, fez uma descrição pormenorizada das pessoas residentes nas casas existentes à rua dos religiosos e suas proximidades. Pelo seu depoimento fica-se sabendo que na sua própria casa viviam, além dele, “seu irmão de nome Joaquim, já homem, e um velho de nome Manoel e um caixeiro de 18 anos, de nome Manoel.”³³⁹ Têm-se aqui a co-residência marcada pela ligação consanguínea de dois irmãos, aliada a relações não parentais de pessoas de gerações diferenciadas, o velho e o caixeiro de 18 anos. Pode-se pensar que a presença de pessoas de diferentes idades sugere as alternativas de apoio e assistência existente entre esses

³³⁹ Auto de Perguntas. Fundo de segurança pública. Caixa: 1871. APEP.

indivíduos. Afinal, além das divisões de tarefas cotidianas que poderiam ocorrer nessa habitação, a experiência e os contatos de trabalho do velho poderiam auxiliar aqueles que estavam chegando à cidade. Por outro lado, as oportunidades maiores de emprego e ganho do mais novo poderiam contribuir para a subsistência do velho. Relações de troca e reciprocidade que podem ser encontradas a partir do arranjo domiciliar apontado.

Já na casa de Paulo Toscano, empregado no arsenal de marinha, viviam: “Emiliano, a amásia dele, além de Jesuína, amasia de um senhor [Natricio?], também empregado na Alfândega, uma escrava parda de nome Eugenia, criada de Jesuína, e, finalmente, duas meninas, filhas de Emiliano, uma com 12 anos e a outra com 8 anos.”

Nesse domicílio encontra-se a coabitação de uma família nuclear composta pelo casal com filhos, relacionados através de união consensual, uma mulher com sua escrava, que, embora vivesse amancebada com um senhor, fica a dúvida se ele residia ou não, na casa, além de um homem solteiro.

A declaração de Antonio segue afirmando ainda que, ao lado direito da casa dos padres:

“ mora uma velha de nome Thereza com dois netos, um de nome Ângela, outro de 20 anos de nome João, todos pardos, em seguida a essa casa na Travessa há uma taberna pertencente a Eustáquio Joaquim da Silva, pardo, casado, e tem em sua companhia sua sogra além de sua mulher, em seguida tem um sapateiro em uma casa junto a outra que está vazia, cujos terrenos conflitam com os dos frades e também há uma casa dentro de uma rocinha com hortalícia, umas mulheres prostitutas de nome Juliana, ignorando o nome da outra; que também existia uma caixeiro com carros de condução, três homens cujos nomes não recorda, que ficão em terreno do Doutor Pinto.....”³⁴⁰

A riqueza da descrição de Antonio está no mapeamento que ele faz dos domicílios de uma rua e suas proximidades, circunscrevendo as pessoas que habitavam nas casas, a relação existente entre elas e as atividades que exerciam. Embora esteja longe de ser uma listagem serial, essa narrativa é bastante exemplar, pois, por mais que seja pontual, pode-se

³⁴⁰ Auto de Perguntas. Fundo de segurança pública. Caixa: 1871. APEP

a partir dela inferir a diversidade de composições familiares que estes grupos populares forjavam, tal como verificado em outras localidades brasileiras em temporalidades distintas.

Das informações de Antonio extraiu-se a existência de domicílios em um único quarteirão, onde há a presença de uma avó sozinha com dois netos; um casal vivendo com um parente ascendente, no caso, a mãe da esposa; um homem vivendo aparentemente solteiro; vários homens vivendo em um terreno pertencente a um médico; e, por fim, uma residência onde viviam duas mulheres sozinhas, classificadas como prostitutas, que a princípio não tinham ligação de parentesco.

Em resumo, as organizações familiares encontradas nessa localidade passam por co-residências marcadas por relações de parentesco, ou não; a convivência de famílias nucleares (com e sem filhos), com pessoas sozinhas e agregados; mulheres sozinhas; homens sem parentesco unidos pelo fato de terem a mesma atividade de trabalho, ligada à condução de pessoas em carros puxados por animais, vivendo no terreno onde alojavam e alimentavam os bichos. Como se afirmou, essa multiplicidade de arranjos domésticos pôde ser resgatada a partir de um único quarteirão central da cidade.

Foi mostrado anteriormente nesse trabalho de que maneira a migração e o crescimento econômico gerado pela economia da borracha resultou na ampliação do espaço urbano e na ocupação e reordenação de novas áreas de moradia, além da maior concentração de pessoas nas localidades mais antigas. O crescimento de estâncias, cortiços e sobrados com quartos alugados, além de pequenas casas, tornou-se uma consequência desse crescimento. Se em capítulos anteriores foram indicadas as formas variadas de habitação encontradas na cidade, os casos exemplares aqui pontuados desvelam a dinâmica da organização domiciliar compartilhada por essas pessoas pobres em Belém. Entrou-se porta adentro para conhecer quem eram as pessoas que viviam nessas habitações e qual a relação existente entre elas. As composições familiares a partir daí aclaradas apontam para a consonância entre esses domicílios múltiplos, com as dificuldades de uma população pobre, que vivia de trabalhos temporários, como carregadores, condutores, prostitutas, trabalhadores do arsenal de marinha, cabos, serviços domésticos, muitos deles migrantes chegados nas últimas décadas na capital.

A partir dessas formas de organização familiar, percebe-se que a domesticidade das famílias e pessoas acima ora passava pela convivência do casal (com ou sem filhos)

vivendo sozinhos, ora pela co-residência com parentes, com outras famílias, ou mesmo com indivíduos solteiros e agregados.³⁴¹

As especificidades da condição material e de sobrevivência abriram espaço para o arranjo de domicílios múltiplos que ficavam ao largo da vivência da casa enquanto espaço exclusivo da intimidade e da reclusão familiar, ou de pessoas unidas por laços de parentesco. Essas famílias viviam em uma fronteira muito tênue entre a privacidade e a domesticidade espargida gerada pela proximidade da vizinhança, e/ou pela coabitação de parentes e não parentes. Se nas estradas e ruas elegantes da cidade os palacetes e prédios construídos buscavam a desvinculação com os vizinhos, o afastamento da rua através dos jardins, da construção de muros e do uso de gradis, em meio aos populares essa realidade não se encaixava frente às casas germinadas, aos quartos separados pelas finas paredes dos sobrados ou dos cortiços e estâncias. A privacidade e a intimidade que estavam por trás das diferenciações dos espaços da casa burguesa, da especialização de cada um dos seus cômodos, esbarram nas dificuldades dos quartos com funções sobrepostas em que viviam os populares. Essas propriedades alertam para as diferenças do morar em meios aos diversos segmentos sociais da capital paraense, reiterando as barreiras que certos valores relacionados à domesticidade e a individualidade encontravam no universo da população mais pobre frente às adversidades de sua condição de renda e trabalho.

Estas condições ajudam a compreender não apenas os arranjos múltiplos encontrados no universo dessa população, mas também as redes de solidariedade e parentesco estabelecidas pelas famílias e indivíduos, que permitiam minimizar os efeitos do deslocamento e das limitações materiais.

A natureza das fontes aqui pesquisadas remetem a situações de conflito e atrito vividos no universo intra e interfamiliar. Brigas de casais, de conterrâneos e de vizinhos, muitas vezes, terminam em atitudes de violência que extremam no homicídio. Trata-se de experiências de vida cotidiana de famílias e indivíduos recortadas pela tensão e pela crise.

Entretanto, essa mesma fonte possibilita o reverso desse olhar e, ali onde se tem a exposição do conflito, pode-se também ter o conhecimento do funcionamento das redes de

³⁴¹ No trabalho já citado de Figueiredo referente à Minas setecentista, o autor reitera a importância dessas residências com famílias múltiplas reunindo dois ou mais casais e parentes de um parceiro. Segundo ele “a existência em Minas Gerais desses domicílios foi garantida por uma concepção que não associava a formação de uniões estáveis à exigência de independência de moradia.” FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias. op.cit., p. 134.*

sociabilidade e vizinhança implementadas por aqueles que de alguma forma estiveram envolvidos nos autos.

Quando se falava do processo de homicídio envolvendo o rio-grandense Rodolpho Lima, destacou-se o fato dele viver em uma estância onde moravam diversas famílias da mesma naturalidade, inclusive a do estivador Francisco e seu filho Militão, responsáveis pela morte do mesmo Rodolpho. A existência de espaços de moradia com a característica acima apresentada pressupõe que, além da condição material que os levava a morar nas habitações de quartos coletivos, outros elementos podiam contribuir para a existência desses agrupamentos entre os migrantes. Nas estratégias de sobrevivência cotidianamente forjadas, haveria o acionamento de uma rede de informações e solidariedade entre conterrâneos, permitindo uma espécie de reaglutinação e convivência possível, a propósito da distância do local de origem. Embora, vale lembrar, o acesso a essas redes se faça conhecer justamente em meio ao conflito e à tensão que também marcaram esses relacionamentos. Assim, o testemunho de Francisco Soares, português, de 27 anos de idade, solteiro e proprietário dos quartos em que moravam réu e vítima, ajuda a visualizar a forma como essas redes funcionavam. Segundo ele:

“ Allugou o quarto ao réu Francisco Umbelino para nelle morar com sua família, isto *por intermédio de João de Barros*, cunhado do finado Rodolpho, mas apesar de morar cêrca de vinte braças retirado do logar em que elles moravam nunca foi incommodado por barulhos que elles procurassem nem ouviu dizer que fossem homens de maus costumes.”³⁴²

Pelo testemunho do locatário fica-se sabendo de que forma, a família do estivador Francisco chegou à estância onde já moravam outras famílias da mesma origem que a sua. Por ironia, fora justamente o cunhado de Rodolpho, assassinado por Francisco e seu filho, que intermediou a indicação do quarto entre o dono da estância e a família dos réus. O cunhado de Rodolpho, que se chamava João de Barros, era marítimo e tinha 21 anos de idade, sendo também do Rio Grande do Norte. Ele sempre estava na estância e conhecia a família de Francisco há apenas quatro meses, portanto não possuíam uma relação de longa data, o que não o impediu de auxiliá-los na indicação de um espaço de morada. Desse

³⁴² Processo crime 1º Distrito Criminal. Homicídio. Caixa: 1897. Ano: 1897.ATJEP.A.

modo, as redes de apoio se formavam buscando minimizar as incertezas e dificuldades dos deslocamentos. No entanto, elas também podiam se arrefecer frente a situações de tensão. Após o fato ocorrido do assassinato de Rodolpho, João de Barros, indignado com o acontecimento, critica em seu testemunho contra o réu o comportamento da família, afirmando que: “a conducta delles não é boa porque sendo um pae e outro filho bebiam cachaça no mesmo copo.”³⁴³

As redes de sociabilidade e vizinhança envolvendo pessoas de uma mesma origem podem facilmente ser encontradas nesses processos. Neste mesmo caso, quando se resgata o arranjo domiciliar encontrado na casa da vítima, Rodolpho, vê-se a presença da esposa, de sua irmã e de uma filha de criação. Com a entrada em cena do depoimento do cunhado, João de Barros, fica-se sabendo que este também morava na mesma estância. Portanto, várias pessoas de uma mesma família constituída pelo casal e por parentes e agregados compartilhavam o mesmo espaço de residência com vizinhos da mesma naturalidade.

Essa mesma composição foi encontrada em um cortiço da nobre área da estrada de *São Jeronymo*, pertencente ao português Daniel Augusto Ferreira. Em seus quartos e áreas internas, os migrantes dormiam e compartilhavam os afazeres do cotidiano, entre eles a lavagem de roupa em tinas. O uso indevido desse utensílio por parte de uma de suas moradoras, a cearense de 24 anos, solteira, Antonia Cavalcante, ocasionou o conflito com Francellina, de quem não se tem referência, mas se sabe que tinha uma filha.³⁴⁴

No relato da briga entre as duas, outros moradores foram chamados a depor como testemunhas, a maioria deles cearenses como a acusada e a ré. Entre eles, destaca-se o talhador de carne de 25 anos, solteiro e cearense, Pedro Silva; a cozinheira, Philomena de Jesus, solteira, da cidade de Sobral, no Ceará; e o artista de 22 anos Theotonio Santa Cruz, um dos poucos não cearense, apontado como maranhense, sendo portanto também migrante. No processo todos declaram o bom caráter da ré, Francellina, acusando a paciente, Antonia, de embriaguez e maus modos. O processo é encerrado, pois a ré foge para lugar incerto.³⁴⁵

³⁴³ Processo crime 1º Distrito Criminal. Homicídio. Caixa: 1897. Ano: 1897. ATJEP.A.

³⁴⁴ Processo crime. 3º distrito. Ferimentos graves. Caixa 02. Doc 01. Ano: 1896. ATJEP.A.

³⁴⁵ Não apenas em estâncias e cortiços podia-se encontrar a aglutinação de residências de pessoas de uma mesma naturalidade em Belém. Em ruas da cidade esse tipo de sociabilidade também podia ser organizado. Na travessa Castelo, por exemplo, uma área de expansão da cidade, muitos cearenses residiam em domicílios contíguos. CF: CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres*

Para além da briga de Francellina e Antonia, do homicídio de Rodolpho e das situações de tensão que eles refletiram, pode-se, a partir da documentação levantada, montar a rede de vizinhança e sociabilidade desses migrantes pobres, que aponta para a proximidade na convivência de pessoas da mesma naturalidade e de parentes, atualizando informações e relações baseadas na ajuda mútua.

Relações estas que, muitas vezes, não se iniciavam no estado do Pará, mas que já vinham de relacionamentos anteriormente estabelecidos no próprio local de origem dessas famílias. Quando se trabalha com autos de justificação,³⁴⁶ inúmeros são os casos em que a testemunha chamada para declarar a idade de um indivíduo ou a condição matrimonial de um noivo tem algum tipo de parentesco ou amizade com a família do mesmo, apontando para a existência de um relacionamento que remonta ao local de naturalidade e que permanece no novo Estado. Quando Antonio Ferreira Gomes requereu à câmara eclesiástica justificativa do batismo de idade de sua filha legítima ocorrido na freguesia de Santana de Curralinho, no estado do Maranhão, chamou seu compadre, João Martins Ribeiro, 50 anos, também maranhense, solteiro e guarda-livros, para justificar o fato frente à autoridade religiosa. João reitera a afirmação de Antonio dizendo que:

“a menina nascera em 1880, ignora o mez e o dia, que foi baptizada na freguesia de Curralinho, no Maranhão, sendo padrinho Joaquim Bacellar, ignora ou não se recorda o nome da madrinha. Sabe isto porque na epocha do nascimento da justificante morava na mesma povoação de Curralinho e era mesmo vizinho do pai da justificante; além d’isto a mãe da mesma justificante é sua parenta com cujo pai tinha íntimas relações de amisade.”³⁴⁷

das camadas populares em Belém (1890-1910). op.cit., p 73-74. AGUIAR em seu trabalho sobre os migrantes nordestinos também faz referência à existência de ruas e bairros inteiros caracterizados pela presença e concentração desses indivíduos e de redes de vizinhança montadas entre pessoas de uma mesma naturalidade. AGUIAR, Keila de Souza. *Trabalho, família e habitação.* (monografia) Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA), 2001.p.41-51.

³⁴⁶ Autos de justificação eram solicitações feitas à Igreja, através de sua Arquidiocese, para fins de justificativa de fatos relativos a: idade da pessoa, data e lugar de ocorrência de um batizado, condição de solteiro. O autor do pedido tinha que, através de testemunhas, assegurar a informação dada à autoridade religiosa. Muitas vezes, a necessidade de justificação se dava quando a pessoa ia casar-se, precisando comprovar a idade e o fato de ser solteira, o que ocorria preferencialmente entre os migrantes; ou ainda, quando precisava provar a idade para fins eleitorais.

³⁴⁷ Auto de justificação. Caixa: 1885-1887. Ano: 1883. AAB. (*grifo meu*)

A segunda testemunha, Marcionillo Martins Affonso, 37 anos, alferes do corpo de infantaria, também era natural da mesma povoação e fora vizinho de Antonio naquela localidade maranhense, mantendo essa relação de vizinhança em Belém. Há muito ele conhecia a família de Antonio, “com a qual tinha relações de amizade e é mesmo aparentado”. Este auto de justificação aberto em 1893 demonstra que a família do justificante veio para o Pará há cerca de treze anos, pois, em 1880, a filha deste fora batizada ainda no Maranhão. O deslocamento envolveu não apenas a família nuclear de Antonio, mas também pessoas aparentadas de sua esposa que eram vizinhos da família no Maranhão e permaneceram como vizinhos uma vez morando em Belém. Na necessidade de justificar o batizado e a idade de sua filha, esses amigos e parentes de Antonio foram acionados, reafirmando positivamente a veracidade da informação por serem compadres de longa data.

O mesmo ocorreu no auto de justificação de idade para fins eleitorais de Vicente Ferreira de Hollanda, natural de Quixaramobim, Ceará. Quando o marceneiro, Sebastião José da Costa, 30 anos, casado, também cearense, foi chamado para testemunhar a idade do conterrâneo, afirmou que :

*“o conhece desde a infância pois são ambos do Ceará, tendo ella testemunha estado na mesma cidade de Quixaramobim, e aqui tem com elle estado já por espaço de dez annos, e que portanto crê que o justificante deve ter pelo menos vinte e dois annos.”*³⁴⁸

A segunda testemunha chamada por Vicente também era natural do Ceará e vizinha de Sebastião. Joaquim Maria da Cruz, 33 anos, era solteiro e conhecera Vicente no ano de 1878, quando este devia ter cerca de quatorze anos. Mais uma vez, tem-se a presença de pessoas da mesma naturalidade, desta feita relacionadas apenas por laços de amizade, chamadas para afirmar a idade do justificante e, como no auto anterior, elas estabeleciam relacionamento antes mesmo do deslocamento para Belém, mantendo na cidade os laços de amizade e de vizinhança antecedentes.

Entre famílias que viviam em constante deslocamento e diante das necessidades e dificuldades burocráticas impostas pela Igreja e pelo Estado, a manutenção dessas redes de

³⁴⁸ Auto de justificação. Caixa: 1885-1887. Livro de Justificações. Ano: 1886. AAB. (*grifo meu*)

solidariedade, parentesco e vizinhança eram fundamentais, funcionando não apenas enquanto relações de ajuda mútua mas também de referência, lembrando quem elas eram, compartilhando suas memórias e trajetórias, revelando e rearticulando suas identidades. A origem e migração em comum eram reafirmadas nas formas de moradia adjuntas em uma nova cidade com a permanência dos laços de vizinhança. A convivência mantida podia também ser traçada enquanto estratégia para limitar as incertezas e auxiliar nas dificuldades postas pela vivência em um novo espaço desconhecido.

As condições materiais, os constantes deslocamentos e o aporte em uma nova localidade criavam a necessidade de se recorrer a essas redes de conhecimento e amizade. Da mesma forma, a familiaridade da vizinhança e a presença de parentes como co-residentes ou vizinhos supostamente permitiria o estabelecimento de laços mais contínuos com pessoas da mesma naturalidade. Indivíduos e famílias com histórias, costumes e um universo cultural em comum. Com isso, nesses espaços, as referências culturais poderiam ser mantidas e reelaboradas no cotidiano da convivência com os pares, além do que, práticas poderiam ser empreendidas para minimizar as adversidades e a imprevisibilidade das novas circunstâncias de moradia, de trabalho e de convivência. Embora, como já se destacou, isso não implicasse necessariamente na garantia da ausência de situações de tensão e conflito, haja vista os acontecimentos que marcaram os casos anteriormente aqui descritos de homicídio e brigas envolvendo conterrâneos.

A convivência e a familiaridade com a vizinhança poderia ser útil também àquelas pessoas que viviam sozinhas e que não possuíam um aporte familiar, como a cearense, da cidade de Cascavel, Joanna de Jesus. Ela tinha 27 anos de idade, vivia de vender doces e declarara nos autos ser casada, embora vivesse sozinha na casa em que residia à travessa José Bonifácio. Assim como Joanna, outros moradores da mesma travessa eram cearenses. Essa era a situação do pedreiro Manoel, 37 anos, casado; da lavadeira Margarida, 26 anos, casada; e, por fim, do lavrador Miguel Bulhões, 42 anos, também casado. Foram eles que vieram ao auxílio de Joanna quando esta pediu por socorro ao ser atacada pelo também cearense e carroceiro, de 34 anos de idade, Manoel Torres, que igualmente residia à travessa José Bonifácio. Com a ajuda dos vizinhos ela conseguiu livrar-se do ataque de

Manoel e, ao mesmo tempo, revidá-lo, causando-lhe um ferimento leve que a levou para a cadeia durante três meses.³⁴⁹

Neste caso, o conflito foi gerado por um vizinho, mas também o auxílio veio através da rede da vizinhança de Joanna, que foi unânime em declarar nos autos seu bom caráter, afirmando ser ela trabalhadeira e boa vizinha.

No conjunto das situações encontradas nos processos e autos de justificação até o momento tratados, verifica-se, portanto, a existência de uma sociabilidade entre pessoas da mesma naturalidade que conviviam em espaços de moradia muito próximos; fosse em estâncias, como no caso de homicídio envolvendo a família dos potiguares, Francisco e Rodolpho, fosse em um cortiço, como na briga de Antonia e Francellina, ou em uma travessa ou rua, como no auto de ferimento leve da cearense Joanna e nos autos de Justificação de Antonio e de Vicente.

Essa sociabilidade marcada por relações de vizinhança e, por vezes, de parentesco, indica a presença de uma estratégia de sobrevivência desses grupos formados por migrantes pobres frente às adversidades encontradas em uma nova localidade. Se a convivência com pessoas com uma certa trajetória e origem comum poderia resultar em situações de tensão e conflito, poderia também ser importante para conseguir a indicação de um espaço de moradia, ser socorrida quando atacada, protegida pelos pares com suas declarações positivas sobre o caráter da pessoa, afirmar a veracidade de informações e acontecimentos vividos em comum, ou mesmo, declarar a idade de um justificante para as autoridades.

Da mesma forma, resgatando os dados encontrados no capítulo anterior, a proximidade de moradia poderia significar também o estabelecimento de enlaces matrimoniais por parte desses migrantes, tendo em vista a preferência verificada nos registros paroquiais por casamentos homogâmicos no que diz respeito à origem. Ficou claro, na documentação, como cearenses casavam-se preferencialmente com cearenses, rio-grandenses-do-norte com rio-grandenses-do norte, e assim por diante. Dessa forma, não raramente, as relações de amizade e vizinhança aqui pontuadas eram extrapoladas e convertiam-se em alianças matrimoniais.

³⁴⁹ Processos crimes. 3º Distrito Criminal. Ferimentos leves. Caixa: 1893. Doc. 01. Ano: 1893. ATJEP.A.

Assim, a proximidade de uma vizinhança marcada pela presença de migrantes, muitas vezes, da mesma naturalidade, podia ser corroborada pelas necessidades materiais, a temporalidade e irregularidade do trabalho e a incerteza do cotidiano. No entanto, ela também acionava relações de ajuda, proteção, referências culturais e possibilitava a aliança matrimonial no interior do grupo. O morar e o casar no universo de famílias com marcadores de origem comum representam as opções e escolhas feitas em meio às oportunidades e aos limites do cotidiano, da convivência e das condições de vida.

Fica assim a idéia de que a co-residência, o morar em comum e o matrimônio com pessoas da mesma naturalidade constituíam-se em alianças e estratégias de sobrevivência que reforçavam os laços de parentesco, amizade e referências culturais, mantendo de certa forma algum vínculo com o local de origem e, em relação ao casal, indica também o compartilhar com o cônjuge a expectativa de um possível retorno ao mesmo local a qualquer momento.

No entanto, as relações de cooperação e ajuda não se encerravam apenas no universo de pessoas com origem comum, podendo ser acionadas por vizinhos e amigos que não necessariamente eram conterrâneos. Da mesma forma, não apenas através da convivência próxima, da coabitação, do socorro, de informações e indicações de morada e de alianças matrimoniais, pode-se visualizar o funcionamento dessas redes de sociabilidade e ajuda em meio ao universo dos segmentos populares. Por vezes, elas poderiam vir também através da formalização de um pedido de casamento em nome de um amigo ou parente próximo, e de relações de compadrio.

Embora provenientes de famílias com menor, ou nenhuma tradição e riqueza, ou mesmo, não possuindo parentes próximos, pessoas pertencentes aos segmentos populares e médios da capital viveram situações que destacam a importância das relações familiares e de compadrio no estabelecimento do casamento. Se o respaldo familiar, em meio a esses segmentos, não passava pelo patrimônio ou pela posição social elevada das famílias na hierarquia social, outros elementos imprimiam a importância da assistência familiar, ou de compadrio.

Isto pode ser verificado, por exemplo, nas ocasiões que envolviam os pedidos de casamento, onde o mesmo, ao ser realizado por uma pessoa mais velha, ganha ares de maior respeitabilidade e compromisso. Essa pessoa não necessariamente precisa ser um

parente, mas deve ser alguém próximo ao noivo e a sua família, uma espécie de compadre, alguém com quem se tenha afinidade e que, por algum atributo, seja uma referência para o futuro noivo. Igualmente, o pedido deve preferencialmente ser feito a alguém da família da noiva, mesmo quando essa vive sozinha em uma casa sendo responsável pela sua própria sobrevivência.

Veja-se o primeiro caso a ser pontuado. Trata-se de um pedido de casamento feito pelo empregado do comércio, Pedro Avelino de Aragão, cearense, branco, 42 anos de idade, solteiro, sabendo ler e escrever, a Georgette Pinet, uma paraense branca, de 23 anos, professora normalista. Os dois não eram vizinhos, nem mesmo moravam próximos um ao outro. Pedro vivia na avenida São João, área de ocupação mais antiga da cidade, e Georgette no “lugar denominado Entroncamento”, de urbanização mais recente, às proximidades da Estrada de Ferro de Bragança. Os dois se conheceram na Estação de *São Brás* da referida Estrada de Ferro, onde Pedro passava cotidianamente em direção a seu trabalho no *Curro Modelo* e Georgette deslocava-se para a Villa do Pinheiro, onde sua mãe encontrava-se doente.

Do encontro no trem surgiu o interesse e os primeiros contatos dos futuros noivos, longe dos olhares familiares, num ambiente público, a princípio impessoal, mas, como se verá mais à frente, não tão impessoal assim.

Da “reciproca sympathia” adveio a proposta de casamento feita ao pai da noiva por um amigo de Pedro, ao qual ele se refere como Dr. Benigio Filgueiras, deixando claro ser uma pessoa com certo prestígio pelo tratamento de doutor a ele dispensado.

Na casa de Pedro moravam a mãe, as irmãs, os irmãos e um filho que tivera com uma mulher solteira. A ausência da figura do pai do noivo talvez justifique o fato do pedido ter sido feito por um amigo que, aparentemente, possuía uma certa idade e condição social. Por outro lado, o fato do pedido oficial ser feito por um amigo agregava maior confiança e segurança ao propósito do noivo. Isto fica claro na declaração de Georgette ao narrar a fala de seu pai ao saber da intenção de Pedro em fazer o pedido de casamento por intermédio do Dr. Filgueiras. Diz ele: “que não era talvez necessário a intervenção de terceiros, por que o sr. Aragão pela sua idade pois que tem 42 anos e pelas qualidades que dizia possuir elle inspirava ademais a completa confiança...”³⁵⁰

³⁵⁰ Processos crimes. 4º Distrito Criminal. Homicídio. Caixa: 1917-1918. ATJEP.A.

A narrativa de Georgette deixa claro que a presença e o pedido de casamento feito pelo amigo do noivo tinham como propósito reforçar e respaldar as intenções de Pedro, tornando evidente de que forma as relações de amizade alcançavam redes de ajuda mútua acionadas por múltiplos motivos em meio aos segmentos populares e às camadas médias da população, como era o caso do par acima referido.

Este processo é bastante emblemático e será melhor discutido no próximo item, quando serão analisadas questões relativas aos relacionamentos amorosos. Por ora, cabe ressaltar os argumentos aqui demonstrados relativos à rede de sociabilidade e ajuda mútua estabelecida entre amigos em meio à população da capital paraense.

Essa mesma atitude esteve presente no pedido de casamento feito pelo francês Laveira Augusto Victor, de 28 anos de idade, *chauffeur*, sabendo ler e escrever, à portuguesa, Laura Augusta de Almeida, de quem só se sabe o nome. Diferentemente da situação anterior, o próprio noivo fez o pedido de casamento. A questão é que ele o faz ao tio de Laura, embora ela fosse uma mulher independente e vivesse sozinha em uma estância à rua João Balby, sustentando-se.³⁵¹ É ao tio de Laura que Laveira se dirige para realizar o pedido de casamento e é a ele que também comunica posteriormente a intenção de retirar a promessa por acreditar que Laura o estava traindo.

Se no processo anterior o pedido foi feito por um amigo, em nome do noivo, para assegurar a sinceridade e seriedade da promessa, nesta segunda situação o próprio noivo faz o pedido a um representante da família da noiva, no caso, um parente masculino ascendente – embora ela não vivesse com o mesmo –, agregando, dessa maneira, confiança às intenções expostas. Nesses casos, amigos e parentes são acionados para que o fato não fique circunscrito ao casal. Suas relações de parentesco e amizade estabelecem a conexão com a publicidade da intenção da união e, mais do que isso, imprimem a ela o caráter público e comprometido da aliança.

No caso seguinte, o sentido de proteção e amizade passa por outros auxílios. Foi buscando o cuidado e o compromisso assumido junto a sua família que vivia no interior, que o menor Odorico, de 14 anos de idade, sabendo ler e escrever, internado no colégio São José, foi procurar a ajuda do “correspondente” de seu pai nessa capital, o senhor Laraia Guimarães, quando sofreu castigos por parte do diretor do colégio.

³⁵¹ Processos crimes. 4º Distrito Criminal. Homicídio. Caixa: 1913. ATJEP.A.

Segundo o menor, o motivo das inúmeras palmatórias e das cipoadas que levou se deram em função de estar brincando com seus companheiros. No depoimento do diretor do colégio e réu no processo, cônego José de Andrade Pinheiro, o motivo do severo castigo fora que “o menino Odorico, houvera na tarde anterior aproveitado-se da ausência do respondente para a pratica de actos que a moral reprova no meio dos menores...”³⁵² Em depoimento, um dos menores confirma a versão do diretor, afirmando que Odorico “aspergiu sobre sua calça quando estava com o pênis ereto”.

Diante do castigo, o menor Odorico fugiu da escola e foi refugiar-se na casa do compadre de seu pai, que tomou as providências necessárias para que o caso fosse investigado pela polícia, fazendo aquilo que se esperava de um “correspondente” na rede de compadrio e amizade entre a família do menor, que vivia no interior do Estado, não podendo atendê-lo prontamente, e a família do compadre da capital, que tinha a função de proteção. As redes de parentesco são dessa maneira ampliadas, agregando-se a elas relações de amizade e compadrio utilizadas como estratégia de ajuda mútua e sobrevivência no espaço urbano.

Com essas situações, procurou-se mostrar nesse item as diversas maneiras pelas quais os auxílios entre parentes e amigos se revestiram, protegendo agregados e filhos de compadres; atribuindo legitimidade às intenções de casamento de um indivíduo; dando suporte mesmo àqueles que viviam sozinhos; funcionando como uma rede de informações para o estabelecimento nos espaços de moradia da cidade; imprimindo veracidade às informações pessoais, acontecimentos passados e ao caráter dos sujeitos; minimizando as incertezas; e ainda, possibilitando a manutenção e reelaboração das referências pessoais, a despeito dos constantes deslocamentos e da vivência em novas localidades.

³⁵² Processos crimes .2º Distrito Criminal. Ofensas físicas leves. Caixa: 1891-1893-1894-1899. Doc. 07. Ano: 1899. ATJEP.A.

5.2. Relacionamentos amorosos, sexuais e conjugalidade: cotidiano e valores

Em várias situações até o momento analisadas foi observado como se estabeleceram as relações de troca, reciprocidade, ajuda mútua, tensões e conflitos envolvendo pessoas e famílias dos segmentos populares. A partir dos casos pontuais analisados, foi possível compreender as estratégias acionadas ao que diz respeito à moradia, aos arranjos domiciliares, à organização da rede de vizinhança, amizade, compadrio e às possibilidades de manutenção de referências pessoais. Nesse item, serão discutidas as práticas relativas ao relacionamento amoroso, sexual dos casais, mais especificamente aquelas que envolvem o namoro e o noivado. E, ainda, a conjugalidade pontuada a partir do tempo de convivência e das relações estabelecidas. Com isso, procura-se continuar perscrutando a complexidade da vivência e dos valores familiares dos segmentos populares, ampliando o olhar sobre suas experiências sociais.

Inicialmente é necessário destacar que vários são os trabalhos que discutiram o namoro e o noivado na sociedade brasileira em diferentes épocas.³⁵³ Entre eles, destaca-se a obra clássica de Thales de Azevedo sobre as regras do namoro à antiga, que deixaram o registro de um rico acervo de comportamentos e representações acerca do casamento e das etapas que o antecedem referentes à corte realizada durante o namoro e o noivado.³⁵⁴

As dificuldades de contato dos pares, a vigilância da família, os locais públicos visitados com a finalidade de trocar olhares furtivos como igrejas e praças são comportamentos corriqueiramente discutidos no trabalho de Azevedo. O autor pontua também as transformações no comportamento amoroso ocorridas no processo de urbanização das cidades brasileiras levada a efeito ao longo do século XIX, onde novos

³⁵³ Informações sobre o casamento e os rituais que o antecedem poderiam ser citados, entre tantos outros: AZEVEDO, Thales de. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: Ática, 1986. LEVI, Darrell. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, Livraria e Editora, 1977. p.86-87. LEITE, Miriam. Moreira (org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro. Século XIX*. São Paulo: HUCITEC/ EDUSP, 1984. p.36-42. LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. (tese) Programa de Pós Graduação em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1992. p.156-182. Sobre essas práticas amorosas em famílias portuguesas cf: WILLEMS, Emilio. *A família portuguesa contemporânea*. Publicações avulsas “Revista de Sociologia”. Nº 01. São Paulo, 1955. E, por fim, a obra de MACFARLANE, onde o autor destaca entre as normas do casamento, o namoro e as núpcias. MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³⁵⁴ Essas questões foram trabalhadas por Azevedo a partir de romances, matérias de jornais, manuais, anedotas, cantigas populares, enfim, um rico conjunto de fontes documentais. AZEVEDO, Thales de. *As regras do namoro à antiga*. op.cit.

espaços de sociabilidade e encontros surgiram como opção aos casais, entre eles, destacaram-se: os *bonds*, os locais de *footing*, os bailes e festas em *clubs*.

Esta mesma temática pode ser encontrada em trabalhos que investigaram localidades paraenses. A obra de Charles Wagley sobre a comunidade de Itá é um desses registros que auxiliam na compreensão das representações e práticas relativas ao namoro e ao casamento nas classes altas, médias e pobres de uma localidade rural da região. Nesse estudo, Wagley já apontava para as dificuldades de seringueiros e agricultores em vivenciar os ideais e valores morais legitimados socialmente.³⁵⁵

Em Belém, as representações sobre o chamado namoro do *tempo dos lampiões* e o namoro do início do século XX podem ser encontradas em meu trabalho, onde são apresentadas as mudanças econômico-sociais realizadas na capital paraense e suas influências sobre o comportamento amoroso e a sociabilidade de homens e mulheres. Nele, destaca-se como o amor, o corpo e os relacionamentos vão sofrer transformações ao longo do final do século XIX e início do XX, e as diferenças nas práticas amorosas de jovens dos distintos segmentos sociais.³⁵⁶

É justamente esse aspecto que se pretende ressaltar na construção da argumentação desse item. Retomando a discussão por diversas vezes pontuada neste trabalho, volta-se a reafirmar a importância das condições materiais para se entender as especificidades do casamento e das relações familiares dos segmentos populares. Foi dito que as condições materiais imporiam limites, possibilitariam a criação de estratégias de sobrevivência e a articulação de comportamentos e valores singulares, ainda que estes se estabelecessem num diálogo constante com as práticas e representações socialmente legitimadas.

Nos itens anteriores, por exemplo, é possível encontrar várias situações onde os papéis sociais formais e as normas foram acionados e utilizados no discurso e prática de pessoas dos segmentos populares. Em vários momentos isso pode ser aferido. Quando se desvaloriza mulheres que viviam sós chamando-as de *prostitutas*; critica-se pai e filho por

³⁵⁵ WAGLEY, Charles. *Uma comunidade Amazônica .op.cit.*. Da mesma forma, Maués, em seu trabalho sobre a condição feminina em uma comunidade pesqueira na década de 1970, destaca as formas de namoro entre os jovens, observando a informalidade em que esses romances aconteciam, chegando muitas vezes a ocorrer relações íntimas. Afirma ainda que, se estas relações: “não eram reconhecidas formalmente pelos pais, também não chegam a ser proibidas ou desencorajadas.[...] As experiências sexuais pré-conjugais dos jovens constituem-se assim um comportamento que poderíamos considerar, senão padronizado, pelo menos muito usual entre os itapuaenses.”. MOTTA-MAUÉS, Angélica. “*Trabalhadeiras*” & “*camarados*”: *relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica*. Belém: Ed. Universitária/UFPA, 1993.

³⁵⁶ CANCELA, Cristina Donza. “Relações familiares em Belém (1890-1940)”. *op.cit.*, p.407-420.

beberem cachaça no mesmo copo; associa-se a idéia de *bom vizinho* em função da *ausência de barulho* (indicando a pouca frequência de festas e brigas); solicita-se a um parente masculino a mão da futura noiva, mesmo quando esta é responsável pela sua auto-subsistência e vive só; aciona-se um amigo de melhor condição social ou mesmo idade mais avançada, para fazer um pedido de casamento em seu nome.

Todavia, convivendo com esses preceitos e valores mais normativos, tem-se também formas não legitimadas de comportamento atualizadas na vivência de uniões consensuais; no domicílio compartilhado por pessoas com diferentes graus de parentesco, afinidade e conhecimento; na fluidez da divisão entre o espaço da moradia e da rua, da intimidade e da publicidade que os entrecruza.

Deste modo, estabelece-se um diálogo entre as normas e papéis sociais formais com comportamentos e práticas ilegítimas, marcado por tensões, assimilações, submissão e resistência, numa troca constante, mesmo que desigual. Se esta miscibilidade pode ser observada nos arranjos domiciliares, na moradia e nas redes de sociabilidade e de vizinhança estabelecidas, também pode ser encontrada nas uniões, no casamento e nas relações amorosas e sexuais dos membros das famílias populares.

Em particular, no que diz respeito ao casamento e às relações familiares, vale aqui advertir que, embora os valores e práticas ideais estabelecidos e legitimados estejam mais próximos da vivência e da representação de pessoas pertencentes à elite local, não necessariamente elas são uniformemente vividas e incorporadas mesmo pelas pessoas desses segmentos. Na próxima parte da tese observar-se-ão as diferenças internas em termos de riqueza e prestígio presentes nestes grupos mais abastados da sociedade e, ainda, de que forma alguns indivíduos, através de suas trajetórias, contrapuseram-se aos valores e comportamentos culturais dominantes.

Esta questão é importante para se pensar que, mesmo que estas pessoas possam mais facilmente, pelas suas condições materiais e valores, vivenciar os preceitos da cultura dominante, reforçá-los e até mesmo fazer parte dos mecanismos que os mantém atualizados, isso não implica que esses preceitos vão ser vividos e acionados

homogeneamente pelos indivíduos que compõe esses grupos, sejam eles pertences à elite, seja à massa da população.³⁵⁷

Porquanto, ao retornar para as práticas amorosas estabelecidas pela população mais pobre destaca-se a forma como os valores e comportamentos legitimados pela cultura vão ser introduzidos nesses segmentos, sendo por eles assimilados, readaptados e, muitas vezes, questionados, num jogo de resistência e diálogo de que se falava acima. Mais uma vez, a multiplicidade de comportamentos e práticas deve ser buscada, a fim de não serem criadas imagens unissonantes. Se as condições materiais encerram limites à experiência, delineando particularidades ao conjunto destes grupos populares, as opções e escolhas individuais se fazem do mesmo modo presentes no cotidiano, trazendo à tona uma diversidade muitas vezes incômoda, mas que não pode ser velada.

A partir de agora, ver-se-ão mais detalhadamente algumas das situações envolvendo os casais pobres, que remetem à plasticidade dos relacionamentos e ao distanciamento de papéis socialmente construídos como legítimos.

A primeira dessas situações envolve o namoro de Maria Pinto e Roberto. Ela vivia com o irmão, Gentil Antonio Pinto, 39 anos, solteiro, maranhense, fundidor e morador à travessa Ruy Barbosa. Num baile, em abril de 1897, Maria conheceu Roberto de Souza Mendonça, 22 anos, alfaiate, casado e maranhense, morador na *Officina de Alfaiate de Carvalho, Oliveira e Cia*, no bairro do Reducto. Após esse encontro, os dois passaram a se ver corriqueiramente na casa de Maria. Todos os dias Roberto almoçava na residência de uma senhora e, após o almoço, sabendo que o irmão da namorada não estava em casa, ia encontrar-se com ela. Dois meses se passaram nessa situação, quando, em uma tarde, Gentil, o irmão de Maria:

“ ia para sua casa, chegando nella, presentio ter pessoa extranha, pelo que poz-se a espiar pela fechadura e vio, Roberto de Souza Mendonça, puchando sua irmã, a fim de fazel-a sentar em suas

³⁵⁷ Joanna Pedro, em seu estudo sobre as mulheres em Desterro/Florianópolis, mostra que as imagens idealizadas de esposa, mãe e filha veiculadas nos periódicos encontravam resistência nas formas costumeiras de sobrevivência das camadas populares, e nem mesmo entre as mulheres da classe média e da elite essas imagens eram seguidas. PEDRO, Joanna Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas...op.cit.*, p.122. Da mesma forma, Samara mostra a forma como mulheres viveram relações de adultério e rebeldia em relação ao seu destino, contestando comportamentos prescritos às mulheres casadas. SAMARA, Eni de Mesquita. “*Mistérios da ‘fragilidade humana’: o adultério feminino no Brasil, século XVIII e XIX*” .Revista Brasileira de História. vol.º 15, nº 29. São Paulo: ANPUH, 1995. p.57-71.

pernas; que indignado pelo proceder de Mendonça o respondente empurrou a porta de sua casa e entrando, ainda os surprehendeo, sua irmã por cima de Mendonça; que então nessa ocasião, o respondente deo-lhe algumas taponas... passou a mão de um vaso e arremessou sobre Mendonça.³⁵⁸

A plasticidade desse relacionamento pode ser percebida no próprio fato do casal conhecer-se há apenas dois meses e encontrar-se sozinho na casa de Maria, todas as tardes, lá mantendo relações sexuais. O fato de morar só com o irmão possibilitou a facilidade dos encontros e a ausência de uma vigilância mais rigorosa em relação ao namoro estabelecido entre eles.

No entanto, a presença da família tampouco era garantia de controle cerrado e inibição de namoro e de relação sexual entre um casal. Segundo queixa apresentada por D. Rita de Rezende Lima contra Francisco Olympio da Silva, cearense, 27 anos, casado, empregado na *Pará-Eletric*, residente à av. Gentil Bittencourt: “em janeiro deste anno enquanto o marido da queixosa se achava doente, deflorava, em casa da mesma queixosa, a filha desta, Clotilde de Rezende Lima”.³⁵⁹

Com a descoberta do fato, Francisco e Clotilde casaram-se. Todavia, mesmo após o enlace, o irmão da noiva, Sérgio, não aceitava o defloramento da irmã e, seis meses depois, atirou no cunhado quando este vinha do Ver-o-Peso, no *bond* “Usina da Cremação”. Ao passar pela rua 28 de Setembro, ainda dentro do referido *bond*, Francisco ouviu o cunhado falar “ eu te mato, diabo”, e logo depois atirar com um revólver, ferindo-o levemente.

Sérgio, o irmão de Clotilde, nega o fato de ter atirado em Francisco, alegando que eles têm uma inimizade em função do defloramento da irmã e, por isso, o cunhado estaria acusando-o falsamente de tê-lo ferido. Sérgio é absolvido e o processo é anulado. Este caso mostra como o namoro podia ser pouco rígido dentro do próprio domicílio, sob os olhares da família.

Muitas vezes, a amizade e o conhecimento prolongado que os casais mantinham eram objeto de preocupação por parte dos parentes e constituíam-se em uma das premissas aceitas pela Igreja Católica para conferir dispensas de impedimentos canônicos aos

³⁵⁸ Processos crimes. 3º Distrito Criminal. Processo de ferimento leve. Caixa: 1897. Doc. 04. Ano: 1897. ATJEP.A.

³⁵⁹ Processos crimes. 4º vara. Tentativa de homicídio. Caixa: 1911-1912 Doc. 10. Ano: 1912. ATJEP.A.

contraentes.³⁶⁰ Em vários pedidos à Arquidiocese de Belém podia-se encontrar como um dos argumentos para a obtenção da solicitação “a longa familiaridade que ha entre elles que muito pode prejudicar a reputação da oradora.”³⁶¹ No termo de dispensa para contrair matrimônio feito por Pedro de Alcântara Ramos da Silva e Joaquina Carolina da Costa e Silva, paraenses, filhos legítimos e moradores na freguesia da Sé, o pedido é feito em função do impedimento de 2º grau de consangüinidade existente entre eles porque a “mãe do orador é irmã da mãe da oradora”. Mas, para que a dispensa fosse concedida, argumentou-se em torno da *longa familiaridade* existente entre os noivos, acrescentando-se o fato da nubente ser órfã e de Pedro tê-la retirado da casa materna. A regularidade e a proximidade da convivência agravada com a coabitação entre os noivos poderiam facilitar e estimular os encontros amorosos e o envolvimento sexual, sendo portanto motivo para acelerar o recebimento do sacramento religioso.

A *longa familiaridade* do casal seguida da freqüente *entrada do orador* na casa da noiva, também foram os argumentos usados na solicitação de dispensa de impedimento de 2º grau de consangüinidade na linha transversal, de João Pedro da Silva Castro, paraense, 22 anos e Catarina Augusta Gonçalves Campos, amazonense, 20 anos. Eles estavam ligados pelo fato do pai de João ser casado com a irmã do pai de Catharina. Mais uma vez, aqui, a intimidade gerada pela convivência e o perigo, para a noiva, “de sua reputação em razão da longa familiaridade” foram os motivos de alegação para a solicitação impetrada.

Por vezes, o controle em torno dos relacionamentos amorosos e as tentativas de vigilância esbarravam na flexibilidade com que muitos dos casais dos segmentos populares viviam seus namoros. A convivência e a proximidade de moradia ou mesmo a coabitação e as relações sexuais estabelecidas faziam parte da prática do namoro de muitos desses casais. Foi assim com o envolvimento de Joaquim Gomes de Carvalho, 22 anos, paraense, fogueira, e Virgilina Maria da Trindade, também paraense de 22 anos. As famílias se conheciam desde que eles eram pequenos e os dois sempre mantiveram contato. Da

³⁶⁰ Essas dispensas eram solicitadas pelas famílias do interior do Estado e da capital para seus párocos locais que, por sua vez, encaminhavam-nas ao arcebispado da Sé para serem julgadas. Entre os casos de dispensa solicitados predominavam aqueles relativos à existência de parentesco por afinidade e consangüinidade; pedidos de liberação dos proclamas, das certidões de batismo e óbito (este último, em caso de viuvez do nubente que buscava novamente o matrimônio). Todos esses documentos foram consultados no AAB.

³⁶¹ Solicitação de dispensa para contrair matrimônio que fazem Pedro de Alcântara Ramos da Silva e D. Joaquina Carolina da Costa e Silva. Paróquia da Sé. Belém, 11.01.1875. Caixa: 1800. AAB. “Orador” e “oradora” são os termos usados para denominar os nubentes na documentação relativa à obtenção de dispensa de impedimentos para contrair matrimônio.

amizade surgiu o namoro e com ele o intercuro sexual. Eles solicitaram a dispensa dos proclamas que deveriam correr nas quatro paróquias durante três domingos em razão da noiva estar “infamada” e, portanto, desejarem “reparar essa falta grave quanto antes”.³⁶² Segundo a mãe de Virgilina, que confirmara a situação da filha frente à autoridade eclesiástica, o casamento tinha “o intuito de salvar a honra da sua filha que já se acha em estado adiantado de gravidez.”³⁶³

Havia situações em que, por motivo de parentesco e/ou laços de afinidade, o casal vivia na mesma casa e, a partir da convivência cotidiana, iniciava uma relação de amizade e namoro. Isto foi o que ocorreu com Domingos dos Santos Paes, 32 anos, cearense e viúvo da irmã de Benedicta Cardoso de Souza, 15 anos, também cearense e moradora na rua Antonio Barreto, freguesia de Nazaré. Por ter sido casado com sua irmã, Domingos e Benedicta moravam na mesma casa e passaram a entreter uma amizade, daí a preocupação dos pais da nubente em acelerar o matrimônio, dada: “a familiaridade íntima entre os oradores, sob o mesmo teto na casa paterna da oradora: perigo de infâmia não effectuando o casamento; que são pobres e que não podem satisfazer os custos”.³⁶⁴

Em algumas situações, o fato de recorrer-se ao perigo de infâmia da noiva poderia ser um artifício usado pelo casal e pela família dos noivos para facilitar a concessão das dispensas por parte da Igreja Católica. Da mesma forma, a alegação de que o casal havia tido cópula carnal poderia também ser usado como argumento para apressar o casamento. Por conta disso, o pároco local deveria atestar a situação dos nubentes, seja por conhecimento próprio, seja pelo depoimento de testemunhas, em geral, familiares dos consortes. Cabia à autoridade eclesiástica local confirmar se realmente havia a possibilidade de prejuízo à reputação da oradora, se havia tido incesto entre o casal, se eles eram ou não pobres para arcar com as despesas da dispensa e o quanto podiam contribuir com a caixa pia.

Atentos a esse expediente e para que não houvesse dúvidas, alguns párocos indicavam em suas declarações que o casal havia tido cópula carnal sem a intenção de pressionar as autoridades para a obtenção da dispensa. Em um dos pedidos vindos do

³⁶² Solicitação de dispensa para contrair matrimônio que fazem Joaquim Gomes de Carvalho e Virgilina Maria da Trindade. Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth. Belém, 16.04.1898. Caixa: 1800. AAB

³⁶³ *Ibidem.*

³⁶⁴ Solicitação de dispensa para contrair matrimônio que fazem Domingos dos Santos Paes e Benedicta Cardoso de Sousa. Paróquia da Sé. Belém, 28.09.1902. Caixa: 1800. AAB

interior do Estado para análise na capital, o pároco observara que: “os oradores por fragilidade humana *mas sem anuir de facilitar a dispensa*, se conheceram carnalmente”.³⁶⁵

Pelo que foi exposto, percebe-se que a forma de vivenciar as relações de amizade e namoro por parte dessas pessoas dos segmentos populares ganha contornos específicos em relação aos padrões morais e legitimados socialmente. O recato, o namoro sem o toque, sob a vigilância familiar condicionado aos espaços da casa, tornava-se um ideal distante para essas pessoas, que muitas vezes habitavam sob o mesmo teto, ficavam sozinhas nas casas enquanto os familiares saíam para trabalhar ou tomavam conta de parentes adoentados, mantinham uma familiaridade e uma entrada regular porta adentro, nem sempre controlada pela família. A proximidade da moradia e a fluidez das fronteiras entre a intimidade da casa e a publicidade da rua, mostrada em outros momentos desse trabalho, facilitavam o contato, os encontros e a intensidade do toque. Da mesma forma, se a honra e a virgindade faziam parte do ideal a ser vivido pelas mulheres, a experiência dessas pessoas limitava a vivência do namoro dentro desses padrões, suas condições materiais facilitavam o contato com a rua possibilitando os encontros íntimos e a finta na vigilância familiar restringida pelos afazeres do dia-a-dia em busca da sobrevivência.

Desta maneira, os ideais do namoro e do casamento eram assimilados, recriados e vividos em sua especificidade pelos populares que ora acionavam esses modelos, quando, por exemplo, casavam-se matrimonialmente, solicitavam as dispensas canônicas argumentando em favor da reputação da noiva ou procuravam vingar a honra de uma irmã deflorada; ora os redefiniam a partir da plasticidade do contato dos corpos, da intimidade, do relacionamento sexual e da coabitação de namorados/noivos antecipada ao sacramento matrimonial. A maleabilidade da prática amorosa circunscreve-se portanto às condições materiais a partir das possibilidades e limites que ela encerra, mas também nas especificidades culturais desses segmentos sociais e nas opções dos indivíduos através das escolhas e incertezas trançadas e destrançadas em um cotidiano que restringe, ao mesmo tempo em que é permeável às estratégias familiares e individuais.

Nesse contexto dos relacionamentos amorosos, as práticas envolvendo o noivado não foram corriqueiramente encontradas na documentação paroquial e policial. Poucas

³⁶⁵ Solicitação de dispensa para contrair matrimônio que fazem Aprígio Ribeiro Pinto e Firmina Joanna da Luz. Paróquia de Portel. Belém, 28.04.1875. Caixa: 1800. AAB. (*grifos meus*).

situações se apresentaram em que o casal declarava-se ou era declarado na condição de noivos. Embora o noivado fizesse parte da corte e fosse facilmente encontrado no relacionamento dos casais da elite paraense, como mostrado no capítulo anterior, entre as pessoas dos segmentos populares essas situações não puderam ser corriqueiramente observadas a partir da documentação consultada. Em apenas dois processos há referência à condição de noivado do casal.

No primeiro deles, o sergipano Antonio de Souza Barboza, 22 anos, praça do 47º batalhão de caçadores, morador à trav. 14 de Março, matou Anna da Silva, que morava em uma estância à trav. 9 de Janeiro, que ficava atrás de uma mercearia. O motivo que levava a tal atitude, segundo testemunhas, teria sido o fato de Anna ter chamado *a noiva* de Barboza (de quem não se sabe o nome) de sem-vergonha. Segundo o depoimento de um dos vizinhos da estância em que Anna residira, Francisco Monte, 30 anos, cearense, negociante ambulante, não sabendo ler nem escrever, teria ouvido Barboza:

“perguntar Anna se sustentava serem sem vergonha *sua noiva* e a sua família, Anna a pergunta de Barboza declarou ser isso verdade, tendo nesta occasiao dito o [ilegível] Barboza, que se isso fosse confirmado, nunca mais Anna insultaria a família de homem.”³⁶⁶

As testemunhas apontadas moravam na referida estância e pelo menos duas delas eram cearenses. Uma delas, Maria Francisca da Conceição, 32 anos presumíveis, solteira e também cearense, vivia de serviços domésticos e declarara que há três anos, mais ou menos, lavava e engomava a roupa do praça Barboza, como era conhecido Antonio. E, antes de chegar até Anna, perguntara se teria sido Maria Francisca quem havia ofendido sua namorada, ao que ela respondera negativamente.³⁶⁷

Num primeiro depoimento a referência é feita à condição de *noiva* da pessoa que mantinha um relacionamento amoroso com Antonio, em um segundo depoimento, ela fora referida como *namorada* do mesmo. Fica a impressão de que a fronteira entre esse *status* era tênue na representação das pessoas da estância, que não tinham bem delimitadas a condição do compromisso de Antonio, talvez por desconhecimento, afinal ele não morava na referida estância, ou mesmo pelo fato dessas fronteiras entre namoro e noivado não

³⁶⁶ Processos crimes. 4º vara. Homicídio. Caixa: 1915. Ano: 1915. ATJEP. (*grifo meu*).

³⁶⁷ Processos crimes. 4º vara. Homicídio. Caixa: 1915. Ano: 1915. ATJEP.

serem muito rígidas, corriqueiras ou formais no cotidiano dos moradores. Barboza é julgado inocente e absolvido um ano depois.

Num segundo caso em que aparece referência à condição de noivado do casal diz respeito à tentativa de assassinato de Pedro Avellino de Aragão, solteiro, cearense, branco, 42 anos, empregado no comércio, morador à rua São João, sabendo ler e escrever, por parte da professora normalista Georgette Pinet, paraense, branca, 23 anos, solteira, residente no “logar chamado Entrocamento”.

O casal acima, já destacado em item anterior desse capítulo, conheceu-se no *bond* à Estrada de Ferro de Brangança, onde ele circulava para ir ao trabalho e ela para visitar a mãe que se encontrava doente na Vila do Pinheiro. Ele a teria abordado no trem: “na ocasião em que a respondente descia na Estação do Entrocamento procurando-lhe tolher-lhe a passagem voltou-se para a respondente proferindo as seguintes palavras: Minha senhora eu estou loucamente apaixonado por V. Exa.”³⁶⁸ Isto teria se passado em um domingo à tarde e, logo na quinta-feira, eles voltariam a encontrar-se, mais uma vez na estação. Nessa ocasião eles conversaram e Aragão, como Pedro era conhecido, ofereceu a Georgette um cartão de visitas, dizendo-se apaixonado e ainda que: “era um homem honrado, tendo família composta de irmãs e irmãos e que a respondente e seus pais poderiam ficar descansados, porque sendo elle bom filho e bom irmão, seria bom marido.”³⁶⁹

Na semana seguinte, Aragão foi à casa de Georgette onde se encontrou com o pai da mesma e durante o almoço falou de seu propósito de casamento, vindo a ficar posteriormente noivo após o pedido feito por um amigo, Benigio Filgueiras. O noivado dos dois foi noticiado no Jornal *Folha do Norte*, na seção *Notas Mundanas*, e dizia o seguinte:

“O dr. Benigio Filgueiras pediu ante-hontem em casamento para o capitão Pedro Arcellino Aragão, empregado da marchantaria dos snrs. Guilherme Feio & cia, a prendada senhorinha Maria Georgette Pinet, filha do industrial sr. Emilio Pinet e sua esposa d. Joanna Alves da Costa Pinet. O pedido foi acceito com satisfação pela família da noiva.”³⁷⁰

³⁶⁸ Processos crimes. 4º vara. Homicídio. Caixa: 1917-1918. Ano: 1917. ATJEP.A.

³⁶⁹ Depoimento de Georgette Pinet. Processo crime. 4º vara. Homicídio. Caixa: 1917-1918. Ano: 1917. ATJEP.A.

³⁷⁰ *Folha do Norte*. 8.05.1917. p.02.

Vê-se portanto, que houve um pedido e a publicidade do noivado entre as partes, formalizando a situação do casal frente à sociedade. Embora a nota indique que Pedro Aragão era capitão, esse dado não aparece em momento algum do processo, sendo feita apenas referência a sua condição de empregado do comércio. A propósito do emprego, Aragão era quem sustentava a casa onde moravam a mãe e as irmãs. A família era de origem humilde e composta de migrantes cearenses, alguns deles pobres e de condição modesta. Segundo o depoimento de Aragão, este fora um dos motivos que teriam levado ao desentendimento com Georgette, pois, conforme ele narra:

“que uns oito dias mais ou menos depois de noivo, Georgette foi almoçar em casa da família do respondente, encontrando-se allí com muitos irmãos e outros parentes do respondente; que a tarde quando o respondente com uma sua irmã de nome Roza foi deixar Georgette em sua casa, logo no caminho Georgette começou a fazer algumas observações indevidas ao respondente; que extranhou ter o respondente alguns irmãos pobres vivendo uma vida modesta; que depois destas observações Georgette perguntou ao respondente quem pagava a despeza feita em casa do mesmo para tanta gente comer; que o respondente declarou que era elle próprio que fazia de bom grado aquella despeza, tendo dito Georgette que quando ella se cazasse o respondente não faria mais sozinho tanta despeza, pois caso os parentes do respondente quizessem ter refeições em sua casa, teriam que pagar uma mensalidade.”³⁷¹

A família de Georgette tinha algum recurso, embora não fosse rica, mesmo tendo seu pai sido citado na nota de jornal como industrial. Eles moravam em uma área afastada da cidade, em um pequeno *chalet*, e não pertenciam às famílias tradicionais da sociedade local, fazendo parte da camada média urbana local.

Após o pedido de noivado e o estreitamento da relação entre as famílias, Georgette afirma que passou a frequentar a casa da mãe e das irmãs do noivo, onde iriam morar depois de casados, pois Aragão não tinha pretensão de estabelecer novo domicílio, devendo continuar sustentando sua família. Da mesma forma, Georgette veio a saber que Aragão

³⁷¹ Depoimento de Pedro Aragão. Processos crimes 4º vara. Homicídio. Caixa: 1917-1918. Ano: 1917. ATJEP.A.

tivera um filho com uma moça a qual deflorara e que o menino era criado por sua família e continuaria a morar com eles após o casamento.

Pouco menos de dois meses depois de se conhecerem e ficarem noivos, Pedro Aragão ficou alguns dias sem aparecer na casa da noiva até mandar dizer através de um cunhado que “por incompatibilidade de gênios” não mais desejava casar-se, ao que Georgette foi comprar uma arma no comércio e dirigindo-se à mesma Estação de São Brás, onde havia conhecido Aragão, esperou-o e nele atirou sem causar-lhe ferimento.

Na versão dela apresentada em depoimento à polícia, o rompimento do noivado estaria associado ao fato de que:

“ Depois do noivado, Aragão entrou a fazer exigências a respondente que iam de encontro aos princípios que esta recebera de seus pais e ao mesmo tempo offendiam o seu pudor de moça honesta, bem como pedir-lhe beijos e outras carícias incompatíveis com sua posição de homem honrado que se dizia ser. Que por esse motivo Aragão se mostrava muito contrariado e começou a duvidar da honra da respondente chegando mesmo ao ponto de exigir-lhe uma prova material de sua virgindade.” E ainda, que teria atirado em Aragão sem “ outro propósito senão o desagravo de sua honra e os ditos de sua família”.³⁷²

Para Aragão, o fim do noivado devia-se ao fato da respondente não aceitar que ele sustentasse sua família, porquanto, “ como bom filho e amigo de sua família sentiu-se logo doente ouvindo as censuras de Georgette, tendo dito na volta a sua irmã Roza que ia acabar o seu noivado por quanto Georgette, com o seu gênio e o seu modo de ser, vinha trazer a desunião da família do respondente.”

Percebe-se como, tanto na alegação de Georgette quanto na de Pedro Aragão, as defesas são feitas em função da honra dos indivíduos e da família. Fatores como amizade, união, honestidade e virgindade também foram acionados para legitimar a imagem dos envolvidos frente às autoridades. Não é o propósito deste trabalho discutir as questões referentes à necessidade de construção de tais imagens como recurso jurídico utilizado pelos envolvidos e seus advogados, nem a forma pela qual a justiça interpreta essas

³⁷² Depoimento Georgette Pinet. Processos crimes. 4º vara. Homicídio. Caixa: 1917-1918. Ano: 1917. ATJEP.A.

alegações.³⁷³ O que propriamente importa nesse processo é destacar as poucas situações de noivado encontradas entre os indivíduos das camadas populares, sendo que nesse caso, especificamente, trata-se de pessoas pertencentes às camadas médias urbanas, embora o noivo seja oriundo de família migrante e humilde. Além disto, importa também destacar de que forma se estabeleceu o noivado e como ele foi vivenciado entre o casal. Em relação ao estabelecimento, vale ressaltar que o pedido foi feito por uma terceira pessoa, amigo do noivo, à família da noiva, para conferir-lhe maior confiabilidade. Da mesma forma, o namoro só pôde ter início após o pedido de noivado, ficando, a partir daí, os encontros acontecendo nas residências das famílias do casal.

Em menos de dois meses, no entanto, segundo os argumentos apresentados por Aragão, as diferenças sociais existentes em meio a sua família e o fato dele sustentá-la teriam incomodado a Georgette, gerando o fim do noivado; já para ela, a plasticidade com que Aragão queria viver o noivado, exigindo-lhe carícias e prova de honestidade, levaram ao término do mesmo. A propósito da formalidade do pedido executado, cabendo até mesmo uma nota no jornal da capital, o fim da relação se deu de maneira informal, com o cunhado de Aragão indo comunicar a Georgette o término do compromisso por parte de Aragão. Mais uma vez, fica a idéia de que, apesar da importância social da condição do noivado, havia uma flexibilidade na sua vivência em meio a essas pessoas das camadas populares e médias, podendo o compromisso, ao menos nesse caso, ser rompido sem maiores rigores. Talvez, para Pedro Aragão, o significado da condição de noivado não fosse tão rígido, não havendo alianças familiares a serem consolidadas a partir da união do casal, nem tampouco negócios, acordos financeiros, empréstimos ou outras obrigações que tornassem o desfecho do contrato matrimonial mais complicado. Uma simples comunicação encerrava o compromisso assumido, supostamente não interferindo na vida e no trabalho de Pedro Aragão ou do pai de Georgette. Entretanto, as questões relativas à honra, fosse *de mulher honesta* ou *de bom filho*, foram os argumentos usados para questionar ou justificar o fim do futuro enlace.

O caso é julgado procedente e, em novembro de 1917, Georgette é considerada culpada. Ela é encaminhada para tratamento no hospital da Ordem Terceira, pois estaria

³⁷³ Sobre este tema ver os trabalhos de CORRÊA, Mariza. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. BORELLI, Andréa. *Matei por amor: as representações do masculino e do feminino nos crimes passionais*. São Paulo: Celso Bastos editor, 1989.

doente, além do que seu advogado alega que a cadeia pública era imprópria “ para nella ser recolhida uma moça virgem e de família honesta”. Quase quatro anos depois, em novo recurso, o tribunal absolve a ré, em outubro de 1921.

Poucos foram os casos em que o casal apareceu na condição de noivos, o que faz pensar na pouca recorrência dessa situação no universo do relacionamento amoroso dos populares. E quando esta condição se apresentou, ora a mulher era tratada como noiva, ora como namorada, indicando a tênue fronteira que marcava o significado desse *status* nas práticas e representações dessas pessoas. Por outro lado, embora o noivado tenha sido encontrado em meio a pessoas de melhor condição social que faziam parte de uma camada média urbana, a informalidade presente no fim do compromisso sugere que o fato de não haver muitas situações patrimoniais e obrigações mútuas de trabalho e negócios envolvidas nessas futuras alianças matrimoniais facilitava a pouca rigidez que envolvia o término do compromisso. As ligações, embora passassem pelo conhecimento, autorização e necessidade de legitimação familiar, também ficavam à mercê das inclinações e vontades individuais, podendo mais facilmente serem rompidas quanto menos obrigações morais, patrimoniais e de negócios estivessem envolvidas.

Todavia, para além das escolhas e comportamentos individuais, os valores familiares e as questões de honra que, como se disse, perpassavam os vários segmentos sociais, estavam presentes culturalmente e, levando-os em conta, essas pessoas buscaram *defender a honra da noiva e de sua família*, no caso do praça Antonio; *defender sua própria honra de mulher honesta e de sua família*, como declarou Georgette; *manter a união de seu grupo familiar*, nos argumentos de Pedro Aragão.

Até o momento, foram discutidas práticas e valores relativos ao namoro e ao noivado. A partir de agora, analisar-se-á, mais especificamente, o relacionamento marcado pela conjugalidade entre o casal e a manutenção de uma vida em comum que, tal qual verificou-se em meio aos relacionamentos até aqui traçados, também são marcados pela assimilação, recriação e vivência específica dos ideais e práticas socialmente legitimados, oferecendo portanto a oportunidade de retomar os argumentos propostos.

5.2.1. Conjugalidade

A questão que se coloca nesse momento passa pela compreensão do tipo de relacionamento (união consensual, civil, matrimonial) e o tempo de convivência vivido em meio ao relacionamento.

Destacou-se que, a propósito do maior percentual de casamentos legítimos encontrados no final do século XIX e início do XX, as uniões consensuais ainda se faziam freqüentes, particularmente entre os segmentos populares. A análise de fontes paroquiais e processos criminais permitiu investigar o universo do casamento em meio a essa população, mas também a compreensão das uniões consensuais, da busca da legitimidade e da conjugalidade marcada por um maior ou menor espaço de tempo.

Não são comuns nos processos informações acerca do tempo de relacionamento do casal; mesmo a referência à condição matrimonial é, por vezes, imprecisa, pois há situações em que o sujeito aparece classificado como casado no início do depoimento, embora, ao longo de sua narrativa, seja declarado amasiado.

Tendo em conta essas limitações, analisou-se a documentação forense, ficando clara a predominância de relacionamentos ilegítimos pautados num tempo pouco expressivo de convivência do casal. Quando Aníbal Chacon, um pernambucano de 25 anos, sem profissão, assassinou sua amásia, Maria da Cruz Menezes, eles viviam juntos há um ano e oito meses. Ela vendia café no atalho do Curro para ganhar a vida, começando sua jornada ainda pela madrugada, e ele, estava sem trabalho. Segundo Aníbal, o motivo de tê-la esfaqueado foi por acreditar que ela o estava enganando.³⁷⁴

Menos do que o tempo de convivência desses casais, o que chama atenção nestas uniões é a circularidade que, muitas vezes, circunscreve os relacionamentos, pautando-os em uma convivência que rapidamente poderia ser rompida e uma nova união iniciada. Um relacionamento assinalado pela coabitação e a manutenção de relações sexuais podia terminar e tão logo ser seguido por outro.

Essa situação pode ser encontrada na trajetória de vida e de amores da cearense Jordolina Maria da Conceição, de 20 anos, casada, serviços domésticos, moradora à estrada de São João, não sabendo ler nem escrever. Chamada a depor após a briga do português

³⁷⁴ Processos crimes. 4º Distrito Criminal. Homicídio. Caixa: 1911. Ano: 1911. ATJEP.A.

Francisco Ayres, 33 anos, carroceiro, morador à travessa Dona Januária, e Luis Costa, que resultou na morte deste último, a dita Jordolina, ao mesmo tempo em que narra o motivo do conflito, conta um pouco de suas histórias amorosas e de seus deslocamentos:

“que tendo sido abandonada por seu marido, com quem vivia em um sítio no rio Guamá, há cerca de quatro annos, veio para esta capital, onde tem residido até agora, que ha cerca de um anno frequentou a sua casa e com ella teve relações amorosas durante quatro mezes um individuo de nome Luis Ribeiro da Costa, relações que cessaram em março do presente anno pouco mais ou menos; que depois fez o conhecimento de Francisco Ayres e com elle entreteu relações amorosas, vindo para esse fim ao quarto que num cortiço situado a estrada São João occupava o mesmo Ayres.”³⁷⁵

Com seu depoimento, fragmentos de sua história de vida, que se confunde com as uniões amorosas encadeadas, passam a ser conhecidos. Com ainda 20 anos de idade, a migrante cearense Jordolina vinha de um sítio do interior do estado do Pará, localizado no rio Guamá, devendo portanto viver de algum tipo de atividade de plantação e criação. Sua situação era bastante próxima de outros migrantes, que primeiramente enveredavam pelas atividades ligadas à lavoura, em colônias agrícolas, vilas ou cidades interioranas e, posteriormente, deslocavam-se para a capital paraense em busca de novas oportunidades. No caso de Jordolina, o abandono do marido teria sido a causa do deslocamento para Belém, o que ocorrera há quatro anos, tendo à época, portanto, apenas 16 anos de idade.

Em Belém, ela vivia de serviços domésticos e morava em uma casa. Após dois anos na cidade, conheceu Luis, que passara a frequentar sua casa e com quem teve relações amorosas durante o ano de 1894. O relacionamento chegou ao fim em março de 1895. Neste mesmo ano, Jordolina conheceu o português Francisco Ayres, com quem passou a viver, indo morar em sua casa, deixando assim de residir em seu antigo domicílio.

Nessa trajetória percebe-se como a jovem de 20 anos de idade, em menos de cinco anos, tivera três relacionamentos amorosos, sendo pelo menos dois deles com base em união consensual com coabitação em diferentes residências. O primeiro com o marido no interior do Estado, e os demais, já na capital, com Luis e Francisco.

³⁷⁵ Processos crimes. 3º Distrito Criminal. Homicídio. Caixa: 1895. Doc. 05. Ano: 1895.ATJEPA.

Nem sempre é possível percorrer a trajetória das uniões desses casais, como pôde ser feito com a cearense Jordolina. No entanto, por vezes, é possível recuperar algum indício a partir da narrativa dos depoentes. É assim que uma testemunha, ao comentar o motivo da disputa envolvendo Manoel Gomes Pontes, cabo, de 48 anos, viúvo, paraibano, não sabendo ler nem escrever, e João Ferreira, declara: “que não pode afirmar o que determinou este barulho, mas é voz pública que foi por cauza de uma mulher que sendo amante de Pontes sahio deste e foi amaziarsse com João Arsênio.”³⁷⁶

O depoimento da testemunha deixa claro o fato de que se está tratando referente à informalidade com que os casais dos segmentos populares podiam terminar e reafirmar uma nova união envolvendo relacionamento sexual e coabitação. Com isso, não se quer dizer que esta é uma característica desses relacionamentos, pois, mais à frente, vai-se mostrar o universo de uniões mais estáveis também vividas por estes casais. Entretanto, em meio aos populares, não é incomum encontrar o arranjo e o término de relações amorosas e sexuais sem a formalização de um pedido de casamento, uma cerimônia oficial, um processo de divórcio ou uma partilha de bens.

O escasso patrimônio acumulado ajuda a compreender as raras situações encontradas envolvendo a partilha dos bens de um casal após o fim de uma união. Em relação a esse fato é interessante observar o auto envolvendo a parda Carlota Maria Eufemia, 25 anos, paraense, liberta, com uma filha e moradora à rua dos Martyres. Ela fora amante de João Manuel da Cruz, cidadão brasileiro, com quem não mais vivia. Num dia em que João ausentou-se da cidade, Carlota foi até sua casa e, segundo ele: “quebrou objetos, conduziu outros, inclusive galinhas.”³⁷⁷ Ela confirma parte do depoimento do ex-amásio, mas adverte que só levou as galinhas, pois essas pertenciam à sua filha. Aparentemente, ao sair da casa de João e do relacionamento que mantinham, Carlota não pudera levar suas coisas, voltando posteriormente, às escondidas, para buscar aquilo que acreditava ser de seu direito.

Vê-se assim de que forma o relacionamento dos dois amásios terminara, implicando na neo residência de Carlota com a filha (que não se sabe se é de João), e a maneira

³⁷⁶ Processos crimes. 2º Distrito Criminal. Homicídio. Caixa: 1890. Doc. 03. Ano: 1890.ATJEPA.

³⁷⁷ Autos de bem viver. 2º distrito. Caixa: 1880-1885. Doc. 02. Ano: 1880.ATJEPA.

informal pela qual uma das partes procurou recuperar o que acreditava ser seu patrimônio ao fim de um relacionamento, no caso, seis galinhas.

Nas situações apresentadas, as uniões estabeleciam-se sem maiores formalidades e os rompimentos implicavam no fim da coabitação, sendo necessário o amásio simplesmente levar suas coisas do quarto, da estância ou da pequena casa em que moravam. Pouco se fala nos processos e autos criminais de bens comuns de um casal, compreensível em meio a pessoas de poucos recursos e com pouco a partilhar. Todavia, os poucos bens que existiam, se não eram amigavelmente divididos, podiam ser tomados, como o fez a parda Carlota ao levar as galinhas da casa em que morou com o amásio.

As trajetórias dos indivíduos até aqui apontadas dão conta da flexibilidade com que podiam ser vividos e rompidos os relacionamentos amorosos em meio aos segmentos populares. Entre os motivos que ajudam a pensar a presença dessa prática no universo desses casais, pode-se amear as adversidades e limites materiais vividos por estes grupos; a ausência ou inexpressividade de bens patrimoniais; a instabilidade do trabalho e da moradia; a maior autonomia da mulher pobre e trabalhadora em relação aos homens, permitindo-lhe a auto-sustentação e, com isso, uma suposta independência e dificuldade de o homem manter seu papel socialmente constituído de provedor. Por fim, uma questão ainda deve ser lembrada, relativa ao fato de que a informalidade que poderia pontuar o início e o fim de uma união consensual, se não fazia parte das referências ideais de um comportamento legítimo, nem era necessariamente motivo de expurgo e afastamento total. De uma certa forma, as uniões consensuais constituíam-se em uma prática com a qual estes segmentos conviviam com frequência e, se não faziam parte de seus valores modelares, também não deixavam de estar presentes em suas referências culturais.³⁷⁸

O “viver junto”, coabitando e mantendo relações sexuais, tornava-se assim uma realidade para os populares e o rompimento podia advir sem maiores formalidades, o que

³⁷⁸ Em seu trabalho sobre o direito nas Ilhas de Trobiand, Malinowski lembra que a lei e a ordem nem sempre são rígidas e podem ser moldadas permanentemente. No entanto, adverte que, quando se trata de aplicar as regras, os ideais e a moral, as coisas tomam um aspecto diferente, havendo uma luta constante entre a regra e o costume, devendo este se manter abaixo da superfície da publicidade, pois, caso haja um desafio aberto, um conflito ou um escândalo, se estabelece à precedência da lei e da regra - calcadas na força da tradição -, sobre o costume- delineado pelas inclinações pessoais e do poder presente. A opinião pública pode ser indulgente com a quebra de regras que não se transformam em escândalos e trazem dificuldades, mas do contrário, pode voltar-se contra a parte “culpada”, que sofre os insultos e o ostracismo. MALINOWSKI, Bronislaw. *Crimen Y Costumbre en la sociedad Salvage*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1969.

não significa dizer que essas práticas eram aceitas de forma homogênea, ou mesmo, sem reservas.

A propósito do caráter menos duradouro e circular das uniões vividas por alguns desses casais, foi possível encontrar relações com períodos de tempo longo, caracterizando uma suposta estabilidade no casamento, apesar de, no caso dos processos criminais, alguns deles serem dados a conhecer justamente em momentos críticos de tensão e conflito, quando um dos cônjuges causava algum tipo de dano físico ou moral ao outro. Por esse motivo, estabilidade aqui se circunscreve ao tempo do relacionamento e não à propriedade da convivência a dois, que poderia ser marcada por crises, desavenças e traições.

Esta era a situação da pernambucana Maria da Silva, 32 anos, costureira, moradora à rua dos Martyres, amasiada há 14 (quatorze) anos com Joaquim Guimarães da Silva, com quem residia na mesma casa, juntamente com uma mulher agregada mais jovem, chamada Ludgera Maria da Conceição, de 24 anos de idade, solteira e também costureira, que deveria auxiliar Maria nas atividades de costura com a qual ela provia o domicílio.

Apesar do tempo vivido juntos, Joaquim e Maria não tinham prole. O conflito entre eles ocorreu por volta do meio-dia, quando Joaquim chegou a casa vindo do Ver-o-Peso e mandou “deitar o almoço”. Maria sabia que o amásio tinha uma “mulher com quem vivia”, e, quando questionado do lugar de onde vinha, Joaquim, entre outras coisas, disse que: “não abandonaria por sua causa a mulher com quem também vivia”.³⁷⁹ A partir daí iniciou-se o conflito, que resultou no esfaqueamento de Maria, causando-lhe um ferimento grave. Pouco se sabe sobre a outra mulher de Joaquim, a não ser que era cearense. Da mesma forma, nada é dito a respeito do tempo em que ele mantinha a relação fora da união.

A propósito da tensão vivida em meio à convivência e ao conhecimento da existência de uma amásia, a relação do casal se mantivera por um período de tempo expressivo, marcado por 14 (quatorze) anos de casamento.

Saindo da fonte processual para entrar nos registros de matrimônio, vê-se que, em alguns casos, eram feitas observações por parte do pároco, destacando o fato dos noivos já viverem amasiados e/ou contratados no civil por um certo período de tempo. Através destes registros fica-se conhecendo relacionamentos com uma duração bastante expressiva em

³⁷⁹ Processos crimes. 4º e 5º Distritos Criminais. Ferimentos graves. Caixa: 1890. Caixa: 05 Doc. 01. Ano: 1890. ATJEP.A.

meio à população, diferentemente do perfil mais corriqueiro daqueles encontrados na fonte forense onde, a despeito das exceções como a acima mostrada, prevaleceram as uniões pautadas por um curto período de convivência.

No registro de casamento do cearense José Vicente Chavez, de 40 anos de idade, e da também cearense Maria Alves da Rocha, 37 anos, constava o fato de que eles, ao buscarem o matrimônio, já se encontravam casados no civil há 17 (dezesete) anos. Mesmo vivendo juntos por todo esse tempo, ao longo do qual tiveram três filhos, José e Maria resolveram casar-se na Igreja, renovando seus votos de casamento.³⁸⁰ O mesmo ocorreu com Guilherme Brosun, um inglês naturalizado brasileiro, nascido em Liverpool, e Margarida Anna Hughes, da Guiana Inglesa. Eles casaram-se civilmente em 1892, dois anos após o estabelecimento da lei do casamento pelo Estado Republicano. Em 1920, Guilherme e Margarida, com 71 e 61 anos, respectivamente, realizaram a cerimônia religiosa casando-se em uma casa particular com a presença de um pároco, reafirmando assim, após 28 anos de convivência, a sua união.³⁸¹ O acreano Virgílio Calasans, de 41 anos de idade e Maria Amélia Calasans, alagoana, 42 anos, realizaram seu matrimônio após estarem unidos no civil há 23 anos.³⁸² Com três filhos e após estarem juntos há 13 anos, o português José Climateia Junior, 34, e a pernambucana Beatriz Miranda, 31 anos, resolveram realizar o consórcio religioso.³⁸³ O mesmo ocorrendo com os paraenses Severino Monteiro, 32 anos, e Margarida Monteiro, 27, contratados no civil e com 04 filhos, buscando o matrimônio após 12 anos de casamento.³⁸⁴

Os casais acima viviam em meio a uniões estáveis e legítimas do ponto de vista da autoridade secular, estando, no entanto, amancebados aos olhos da Igreja. Após longo tempo vivendo nessa situação, alguns já com vários filhos, outros em idades bem avançadas, procuravam reafirmar sua união matrimonialmente, recebendo o sacramento religioso.

³⁸⁰ Registro 1 de casamento de José Chavez e Maria Rocha. Paróquia de Nazaré. Data: 08.03.1910. Livro: nº 14 (1908-1911). AAB

³⁸¹ Registro de casamento de Guilherme Brosun e Margarida Hugles. Paróquia de Nazaré. Data: 22.12.1920. Livro: nº 17 (1918-1924). AAB

³⁸² Registro de casamento de Virgílio Calasans e Maria Amélia. Paróquia de Nazaré. Data: 23.01.1920. Livro: nº 17 (1918-1924). AAB

³⁸³ Registro de casamento de José Climateia Junior e Beatriz Miranda. Paróquia de Nazaré. Data: 18.02.1910. Livro: nº 14 (1908-1911). AAB

³⁸⁴ Registro de casamento de Severino Monteiro e Margarida Monteiro. Paróquia de Nazaré. Data: 02.03.1910. Livro: nº 14 (1908-1911). AAB

Diferentemente desses casais havia aqueles que viviam em meio a uniões estáveis porém ilegítimas, que também procuraram as bênçãos da Igreja após longo período de convivência. Situações como a do paraense de Abaetetuba João Marcellino Ferreira, 35 anos e Maria de Souza, 32 anos, nascida na Villa do Pinheiro, onde esta continuou a morar após passar a viver com João, com o qual teve 04 (quatro) filhos. Depois de 11 anos vivendo juntos, eles realizaram o enlace matrimonial na Igreja de Nazaré.³⁸⁵

No caso seguinte, Raimundo do Espírito Santo, 40 anos, e Maria Justina, 35 anos, maranhense, também eram residentes na mesma Villa do Pinheiro, onde moravam amasiados há 12 anos.³⁸⁶ Em 1920, eles realizaram a cerimônia de casamento. E, por fim, Raimundo da Silva, 38 anos, e Thereza de Jesus, 40 anos, de quem não se sabe a naturalidade, viviam amasiados há 21 anos, quando em 1920 casaram-se em Nazaré.³⁸⁷

Os registros que revelam situações de casais vivendo uniões legitimadas pelo Estado ou uniões consensuais e que procuraram, em algum momento de suas vidas, unirem-se matrimonialmente, poderiam ser multiplicados. No entanto, os casos aqui exemplificados já demonstram a conjugalidade duradoura desses casamentos em meio à população formada por pessoas de diferentes gerações e naturais do interior e da capital do Estado, migrantes nacionais e estrangeiros. A geração, o tempo de convivência e a presença ou não de filhos não eram obstáculos para reafirmar a união já estável em que viviam esses casais, buscando legitimá-la frente à Igreja.

Como já se discutiu em capítulos anteriores, o sacramento religioso foi durante muito tempo a única forma de união considerada legítima e a pressão da Igreja para que ela assim o continuasse foi bastante imperativa, mas teve que se acomodar às novas diretrizes seculares que passaram a fazer, cada vez mais, parte da prática social e do Estado Republicano. Por sua vez, mesmo que boa parcela da população vivesse em meio a uniões ilegítimas, o matrimônio era uma referência importante na representação social, e a busca pela legitimidade circulava entre a elite e os segmentos populares, embora, para esses últimos, as dificuldades materiais, a ausência de patrimônio e o costume, além de outros

³⁸⁵ Registro de casamento de João Marcellino Ferreira e Maria de Souza. Paróquia de Nazaré. Data: 12.04.1920. Livro: nº 17 (1918-1924). AAB

³⁸⁶ Registro de casamento de Raimundo do espírito Santo e Maria Justina. Paróquia de Nazaré. Data: 20.04.1920. Livro: nº 17 (1918-1924). AAB

³⁸⁷ Registro de casamento de Raimundo da Silva e Thereza de Jesus. Paróquia de Nazaré. Data: 21.10.1920. Livro: nº 17 (1918-1924). AAB

fatores já enunciados anteriormente, tornassem menos corriqueiros os consórcios matrimoniais. Contudo, nem por isso, é sempre bom ressaltar, o casamento deixava de ser um valor para esses casais menos afortunados, conferindo-lhes um *status* diferenciado, tornando-se para muitos um ideal a ser alcançado, mesmo após longo tempo de convivência estável com filhos crescidos.

De uma certa forma, os dados encontrados nos processos e autos criminais de Belém reafirmam a pertinência de uniões consensuais em meio à população pobre, mostrando a instabilidade de muitas delas e a facilidade com que muitas vezes os relacionamentos amorosos e sexuais vividos em coabitação podiam iniciar-se ou ter fim. Entretanto, nas trilhas das fontes paroquiais, observou-se também a presença de uniões legais e consensuais marcadas por um tempo extenso de convivência. Casais com uniões estáveis, muitas delas legalizadas pelo casamento civil, que buscaram, após um período longo de vida a dois, a legitimidade sacramental de sua conjugalidade.

Menos do que buscar a maior ou menor presença dessa ou daquela forma de união dos casais dos segmentos populares, o que se acredita ser importante destacar nesse trabalho é a diversidade de modelos e de práticas dos grupos sociais. Os limites e condições da vida material, a circularidade nos espaços públicos, a fluidez da casa e da rua, a ausência de patrimônio, a convivência permitida e cotidiana com uniões não legítimas, a maior autonomia das mulheres pobres e, por fim, possíveis entraves e custos na realização do casamento, são questões que ajudam a compreender a recorrência das uniões consensuais. Mas, a propósito dessas dificuldades, outras escolhas e opções também se mostraram viáveis e foram experienciadas por essa população. Como se disse, menos do que buscar aqui a proporcionalidade de uma ou de outra forma, o que importa é dar conta das inúmeras estratégias usadas por essas pessoas para estabelecer suas relações de conjugalidade levando a efeito múltiplos modelos e práticas de comportamento que se buscou compreender.

5.3. Tensões amorosas: bigamia e acusações de adultério

Muitas já foram as situações de tensão mostradas nesse trabalho relativas às famílias e aos indivíduos dos segmentos populares. Em vários momentos foram analisadas as

práticas cotidianas, os comportamentos e os valores percebidos a partir de acontecimentos conflituosos. Apesar de alguns dos eventos discutidos marcarem o fim de relacionamentos e vivências em comum, eles puderam auxiliar na visualização da experiência dessas pessoas, suas estratégias de sobrevivência e escolhas permeadas por alianças, ajuda mútua e rompimento de reciprocidades. As ocorrências conflituosas, embora se tornem uma fronteira que pontua a interrupção da relação de troca entre os casais e as famílias, possibilita um olhar sobre as circunstâncias anteriores de suas vivências. É com esse propósito que serão aqui analisados os casos de bigamia e acusações de adultério que, ao mesmo tempo em que deslindam momentos de tensão, conflitos e rompimentos, expõem o cotidiano, as atitudes e os valores que ajudam a compreender essas uniões e famílias na sua complexidade.

Em relação à bigamia, levantou-se quatro processos para o período pesquisado no ATJEP. Vale lembrar que, apesar desses casos remeterem à quebra de normas sociais, eles suscitam uma questão importante, pois, como lembra Vainfas ao fazer referência aos bígamos da colônia:

“afrontavam o sacramento do matrimônio porque tinham mesmo a intenção de casar, compartilhar a vida conjugal, serem reconhecidos e vistos como casados. Se optassem por ‘viver como se fossem casados’ sendo-lhes possível fazê-lo, estariam escolhendo caminho muito diferente: instável por natureza, socialmente estigmatizado e, a curto prazo, mais vulnerável que a própria bigamia.”³⁸⁸

Portanto, uma vez mantida em segredo a bigamia, o casal viveria socialmente como possuindo uma união legítima, com as vantagens que essa condição acarretava aos olhos do Estado, da Igreja e da família. Por isso, Vainfas infere, a partir das situações de bigamia, como o casamento era popular na colônia mesmo entre pessoas que não pertenciam aos setores dominantes, e conclui afirmando que o matrimônio legal era valorizado, pois os bígamos: “apegavam-se demasiado ao casamento, ao estado e aos ritos exteriores que lhes conferiam a legitimidade social.”³⁸⁹

³⁸⁸ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados. op.cit., p.100.*

³⁸⁹ *Idem, Ibidem., p.101.*

Mesmo transgredindo as normas legais, o bígamo procurava, através da própria norma, legitimar seu comportamento, o que ocorria, muitas vezes, pela pressão da família de uma jovem deflorada, ou mesmo pelas suas relações de vizinhança e parentesco, como será visto ao longo dessa discussão.

Entre os processos de bigamia pesquisados para Belém, uma característica comum se fez presente relativa ao fato da maior parte deles dizer respeito a indivíduos de outros estados ou países, sendo um deles nordestino, um português, um italiano e um único paraense. Um segundo aspecto comum refere-se justamente à questão de que, em dois dos processos, os casamentos ocorreram depois do defloramento de uma menor, uma das principais causas destacadas por Vainfas como responsáveis por um segundo casamento por parte de um homem.³⁹⁰

Essa era a condição de Luis da Silva Leite, rio-grandense-do-norte, 22 anos de idade, ferreiro, residente em Macapá, atuando no 5º batalhão de artilharia, quando deflorou uma menor e com ela casou-se civilmente. Segundo ele, em função desse fato teria sido rendido do referido batalhão e se deslocado para Belém. Posteriormente, fica-se sabendo que realmente Luis deflorou uma menor, que se chamava Francisca, de 15 anos, cearense, serviços domésticos, mas, diferentemente do que havia primeiramente afirmado, ela morava na cidade de Belém, e não em outro Estado. Por conta do defloramento teria sido obrigado a casar-se com a intervenção da polícia; no entanto, após o enlace, eles não viveriam na mesma casa, embora morassem na mesma rua denominada Jeronymo Pimentel.³⁹¹

Quando foi afastado da função militar, ainda em Macapá, Luis passou a trabalhar em uma companhia de cavaleiros, fazendo acrobacias. Foi nessa atividade que ele chegou a Belém e, posteriormente, veio a conhecer quem viria a ser sua segunda esposa, Aldemira Raymunda Paes, 18 anos, paraense, sabendo ler e escrever, moradora na Villa do Pinheiro. Assim como no primeiro consórcio, este segundo também se deu apenas civilmente. A descoberta da duplicação do enlace aconteceu um ano depois do primeiro casamento quando Luis fora preso por maus tratos à segunda esposa, sendo sua condição de bígamo desvelada. O processo é julgado procedente, ele é preso e Aldemira, a segunda esposa, o

³⁹⁰ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados. op.cit., p.101.*

³⁹¹ Processos Crimes. 4º Vara crime contra a família. Bigamia. Autos crimes de bigamia Luis da Silva Leite. 22.04.1914. ATJEP.A.

abandona, segundo ela não apenas pelo fato dele já ser casado, mas também pelos maus tratos que recebia.

No caso seguinte, o protagonista é estrangeiro. Tratava-se do português José d'Ornellas da Silva, 29 anos, empregado no comércio, casado na Ilha Terceira, em Açores, com Maria Salete Neves, “simplesmente perante o sacerdote catholico”.³⁹² Três anos depois, já na capital paraense, casou-se novamente, desta feita no civil, com a espanhola Maria Pilar Eyro, menor de 20 anos de idade, serviços domésticos. Segundo ele, o casamento com a espanhola Pilar se deu com urgência em função dele tê-la deflorado. Apesar dos pais de Pilar serem falecidos, ela mesma cuidou para que José com ela se casasse, ameaçando denunciá-lo à polícia caso não o fizesse, pois ela era de menor idade.

Para realizar o segundo casamento José inverteu seus sobrenomes, embora alegasse tê-lo feito pelo fato de assim também ser conhecido pelos amigos, não tendo com isso tido a intenção de burlar a lei. Da mesma forma, afirma que, em relação ao segundo casamento:

“justifica perante o juiz de casamento o seu estado de solteiro porque efetivamente o e pois o casamento catholico não e valido aqui nem em Portugal onde desde logo do começo do regime republicano foi separado a igreja do estado e existindo o casamento civil.”³⁹³

Um dos sócios da firma onde José d'Ornella trabalhava, Acesino Maximiano dos Santos, 31 anos, casado e comerciante, sabendo ler e escrever, declara que sabia que o empregado era casado, tanto que a firma teria lhe adiantado dinheiro para trazer a esposa de Portugal para a capital paraense. E ainda que, ao descobrir o fato de José d'Ornella ter novamente se casado com uma “rapariga hespanhola tendo até o nome trocado”, o teria despedido.

A perda do emprego ocorreu quinze dias depois do segundo casamento. Ao ser despedido, José d'Ornellas viajou para Baião a fim de arrumar trabalho, dizendo para Maria Eyro, sua segunda esposa, que teria sido mandado embora da firma que trabalhava pelo motivo da mesma não gostar de empregado casado.

³⁹² Processos Crimes. 4º Vara crime contra a família. Bigamia. Autos crimes de bigamia José d'Ornellas da Silva. 1912. ATJEPa.

³⁹³ Crime contra a família. 4º Vara. Bigamia. José d'Ornellas da Silva. 1912. ATJEPa.

José d'Ornellas foi para Baião em busca de trabalho, pois poderia ter o apoio de seus primos que lá residiam. Na viagem ele levava a primeira esposa portuguesa, Maria Salete. A descoberta da bigamia se deu quando um indivíduo comunicou a Maria Eyro que o pai de José d'Ornellas havia falecido em Açores. Com o propósito de informar o fato ao marido que se encontrava em Baião, ela procurou a casa onde este morava na capital, ficando sabendo, por pessoas que lá estavam, que o mesmo viajara "com sua família para Baião".

O processo não tem julgamento, porquanto não se sabe o que dele resultou. Mas várias podem ser as questões trabalhadas a partir dos dois casos até aqui expostos. Dentre elas, destaca-se o fato comum envolvendo o defloramento de uma menor. Luís teria casado pressionado pela polícia, em função de ter deflorado uma menor, para logo depois abandoná-la e casar-se novamente; já o português José d'Ornellas já era casado quando deflorou uma menor, sendo forçado a casar-se. Em ambas as situações, portanto, o defloramento e o temor das implicações legais do ato, parecem ter levado ao casamento desses sujeitos.

À exceção do primeiro casamento de José d'Ornellas, os demais aconteceram somente na esfera civil, frente a um juiz de casamento, não tendo portanto o caráter sacramental. Sobre essa questão é interessante como José d'Ornellas usa esse dado em sua argumentação e defesa, alegando que não haveria incompatibilidade entre os dois casamentos que realizara, sendo um no civil e outro no católico, pois a Igreja havia se separado do Estado, o que fazia com que os dois processos fossem diferentes. Na sua narrativa o matrimônio religioso não teria validade jurídica para o Estado e, portanto, ele não teria incorrido no crime de bigamia. E, de fato, o processo não apresentou julgamento.

Como se afirmou, uma das características dos processos de bigamia levantados que chamou atenção referia-se à predominância de migrantes, nacionais e estrangeiros, neles envolvidos.

No caso do português José d'Ornellas, a ausência do passaporte teria facilitado a desinformação sobre seu estado matrimonial. Segundo informou, ao migrar não teria precisado daquele documento, pois viajara na primeira classe do navio, não sendo inquirido sobre seu passaporte. Entretanto, José d'Ornellas tinha família e amigos no Pará que estavam a par de seu casamento com uma mulher também portuguesa, tendo o padrão

ajudado-o a trazê-la para o Brasil. Todos estes fatos poderiam ter dificultado uma possível decisão sua de abandonar a primeira esposa portuguesa, frente à pressão da família e de conhecidos. Por outro lado, a espanhola Maria Eyró não tinha familiares, o que poderia diminuir a pressão sobre o marido para com ela permanecer casado, o que de fato o fez, abandonando-a e deslocando-se para Baião. Da mesma forma, o rio-grandense-do-norte, Luis Leite não possuía família em Belém, nem mesmo uma rede de conhecidos, pois viajava com uma companhia de artistas. Esta situação ajuda a entender como ele pôde casar-se novamente sem que amigos, vizinhos ou parentes questionassem ou viessem a saber de sua condição, só revelada quando este foi preso e a polícia acionou seu histórico, descobrindo o casamento ocorrido após o defloramento de uma menor.

No caso particular do português José d'Ornellas, o primeiro casamento teria sido realizado em Portugal com uma mulher portuguesa, e o segundo em Belém. Já na situação de Luiz Leite, os dois casamentos teriam se passado na capital paraense. Nas duas situações os cônjuges ainda eram vivos quando da realização do segundo casamento, e residiam na mesma cidade, sendo que o noivo português manteve, ainda que por quinze dias, coabitação com as duas esposas ao mesmo tempo. Na situação do rio-grandense Luís, houve primeiramente o abandono da primeira esposa para posteriormente ocorrer o casamento com a segunda, não mantendo ele uma relação de convivência com as duas em igual espaço de tempo.

Em vários momentos desse trabalho mostrou-se de que forma as relações sociais desses indivíduos dos segmentos populares estavam marcadas pela proximidade, por redes de sociabilidade, solidariedade e conflitos. A proximidade da moradia, a coabitação de parentes e agregados, as articulações para conseguir uma morada levando, muitas vezes, à convivência de pessoas de uma mesma naturalidade ou profissão em uma rua ou estância, foram algumas das práticas acionadas por estes indivíduos e famílias. A rede de sociabilidade formada implicou na ajuda mútua, mas também no controle, nas divergências e nos limites às expectativas e comportamentos individuais por parte de parentes e conhecidos.

Foi justamente o conhecimento e a convivência com pessoas do bairro em que morava que levou à denúncia de bigamia do paraense Manoel Fernandes Cardoso, 29 anos, mecânico, residente em Belém, à avenida São João. O *ouvir dizer* foi fundamental para

inibir, neste caso, a prática de Manoel, que recorreu à troca de nomes para não ser reconhecido. Ao casar-se no ano de 1909 com Francisca Salles, 18 anos, também paraense, serviços domésticos, ele assinou como Manoel Fernandes Cardoso. À época, vale lembrar, o mesmo Manoel residia ainda com sua genitora, assim como a menor Francisca. Ambos moravam no mesmo bairro do Umarizal, circulando portanto nos mesmos espaços e relacionando-se com pessoas em comum. Transcorridos 11 anos, em 1920, ele voltou a casar-se, assinando, desta feita, Manoel Felix Cardoso. Sua segunda esposa chamava-se Jovita do Rosário Mendes, paraense, 29 anos, residente no Forte do Castelo, pais falecidos. No período deste enlace, a mãe de Manoel já era falecida e ele tivera dois filhos com a primeira esposa. Segundo um vizinho do casal, Arthur Octavio Pereira, 37 anos, casado, paraense e funcionário público:

“o denunciado era casado com dona Francisca Salles desde o ano de 1909 tendo com ella duas filhas menores...viviã na melhor harmonia...; que no mês passado soube estar o denunciado casado novamente, por ouvir dizer no bairro, causando-lhe isto espanto porque o denunciado continuava a ir em casa de sua primeira mulher se bem que em visitas rápidas de entrada e saída; que sabe que estas visitas tinham o fim de levar roupas para ser lavada.”³⁹⁴

O processo é julgado procedente e Manoel é preso preventivamente, pois tenta fugir para o sul do país sorrateiramente dois anos depois, em 1922.

Percebe-se portanto a importância das relações de conhecimento e proximidade na identificação do indivíduo, no controle e na limitação de suas ações por parte da vizinhança do bairro. Bairro este em que o paraense Manoel vivia antes mesmo de casar-se com a primeira esposa, Francisca, continuando a nele morar após o enlace. Já a segunda esposa residia no bairro da Cidade, relativamente afastado do Umarizal, em área de colonização inicial.

As alianças e redes de ajuda mútua foram importantes para o desvelamento da situação de bigamia na qual Manoel encontrava-se, e suas entradas e saídas rápidas da casa

³⁹⁴ Crime contra a família. 4º Vara Bigamia. Manoel Fernandes Cardoso ou Manoel Felix Cardoso. 28.07.1920. ATJEP.A.

da mulher, destinadas a lavagem de sua roupa, passaram a ser foco de observação e comentários da vizinhança. Em dois meses exercendo essa prática, Manoel foi denunciado.

Os autos e processos crimes de bigamia ajudam a pensar nas diversas formas pelas quais as relações sociais se atualizam estabelecendo ajuda mútua, conflitos e tensões no interior dos segmentos populares. O mesmo padrão que auxiliou o português José d'Ornellas a trazer a esposa de Portugal, demitiu-o ao saber da troca de nomes e do seu segundo casamento com uma menor deflorada, rompendo o jogo de auxílio anteriormente estabelecido. Da mesma forma, o conhecimento do casamento por parte da família poderia ter pressionado José d'Ornellas a não abandonar a primeira esposa portuguesa frente ao novo enlace com uma espanhola, deslocando-se para Baião, onde possuía parentes, a fim de conseguir um emprego.

Por sua vez, a ausência de contatos e alianças familiares e de conhecidos permitiu a não identificação da situação do consórcio de Luis Leite, que vivia um cotidiano itinerante em uma *companhia de cavalinhos*. Como comumente ocorria, Luis abandonou a primeira esposa ao casar-se novamente, sendo sua identidade e condição revelada pelo Estado através do órgão policial. A pressão familiar que levou-o a casar-se com a primeira esposa após seu defloramento não foi suficiente para manter os laços de conjugalidade entre o casal. Igualmente, o fato de sua segunda mulher possuir irmãos não foi o necessário para inibir a violência de Luís, que sempre a surrava. No entanto, em uma dessas agressões a intervenção de um dos irmãos se fez sentir, dando origem à briga que os levou à chefatura de polícia e à descoberta de sua situação matrimonial.

Estes acontecimentos são importantes para se perceber como as alianças entre parentes, amigos, vizinhos e, por vezes, patrões, se estabelecem e se desfazem de acordo com as estratégias e circunstâncias que se apresentam. Os laços familiares, vizinhança, amizade e dependência pressionam os indivíduos, auxiliando-os, marcando suas referências culturais e cobrando-lhes atitudes e valores; mas, ao mesmo tempo, podem por eles ser driblados e rompidos, com comportamentos e opções individuais que se passam no jogo de possibilidades e limites colocados pelas condições materiais. Pois, de uma certa forma, essas situações de bigamia também são possíveis pela fragilidade do patrimônio desses sujeitos, que não impõe maiores restrições e preocupações com herança e transmissão dos poucos bens existentes a herdeiros. Estabelecer ou romper uniões fica, dessa forma,

respaldado pelas relações de afetividade e interesses individuais, e não necessariamente por compromissos de trabalho, negócios e sociedades. Com isto, os rompimentos ou a sobreposição de casamentos podem tornar-se mais fáceis, ágeis e menos formais. E, ainda, a ausência de conhecidos e familiares, a troca de nomes, a busca por mulheres fora da localidade de convivência cotidiana, podem-se transformar em estratégias para minimizar o controle social e levar a efeito inclinações pessoais sem maiores compromissos com a família e a parentela.

Um outro grupo de processos remete a situações de rompimento seguidas de agressão e morte envolvendo casais e seus familiares. Eles reportam aos casos de homicídio ou ferimento causados por suposição de adultério feminino.

Situações como a do paraense José Mendes Pereira, 42 anos, casado, funcionário público, residente à trav. das Mercês, sabendo ler e escrever, que sofreu um espancamento por parte dos irmãos de sua mulher. Segundo ele o fato ocorreu porque:

“ Havendo conhecimento da infidelidade de sua mulher Joaquina Rosa de Oliveira, resolveu no domingo a noite, mostra-la e entregar a sua mai relatando-lhe o facto da infelicidade della, o que de fato o fez, declarando elle respondente na occasião da entrega de sua mulher que não contasse mais com elle para nada. No dia seguinte appareceu na casa delle respondente o irmão de sua mulher de nome Leovigildo e ahi depois de conversarem a respeito da entrega da irmã, mulher do respondente para a casa de sua mai, finda a conversa elle respondente o fez sentir {ilegível} que sua irmã tinha se procedido mal e que por isso ella não o procurasse mais, retirando-se na maior harmonia. Na terça-feira do corrente sua mulher lhe dirigio uma carta, na qual lhe pedia que a fosse buscar porque estava sendo maltratada por seu irmão Leovigildo.... respondeo a carta, e na mesma desenganou a sua mulher que não contasse com elle para nada.”³⁹⁵

Dois dias depois, José foi atacado no caminho de sua casa por seus três cunhados. Um deles, o mesmo Leovigildo citado em seu depoimento, teria afirmado que ele não tinha provas da infidelidade de sua irmã, tendo, a partir daí, iniciado o espancamento.

³⁹⁵ Auto de perguntas feitas a Joaquim José Mendes Pereira. Chefatura de Polícia. Fundo de Segurança Pública. 15.07.1873. Caixa: 1873. APEP.

Não fica claro nos autos o motivo que levou José a desconfiar de sua esposa e devolvê-la a sua família desobrigando-se dos deveres adquiridos pelo casamento. O fim da união estaria simbolizado pela simples devolução da esposa à casa materna. Os esclarecimentos sobre o término do acordo foram prestados ao irmão de sua consorte, que, supostamente, em um primeiro momento, pareceu ter aceitado as condições do cunhado, pressionando-o, logo depois, a retomar a convivência com a irmã. Uma vez que José não tinha intenção de proceder dessa forma, houve o acontecimento que gerou o conflito entre ele e a família de sua esposa. Subjacente à ação dos irmãos de Joanna, encontra-se a relação de troca, defesa e ajuda familiar atualizada na atitude dos mesmos que, apesar dos maus tratos que dirigiam a ela, não deixaram de acionar obrigações intrafamiliares na defesa dos interesses de um de seus membros. Os conflitos e as reciprocidades familiares imbricavam-se com o resguardo da honra a despeito das animosidades e cisões internas.

No caso seguinte as relações passavam pela relação entre o casal e o patrão. O português Avelino Xavier da Costa era caixeiro e residia à trav. 7 de Setembro, em cima da firma onde trabalhava pertencente a José Osório, que também lá morava. Avelino era casado há três anos com Rosa Maria de Jesus, de 23 anos, prendas domésticas, tendo chegado ao Pará em fins de setembro de 1896. Ele veio com a esposa em busca de um trabalho na firma de Emilio Martins. No entanto, no vapor, conhecera Augusto Bello, que já estivera em Belém e indicou-lhe uma pessoa que poderia ajudá-lo a conseguir um outro emprego. Foi então que ele fora apresentado à José Osório, um comerciante português de 31 anos de idade, casado, mas cuja mulher e sobrinho haviam sido mandados para a Europa, pelo que ficou morando sozinho na casa em que habitava. Nessa oportunidade, José Osório ofereceu emprego e moradia ao casal, ficando a esposa de Avelino encarregada de realizar os serviços domésticos e de cozinhar.

Destaca-se, nesse caso, como a rede de sociabilidade funcionava entre conterrâneos, indicando pessoas que podiam ofertar emprego e moradia aos indivíduos em deslocamento para cidades desconhecidas. No entanto, por vezes, os relacionamentos construídos a partir de auxílios e ajuda mútua desembocavam também em situações de conflitos e tensões. Foi assim que Avelino começou a desconfiar das atitudes de seu patrão em relação à sua esposa, passada apenas uma semana coabitando na mesma residência. Segundo ele narra em seu depoimento na chefatura da polícia:

“Mario Ozório, menor sobrinho de [José] Cunha Ozório, e seu caixeiro, disse ao respondente que quando elle sahia, o patrão chegava a porta, olhava para os lados e quando mais não avistava subia para o andar superior, onde estava a mulher do respondente, della voltava passado pouco tempo, cinco ou dez minutos, e de la voltava muito vermelho.”³⁹⁶

Às duas horas e trinta minutos do dia 19 de outubro de 1896, com pouco menos de um mês vivendo no Pará, Avelino foi a mando de José Osório ao Trapiche Belém receber uma partida de borracha, entregando-lhe, para tanto, “uns conhecimentos”. Conforme combinado com o menor que lá trabalhava, Avelino ficou aguardando na esquina da rua, esperando o aceno do mesmo, que logo se deu, ao que ele voltou ao estabelecimento, subindo as escadas “de mansinho”:

“ donde se viu o quarto de seu patrão Cunha Ozório viu sua mulher deitada na cama deste, elle deitado sobre ella, esforçando-se para copular e ella opondo-se dizendo me deixe se não eu grito e fechando as pernas que Ozório procurava abrir com os joelhos. O respondente fora de si, indignado, precipitou-se pela escada abaixo indo ter ao quarto onde vinha saindo sua mulher pondo-lhe uma das mãos, agarrando com a outra Cunha Ozório.”³⁹⁷

Logo em seguida, Avelino desceu para pegar uma faca e feriu a mão do patrão, que declarou em seu depoimento que, neste momento, o empregado teria lhe dito: “estar despedido, portanto podia fazer o que entendesse, seguindo para a porta do estabelecimento onde se achava muita gente.”

O adultério é negado pelo patrão, José Osório, por Mario, o menor que trabalhava de caixeiro na firma e também pela esposa, Rosa Maria, que afirmara que:

“estava a depoente a pontear meias em uma das salas que da para a rua quando apareceu Cunha Ozório que lhe perguntou porque não tinha ido hontem a festividade de Nossa Senhora de Nazareth, a respondente disse-lhe que não fora pó ter seu marido ido com José Marques (rapaz que dorme em casa) a casa da lavadeira buscar um

³⁹⁶ Processos crimes. 3º Distrito Criminal. Ferimentos leves. Caixa: 1896. Doc: 03. Ano: 1896. ATJEP.A.

³⁹⁷ Processos crimes. 3º Distrito Criminal. Ferimentos leves. Caixa: 1896. Doc: 03. Ano: 1896. ATJEP.A.

pouco de roupa e nada mais lhe perguntou Ozório, retirando-se a respondente para a varanda, que a respondente não sentio seu marido entrar, somente dando por elle quando agarrou-a e emppurrou-a. Que Cunha Ozório vae durante o dia poucas vezes ao andar superior onde mora a respondente, a não ser por volta das duas horas da tarde mais ou menos, em que sempre sobe para descansar.”³⁹⁸

Tem-se assim uma situação de conflito gerada entre pessoas com relações assimétricas de hierarquia e relacionamento. A princípio, a relação de troca estabelecida com o menor e caixeiro Mario, sugerida por Avelino, foi rompida frente ao confronto com o proprietário da mesma, a julgar pelo fato dele ter negado em seu depoimento ter dado qualquer informação a Avelino, conforme este havia narrado. A coabitação entre o patrão e o casal de empregados gerou a desconfiança e facilitou a ocorrência do conflito amoroso. A proximidade dos corpos, a moradia e a alimentação partilhada gerrram a fluidez da intimidade, que, se não ocorreu de fato, ao menos foi assim representada pelo marido.

Mais uma vez, a flexibilidade da moradia impunha uma maior exposição e limites à privacidade de trabalhadores como Rosa Maria e Avelino. As condições materiais levavam à necessidade de arranjos domiciliares que passavam pela coabitação, pela convivência com parentes, amigos, agregados e, nesse caso em particular, patrões. Com isso, situações de conflito e tensão podiam ser acionadas, e de fato neste caso o foram, pelo suposto relacionamento do proprietário da firma com a esposa de seu empregado.

Nesta situação tem-se um casal de imigrantes portugueses provavelmente atraídos pelas oportunidades de trabalho abertas pela economia da borracha, empregados em uma firma que lidava com a venda desse produto, que tiveram sua convivência matrimonial marcada pela violência e pela desconfiança, gerando o rompimento das relações de trabalho intrinsecamente ligadas à moradia e à união conjugal.

As ocorrências envolvendo casos de suspeita de adultério em meio aos casais dos segmentos populares não foram difíceis de serem encontradas nos autos e processos criminais pesquisados. Por vezes, o abandono do lar pela esposa, que em alguns casos se dava por maus-tratos, era lido pelo companheiro como envolvimento da mulher com uma segunda pessoa. Foi assim quando Maria Francisca do Espírito Santo, 28 anos, cearense,

³⁹⁸ Processos crimes. 3º Distrito Criminal. Ferimentos leves. Caixa: 1896. Doc: 03. Ano: 1896. ATJEP.A.

lavadeira, abandonou João Ignácio de Oliveira, deixando a casa em que vivia. Segundo ela: “era o dia em que não apanhava uma surra”.³⁹⁹ Após sua retirada, João Ignácio continuou a procurá-la e, uma vez, encontrou Martiniano conversando na rede com Maria Francisca, que, mesmo alegando ser ele um amigo, João Ignácio lhe dissera: Martiniano você não faça pouco de mim, eu deixei essa mulher mas não admitto que você faça pouco de mim”.

A essas palavras, Martiniano fugiu e João Ignácio matou Maria. A desconfiança em torno do suposto adultério da companheira levou ao ato que resultou em seu falecimento. O fato da mulher ter tomado uma decisão e fazer uma escolha, saindo da casa em que vivia com o companheiro, auto sustentar-se em uma nova residência, optar por uma mudança de vida que não passava pela coabitação, o sustento e a convivência com o marido, podia ter graves conseqüências em sua trajetória de vida. Como lembra Chaloub falando das mulheres dos segmentos populares:

“As suas condições materiais de vida, os seus modos de pensar e agir os levavam a praticar uma relação homem-mulher que tendia a uma bipolarização, com uma maior divisão de poder entre os amantes. Isto pressupõe uma mulher mais ativa e independente, o que significaria apenas admitir o tipo de postura que essa mulher tinha de assumir diante da vida em condições tão adversas. Significa também que, mais freqüentemente, as crises amorosas talvez fossem resultado da não aceitação por parte do homem da conduta independente da mulher...”⁴⁰⁰

Argumentação semelhante pode ser encontrada na pesquisa feita por Borelli em meio aos crimes passionais. Para ela, o crime passionai:

“Era uma punição a uma atitude feminina desviante - adultério, traição, insubordinação - e era a reação esperada do homem que tinha uma relação com uma mulher infiel.”⁴⁰¹

³⁹⁹ Processos crimes. 2º Distrito criminal. Homicídio. Caixa: 1886-1888. Doc.02. Ano: 1886. ATJEP.A.

⁴⁰⁰ CHALOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. op.cit., p.164.* Da mesma forma, Lopes, ao discutir os processos de divórcio em Campinas, mostra que a mulher que passou a freqüentar as ruas, ser alfabetizada, participar de festejos, receber salários, começa a ver o casamento e o marido de forma diferenciada: “não mais apenas como provedor, com direitos ilimitados sobre a figura da esposa e dos filhos e chefe de família, mas também como o responsável, ao seu lado, pela felicidade do casal.” LOPES, Cristiane Fernandes. *Quod Deus Conjuxit Homo Non Separet: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no Tribunal de Justiça de Campinas (1890-1934).* (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2002. p.133.

⁴⁰¹ BORELLI, Andréa. *Matei por amor. op.cit., p.95-96.*

A idéia de que a honra masculina estaria depositada no comportamento das mulheres que faziam parte de seu vínculo familiar, permitia com que a suposta perda dessa honra fosse respondida de forma violenta. A agressividade era um dos elementos que deveriam compor a masculinidade, juntamente com a sustentabilidade do lar.⁴⁰²

Se até o momento foram analisados casos em que a desconfiança e a acusação passavam pelo homem em relação a sua esposa, no acontecimento a seguir fora a amásia quem acusara a duplicidade de relacionamento. Luisa Augusta da Silva, 27 anos, costureira, solteira, paraense, não sabendo ler nem escrever, conhecida como *chamunga*, invadiu a casa de Anna Caetana Corrêa, 22 anos, solteira, paraense, serviços domésticos, moradora à trav. do Espírito Santo, sabendo ler e escrever. Segundo o depoimento de Anna:

“achava-se em sua casa a uma hora do dia e foi surpreendida com a entrada da mulher de nome Luiza, amasia do sr. Picanço, como é conhecida, moradora a rua Arcipreste Manoel Theodoro em um sobrado, armada de um chicote com elle espancou a declarante ferindo-a como se acha. Que o motivo porque Luiza assim procedeo segundo conta foi por suspeitar que seu amazio Picanço tivesse relações com ella declarante.”⁴⁰³

Trata-se de um casal vivendo uniões consensuais, sendo Luisa amasia de Picanço, de quem não se sabe o nome completo. Embora informal, o relacionamento do casal era de conhecimento da vizinhança, pois, como narra Anna, Luisa era amasia do sr. Picanço, “como era conhecida”. Frente à possibilidade de traição do amásio, Luisa voltou-se contra a pessoa de Anna a fim de garantir a permanência de sua união consensual, que, se assim era considerada do ponto de vista dos vizinhos, do sacramento ou da lei civil, ela, a propósito disto, lhe atribuíra as mesmas prerrogativas e direitos de uma união formal, ao menos na

⁴⁰² Sobre a questão da honra masculina cf também: VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. *O cotidiano do desvio: defloramentos e adultérios no Ceará colonial (1750-1822)*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica (PUC), 1997. PITT-RIVERS, Julian. “A doença do homem”. In: CZECHOWSKY, Nicole. (org.). *A Honra - imagem de si ou o dom de si - um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&PM, 1992. p.17-32. E, ainda, sobre a violência que os códigos de honra pressupõem, ver: WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. *op.cit.* , p.212-252.

⁴⁰³ Processos crimes. 2º Distrito Criminal. Ofensas físicas leves. Caixa: 1891, 1893, 1894, 1899. Doc: 03. Ano: 1893. ATJEPA.

defesa de sua continuidade e unicidade. O caráter consensual da união não era motivo para abrir espaço ao envolvimento do amásio com outrem.

Os casos de adultério aqui pontuados mostram de que forma a violência tornou-se uma linguagem imbricada pelo gênero. Em torno do masculino, a agressividade vinha associada à defesa da honra, legitimando comportamentos violentos. Em geral, resultava da quebra, ou suposta quebra, dos papéis formais atribuídos à mulher, buscando assim, retomar o controle e a autoridade masculina. Ainda que as mulheres também pudessem usar essa linguagem em suas atitudes, não encontravam o mesmo respaldo na representação social e na prática cotidiana, que aceitava com mais plasticidade o adultério masculino.⁴⁰⁴

Por fim, as situações envolvendo bigamia e adultério foram discutidas com o propósito de ampliar o olhar sobre os relacionamentos amorosos e familiares, à medida que mostraram o conflito, a tensão e a violência enquanto linguagem acionada para a solução de diversos tipos de problemas cotidianos. A violência usada recriou trajetórias, terminou com relacionamentos, possibilitou outros e, não raramente, acabou com vidas.

A partir dos processos de adultério pôde-se conhecer melhor as representações em torno da honra, as práticas justificadas em seu nome, o ideal dos papéis sociais de gênero que subjazem os comportamentos masculinos e femininos. Os autos de bigamia, por sua vez, trouxeram algumas dessas questões, quando indicaram, por exemplo, as tentativas da família de preservar a sua honra ameaçada pelo defloramento de uma irmã ou filha, pressionando o casamento entre o casal. No entanto, eles ajudam a compreender, mais propriamente, como funcionava o controle da vizinhança, da família e dos conhecidos no comportamento amoroso dos indivíduos. E ainda, de que forma a inexistência de parentes e de amigos, a distância espacial e a ausência de patrimônio poderiam ser elementos que facilitavam o estabelecimento e a manutenção da bigamia, o início e o fim de uma união. A seu tempo, a pressão social poderia concorrer para a descoberta da situação de duplicidade conjugal e a tentativa de manutenção da ordem dominante. Contudo, nem sempre ela conseguia cercear as escolhas e vivências individuais que fugiam aos padrões de comportamento legítimos, e levavam à manutenção de casamentos sobrepostos.

⁴⁰⁴ Sobre a maior aceitação do adultério masculino em função da dupla moral existente na sociedade, ver: LOPES, Cristiane Fernandes. *Quod Deus Conjuxit Homo Nom Separet: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no Tribunal de Justiça de Campinas (1890 -1934)*. op.cit., p.100.

* * *

Com isso, procurou-se dar conta da vivência das pessoas e famílias dos grupos populares, a partir da experiência surgida em torno do grupo de convivência composto por parentes, vizinhos e conhecidos. A dinâmica que marcou o cotidiano desse grupo esteve colocada nas atitudes de troca e ajuda mútua, mas também de tensão e conflito que foram acionados de acordo com as situações particulares apresentadas.

Com esse intuito, foi mostrado de que forma os indivíduos estabeleceram redes de sociabilidade que minimizavam as incertezas do cotidiano em uma nova localidade, indicando locais de moradia, trabalho; assegurando o casamento entre pessoas da mesma naturalidade; tornando tênue a fronteira entre a intimidade e a publicidade da domesticidade vivida no domicílio; organizando espaços de moradia com famílias inteiras da mesma origem; mantendo referências pessoais e acionando relações de amizade iniciadas nas localidades de origem e mantidas após o deslocamento.

Os relacionamentos amorosos foram analisados nos aspectos relativos ao namoro e ao noivado, assim como na conjugalidade e no estabelecimento das uniões informais, do matrimônio e do casamento civil. A circularidade dos parceiros, a plasticidade que envolvia os namoros marcados pela prática sexual, a presença tolerante das uniões consensuais e a informalidade que marcava o fim de muitas das relações foram elementos que ajudaram a pensar a particularidade da vivência amorosa dos casais e das famílias em meio aos populares. Uma especificidade pontuada pelas condições materiais de vida, pelas referências culturais e opções individuais. Esta especificidade permitia às mulheres trabalhadoras manterem sua auto-subsistência, mesmo que precariamente, tornando-se supostamente menos dependentes do controle masculino e mais livres para exercer suas escolhas pessoais. No entanto, a quebra de papéis sociais formalmente estabelecidos podia resultar na violência como linguagem usada para retomar o controle sobre a resistência implementada.

Tal especificidade possibilitava a convivência criada a partir de uniões consensuais, marcadas por uma maior ou menor estabilidade. O que não implicava, contudo, na recusa

às uniões legítimas ou sacramentais, muitas vezes acionadas depois de um longo tempo de vivência conjugal.

Por tudo isso, se as diversas situações investigadas indicaram as especificidades na prática social e nas representações dos segmentos populares, também trouxeram à tona as semelhanças com valores e comportamentos próprios da cultura dominante, mostrando, assim, o diálogo cultural existente entre eles. O que não significa dizer que essas referências culturais foram experimentadas de forma homogênea nesses grupos, nem tampouco no interior do próprio grupo. Mesmo que assimiladas, elas ganharam novos contornos diante da realidade vivida e dos limites e possibilidades que ela enseja, e foram essas semelhanças e singularidades que se procurou mostrar ao longo desse capítulo.

Da mesma forma, esta parte da tese teve a preocupação de indicar os padrões de casamento, suas tendências e flutuações encontradas na massa da população. Para que essa discussão pudesse ser feita, foi analisada a política da Igreja em relação ao matrimônio, com destaque para as mudanças ocorridas neste período onde ocorre a separação desta Instituição com o Estado. Paralelamente a esta alteração, há ainda a elaboração da lei do casamento civil e, posteriormente, do código civil, definindo melhor os parâmetros da separação entre as instituições e as premissas do Estado sobre a formação das famílias.

Em relação às tendências de casamento encontradas, ganham destaque as alianças matrimoniais estabelecidas preferencialmente com pessoas da mesma naturalidade nas paróquias de Belém, à exceção dos portugueses; a idade tardia de casamento dos noivos em relação às noivas; e, finalmente, a dificuldade de recasamento das mulheres.

Mostrou-se igualmente de que forma o registro de legitimidade aumenta em meio à família dos noivos e noivas, crescendo consideravelmente entre os anos percorridos pela pesquisa, sugerindo uma política de incentivo da Igreja em relação ao casamento, particularmente frente ao questionamento de sua função como única Instituição formadora de famílias legítimas e, ainda, o incremento da economia local, facilitando o estabelecimento e a manutenção familiar.

Uma vez concluídas as discussões acima pontuadas, a aproximação com o objeto da pesquisa passa a ser feita, a partir de agora, através das famílias da elite, observando de que formas elas estabeleceram suas práticas e valores relativos ao casamento e às relações familiares.

PARTE III
CASAMENTO E RIQUEZA ENTRE AS ELITES

CAPÍTULO VI – CONFIGURANDO PERFIS E FORTUNAS

Cabe, deste capítulo em diante, investigar o casamento a partir de um recorte que toma como referente um grupo social distinguido pela posição social e a fortuna. Eles compõem o segmento dos proprietários, que fazem parte da elite local definida a partir dos critérios de *status*, poder e riqueza.⁴⁰⁵

Muitas das suas práticas e concepções em torno do casamento, do noivado e do namoro passavam pelos papéis socialmente constituídos como legítimos. As imagens femininas estavam marcadas pela construção de uma identidade que mantinha a ligação com as atividades familiares, a formação educacional e intelectual enquanto extensão do papel de esposa e de mãe; o pai e marido provedor e responsável pelo lar. As famílias da elite atualizaram e produziram essas práticas e representações sociais. No entanto, alguns de seus membros também apresentaram formas alternativas de vivenciá-las, recusando-se a manter certas expectativas e papéis.⁴⁰⁶

Para se manter o controle sobre esses papéis em uma cidade que crescia aceleradamente e via sua sociabilidade espargida, normas e preceitos foram estabelecidos visando à vigilância do comportamento dos indivíduos e das famílias.

Muito dessa vigilância passava pela crítica a costumes lidos como modernos que se contrapunham a experiências e representações de papéis sociais tradicionais. Práticas como o *flirt*, o namoro fugidio das *soirées*, as palavras prosadas dos homens *almofadinhas* e a dissimulação das *melindrosas*, com suas paixões ardentes e superficiais, foram constantemente tratados com desconfiança, como símbolos de uma modernidade a ser combatida.⁴⁰⁷

⁴⁰⁵ BURKER, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁴⁰⁶ A construção dessas imagens e papéis sociais, bem como a resistência a eles, pode ser encontrada em inúmeras pesquisas que tratam do período desse trabalho, entre elas pode-se citar: PERROT, Michele. “Figuras e papéis”. *op.cit.*, p.121-186. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX.” In COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina. (org.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: Vértice/Fundação Carlos Chagas, 1989. p.79-100. PEDRO, Joana Maria. *Mulheres faladas e Mulheres honestas: uma questão de classe*. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

⁴⁰⁷ Almofadinha dizia-se do indivíduo que gostava de recitar versos e fazer galanteios para todas as mulheres, sem concentrar-se em uma só. A melindrosa, por sua vez, era a jovem que freqüentava as festas, matinês de cinema e o *footing*, flertando com vários rapazes, sem igualmente assentar-se com nenhum. Acerca do *flirt* e

Esses comportamentos eram pensados, muitas vezes, como uma ameaça ao relacionamento pautado no *amor razão* com regras estabelecidas, afastado das intempéries da paixão fugidia, das possíveis escolhas “imprudentes” do *amor paixão*.⁴⁰⁸ Os encontros deveriam ser vigiados pela família, ocorrer dentro dos lares, e não nas salas de recitais, na Rua Conselheiro João Alfredo, nas matinês do cine Olímpia, ou mesmo na calçada do Grande Hotel, nas festas da Assembléia Paraense, do *tedium* do *Sport Club* e da Tuna Luso, todos eles espaços de sociabilidade das pessoas bem-sucedidas da época, onde se realizava o *flirt*.

Entretanto, a despeito das tentativas de controle do comportamento e da moral dos indivíduos e a desconfiança que esses espaços de sociabilidade urbana geravam, eram neles que os pares da elite local circulavam, se reconheciam, iniciavam e divulgavam à sociedade seus novos romances, consolidavam namoros e comemoravam os sponsais.

A visibilidade do relacionamento amoroso não se encerrava nos círculos familiares envolvidos, deveria ganhar as ruas, ser exposto para o conjunto da sociedade, como uma forma de manter e divulgar o capital simbólico dos indivíduos. Era necessário demonstrar formas de comportamento particularizadas, distintivas de uma classe social. E isso incluía frequentar os meios e festas elegantes, realizar e divulgar, nas revistas e jornais locais: namoros, noivados, casamentos, nomeações em cargos, viagens realizadas para fora do estado e do país, fossem elas de férias, a negócio ou a estudo.

Todas essas práticas eram sinais claros de posição social elevada e distintiva de pertencimento dos indivíduos que passava pela riqueza familiar, pelo seu poder e *status* social, reforçando a imagem e a hierarquia frente aos pares e aos demais segmentos da população. Da mesma forma, além dessas, outras estratégias foram igualmente usadas pelos indivíduos e famílias para ascenderem ou se manterem socialmente. As alianças de casamento, a educação, os mecanismos de manutenção dos bens através da transmissão da herança e de contratos antenupciais e de dotação foram algumas dessas estratégias.

do namoro, bem como do uso dessas expressões, cf: CANCELA, Cristina Donza. “Relações familiares em Belém (1890-1940)”. In: BEZERRA NETO, José Maia & GUZMAN, Décio Alencar (org.). Terra Matura: Historiografia & História Social na Amazônia. Belém: ed. Pakatatu, 2002. p.407-420. Sobre a imagem da melindrosa como a mulher que cultiva a própria imagem e a forma como ela vai ser combatida na imprensa, ver também. RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo. op.cit., p. 63-64.*

⁴⁰⁸ Sobre as questões relativas às representações do amor em Belém entre 1890 a 1940. Cf. CANCELA, Cristina Donza. “Relações familiares em Belém (1890-1940).” *op.cit.*

Nesta parte da tese pretende-se conhecer melhor a relação entre as famílias proprietárias, com fortunas pautadas em diferentes atividades econômicas, as alianças que estas estabeleceram e a transformação dos signos de riqueza patrimonial. Do mesmo modo, será delimitado o perfil de alguns proprietários dando conta da diversidade existente na composição desse grupo no que diz respeito à renda, à origem e ao prestígio. E, ainda, serão discutidas as práticas e valores para manter, reforçar e aumentar o patrimônio e a posição socioeconômica, particularmente no que se refere à transmissão de herança e dotação dos nubentes.

6.1. Famílias: tradição, comércio e transformação da riqueza

Como ocorreu em outras localidades brasileiras, o comércio tornou-se a atividade mais viável aos estrangeiros, uma vez que a posse da terra, para o desenvolvimento de atividades agrícolas e pastoris, estava centrada nas mãos das famílias tradicionais.

Vale destacar que famílias de proprietários como Chermont, Bezerra, Lobato, Miranda, Pombo e Monard possuíam grandes áreas de criação de gado, engenhos de açúcar e olarias, nas diversas localidades da Ilha do Marajó, em Belém e seus arredores.

A ocupação destas terras remonta à concessão de sesmarias por parte da Coroa portuguesa à época da colonização. Muitas delas pertenciam inicialmente à ordem dos jesuítas. Com a expulsão desses religiosos, as propriedades foram seqüestradas e transferidas pela Coroa a particulares, tornando-se a base econômica de famílias como as acima destacadas.⁴⁰⁹

A atividade de extração da borracha, a princípio, gerou desconfiança de setores do governo e das famílias proprietárias tradicionais, que apontavam essa atividade como prejudicial ao desenvolvimento da província, uma vez que desviava a mão-de-obra das plantações agrícolas e das fazendas de criação de gado. O prejuízo à agricultura, segundo esses setores, refletia-se na escassez e no aumento do valor dos alimentos na capital e localidades do interior do Estado. Por outro lado, por ser uma atividade realizada por

⁴⁰⁹ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, [1983]1993, p.58.

indivíduos em áreas dispersas de florestas, a extração não viabilizaria o povoamento e a formação de núcleos urbanos, como a agricultura.

Já no ano de 1870, em seu relatório à assembléia legislativa da província, o presidente Abel Graça destacava o que denominou “o mal da borracha”, que, segundo ele: “tira os braços da agricultura, que povoa as vilas do interior; agora, essas vilas estão despovoadas, os moradores do interior ao invés de fornecerem produtos para a capital, os compram.”⁴¹⁰

Por trás dessa hostilidade à extração da goma elástica estava o fato de parte do grupo voltado a essa atividade ser formado por pequenos proprietários autônomos, como ocorria na região das Ilhas. Estes setores não estavam ligados às famílias tradicionais e aos cargos de administração e influência política da Província. Criadores de gado, donos de engenho e plantações viam com restrição a forma pela qual a população livre pobre realizava a extração de forma dispersa pela mata, com ritmo próprio de trabalho e técnicas tradicionais. Para Batista, a animosidade e as propostas presentes nos relatórios dos presidentes de província em relação à borracha:

“Longe de indicar uma hostilidade em relação ao setor econômico que mais se expandia então, tais propostas deixam transparecer um desejo de controle social sobre a população livre pobre, controle este que, para setores da elite local seria possível através do remodelamento das práticas de trabalho vinculadas ao extrativismo.”⁴¹¹

A autora segue afirmando que:

“Os projetos políticos voltados para o desenvolvimento do Grão-Pará não eram contrários ao crescimento da produção e da comercialização da borracha durante as décadas iniciais desse fenômeno (...) As crescentes rendas geradas pela goma elástica proporcionaram um aumento, sem precedentes, dos cofres públicos. Torna-se difícil

⁴¹⁰ PARÁ – RPP. Abel Graça. Relatório apresentado à assembléia legislativa provincial na 2ª sessão da 17ª legislatura. Pará: typ. do Diário do Gram-Pará, 1871. p. 48-49.

⁴¹¹ BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: Elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850- c.1870*. (Dissertação) Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.*op.cit.*, p.240.

pensar, portanto, que esses recursos fossem ignorados pelos homens da política.”⁴¹²

Percebe-se assim, a importância que os negócios associados à borracha adquiriram na economia local, justificando o crescente envolvimento da população e da elite em sua exploração.

É interessante observar que, nos inventários levantados junto ao ATJEP, referentes à década de 1870 e primeira metade de 1880, em poucos deles há registro de estradas de seringueiras nos legados dos indivíduos inventariados. Verifica-se, entretanto, que aqueles abertos a partir de 1885 trazem essa informação de forma não apenas mais corriqueira, como também detalhada, pormenorizando o número de estradas, a área de terra demarcada e o fato de possuir, ou não, o título da terra.

É possível que, em algumas das terras relacionadas nos inventários anteriores àquela data, não houvesse, de fato, estradas de seringas a declarar. No entanto, outros fatores podem igualmente justificar tal minimização no registro desse dado.

Um primeiro fator estaria associado às Leis Imperiais da Terra, de 1850, que tornou necessária a justificação da ocupação da propriedade através de plantação de lavoura ou cultivo de árvores frutíferas, a fim de garantir a posse. A seringueira, árvore silvestre, não se enquadrava como benfeitoria, portanto não legitimava a posse da propriedade, não sendo necessário arrolá-las nos inventários. Daí a preocupação em enumerar as árvores frutíferas, os cacauais, os pés de café, os engenhos e seus utensílios, as palhoças, trapiches, igarités e, ao mesmo tempo, a despreocupação em arrolar a existência de seringueiras.

Some-se a isso um segundo fator, que estaria associado ao fato de que os proprietários de engenhos e fazendas de gado não enveredaram imediatamente no negócio da borracha. Assim, muitas vezes, mesmo havendo estradas de seringas em suas terras, essas não eram sistematicamente exploradas, o que é um elemento a mais para se entender a ausência de referência a essa espécie nos inventários.

Foi necessário haver o crescimento da demanda da borracha, o maior destaque e valor conferido a este produto, um volume maior de negócios e casas comerciais e o aumento da influência política dos comerciantes a eles ligados, para que a elite de proprietários, particularmente aqueles pertencentes às famílias tradicionais, enveredasse mais estreitamente por esse comércio.

⁴¹² *Idem, ibidem. p.252.*

Especialmente essas famílias vão, ao longo da segunda metade do século XIX, iniciar a extração desse novo produto em suas terras, ao mesmo tempo em que passam a formar e/ou associar-se às firmas comerciais já existentes ligadas ao negócio da borracha, ou a ele correlatas. Em muitos casos, como mencionado em outros momentos, elas continuaram conjugando a atividade agrícola e/ou pastoril com a extração de seringa, como ocorreu com a família Pombo. Essa foi também a trajetória de uma tradicional família de pecuaristas do Marajó, *os Lobato*. No inventário aberto em 1899, de Maria Barbosa Lobato, esposa de José Mathias Lobato, encontra-se na declaração de bens as terras localizadas na comarca de Afuá (Ilha do Marajó). Nessas terras, a família possuía, juntamente com as cabeças de gado e benfeitorias, estradas de seringueiras exploradas.⁴¹³

Fica aqui destacado a partir dos casos emblemáticos das famílias acima pontuadas como, pouco a pouco, as tradicionais famílias proprietárias de engenho, fazenda de gado e, algumas delas, com comércio, enveredaram pelo negócio da borracha, seja participando de sociedades comerciais, seja através do casamento de seus membros com comerciantes, em grande parte estrangeiros, como se detalhará mais à frente.

Essas ações fizeram com que, gradativamente, a resistência inicial apresentada pelos grupos da elite local, frente aos recentes migrantes que enriqueciam com o negócio da borracha, fosse se arrefecendo. E, cada vez mais, estar associado às atividades da extração passava a ser símbolo de prestígio e fortuna.

6.1.1. Signos de riqueza familiar: permanências e mudanças

Uma vez feita uma primeira caracterização do grupo de proprietários que compunham a elite local, com as suas especificidades e o jogo de tensões e acomodações de expectativas existentes entre eles, cabe discutir de que forma a expansão mercantil vai estar refletida nas mudanças do perfil da riqueza e do patrimônio desses indivíduos e famílias.

O fim da mão-de-obra escrava, o crescimento do número de firmas comerciais com o fortalecimento de uma elite de comerciantes, a diversificação dos bens, serviços e oportunidades de trabalho, o incremento da instituição bancária e das sociedades por ações, refletem-se nos bens que agregam riqueza. Como lembra Mello: “A mudança nas formas de

⁴¹³ Inventário Maria Barbosa Lobato. Maço 14. Ano: 1899. ATJEP.

riqueza manifesta, mais imediatamente, alterações estruturais na organização econômica da sociedade.”⁴¹⁴

Com esse pensamento, procurou-se observar de que forma o patrimônio e a fortuna das famílias proprietárias refletiram essas mudanças nas condições socioeconômicas, possivelmente atualizadas na valorização de alguns bens em detrimento de outros e na ascensão de novos tipos de investimento, com a conseqüente recriação de alguns signos de valor, prestígio e poder. Foi com esse propósito que se efetuou a análise dos legados contidos nos inventários; afinal, ainda citando Mello:

“O modo como se compõe o “portfólio” dos indivíduos encontra-se em íntima conexão com a sociedade: a propriedade de terras, casas, móveis, animais, variados tipos de bens, e sua participação na riqueza total devem refletir não só as características da sociedade, mas alguns de seus movimentos. Se os informes não são representativos, necessariamente da população “viva”, o são da história das famílias.”⁴¹⁵

Foi o movimento dos signos de riqueza que se procurou aqui demarcar, começando-se por dizer que, entre os principais bens contidos nos legados, ao longo das décadas de 1870-80, constavam os escravos arrolados como *bens semoventes*, juntamente com as terras e as benfeitorias realizadas nas propriedades.

Em relação aos escravos, vale dizer que um cativo entre 17 (dezessete) e 30 (trinta) anos de idade, com boa saúde e uma profissão, comumente era avaliado em algo em torno de um conto de réis (89£), na década de 1870.

No conjunto de 101 (cento e hum) inventários pesquisados, relativos à década de 1870, em 54% deles, portanto um pouco mais da metade, havia o arrolamento de escravos entre os bens descritos, perfazendo um total de 373 indivíduos.

A maior parte desses escravos pertencia a cerca de cinco grandes proprietários que, em sua maioria, eram donos de engenhos.⁴¹⁶ Dentre deles encontrava-se o coronel Antonio Francisco Corrêa Caripuna, natural da então *Villa de Igarapé-Miry*. Seu engenho,

⁴¹⁴ MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfozes da riqueza*. São Paulo, 1845-1895. São Paulo:Hucitec/Secretaria municipal de Cultura, 1985. p.26.

⁴¹⁵ MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfozes da riqueza*. *op.cit.*, p.28.

⁴¹⁶ Vale lembrar que esta mesma concentração de cativos nas mãos de alguns poucos proprietários foi encontrada por Mello nos inventários paulistas. *Idem. ibidem*. p.107.

localizado na mesma vila, possuía maquinário e utensílios para funcionamento de olaria e alambique. Os 47 (quarenta e sete) escravos arrolados em seu inventário equivaliam a um total de 36% de seus bens. Esse valor era apenas 4% menor do que a avaliação feita dos dois engenhos de sua propriedade, aí somadas as maquinarias, os utensílios e as demais benfeitorias como trapiches, casas e pontes. De uma maneira geral, o patrimônio destes coronéis era composto pelos escravos, engenhos e algumas sortes de terras, juntamente com casas e terrenos localizados em Belém.

Em relação aos proprietários de fazendas de gado, somavam-se aos bens acima destacados os inúmeros animais e, por vezes, barcos utilizados para o transporte dos mesmos. Quando da morte de sua mulher Maria Bárbara, em 1872, o então presidente da câmara municipal de Soure, o major da guarda nacional Francisco Xavier Pereira de Mello, possuía várias fazendas de gado naquele município, localizado na Ilha do Marajó. Faziam também parte de seu patrimônio um total de 17 (dezesete) escravos, alguns residentes nas fazendas, outros em Belém, que juntos corresponderam a apenas 6% do legado da família, aí incluídos os bens de raiz, o gado e os móveis. Embora pecuaristas no Marajó, a família possuía várias casas em Belém, além de investimentos em ações da Companhia Urbana dessa cidade.⁴¹⁷ Neste caso, o número de apenas 17 (dezesete) escravos pertencentes a este rico fazendeiro é bem inferior àquele encontrado nas terras do proprietário de engenho Antonio Francisco Corrêa Caripuna, que foi de 47 (quarenta e sete), embora Francisco Xavier Pereira de Mello possuísse um número maior de propriedades e fazendas de criação de gado.

Escravos, terras com suas benfeitorias, animais e barcos para seu transporte constituíam-se nos bens mais valiosos encontrados nos legados desse decênio. É curioso como nesses autos ainda se encontra a descrição pormenorizada de móveis, utensílios domésticos, roupas, objetos de uso pessoal, imagens sagradas e jóias, um costume que vai, pouco a pouco, perdendo espaço nos documentos das décadas seguintes, onde a descrição desses itens tende a desaparecer, ou ser feita de forma global, sem detalhamento, com exceção das jóias e objetos de prata e ouro.

Na década de 1880, os signos de riqueza permaneceram os mesmos da década anterior. No entanto, alguns elementos já começavam a se diferenciar. Exemplo disto pode

⁴¹⁷ Inventário Maria Bárbara Gemaque Pereira de Mello. Caixa: 1872. Ano: 1872. ATJEP.A.

ser encontrado no fato de que a presença de escravos arrolados nos inventários deste período, embora ainda ocorresse, sofre um decréscimo, até mesmo por conta dos fatos que antecederam o fim do trabalho escravo, como o término do tráfico, as recorrentes fugas, o aumento no número de libertos e as vendas de cativos para as demais províncias brasileiras.⁴¹⁸

Com isso, os legados contendo escravos arrolados concentraram-se nos anos de 1880 e 1881, havendo uma diminuição considerável nos demais anos posteriores a essa data e anteriores a 1888, quando do fim do trabalho escravo.

E ainda, se no decênio anterior em 54% dos legados havia referência à existência de cativos, durante a década de 1880 esse número cai para 34%.⁴¹⁹ Não apenas o número de legados contendo escravos foi reduzido, o próprio número de cativos existentes no patrimônio também sofreu um decréscimo considerável na década de 1880, em relação a 1870, passando dos 373 (trezentos e setenta e três) anteriormente citados, para 153 (cento e cinquenta e três), ou seja, 51% a menos de indivíduos. Por outro lado, assim como na década anterior, observou-se a concentração de cativos em poder de alguns poucos proprietários. Basta destacar que cerca de 40% do total de escravos arrolados nos inventários pertenciam a cinco indivíduos, de famílias distintas das anteriormente encontradas para o decênio de 1870.

À diminuição gradativa no número de escravos nos legados das décadas de 1870-80 aliaram-se outras mudanças e permanências, que passam a ser destacadas. O inventário de José Joaquim Alves Picanço é bastante exemplar no que diz respeito a essa questão. Proprietário de um plantel significativo de escravos e de um engenho de moer cana, onde havia maquinário de olaria, serraria e marcenaria, declarou em suas terras a existência de estradas de seringais.⁴²⁰

Assim como José Picanço, outros proprietários de engenhos e escravos da década de 1880 começam a declarar mais recorrentemente a existência dessas espécies em suas terras,

⁴¹⁸ Este mesmo processo pode ser encontrado em capitais como São Paulo. Ver NAZZARI, Muriel. *O declínio do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.153.

⁴¹⁹ Vale destacar que, para o período de 1870, foram consultados 102 (cento e dois) documentos contra 112 (cento e doze) do decênio de 1880, o que, proporcionalmente, torna aquele percentual expressivo, mesmo que se considere que o número de anos em que cativos apareceram nos legados nesta última década foi menor do que a anterior, tendo em vista a abolição do trabalho escravo em 1888.

⁴²⁰ Inventário José Joaquim Alves Picanço. Caixa: 1880. Ano: 1880. ATJEP.A.

ou ainda, a sociedade em firmas e casas aviadoras. É o que se depreende do inventário de D. Maria Josepha de Brito Antunes, esposa do comerciante Bernardo Antonio Antunes, que teve seu inventário aberto em 1882. Seu marido possuía uma das maiores casas de aviamento do Pará, e seus bens estavam compostos de pequeno número de escravos, prédios, sobrados e ações.⁴²¹

Como se disse, pouco a pouco, móveis, imagens de santo e utensílios foram sendo retirados das avaliações, prevalecendo os bens de raiz, os investimentos em seguros, ações e liquidação de firmas comerciais, dinheiro em conta corrente e na caderneta da Caixa Econômica.

Chegando à década de 1890, vê-se que estradas de seringais, casas de aviação e firmas comerciais passam a ser mais freqüente nos legados, tendência essa que persiste até a década de 1920. Por outro lado, a compra de ações, juntamente com a aquisição de imóveis urbanos, constituíam-se nas formas mais comuns de emprego de capital. Esse fenômeno não é particular da economia local, podendo ser encontrado em cidades como São Paulo:

“ Ao tomar os elementos constitutivos de fortuna pessoal, vemos que ao declínio da participação dos escravos corresponde o aumento da propriedade imobiliária. Mas não foi somente esta que ampliou seu lugar na riqueza; novas formas, os valores mobiliários, particularmente as ações aumentam sua participação.”⁴²²

No que diz respeito ao mercado de ações, vê-se seu crescimento em Belém a partir da ampliação das instituições fornecedoras de crédito para investimento. Na década de 80, por exemplo, tem-se a fundação, na capital, do Banco do Pará, Banco de Belém e o fortalecimento do Banco do Comércio. Nessa mesma década, implementam-se sete novas firmas seguradoras.⁴²³

⁴²¹ Sobre a firma de B.A. Antunes & Cia. cf. WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência. op.cit., p.176.*

⁴²² MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza . op.cit., p.87.*

⁴²³ Perrot aponta para essa mesma tendência existente na França da segunda metade do século XIX, onde aumenta a atração pelas aplicações com o desenvolvimento das sociedades anônimas. Os títulos financeiros passariam a substituir a renda fundiária. PERROT, Michelle. “Funções da família”. In: PERROT, Michelle. *História da vida privada IV: da revolução francesa a primeira guerra.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.107.

As ações de banco, juntamente com as das companhias de seguro e empresas prestadoras de serviços, eram as preferencialmente compradas. O investimento em ações ocorrido com a expansão da borracha chegou a render até 31% sobre o valor inicial empregado.⁴²⁴

A tabela abaixo permite uma melhor visualização da dimensão do investimento em ações que aparecem nos legados dos inventários consultados:

TABELA XI – PERCENTUAL DE INVENTÁRIOS COM REGISTRO DE AÇÕES NO LEGADO			
Décadas	Número total de Inventários	Quantidade de inventários com ações	Percentual
1870	101	10	10%
1880	112	11	10%
1890	222	30	13,5%
1900	221	44	20%
1910	286	50	17,5%

Fonte: Cartório Odon Rhossard. Inventários (ATJEPA-1870-1920)

Essa tabela demonstra o crescimento no investimento do mercado de ações em Belém, que chega mesmo a duplicar na década de 1900, quando comparado ao de 1870. Mas quem eram as pessoas que ingressam nesse novo tipo de investimento?

Figuravam nesse grupo donos de seringais, proprietários de firmas de aviamento, donos de indústria, donos de fazendas de criação de gado e proprietários de engenho.

Entretanto, a despeito da grande quantidade dessas pessoas possuírem legados volumosos, encontraram-se 32 (trinta e dois) inventários de pessoas que possuíam pequenos valores a serem partilhados, que também fizeram algum investimento na compra de ações. Nesse grupo listavam-se, principalmente, militares, funcionários públicos, profissionais liberais e proprietários de pequenas firmas comerciais.

Nesta situação tem-se o exemplo de Mauricia Coutinho, que faleceu em 1910. Na partilha, o único bem arrolado foram as 10 (dez) ações do Banco Comercial do Pará no valor de quatrocentos e vinte réis (0,0287£).⁴²⁵ Ou ainda, Maria do Carmo Cardozo, cujos bens perfizeram um total de sete contos, quinhentos e sete mil réis (719£). O marido, dono

⁴²⁴ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. op.cit., p.107.

⁴²⁵ Inventário Mauricia Coutinho. Maço 37. Ano: 1910. ATJEPA.

da Farmácia Galeano, declarou que, juntamente com as 6 (seis) ações do Banco do Pará que possuíam, somavam-se 4 (quatro) terrenos, móveis e jóias, além de um prédio.⁴²⁶

O reflexo da influência dessas novas formas de investimento no perfil e volume dos bens e dos signos de riqueza das pessoas à época pode também ser observado no item *seguro de vida*. Entre as décadas de 1870 e 1880, esse investimento não apareceu na partilha dos 213 (duzentos e treze) inventários levantados. Entretanto, ele estava presente em 4,5%, dos 222 (duzentos e vinte e dois) inventários arrolados para a década de 1890. Nos anos subsequentes, esse percentual vai ser multiplicado. Assim, nas décadas de 1900 e 1910, onde temos um total de 507 (quinhentos e sete) inventários, esse número oscila entre 9,5% e 8,5%, respectivamente.⁴²⁷

Juntamente com o investimento em ações e seguros de vida, a compra de imóveis em áreas urbanas centrais e da periferia da cidade cresce no patrimônio das famílias, sendo este um dos investimentos mais requisitados pela elite local. Era comum a pessoa ser proprietária de várias casas e terrenos de diferentes dimensões e qualidade, o que reitera a idéia de que a compra desses imóveis era realizada para efeito de investimento. O quadro abaixo mostra que a relação de proprietários com mais de uma residência é superior, em quase todas as décadas, ao número daqueles que possuíam apenas uma casa:

QUADRO VII – NÚMERO DE CASA DOS INVENTARIADOS			
Ano	1 casa	Mais de 1 casa	Não especificado
1870	39%	53%	8%
1880	47%	48%	5%
1890	43%	28%	28%
1900	41%	57%	1,5%
1910	46%	53%	0,6%

Fonte: Cartório Odon Rhossard. Inventários (ATJEPA-1870-1920)

Muitas vezes, a compra de bens de raiz dava-se em áreas distantes dos bairros mais tradicionais de Belém, ou ainda, em áreas recém-ocupadas, como as ruas do *Marco*, do *Umarizal*, do *Jurunas* e da *rua grande da Pedreira*. Essa situação pode ser encontrada no inventário do médico José da Gama Malcher, que por diversas vezes foi vereador na câmara municipal de Belém, além de intendente da cidade na década de 1890. Quando de

⁴²⁶ Inventário Maria do Carmo Gomes Silva Cardoso. Caixa 1890. Ano: 1890. ATJEPA.

⁴²⁷ Inventários ATJEPA.

suas funções administrativas, “rasgou as estradas, hoje avenidas povoadas, dos bairros Batista Campos, São João, Umarizal, até o perímetro entre Nazaré e o cemitério de Santa Izabel: prolongou a travessa São Matheus até a baía do Guajará e a Doca de Souza Franco, além do bairro do Reducto.”⁴²⁸ Ao falecer, em 1882, José Malcher possuía dois sobrados em uma das principais artérias da cidade, a rua do Imperador, onde deveria morar com a família. Juntos, estes dois imóveis foram avaliados em cento e dez contos de réis (10.312£), aos quais se somaram os diversos terrenos e casas, próximos às ruas acima descritas que José Malcher “ajudou a rasgar” na cidade.⁴²⁹ Muitos deles estavam localizados no bairro denominado *Jurunas*, pouco urbanizado e formado por casas de madeira e palha, porém com excelente localização, pois se encontrava perto dos principais bairros e ruas da cidade, configurando-se em uma área em expansão.

Poderiam ser citados vários inventários de pessoas que possuíam casas e terrenos nas ruas recém-cortadas da cidade. No entanto, o inventário de José Malcher deixa bem claro o caráter de investimento desses imóveis pela elite belenense, priorizando os bairros mais distantes, sem muita infra-estrutura e de povoamento hodierno.

Embora a posse de casas variasse em média entre dois a sete imóveis por indivíduo, encontrou-se situações de proprietários com 29 residências. Esse é o caso do português Antonio Maia que, em 1877, possuía um total de 29 imóveis, sendo a maioria de porta e janela, ou mesmo um quarto de casa, como eram descritas.

Há uma certa dificuldade de se estabelecer o uso destinado a esses imóveis por parte dos proprietários, pois apenas em alguns inventários encontra-se referência a quantias de dinheiro especificadas como *aluguel de casa e/ou prédios*. Naqueles em que essa especificação não ocorre, não há como saber se as inúmeras casas de um indivíduo estão, ou não, alugadas para terceiros.

Entretanto, a partir de um auto judicial datado de 1871, aberto pelo mesmo português, Antonio Maia, fica-se sabendo que este alugava suas casas, através da queixa que a seguir descreve-se:

“o queixoso alugou aos querellados um prédio de sua propriedade sito a rua da Trindade, canto com a rua dos Martyres,

⁴²⁸ BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará*. Belém: CEJUP, 1986. p.92-93.

⁴²⁹ Inventário José da Gama Malcher. Maço 01. Ano: 1882. ATJEP.A.

onde se achavam estabelecidos com casa de pasto, e no dia 24 do corrente sabe o queixoso que o querellado se havia mudado furtivamente sem lhe entregar as chaves da casa nem pago os aluguéis arrendando o fogão da cozinha e praticando danificação.”⁴³⁰

A casa em questão era alugada para um comerciante de naturalidade igualmente portuguesa, de 31 anos de idade, chamado Joaquim da Silva. Ela fora avaliada seis anos depois, no inventário de Antonio Maia, em quatro contos de réis (399£), caracterizada como sendo de má construção.⁴³¹

Segundo o acusado e inquilino: “quando se mudaram para a referida casa, não tinha fogão...e que o fogão que atualmente existe na casa foi mandado fazer a custa dos accusados.” O auto é julgado improcedente, pois as testemunhas arroladas confirmam a versão de que a chapa era de propriedade dos acusados, e, com relação a danificação da casa, o parecer diz que: “outros pequenos danos são provenientes do uso regular que um inquilino faz da casa alugada, que não há crime em face da lei, como é sabido.”

A existência e o desenrolar desses autos deixam claro o fato do português Antonio Maia utilizar seus imóveis para adquirir rendimento através de aluguéis, consolidando parte de seu patrimônio nesse tipo de investimento.

A compra de imóveis pode também ser entendida dentro do contexto da situação oscilante e frágil da economia local. É importante lembrar que, no final do século XIX, a praça de Belém vivenciava a crise do sistema bancário, havendo dificuldade em depositar dinheiro nessas instituições financeiras. O desembargador Napoleão Oliveira, ao solicitar a utilização do dinheiro do inventário de seu sogro, o fazendeiro Anthonio Theodomiro Ferreira Penna, para a compra de imóveis, argumenta que não tem onde aplicar a herança, pois: “ suspensos os pagamentos dos bancos não os quis depositar nestes, entregando-os aos azares da crise que actualmente assola a praça comercial desta capital... o suplente vem pedir a V.Sa. se digne conceder alvará de autorização para... applicá-lo em Hyppothecas de prédios e terrenos de reconhecida valorização e sites n’esta capital a juros razoáveis.”⁴³²

⁴³⁰ Auto crime 20/06/1871. Fundo de Segurança Publica. Ano 1871. APEP.

⁴³¹ Inventário Antonio da Silva Maia. Caixa: 1877. Ano: 1877. ATJEPa.

⁴³² Inventário Antonio Theodomiro Ferreira Penna. Maço 23. Ano: 1899. ATJEPa.

Os imóveis se configuravam, dessa forma, na alternativa mais viável de investimento do período, tendo em vista as oscilações do sistema de crédito bancário, que gerava desconfiança entre os proprietários.

Do que foi até o momento dito, destaca-se que casas e terrenos estavam presentes na maior parte dos legados dos inventários consultados, constituindo-se em um dos mais rentáveis investimentos, em uma cidade que possuía um acentuado crescimento populacional, fruto de uma intensa migração interna e externa, impulsionada pela economia da borracha. Comprar e alugar casas e prédios, investir em ações e seguros de vida, passava, cada vez mais, a fazer parte dos bens das famílias proprietárias e camadas médias locais, que, dessa forma, redefiniam o perfil de seu patrimônio e riqueza.

Da mesma forma, com o fim da mão-de-obra escrava, o declínio dos engenhos e da exploração do cacau, a borracha e os negócios que gravitavam ao seu redor passaram, pouco a pouco, a sair da condição de investimento realizado por indivíduos de menor renda e prestígio, ou mesmo por comerciantes estrangeiros, para tornarem-se também atividades empreendidas pelas famílias da elite local, que começaram a abrir firmas comerciais, ou se associar às já existentes, muitas vezes pertencentes a migrantes recém-chegados à cidade.

Os símbolos de riqueza transformaram-se, as fortunas se avolumaram e dividiram-se nas mãos de comerciantes e proprietários rurais cujas trajetórias se confundem com a expansão da produção da borracha. Diante desse cenário econômico, da caracterização geral da elite com a pontuação de suas atividades econômicas, da demonstração das tensões e acomodações existentes entre os diversos grupos que a compõem, bem como as tendências e flutuações de seu patrimônio, cabe, a partir do próximo capítulo, delimitar com mais precisão o perfil desses proprietários. E isso será feito tomando por base a fortuna, a origem, a condição matrimonial e o número da prole.

6.2 Delimitando personagens

Tendo claro que não se teria como mapear a totalidade das famílias da elite local (até mesmo porque este não se constitui no objeto único desse trabalho), priorizou-se a análise mais detalhada daqueles grupos de parentela surgidos a partir dos inventários. Através do legado dos indivíduos pôde-se apreender a riqueza e a fortuna das famílias;

afinal, a história de uma riqueza nem sempre se resume ao sujeito que a compôs, revelando também muito sobre o patrimônio construído por seus familiares ascendentes e descendentes, ou mesmo afins. Segundo Mello:

“A fortuna reflete a formação e acumulação de capital no curso da vida de um homem e muitas vezes a acumulação no de vidas pretéritas. É o resultado da atividade durante sua vida e de seus antepassados.”⁴³³

Mesmo se partindo do pressuposto de que os bens econômicos não se constituem no único critério para definir o pertencimento aos segmentos da elite local, nesse item eles serão priorizados. Assim, serão caracterizados os sujeitos inventariados a partir da riqueza estabelecida em seus *monte-mor*, buscando-se levantar seus perfis a partir dos marcadores sociais de renda, atividade social, naturalidade, sexo, situação matrimonial e número de filhos.

Esta caracterização será feita tomando por base os inventários. Para tanto, é necessário esclarecer que, apesar da maior parte das pessoas inventariadas possuir bens, o nível de riqueza dos legados variava bastante, podendo-se encontrar indivíduos com grandes fortunas, ou mesmo aqueles com poucos recursos. Havia ainda os que acumulavam somas consideráveis, cujas dívidas passivas superavam o valor dos bens arrolados no *monte-mor*, ficando os herdeiros com a obrigação de quitação junto aos credores. Apesar da exigência de se levar à tributação os bens de qualquer valor, em algumas situações as pessoas com poucas posses conseguiam evitar a abertura ou continuidade de um processo inventarial.⁴³⁴

Essas considerações foram feitas para esclarecer que os inventários não dizem respeito apenas a pessoas com muitos recursos. Há em meio aos inventariantes diversos níveis de riqueza, permitindo mapear grandes, médios e pequenos legados. Mas, como

⁴³³ MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza. op.cit.*, p.28.

⁴³⁴ Segundo um Decreto Estadual de 1905: “poderiam ser dispensados das formalidades do inventário as pessoas que tivessem bens cujo valor fosse de pequena monta, e que as custas do processo correspondessem ao quinhão de um herdeiro.” DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. Sábado, 24 de junho de 1905, Ano XV- 17º da República. nº 4061 DECRETO nº 1380 (do regulamento processual civil e commercial). Com base nessa legislação muitas pessoas solicitavam a não abertura de um auto de inventário, ou mesmo o fechamento de um processo já iniciado.

determinar esses critérios, selecionando, dentre os indivíduos, aqueles que efetivamente deixaram fortunas expressivas e que, dessa forma, estariam enquadrados no perfil da elite proprietária, pelo menos do ponto de vista da fortuna?

Para tanto, foram determinadas faixas de renda a fim de enquadrar o legado deixado pelos indivíduos, estabelecendo-se o valor mínimo das fortunas igual ou superior a £ 2.000 libras, já excluídas as dívidas passivas existentes na partilha, ficando contabilizados apenas os bens que efetivamente formavam o ativo do legado ⁴³⁵. Com isso, ficou estabelecido um limite que alcançava médios e grandes proprietários, deixando de fora aqueles com poucos bens arrolados, heranças de menor renda, as quais, muitas vezes, estavam circunscritas a uma casa ou terreno, alguma jóia, sem grandes avaliações. No total, 227 (duzentos e vinte e sete) inventários enquadravam-se naquela faixa de renda mínima, ou acima dela, como mostra a tabela a seguir:

⁴³⁵ A opção pela determinação do valor dos legados pela libra se deu em função de seu suposto equilíbrio cambial, que na verdade, não é tão estável; afinal, em alguns anos ela chegou a variar algo em torno de 40%, como já se reiterou na primeira parte desse trabalho. No entanto, para minimizar os efeitos dessa variação ao longo dos 50 anos percorridos pela pesquisa, trabalhou-se com a seguinte metodologia na criação das faixas de renda aqui reunidas: A cotação da libra em cada uma das décadas foi calculada pela média do mês de janeiro do primeiro ano da década e dezembro do último ano. Com essa cotação foram convertidas as fortunas de contos de réis para libra, por década. Se, por exemplo, um indivíduo que possuía cinquenta contos de réis na década de 1870 tinha £ 4.475 libras, em 1910, pela variação cambial da libra em relação ao réis, esse valor equivaleria a £ 3.410, chegando mesmo a corresponder a £ 2.360 libras em 1900. Da mesma forma, um indivíduo com cem contos de réis, em 1870 tinha £ 8.950 libras, já em 1910, esse valor era de £ 6.820, tendo alcançado £ 10.570 libras em 1880. Como se trabalhou com faixa de renda, estas foram criadas de forma a aglutinar essas variações cambiais, pegando sempre a menor e a maior cotação como limite inicial e final, respectivamente. Assim, todos aqueles que tinham fortunas entre cinquenta e cem contos de réis ficaram na faixa de renda correspondente a: £ 2.000 a £ 10.600 libras (2.000 libras corresponde à menor cotação de cinquenta contos de réis e 10.600 libras corresponde à maior cotação de cem contos de réis, durante os anos da pesquisa). Isso significa dizer que, embora um indivíduo que tivesse cinquenta contos de réis em 1870, tivesse mais libras do que aquele com os mesmos cinquenta contos de réis em 1910, ambos se enquadraram na mesma faixa de renda, minimizando, dessa forma, a variação cambial existente ao longo das décadas. É claro que essa estratégia tem limites, e um deles é a própria forma de cotação da libra; no entanto, qualquer padrão cambial utilizado teria variações. Por outro lado, a comparação dos bens materiais dos inventários, inicialmente pensada, não se mostrou interessante, pois: os escravos somem dos legados já na década de 1880; os bens imóveis variavam de forma abrupta de acordo com o tamanho, a localização e o avaliador, sendo difícil estabelecer um critério/valor mais ou menos uniforme; as ações seguiam a mesma dificuldade. Assim, apesar dos limites, aquela estratégia, mostrou-se a mais pertinente frente à necessidade de se estabelecer uma comparação cambial mínima que, se não é exata, ao menos serve como um indicativo de renda, contribuindo dessa forma aos propósitos deste trabalho. Sobre a cotação consultada cf: “Libra esterlina: cotações mensais – 1870 a 1930 (pence/mil réis).” Disponível em <http://www.cunhaecunha.com.br/banco_de_dados/libramediamensal.htm>, acesso em 18.06.2003. E, ainda: MATTOSO, Kátia Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. Em seu anexo, a autora traz a cotação anual da libra no século XIX. *ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL: Séries Econômicas Demográficas e Sociais de 1550 a 1988*. 2ª ed, vol. 03. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.p.591-596.

TABELA XII: LEGADOS POR FAIXAS DE FORTUNA EM LIBRA										
FAIXAS DE RENDA DOS INVENTARIADOS	2.000 a 10.600		10.601 a 21.200		21.201 a 52.900		Acima de 52.901		TOTAL	
	Q	P	Q	P	Q	P	Q	P	Q	P
	96	42%	64	28%	42	19%	25	11%	227	100%

FONTE: Autos de inventários do cartório Odon Rhossard- (ATJEP-1870-1920)

Pela amostragem vê-se que 11% dos inventariados possuíam fortunas que giravam acima de algo em torno de £ 53.000 libras, enquanto 47% tinham entre cerca de £ 10.000 a £ 53.000 libras, e ainda, 42% ficaram na menor faixa de renda, enquadrada entre £ 2.000 a cerca de £ 10.000 libras.

A partir do recorte da fortuna, passou-se a uma segunda categorização, tomando por base a atividade ou profissão do inventariado, dado este que nem sempre se encontrava nos autos. Por vezes, essa informação podia ser deduzida a partir dos bens arrolados, como o dinheiro da liquidação de uma firma comercial, o registro de engenhos, fazendas e animais, a relação de materiais cirúrgicos ou farmacêuticos, que indicavam a possibilidade do indivíduo ser um comerciante, dono de engenho, fazendeiro, médico ou dono de botica. Em muitos inventários, no entanto, havia apenas a referência à existência de imóveis e ações, ou mesmo outros dados que não permitiam definir a profissão ou atividade do sujeito. Com isso, dos 227 (duzentos e vinte e sete) inventariados que deixaram legados acima de £ 2.000 (duas mil) libras, em apenas 126 (cento e vinte e seis) deles conseguiu-se determinar a atividade principal exercida pelo indivíduo, ou seja, aquela que aparentemente era responsável pelo montante mais expressivo de seus bens.

Da mesma forma, já se ressaltou em diversos momentos que muitas famílias da elite local flexibilizaram suas atividades ao longo do século XIX, o que implicou na diversidade de investimentos por parte de seus membros. Nesses termos, encontram-se indivíduos ligados a atividades de plantio, à criação de gado, sociedades comerciais, ocupação de cargos públicos e políticos, ou mesmo atividades liberais. Isto dificultou qualquer tipo de qualificação. Então se procurou classificar o inventariado de acordo com a atividade/função que ele era identificado no processo, ou, quando isso não era possível, prevalecer a seleção pela sua atividade produtiva de maior valor de avaliação no legado.

Apesar das possíveis imprecisões, a classificação sócio-profissional não deixa de constituir-se em uma referência importante do grupo, auxiliando na sua melhor compreensão, além do que: “permite depreender, em suas grandes linhas, meios relativamente homogêneos, constituindo uma de nossas referências fundamentais para o estudo das fortunas.”⁴³⁶ Portanto, apesar das constantes imbricações e dificuldades de definição, acredita-se ser importante trabalhar com o dado da atividade dos indivíduos, que, se não é a única por eles exercida, pelo menos é aquela utilizada para defini-los no inventário, ou mesmo, aquela responsável pelo maior valor de seus bens, servindo pelo menos como referência.

O quadro abaixo exprime o perfil das atividades e das funções desse segmento que se encontra na faixa de renda acima de £ 2.000 (duas mil libras):

QUADRO VIII - ATIVIDADE DOS INVENTARIADOS	
ATIVIDADE/FUNÇÃO	QUANTIDADE
COMERCIANTE	65
FAZENDEIRO	16
PROPRIETÁRIO	10
MILITAR	13
SERINGALISTA	09
PROFISSIONAL LIBERAL/ CARGOS E FUNÇÕES	09
DONO DE ENGENHO	02
INDUSTRIAL	02
TOTAL	126

FONTE: Autos de inventários do cartório Odon Rhossard-
(ATJEP-1870-1920)

Como se observa, a maior parte dos inventariados com faixa de renda acima de 2.000 £ foi classificada como comerciante. Nessa categoria inscrevem-se nomes como o de João Gualberto da Costa Cunha, maranhense, casado com Anna Candida Malcher, pertencente a uma tradicional família da elite local. Coronel e sócio de uma das maiores

⁴³⁶DAUMARD, Adeline. *Cinco aulas de História Social*. Salvador: Centro Editorial e Didático: Universidade Federal da Bahia, 1978. p.54.

firmas de aviamento da cidade, a “*Darlindo Rocha & cia*”, João Gualberto deixou à viúva e aos seus 4 (quatro) filhos cerca de trezentos e setenta e cinco contos de réis (23.609£).⁴³⁷ A maior parte dessa fortuna estava centrada nos inúmeros imóveis que a família possuía, além de letras, ações, títulos de bancos e empresas.

Faz parte também dessa lista o comerciante português Julio Lambert Pereira, dono da loja “*Mundo Elegante*”, localizada na Avenida João Alfredo, onde eram vendidas “fazendas, modas e miudezas”. Casado com uma brasileira, Julio deixou 05 (cinco) filhos e seu *monte-mor* foi orçado em cento e sete contos de réis(5.800£). Negociante de uma loja de menor monta, seu legado foi bem menor do que o de João Gualberto, que possuía uma casa de aviação.⁴³⁸ Esses dois exemplos chamam atenção para a diversidade de fortuna existente em meio ao grupo de comerciantes. Nele encontram-se donos de firmas comerciais que variavam em termos de tamanho, valor e serviços oferecidos, podendo-se tratar de grandes ou pequenas casas de aviamento, lojas de sapatos, armarinhos, boticas, farmácias, vapores, entre tantas outras atividades e serviços.

Após esse segmento, sucederam-se os fazendeiros formados, em sua maioria, pelos donos de terra e gado da Ilha do Marajó. Frequentemente esse grupo combinava à atividade de criação de gado o estabelecimento de firmas comerciais. Esta era a situação de Maria Damasceno Monard, esposa do pecuarista João Monard, paraense, proprietário de fazenda de gado em Soure e Cachoeira, localizadas na Ilha do Marajó, além de sócio da firma “Monard e Cardoso”. Representante de uma importante e tradicional família de pecuaristas, suas terras compreendiam áreas de sesmarias dos religiosos carmelitas. Quando Maria faleceu, em 1917, o valor dos bens da família foi avaliado em cerca de quinhentos contos de réis(27.312£).⁴³⁹

Embora boa parte dos fazendeiros da Ilha do Marajó pertencesse a famílias tradicionais da cidade, alguns estrangeiros também adquiriram alguma terra naquelas paragens. Indivíduos como Manoel Pinheiro, espanhol, solteiro, pai de nove filhos tidos com a *mulher livre* Leopoldina Maria da Silva. Seus bens eram formados por uma fazenda

⁴³⁷ Inventário João Gualberto da Costa Cunha. Maço 27. Ano: 1908. ATJEP.A.

⁴³⁸ Inventário Julio Lambert Pereira. Maço 34. Ano: 1913. ATJEP.A.

⁴³⁹ Inventário Maria Damasceno Monard. Maço 39. Ano: 1917. ATJEP.A.

de gado situada na Villa de Soure, animais, uma rocinha em Belém, além de 08 (oito) escravos, somando um montante de sessenta e sete contos de réis (4.240£).⁴⁴⁰

João Monard e Manoel Pinheiro são dois representantes bem singulares desse grupo de fazendeiros. O primeiro advém de família tradicional, há muito tempo instalada no Pará, casado matrimonialmente, com fortuna diversificada e expandida pela presença de uma firma pastoril. O segundo, recém-chegado ao Estado, estrangeiro, vivia uma união consensual, tendo reconhecido os filhos por escritura de perfilhação. Fazendeiro de menor monta, não possuía firma e tinha seus negócios centrados apenas na criação de animais, perfazendo um legado bem abaixo do de Monard. Exemplos como esses dão conta da miríade composicional do grupo de fazendeiros, tal qual verificado entre os comerciantes, ambos se constituindo em segmentos importantes da elite local.

Na terceira categoria encontram-se os proprietários, termo genérico encontrado nos documentos, que, na verdade, podia englobar pessoas que viviam de renda, ou mesmo comerciantes, fazendeiros, industriais, donos de hotel, enfim, uma infinidade de categorias.⁴⁴¹ Na abertura do inventário de Constantino Gomes de Carvalho, aparecia o termo *proprietário* definindo a atividade do mesmo. Português, Constantino era solteiro e vivia com Etelvina Ferreira Lopes, mãe de seus dois filhos, reconhecidos em escritura pública. Seu legado de cerca de trezentos e cinquenta contos de réis (19.804£) era composto predominantemente de ações, apólices estaduais e cupons de empréstimos, o que dificultou a definição do tipo de negócio que este exercia, fazendo crer que vivia dos seus rendimentos.⁴⁴²

A situação do também *proprietário* João Jorge Corrêa era diferente. Em seus bens, avaliados em cento e trinta e um contos de réis (4.050£), foi arrolada uma fábrica de botões “*Jarina*”, além de um casco de embarcação e ações no Banco de Crédito Popular.⁴⁴³ Isso mostra a imprecisão da classificação *proprietário*, pois dela podia fazer parte o indivíduo

⁴⁴⁰ Inventário Manoel Pinheiro. Maço 01. Ano: 1883. ATJEP.

⁴⁴¹ Como eles vinham assim discriminados no processo, optou-se por manter a identificação encontrada na documentação a despeito de sua imprecisão e do fato da maior parte das pessoas classificadas como proprietárias poder ser incluída em outras categorias. No entanto, como já foi lembrado, o quadro acima se constitui apenas em uma caracterização preliminar, pois, muitas vezes, os indivíduos combinavam as atividades, podendo-se encontrar um fazendeiro comerciante, um comerciante dono de engenho, ou mesmo um coronel pecuarista.

⁴⁴² Inventário Constantino Gomes de Carvalho. Maço 40. Ano: 1919. ATJEP.

⁴⁴³ Inventário João Jorge Corrêa. Maço 50. Ano: 1924. ATJEP.

que investia em títulos e ações, como no primeiro exemplo, ou o dono de uma fábrica e uma pequena embarcação, mostrado no segundo caso.

Dentre os militares, as patentes de tenente-coronel, coronel e capitão foram as mais comumente observadas. Não raramente o dono dessa patente possuía terras com seringais. Quando isso ocorria, eles foram classificados como seringalistas: já aqueles que não possuíam terras ou negócios foram arrolados como militares. Essa era a situação do capitão de mar e guerra Miguel Ribeiro Lisboa, brasileiro, domiciliado em Belém, falecido em Nova York, casado com Luisa Collares Lisboa, com quem teve 03 (três) filhos. Seus bens encerraram a soma de setenta e oito contos de réis (4.264£), e era formado por imóveis e ações.⁴⁴⁴ Na mesma faixa de renda encontrava-se o legado do coronel João José de Freitas Guimarães, casado com Adelaide Guimarães, pai de duas filhas. Somados seus imóveis e ações, os bens foram arrolados em noventa e dois contos de réis (7.666£).⁴⁴⁵

Apenas 09 (nove) pessoas foram classificadas como seringalistas dentro daquela faixa de renda estipulada. Na verdade, essa categoria é mais expressiva, pois alguns seringalistas foram agregados ao grupo de comerciantes por aliarem às atividades de exploração de seringa a propriedade de firmas comerciais. Em meio àqueles que tiveram discriminadas apenas áreas de seringais, destaca-se Luiz Guimarães, dono de terras no município de Gurupá, onde havia plantação de árvores frutíferas e estradas de seringa. Seu legado foi orçado em cinquenta e cinco contos de réis (2.255£). Após a sua morte, a mulher e seu único filho retornaram para a capital baiana, de onde eram naturais, deixando para trás a exploração dos seringais.⁴⁴⁶

Um pouco maior foi a avaliação do monte-mor do seringalista Archibald Pombo Campbell, que possuía fazenda em Acará, com estradas de seringas e cacau. No total, seus bens chegaram a cento e vinte e oito contos de réis (8.549£).⁴⁴⁷ De uma maneira geral, os seringalistas que não agregavam às estradas de seringueiras uma firma comercial, ou um cargo administrativo/político, não acumulavam grande fortuna, e os bens dificilmente ultrapassavam a faixa de renda dos montantes de Luiz e de Archibald, acima destacados.

⁴⁴⁴ Inventário Miguel Ribeiro Lisboa. Maço 39. Ano: 1916. ATJEP.A.

⁴⁴⁵ Inventário João José de Freitas Guimarães. Caixa: 1883. Ano: 1883. ATJEP.A.

⁴⁴⁶ Inventário Luiz Vieira Lima Guimarães. Maço 15. Ano: 1900. ATJEP.A.

⁴⁴⁷ Inventário Archibald Pombo Campbell. Maço 41. Ano: 1903. ATJEP.A.

Em relação aos profissionais liberais, predominaram os médicos e os bacharéis, que muitas vezes aliavam à atividade dos consultórios e escritórios, cargos públicos e políticos, além de atividades de ensino nas faculdades locais. Nomes como o do médico Camillo José do Valle Guimarães, que se casou, um pouco antes de morrer, com Maria Antonia Guimarães. Pai de 04 (quatro filhos), Camillo deixou uma fortuna de cento e cinquenta e oito contos de réis (17.175£), distribuída em inúmeros imóveis. Em seu inventário foram arrolados vários utensílios médicos como estojos de cirurgia, seringas, esqueletos, serras cirúrgicas, além de livros diversos.⁴⁴⁸

O número reduzido de donos de engenho com renda alta confirma a idéia de que a produção do açúcar encontrava-se em decadência à época da pesquisa, e os poucos engenhos encontrados não geravam muito rendimento a seus proprietários. Neste segmento destaca-se o coronel Joaquim Pereira de Queiroz, proprietário de engenho na estrada de Benevides, localidade próxima a Belém. Além de proprietário, Joaquim também exercia a função de vogal do Conselho do Poder Legislativo de Belém.⁴⁴⁹ Casado e com 04 (quatro) filhos, ele possuía, ainda, dinheiro em caderneta da Caixa Econômica, casa e terrenos na capital. Seu monte mor foi avaliado em trezentos e seis contos de réis (20.463£).⁴⁵⁰

Por fim, entre os proprietários, verificou-se a presença de um industrial, o português Francisco da Cunha Carvalho, dono de uma indústria de sapatos, sita à rua dos Mercadores, no bairro comercial de Belém. Francisco era casado com Anna Rita de Carvalho, que vivia em Portugal, onde ele veio a falecer. Com a esposa teve dois filhos, ambos já casados e vivendo fora do Brasil; o filho em Nova York e a filha em Lisboa. Seu legado foi orçado em duzentos e nove contos de réis (20.029£).⁴⁵¹

Percebe-se, a partir do perfil dos proprietários acima traçado, as nuances que caracterizam esse segmento. Para além de uma certa homogeneidade de hierarquia social transparecem as distinções de atividades exercidas, de naturalidade e de nível de riqueza, que devem ser sempre salientadas. Como se argumentou no início deste capítulo, a propósito da condição de pertencimento aos estratos superiores da sociedade no que diz

⁴⁴⁸ Inventário João Jorge Corrêa. Caixa: 1873. Ano: 1873. ATJEP.A.

⁴⁴⁹ Revista *A Semana*, 20.09.1908, nº 436. Ano XIII.

⁴⁵⁰ Inventário Joaquim Pereira de Queiroz. Maço 29. Ano: 1910. ATJEP.A.

⁴⁵¹ Inventário Francisco da Cunha Carvalho. Caixa: 1890. Ano: 1890. ATJEP.A.

respeito à renda, ao *status* e ao poder, a elite é marcada por diferenças internas e experiências multifacetadas que deslindam algumas especificidades.

Dentre elas, destacam-se as **variações de fortuna** existentes nesse meio. Uma análise mais detalhada da faixa de renda permite perceber que, quanto mais esta se eleva, menos diversos se tornam os segmentos que concentram a riqueza na cidade, como se vê no quadro abaixo:

QUADRO IX- PERFIL DOS PROPRIETÁRIOS QUANTO AO VALOR DO LEGADO (EM LIBRA)					
ATIVIDADE/FUNÇÃO	Faixa de renda em libra				
	2.000 a 10.600	10601 a 21.200	21.201 a 52.900	Acima de 52.901	TOTAL
COMERCIANTE	18	24	13	11	66
FAZENDEIRO	01	05	05	05	16
PROPRIETÁRIO	05	04	01	-	10
MILITAR	08	01	02	02	13
SERINGALISTA	01	05	01	02	09
PROFISSIONAL LIBERAL	05	01	02	-	08
DONO DE ENGENHO	01	01	-	-	02
COMENDADOR	01	-	-	-	01
INDUSTRIAL	-	01	-	-	01
TOTAL	40	42	24	20	126

FONTE: Autos de inventários do cartório Odon Rhossard- (ATJEP-1870-1920)

Pelo quadro, percebe-se que, quanto maior o nível de renda dos legados, menor número de atividades e funções vão ser discriminadas entre os inventariantes. Os profissionais liberais, militares, donos de engenho e industriais que apareciam no quadro anterior, desaparecem quando se trata de fortunas em torno, ou acima, de 53.000 £ (cinquenta e três mil libras).

Com quantias nesse valor prevalecem os comerciantes, fazendeiros e seringalistas, sempre lembrando que alguns daqueles comerciantes também eram seringalistas que combinavam essa atividade com a posse de uma firma, em geral, de aviamento e consignação de mercadorias. As pessoas desses segmentos formam o grupo daqueles com maior nível de riqueza da capital paraense, e concentram os nomes das famílias mais tradicionais da cidade, bem como dos migrantes nacionais e estrangeiros que aqui fizeram fortuna.

Nessa categoria encontra-se o comerciante pernambucano Tiburcio Victor da Silva Cunha, de 50 anos de idade, membro da Associação Comercial Paraense, casado com Maria Franco da Silva Santos, de quem não se tem como saber a naturalidade. Ele era proprietário de uma grande casa de aviamento na província, “*Silva, Cunha e Cia*”, além de possuir entre seus bens um vapor, diversas casas, prédios e terrenos. Seu legado, um dos maiores encontrados nos inventários, correspondeu a pouco mais de um mil contos de réis (69.375£), deixados para seus 07 (sete) filhos. À época de seu falecimento, com 50 (cinquenta) anos, a filha mais velha possuía apenas 10 (dez) anos de idade, de onde se conclui que Tiburcio ou casou-se tardiamente, ou deixou para ter filhos quando tinha cerca de 40 (quarenta) anos.⁴⁵²

Dentre os fazendeiros com grande fortuna, destaca-se o nome do paraense Antonio Theodomiro Ferreira Penna, casado com Joaquina Teixeira Ferreira Penna, fazendeiro da Ilha do Marajó, município de Soure. Seu legado foi orçado em um mil e duzentos contos de réis (52.900£), e era formado por uma sociedade comercial para transporte de carnes verdes, a “*Penna; Penna e Carvalho*” e “*Penna Filhos*”, além de inúmeras casas e terrenos em Belém.⁴⁵³ Em 1895, a firma “*Penna e Filhos*”, recebeu um prêmio da administração do Estado, pelo incentivo da indústria pastoril e agrícola.⁴⁵⁴ Entre os bens familiares, merece referência um prédio elegante localizado na principal avenida da cidade, a Presidente Vargas, no valor de cento e vinte contos de réis (3.410£).

Imóveis de residência da família, como esse, de residência da família e o prêmio recebido simbolizavam a distinção e a fortuna desses grandes proprietários, além de deixar claro o prestígio político e a rede de influência que eles mantinham. A casa de morada, como tantos outros bens, tornava-se símbolo do patrimônio e do poder familiar que marcavam o pertencimento ao grupo da elite paraense e a distância dos outros segmentos sociais.

Além das variações de fortuna desses proprietários, depreende-se também a **diversidade de origem**, onde portugueses, espanhóis, maranhenses, pernambucanos e paraenses conviviam nesse mercado próspero e heterogêneo. Na verdade, poucos foram os

⁴⁵² Inventário Tiburcio Victor da Silva Cunha. Maço 28. Ano. 1910. ATJEP.A.

⁴⁵³ Inventário Antonio Theodomiro Ferreira Penna. Maço 23. Ano: 1899. ATJEP.A.

⁴⁵⁴ Relatório apresentado ao governador do Estado por Manoel Baena, secretário do governo. Belém: Typ. Do Diário Oficial, 1895. p.97.

documentos em que houve referência a naturalidade/nacionalidade, prejudicando uma avaliação mais precisa. Nos processos em que ela existia, a maior parte dizia respeito a estrangeiros, em particular, portugueses, ou portugueses naturalizados brasileiros, que ao todo somaram 37 (trinta e sete) indivíduos, seguidos de 02 (dois) franceses e 02 (dois) espanhóis. Encontrou-se ainda a indicação da naturalidade de 03 (três) pessoas arroladas como brasileiras, 03 (três) paraenses e 04 (quatro) nordestinas. Vale lembrar que, do total de 227 (duzentos e vinte e sete) inventários em que foi discriminada a origem dos indivíduos, em apenas 51 (cinquenta e um) deles esse dado foi indicado. Uma proporção, portanto, bastante tímida de 22%, o que significa dizer que 78% desses proprietários não tiveram suas origens declaradas.

Em relação aos nordestinos, como mais freqüentemente a imagem que se tem recaí sobre o migrante flagelado e pobre, é importante que se destaque que alguns desses indivíduos fizeram fortuna no Estado e que, por vezes, já traziam recurso de sua localidade de origem, ou contato para iniciar uma atividade.

Essa foi à situação do cearense Guilherme Augusto de Miranda Filho, proprietário de casa de aviação e inúmeros seringais existentes no rio Acre. Contrariando a maioria dos indivíduos dessa naturalidade, Guilherme casou-se com uma paraense, Maria Maninéa de Gouvêa Miranda, filha do Dr. Bruno Cabral de Gouvêa, morador à prestigiada estrada de São Jerônimo. Guilherme era homem de muitas posses, tendo deixado cerca de 07 (sete) seringais, inúmeras apólices, casas e terrenos, para seus 04 (quatro) filhos, todos maiores.

455

Sobressai-se ainda o maranhense Alfredo Napoleão da Rocha Pereira proprietário de casa de aviação e grande comerciante, viúvo à época de seu falecimento, em 1905. Alfredo não viera sozinho do Maranhão, o irmão Raymundo da Rocha Pereira, também residia em Belém, sendo um de seus sócios nos negócios.⁴⁵⁶ Em Belém, morava com seus três filhos, havidos com Josepha Gomes de Gouvêa. Esses exemplos distinguem alguns poucos migrantes nordestinos que conseguiram fazer fortuna a partir do tão sonhado *ouro negro*.

⁴⁵⁵ Inventário Guilherme Augusto de Miranda Filho. Maço 32. Ano. 1911. ATJEP.A.

⁴⁵⁶ Inventário Alfredo Napoleão da Rocha Pereira. Maço 14. Ano. 1905. ATJEP.A.

Para além desses ricos migrantes nacionais que fizeram fortuna no Estado, sobressaíam-se os estrangeiros, em particular, os portugueses, quase sempre no comércio ligado direta ou indiretamente, à exploração gomífera.

Nomes como o proprietário da casa de aviação *Darlindo Rocha & Cia*, Bento Rabello de Andrade, português, casado com a paraense Emilia de *La Rocque*, um dos mais expressivos comerciantes paraenses entre as décadas de 1880 e 1890.⁴⁵⁷ Seu legado chegou a atingir o valor de oitocentos e dezessete mil contos de réis (40.986£).⁴⁵⁸ Ou ainda, o também português Camilo José Dias, casado com Firmilina Nery de Araújo Dias. Camilo era proprietário de inúmeros seringais na comarca de Afuá, Ilha do Marajó, além de imóveis em Belém, terrenos e ações.⁴⁵⁹ Ele era irmão do também seringalista e português Domingos José Dias, conhecido como visconde de São Domingos, em homenagem a quem, Camilo deu o nome a um de seus filhos. Segundo Weinstein, Domingos era um dos maiores proprietários de seringais da região das ilhas desde o ano de 1878, tendo ocupado terras pertencentes anteriormente a pequenos extratores de seringa.⁴⁶⁰

No que se refere às diferenças desse grupo de proprietário no que diz respeito ao **sexo**, destaca-se o fato dos homens predominarem em relação às mulheres, como se percebe a partir da tabela abaixo:

TABELA XIII-PROPRIETÁRIOS QUANTO AO SEXO				
NÚMERO DE PESSOAS	SEXO			
	MASCULINO		FEMININO	
TOTAL	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
227	169	74%	58	26%

FONTE: Autos de inventários do cartório Odon Rhossard- (ATJEPA-1870-1920)

Fica clara a maior presença dos homens em relação às mulheres no número de inventários levantados. Em meio a elas, a maior parte foi inserida no grupo de comerciantes, fazendeiras e proprietárias. Embora, em geral, elas não administrassem os bens familiares, a partir de seus inventários foi possível chegar às posses da família e à

⁴⁵⁷ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. op.cit. p.94.

⁴⁵⁸ Inventário Bento Rabello de Andrade. Maço 15. Ano. 1900. ATJEPA.

⁴⁵⁹ Inventário Camilo José Dias e Firmilina Nery de Araújo Dias. Maço 27. Ano. 1900. ATJEPA.

⁴⁶⁰ Weinstein, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. op.cit.p.201.

classificação da atividade exercida por seus maridos. Como se sabe, pelo código civil, as mulheres não podiam exercer atividades fora de casa, a não ser quando expressa e publicamente autorizadas por seus esposos.⁴⁶¹

No entanto, apesar da dificuldade de se pontuar mulheres exercendo a administração de propriedades e firmas comerciais, encontraram-se algumas situações em que as esposas aparentemente assumiram essa função frente ao falecimento do marido. Em 1902, Maria Juvenil Parente requer autorização ao juiz para dirigir a firma de seu marido, “ultimando as transações já feitas, visto que o dito finado não tinha sócio”.⁴⁶² Ou mesmo, Sebastiana Escolástica Correa Muniz, que ficou com a posse e administração do engenho *Piedade* de seu marido Joaquim de Figueiredo Muniz, de quem era a segunda esposa, visto que os filhos do primeiro casamento ficaram com os demais bens constituídos de dinheiro corrente, da venda de uma fazenda, além de imóveis e escravos.⁴⁶³

O dado relativo às **diferenças da situação matrimonial** desses proprietários, no que diz respeito ao fato de serem solteiros, casados em *primeira e segunda núpcias*, viúvos ou divorciados, era bem mais freqüentemente encontrado nos processos, como se depreende da tabela abaixo:

TABELA XIV – SITUAÇÃO MATRIMONIAL DE HOMENS E MULHERES										
	SOLTEIRA		CASADA 1º NÚPCIAS		CASADA 2º NÚPCIAS		VIÚVA		TOTAL	
	Quant..	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
HOMEM	15	9%	123	75%	13	8%	13	8%	164	100%
MULHER	02	4%	38	69%	03	5%	12	22%	55	100%

FONTE: Autos de inventários do cartório Odon Rhossard – (ATJEPa-1870-1920)

Fica clara a recorrência com que esse dado aparecia nos processos. Dos 227 (duzentos e vinte e sete) inventários, em apenas em 08 (oito) não ficou explícita a situação

⁴⁶¹ Segundo o código civil de 1916, “a mulher casada não pode, sem consentimento do marido, exercer a profissão, e contrair obrigações que possam importar em alienações de bens do casal, sendo que a autorização cessa, com o desquite amigável, ou judicial (art.315, nº 03 do código civil).” E ainda, “a mulher casada pode commerciar, tendo mais de 18 annos, com auctorização do marido, provada por escriptura pública.” MIRANDA, João Evangelista. *Guia do tabellião - de acordo com o novo código civil brasileiro e mais legislação em vigor*. Pará/Belém: Typ. da Livraria Gillet, 1927. p.135.

⁴⁶² Inventário Francisco Rodrigues Parente. Maço19. Ano:1902. ATJEPa.

⁴⁶³ Inventário Joaquim de Figueiredo Muniz. Caixa: 1871. Ano:1871. ATJEPa.

matrimonial do inventariado. Por vezes, o documento encontrava-se incompleto, ou ilegível, tornando inviável a recuperação da informação.

A análise da tabela mostra que, a maior parte dos proprietários encontrava-se casada em *primeiras núpcias*, à época do seu falecimento. Essa asserção é válida tanto no que diz respeito aos homens quanto às mulheres. Chama atenção ainda o fato dos homens solteiros aparecerem proporcionalmente em maior número em relação às mulheres, o que, de certa forma, é bastante sugestivo, pois, como foi discutido no capítulo anterior, os homens casavam-se mais tardiamente, ficando solteiros por um período de tempo maior do que as mulheres.

Da mesma forma, o número de homens casados em *segundas núpcias* foi discretamente maior do que o de mulheres, deixando clara a dificuldade da mulher voltar a casar-se. Esse fato fica ainda mais evidente quando se leva em conta o número expressivo de mulheres viúvas, que girava em torno de 22%, contra os 8% de homens. Com esse percentual, era de se supor um número maior de mulheres casando-se em *segundas núpcias*, o que de fato não ocorreu.

Para essas mulheres da elite local o segundo casamento não se mostrou uma prática tão comum, o que é bastante curioso quando se pensa que boa parte delas ficava viúva ainda jovem, em função das mulheres casarem-se mais cedo do que os homens.⁴⁶⁴

Para completar o perfil desses proprietários e de suas famílias, cabe investigar a **presença dos filhos**, verificando a frequência com que eles apareceram, **a média de filhos** encontrada, bem como a **faixa etária** dos mesmos.⁴⁶⁵

De um total de 227 (duzentas e vinte e sete) pessoas inventariadas, 207 (duzentas e sete) tinham filhos arrolados como herdeiros, independentemente de sua condição social. Ao todo, foram arrolados 843 (oitocentos e quarenta e três) descendentes, o que determina uma média geral de 4 (quatro) filhos por casal. Quando se detêm apenas nos filhos em que

⁴⁶⁴ Perrot declara que na França de 1851 o número de mulheres solitárias é bastante expressivo, somando 46% daquelas com mais de 50 anos de idade, das quais, 34% são viúvas. Esse número expressivo de mulheres viúvas estaria associado à longevidade feminina e à raridade das segundas núpcias. PERROT, Michele. *História da vida privada IV: da revolução francesa a primeira guerra. op.cit., p. 299.*

⁴⁶⁵ Vale lembrar que nem sempre a idade dos filhos era discriminada nos inventários. Por outro lado, quando eles eram casados, essa condição prevalecia em detrimento da informação sobre a idade, fosse entre os homens, ou mesmo entre as mulheres. Por isso, o quadro da idade dos filhos não contém informação completa sobre todos os descendentes de um inventariado.

a idade foi discriminada, o número cai para 822 (oitocentos e vinte e dois) e a faixa etária ficou assim distribuída:

TABELA XV – IDADE DOS FILHOS											
Até 10 anos		De 10 a 21 anos		Mais de 21 anos		Filhos falecidos		Filhos naturais		Total	
Q.	P.	Q.	P.	Q.	P.	Q.	P.	Q.	P.	Q.	P.
293	36%	272	33%	189	23%	27	3%	41	5%	822	100%

FONTE: Autos de inventários do cartório Odon Rhossard- (ATJEPA-1870-1920)

Os números acima demonstram que a maior parte dos inventariados, mais precisamente cerca de 69% deles, faleceram quando seus filhos ainda não haviam alcançado a maioridade, que à época era de 21 (vinte e um) anos. Nos processos em que a informação sobre a idade dos herdeiros encontrava-se discriminada, em apenas 23% deles os filhos já estavam em idade adulta. Este dado é compreensivo, pois, como a maioria dos inventariados eram homens e, como foi visto, eles costumavam casar-se tardiamente, entre 21 e 30 anos, quando o filho chegava à maioridade, o pai encontrava-se com pelo menos 43 (quarenta e três) anos de idade. Essas questões vão ter influência direta nas práticas de herança estabelecidas, como se verá mais à frente.

Entre os proprietários um número tímido de descendentes foi arrolado como filho natural, perfazendo um total de 5%. Pela legislação, os filhos naturais “são os que nascem de pai e mãe, entre os quaes, ao tempo da concepção, ou do parto, não havia impedimento do qual pudesse resultar a nota de espuriedade.”⁴⁶⁶

Em geral, os filhos naturais eram reconhecidos em escrituras públicas de perfilhação. Esses documentos eram padronizados, e neles era ressaltado o fato do indivíduo *ter havido* os filhos com mulher solteira e desimpedida. Na maior parte das vezes, as pessoas que recorreram à escritura de perfilhação eram estrangeiras. Essa era a situação do proprietário Constantino Gomes de Carvalho, português, solteiro, que, pouco antes de vir a falecer, reconheceu por escritura os filhos naturais tidos com Etelvina Ferreira Lopes, uma maranhense domiciliada em Belém, com quem ele coabitava.⁴⁶⁷ Os

⁴⁶⁶ MIRANDA, João Evangelista. *Guia do tabellião- de acordo com o novo código civil brasileiro e mais legislação em vigor. op. cit., p.140.*

⁴⁶⁷ Inventário Constantino Gomes de Carvalho. Maço 40. Ano: 1919. ATJEPA.

filhos naturais do também português, naturalizado brasileiro, Elisario Carlos de Oliveira, já eram de maior idade quando de seu falecimento. A mãe, com quem Elisario vivera em mancebia por 12 anos, também havia falecido. Um filho vivia em Portugal, em companhia de dois irmãos do inventariado, que o criavam desde que ele tinha 04 (quatro) anos de idade. O outro encontrava-se no Amazonas.⁴⁶⁸

A despeito da grande maioria dos indivíduos com filhos perfilhados ser de origem estrangeira, encontram-se inventários de brasileiros na mesma condição. Cabe o exemplo do major José Joaquim Alves Picanço, proprietário de engenho e alguns pés de seringa, que faleceu no Ceará, deixando 6 (seis) herdeiros. Destes, 04 (quatro) foram tidos com Quitéria Brasília da Conceição e os demais com Maria Filomena Bandeira Picanço com quem se casou após a morte de Quitéria e com quem viveu por pelo menos 13 anos antes de morrer.⁴⁶⁹ Como não deixou testamento, couberam aos seis filhos do major Picanço partes iguais na metade do legado, ficando a outra metade para a esposa pois uma vez reconhecidos, os filhos naturais passavam a ter o mesmo direito de herança dos demais filhos havidos por união legítima.⁴⁷⁰

Com isso, fecha-se o perfil dos proprietários que apresentaram as maiores fortunas nos inventários pesquisados. Se fossem traçadas as principais características desse grupo, seria enfatizado o fato dele ser composto prioritariamente de homens, a maior parte casada em *primeiras núpcias*, com uma média de 04 (quatro) filhos por casal. A frequência de migrantes tornou-se recorrente, com destaque para os estrangeiros portugueses, muitos deles naturalizados ou com filhos brasileiros. Aqueles que tinham no comércio, na exploração de seringais e na posse de fazendas suas atividades principais, combinadas, ou não, concentraram as maiores fortunas encontradas nos inventários.

Feita esta configuração, cabe, a partir de agora, analisar esse grupo tomando como referência outros critérios que lhes possibilitaram o estabelecimento, manutenção e ascensão na hierarquia social. Dentre eles, destacam-se a formação profissional, as alianças matrimoniais efetivadas e as estratégias de conservação do patrimônio. Todas essas práticas

⁴⁶⁸ Inventário Elisario Carlos de Oliveira. Maço 22. Ano: 1904. ATJEP.A.

⁴⁶⁹ Inventário José Joaquim Alves Picanço. Caixa: 1880. Ano: 1880. ATJEP.A.

⁴⁷⁰ MIRANDA, João Evangelista. *Guia do tabellião- de acordo com o novo código civil brasileiro e mais legislação em vigor. op. cit., p. 303.*

estão imersas em valores que distinguem as famílias de elite, e lhes agregam à riqueza o capital simbólico necessário para a sua reafirmação nesse segmento social.

6.3. Casamento, educação e formação profissional

As transformações ocorridas ao longo do final do século XIX e início do XX, traduzidas no desenvolvimento acentuado do comércio, no aumento populacional e na expansão do setor de serviços, geraram uma série de conseqüências que, de alguma forma, vão estar refletidas nas relações familiares, e por elas vão ser influenciadas. Com a redefinição dos ícones de riqueza e as oportunidades abertas pela economia em crescimento, têm-se, cada vez mais, o aumento das possibilidades de atividade e renda para as camadas mais jovens da população. A formação profissional, aliada ao crescimento e ao fortalecimento das instituições e do setor de serviço, abriu espaço para que esses jovens viessem a trabalhar e ganhar reconhecimento profissional e social sem necessariamente precisar dos bens de produção familiar para consolidar sua manutenção. Embora deva-se ressaltar que, muitas vezes, a influência da rede de parentesco pudesse vir a auxiliar na ascensão profissional dos filhos, favorecendo o acesso a cargos e funções públicas e privadas. De qualquer maneira, jovens doutores e bacharéis vão poder cada vez mais estabelecer suas trajetórias profissionais e pessoais com menor auxílio familiar.

Para tanto, a formação educacional e profissional vai ganhar destaque ao longo de todo o oitocentos. Segundo Nazarrí: “A educação era extremamente importante no século XIX, porque uma profissão liberal era praticamente uma exigência para os homens da elite e servia como via de ascensão social para os da classe média.”⁴⁷¹

Não é à toa que os filhos dos proprietários passaram a circular com mais freqüência em renomadas escolas estrangeiras e nacionais. Por sua vez, aqueles advindos de famílias com menor posse procuravam na formação educacional e profissional a possibilidade de reconhecimento e melhoria do *status* social.

Em geral, a formação era realizada em colégios e faculdades de Recife, Rio de Janeiro, Portugal, França, Inglaterra e Bélgica, o que permitia que estes jovens retornassem à capital como bacharéis em direito, médicos e engenheiros.

⁴⁷¹ NAZARRI, Muriel. *O desaparecimento do dote. op.cit., p.209.*

A despeito da fortuna familiar, e até mesmo a propósito desta, a busca de uma formação para os descendentes era algo bastante almejado e valorizado socialmente, mesmo que estes não viessem a seguir a carreira escolhida, tendo que administrar os negócios da família.⁴⁷² Na revista *A Semana* notas comentando o estudo dos filhos de famílias da elite local podiam ser corriqueiramente encontradas, como a seguir transcrita:

“Volveu a Belém, no paquete *Ceará*, após curta demora no Recife, onde fora matricular um de seus filhos na escola de engenharia, o dr. Alfredo Chaves, professor da faculdade de direito e deputado ao congresso do estado.”⁴⁷³ Também, no mesmo paquete, embora em data distinta “partiu para o Rio de Janeiro, em cuja faculdade de medicina se vae matricular, o jovem Murillo Corrêa de Miranda, filho do dr. Corrêa de Miranda, notário público em Belém.”⁴⁷⁴

Muitos desses jovens tornavam-se os primeiros *doutores* da família, outros, no entanto, trilhavam caminhos já traçados pelos pais que, já na primeira metade dos oitocentos, procuraram uma formação profissional, como se observa da lista publicada no Jornal *O Diário de Notícias*, contendo o nome dos paraenses que freqüentaram as faculdades de direito do Recife e de São Paulo, desde a época da fundação das mesmas. Na relação são encontrados os sobrenomes de boa parte das famílias mais tradicionais da cidade, como: Chermont, Corrêa de Miranda, Leitão da Cunha, Bezerra e Lacerda, para citar apenas algumas delas.⁴⁷⁵

A busca pela formação foi portanto uma marca do século XIX, embora, como se tenha dito, nem sempre esses jovens viessem a exercer a profissão, pois, às vezes, os filhos dos proprietários passavam a assumir a administração dos bens familiares após a conclusão dos seus estudos, ou mesmo, após a morte dos pais.

⁴⁷² Ao estudar a trajetória da família Maia, na Paraíba, Marisa Teruya observa que alguns filhos desse ramo familiar se formam, transformando-se naquilo que a autora chama de coronéis doutores, que continuam a exercer a administração dos bens familiares e a ocupação de cargos e funções públicas, bem como da política local. TERUYA, Marisa Tayra. *Trajatória sertaneja: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba*. (Tese). Programa de Doutorado em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. p.99.

⁴⁷³ Revista *A Semana*. vº 2, 12 de abril de 1919, nº 55.

⁴⁷⁴ Revista *A Semana*. vº 1, 15 de março de 1919, nº 51.

⁴⁷⁵ *Diário de Notícias*. 27.04.1890, p. 02.

Quando do falecimento do doutor Pedro Pereira Chermont Rayol,⁴⁷⁶ seus quatro filhos residiam fora da capital trabalhando ou realizando seus estudos em faculdades brasileiras. Pedro era residente na faculdade de medicina do Rio de Janeiro; Octavio, engenheiro civil, residia em São Paulo, exercendo sua profissão na prefeitura; Heitor, engenheiro civil, também morava em São Paulo, trabalhando na estrada de ferro de Bauru; e finalmente, Alberto, o mais novo, formado em ciências jurídicas e sociais, habitava no Rio de Janeiro. Com a morte do pai, o filho mais velho teve de retornar da capital federal para encaminhar o inventário e administrar os inúmeros bens imobiliários que o pai possuía em Belém e em outras cidades.⁴⁷⁷

Não foi diferente com a trajetória de vida de um de seus primos pela linhagem materna, Pedro Geyselar Chermont de Miranda, filho de Vicente Chermont de Miranda. Após viver na Europa com seu irmão e sua irmã, Pedro regressou a Belém substituindo o pai na administração das fazendas do Marajó e na Companhia Pastoril Paraense de abate e comércio de gado bovino.⁴⁷⁸ Antes dele, seu pai, o paraense Vicente Chermont de Miranda, havia se formado em engenharia na Bélgica e, ao regressar, assumiu a direção do engenho de açúcar da família localizado no Rio Capim, assumindo posteriormente cargos políticos e militares na guarda nacional. Em 1894, comprou grandes fazendas de gado, as quais, como foi referido, foram posteriormente administradas por seu filho, Pedro.⁴⁷⁹

Se a formação educacional tornava-se cada vez mais essencial ao homem da elite e das camadas médias locais, para manter e/ou alcançar riqueza e prestígio social, ela também era indicada às mulheres, embora com propósitos distintos. Segundo Perrot, a educação feminina estava voltada para reforçar o papel da mulher na sociedade, portanto: “estudar para uma adolescente da burguesia, significa se preparar para desempenhar seu papel no lar: cuidar de uma casa, dirigir empregados, ser a interlocutora do marido e a educadora dos filhos.”⁴⁸⁰

Nessa mesma linha de argumentação segue a análise de Bezerra Neto sobre a educação feminina em Belém, para o autor:

⁴⁷⁶ Filho do Barão de Guajará, Domingos Antônio Rayol, que chegou a ser presidente da Província do Pará. BORGES, Ricardo. *Vultos Notáveis do Pará*. 2ª ed. Belém: CEJUP, 1986 p. 130.

⁴⁷⁷ Inventário Pedro Pereira de Chermont Raiol. Maço 61. Ano: 1929. ATJEP.A.

⁴⁷⁸ BORGES, Ricardo. *Vultos Notáveis do Pará. op.cit., p.299.*

⁴⁷⁹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA). Catálogo da 1ª Série de uma galeria histórica – Belém - Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1918. p. 23-24.

⁴⁸⁰ PERROT, Michelle. *História da vida privada IV: da revolução francesa à primeira guerra. op.cit., p.236.*

“as representações sociais sobre a disseminação da instrução pública primária no seio da sociedade, como mecanismo fomentador do progresso moral e social do país, traziam à tona a necessidade de educação da mulher.” E, com base nesse ideal verifica-se: “a fundação de colégios católicos femininos, sob a direção de ordens religiosas européias, durante o processo de reforma eclesiástica da Igreja Católica, na segunda metade do século XIX (o que) acabava satisfazendo os anseios das famílias tradicionais da sociedade paraense, na medida em que a romanização representou igualmente uma europeização, oferecendo às elites conservadoras institutos católicos.”⁴⁸¹

A despeito de boa parte das mulheres paraenses permanecer em Belém para efetivar seus estudos, pôde-se encontrar referência a jovens que realizaram sua formação em países estrangeiros. Essa era a situação das filhas do comerciante Cesário da Silva Ferreira, português, solteiro, que reconheceu seus filhos por escritura pública. Em seu testamento, Cesário deixou discriminados os valores que deveriam ser entregues aos 07 (sete) filhos que tivera com a paraense Antonina dos Reis. Para as 02 (duas) filhas que se encontravam estudando em Portugal “além de herdeiras como filhas, deixo-lhes mais a importância de duzentos mil reis, moeda forte, a cada uma como auxílio para se transportarem a sua terra natal, embora elas não queiram voltar, e se ambas ou alguma não tiver ainda completado a idade de 15 anos, deixo mais a mensalidade de 15 mil reis também moeda portuguesa a cada uma até completarem a referida idade.”⁴⁸²

A preocupação inicial de Cezario era deixar às meninas a possibilidade de retornarem ao Brasil caso assim o preferissem ou fossem obrigadas a fazê-lo. Delega-lhes uma certa quantia até completarem a idade de 15 (quinze) anos, com a qual pudessem se manter no Reino e, dessa forma, prosseguir os estudos. Ele garantia assim a permanência

⁴⁸¹BEZERRA NETO, José Maia. “O asilo Lyndo e protetor: Práticas e representações sociais sobre a educação feminina. Belém (1870-1888).” In: ÁLVAREZ, Maria Luzia Miranda & D’INCAO, Maria Ângela. *A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e do gênero na Amazônia*. Belém: CEJUP, 1996. p. 06.

⁴⁸² Inventário Cezário da Silva Ferreira. Maço 04. Ano 1893. ATJEP.A.

das filhas e de sua educação, a despeito de seu possível falecimento, que de fato ocorreu, um ano após a redação do testamento, em 1893.

Em relação àquelas que realizavam seus estudos em Belém, a educação, via de regra, circunscrevia-se a uma formação básica das ciências, o aprendizado artístico e de uma língua estrangeira. A instrução escolar não priorizava uma educação superior, mas um conhecimento mínimo aliado ao trato nos afazeres domésticos para formar boas mães, que pudessem auxiliar na preparação ética e moral dos filhos, futuros cidadãos e cristãos.⁴⁸³

Entretanto, a experiência é multifacetada, e o cotidiano nos surpreende com tramas que estabelecem o diálogo entre a norma e o improvisado, trazendo à tona histórias marcadas pela tensão da representação e a vivência de papéis sociais atribuídos aos gêneros e aos segmentos sociais.

Nessa rede intrincada e nada linear é que se pode compreender a história da jovem Ambrosina Monteiro Franco. Aos 19 anos, ela ainda era considerada de menoridade e, portanto, subordinada ao poder paterno. Todavia, Ambrosina havia estudado, sendo bacharel em “sciencias e letras pelo Gynasio Paes de Carvalho”, atuando como professora normalista. Foi justamente com base nessa formação que ela deu entrada em um requerimento de “*supprimento paterno para fins de casamento*”. Através desse documento, a normalista pretendia adquirir sua emancipação. O propósito de tal atitude estava relacionado ao fato do pai de Ambrosina, Jeronymo Aquino do Rego Franco, não consentir no casamento da mesma com o marido que ela escolhera. O eleito era empregado federal, tendo dessa forma como sustentar uma família, não sendo um qualquer, o que reforçava os argumentos da suplicante.

Após a morte de sua genitora, Ambrosina passara a viver na casa de Angelina Para-Assú da Serra Freire, que a criou e cuidou de sua educação. Esta senhora era casada e não possuía muitas posses, mas tinha o suficiente para que Ambrosina se formasse.⁴⁸⁴ Em 1914, foi a vez de sua tutora, Angelina, vir a falecer, passando a normalista a viver em casa de

⁴⁸³ BEZERRA NETO. “O asilo Lyndo e protetor: Práticas e representações sociais sobre a educação feminina. Belém (1870-1888)”. *op.cit.p.*, 07.

⁴⁸⁴ Angelina era casada com Edgard Nelson da Serra Freire, o qual, três anos após o seu falecimento, volta a casar-se abrindo, para tanto, um *auto de negação de bens*, instrumento jurídico utilizado nos casos em que o casal não possuía bens a serem inventariados, sendo necessário que o cônjuge sobrevivente fizesse um juramento garantindo a ausência de tais bens. Esse documento era necessário para que o(a) viúvo(a) sem inventário pudesse casar-se novamente. Auto de negação de bens, 11.05.1917. Cartório Odon Rhossard - ATJEP.

uma provável parente daquela senhora, Cesaria Godóes da Serra Freire, de onde seu pai pretendia tirá-la.

Entre os argumentos utilizados pelo advogado da menor, Américo Lins de Vasconcellos Chaves, para garantir sua emancipação, estava o fato de que:

“...o pátrio poder que seo pae Jeronymo Aquino do Rego Franco exercia sobre sua pessoa e bens terminou não obstante a supplicante ainda não ter atingido a maioridade, por acontecimentos que operam em direito, a emancipação legal dos filhos famílias.”⁴⁸⁵

Baseando-se nos ensinamentos de Clóvis Bevilaqua destaca-se entre esses acontecimentos legais, o fato da jovem ter-se bacharelado em letras e recebido o grau de professora normalista, tendo portanto uma formação educacional e profissional. Ainda segundo o advogado: “Esses diplomas são científicos e como taes operam a emancipação legal.”⁴⁸⁶

O processo é julgado procedente ainda naquele mesmo ano de 1914, e Ambrosina torna-se emancipada para todos os atos da vida civil, sem restrição alguma, de acordo com o despacho do juiz, Francisco Severino.

Nesse processo chama atenção o fato da normalista questionar uma certa ordem baseada no pátrio poder sobre os filhos menores, e ainda, sobre o direito paterno de escolha ou rejeição de um cônjuge. Esse fato demonstra bem a tendência que se verifica no século XIX dos jovens cada vez ficarem mais independentes da rede familiar para a realização de alianças matrimoniais, em função de sua formação educacional e profissional, que lhes possibilitava a manutenção de uma família com o recurso de seu próprio trabalho. Nessa perspectiva, a situação vivida por Ambrosina é ainda mais exemplar por se tratar de uma mulher que reclama o direito de escolha do parceiro, tendo como argumento sua formação escolar e profissional. No entanto, se de um lado ela estava questionando uma norma, por outro, ela o fazia na tentativa de realizar uma prática normativa representada pelo casamento. Afinal:

“ devido a poucas opções que restavam à mulher, o casamento tinha uma função específica, especialmente numa sociedade onde sua

⁴⁸⁵ Auto de requerimento de supprimento paterno para casamento, em que é requerente Ambrosina Monteiro Franco. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado, Cartório Odon Rhossard. 28.03.1914.

⁴⁸⁶ *Idem.*

imagem estava associada ao de esposa e de mãe. Representava também proteção e a decente sobrevivência...”⁴⁸⁷ Por conta dessa representação em torno do casamento “os celibatários, vistos como ameaça ao edifício social e à pureza do casamento, eram motivo de discursos que não poupavam os homens tampouco as mulheres”.⁴⁸⁸

Ao questionar o poder paterno de escolher seu marido, Ambrosina buscava não o rompimento de uma norma, mas a consolidação de uma prática normativa, utilizando-se para isso de meios pouco convencionais. Essa história aponta para a complexidade de práticas e representações que poderiam envolver o casamento a partir da trajetória de uma jovem normalista de camada média como Ambrosina. Situações que mostram a imbricada trama da experiência e as possibilidades de leitura que a vivência encerra.

Para além de um preceito normativo e a formação de uma nova unidade conjugal, o casamento podia ter múltiplos significados em meio aos homens e as mulheres das camadas médias e da elite local, alterando papéis sociais, formas de identificação e expectativas de vida.

É importante que se destaque o fato de que os enlaces matrimoniais envolviam não apenas os contraentes mas também suas famílias, sendo o ritual do casamento objeto de divulgação e expressão da condição social das mesmas.

Não era à toa que, quando anunciada uma união nas manchetes dos periódicos que circularam em Belém, era o nome de família que vinha preferencialmente citado, em detrimento dos noivos que iam efetivar o matrimônio, como pôde ser observado anteriormente no anúncio de casamento de Renée Chermont e Cícero Costa publicado na revista *A Semana*. Nesse mesmo periódico, em seção correspondente aos fatos ocorridos na sociedade como: batizados, casamentos e festas, encontravam-se manchetes como a abaixo transcrita:

“ Enlace Pereira-Sodré Gomes.
...O jovem casal Maria de Lourdes Pereira Gomes e Lauro Sodré
Gomes, cujo consorcio se effectuou recentemente nessa capital. A

⁴⁸⁷ SAMARA, Eni. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989. p.98.

⁴⁸⁸ MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil: república da belle époque à era do rádio*. Tomo 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p .386-387.

noiva é neta do coronel Juvêncio Sarmento, influente político no Pinheiro e o noivo, filho do major José Olympio Gomes.”⁴⁸⁹

Da mesma forma, as cerimônias eram detalhadamente descritas em matérias de jornais e revistas. No enlace ocorrido em 1902 entre Consuelo Alvarez e o advogado Liberato de Castro, oriundos de duas famílias de comerciantes, toda a cerimônia civil realizada na vivenda do pai da noiva, o comendador Hilário Alvarez, e a cerimônia religiosa realizada na Catedral da Sé, foram minuciosamente descritas. As ruas do trajeto que levavam ao palacete do pai do noivo, o Dr. Liberato de Castro, onde se realizou a recepção, foram uma a uma citadas. Ambas as residências localizavam-se na Estrada de “Nazareth”, espaço de morada de muitas das famílias da elite local. Diz a matéria que, logo após a cerimônia civil: “um rosário de carros desfilou pela estrada de Nazareth rumo ao Largo da Sé...”.⁴⁹⁰

O nome de família das pessoas que participaram da cerimônia de casamento foi igualmente citado, bem como as roupas das mulheres descritas minuciosamente. Até mesmo o programa do concerto musical tocado na cerimônia ganhou destaque nas matérias. O requinte coube à exposição das jóias que o noivo ofereceu à noiva, realizada na casa comercial *Villa & Gonzáles*, para visitação e conhecimento de quem quer que fosse.⁴⁹¹

A exposição, a ostentação e a divulgação aqui destacadas revelam para a sociedade a riqueza das famílias envolvidas, o seu pertencimento, deixando claro a sua distinção e a construção de um espaço social diferenciado, uma hierarquia bem demarcada, o *bom gosto e o dom*, de que falava Bourdieu.⁴⁹² Mais do que o enlace em si mesmo, a maneira de realiz -lo era expressão de condição social e prestígio. Como dizia a matéria, “entre os convivas porém, do que Belém possui de bello e mais aristocrático.”⁴⁹³ Nomes das mais tradicionais famílias locais podiam ser encontrados, alguns deles já aqui citados, como os *Miranda, Chermont, Martins, Motta*, além de senadores, comendadores e barões. Desta forma, as *distinções de fato* eram transformadas em *distinções significantes*, ainda lembrando as proposições de Bourdieu.

⁴⁸⁹ Revista *A Semana*. v  3, p. 09.1919.

⁴⁹⁰ BOTELHO, João José da Costa. *A família Castro no Pará*. Belém: Falangola, 1983. p.68.

⁴⁹¹ *Idem, ibidem*. p.74.

⁴⁹² BOURDIEU, Pierre. “Condição de classe e posição de classe”. In: AGUIAR, Neuma. *Hierarquias em classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 66.

⁴⁹³ *Idem, ibidem*. p. 68.

Para além do caráter cerimonial e distintivo de posição social, o casamento também podia ser lido através das mudanças que ensejava à vivência dos noivos, trazendo uma série de mudanças de comportamentos e expectativas. Ao dar a notícia sobre o casamento de uma amiga, a colaboradora da revista *A Semana*, Eneida Costa, que assinava *Miss Felicidade*, narra a trajetória de vida de quatro amigas, deixando claro de que forma o casamento representou um rito de passagem em suas existências. Esse relato ajuda a pensar no sentido das mudanças representadas pela união conjugal em relação às mulheres, como se poderá observar.

Eneida inicia afirmando que as quatro amigas se conheceram no navio que as levava ao Rio de Janeiro, onde iam passar um tempo, prática que parecia comum às jovens de recursos da época, que buscavam formação, ilustração e conhecimento de costumes ditos modernos e civilizados na capital federal. Ao retornarem, o grupo formado por Rennée Chermont, Hilda Vasconcelos, Marina (de quem não se sabe o sobrenome) e a própria Eneida, organizava eventos sociais, alguns deles beneficentes, como o festival em prol da Cruz Vermelha Brasileira, por conta da primeira guerra mundial que então acontecia nos campos europeus. E assim seguiam elas, segundo Eneida:

“ Vivendo sempre a trocar idéias e livros, sempre alegres, cheias dessa alegria santa da mocidade; até que a primeira de todas casou-Hilda Vasconcellos. Depois Yayasinha embarcou também para o Rio. Agora Renée se casou e partiu. Levamo-la a bordo e voltamos com olhos vermelhos de chorar...Ella partiu feliz porque realizou seus sonhos de ventura. Levou-a pelo braço aquelle que ella distinguiu entre todos para tornal-o seu marido... E o nosso grupo esta a desfazer-se. Hilda em São Paulo; yayazinha no Rio e Renée em Manaus. Estamos a separar-nos lentamente.”⁴⁹⁴

Para a escritora o significado do casamento se revestia de um destino feliz e cor-de-rosa, como ela chega a declarar na seqüência da mesma matéria; no entanto, revestia-se igualmente em perda e mudança, não apenas de *status* social, mas também de lugar, de relações de amizade e lembranças.

Renée Chermont, a última das amigas a casar-se, era filha de Antonio Leite Chermont, agente da Companhia de Comércio e correspondente do *Jornal do Commercio*,

⁴⁹⁴ Revista *A Semana*, 08.05.1908, v.03, nº 110.

no Rio de Janeiro, além de diretor e proprietário do Jornal *Estado do Pará*. Filha de uma tradicional família de pecuaristas da ilha do Marajó, os *Chermont*, ela se casou com um acadêmico de direito e funcionário público em Manaus, Cícero Costa.

Seus sponsais foram anunciados nos jornais locais, como de costume acontecia em meio às famílias proprietárias, cerca de um ano antes do enlace matrimonial.⁴⁹⁵ A mesma divulgação teve a cerimônia de casamento, onde se lia:

Enlace Costa-Chermont

“Realiza-se no dia 19 em Belém, o enlace matrimonial do estimável moço Cícero Costa, residente em Manaus, com a distinta mademoiselle Renée Chermont, filha do Dr. Antonio Chermont, director-proprietario do ‘Estado do Pará’. Figuras das mais distintas do *set* belemense, os jovens noivos gosam das mais merecidas sympathias na nossa sociedade, constituindo por isso esse casamento, um verdadeiro acontecimento social em nosso meio...”⁴⁹⁶

Menos de um mês após a cerimônia religiosa e civil de seu casamento, Renée embarcou para a capital do Amazonas, onde o marido residia, assim como outras amigas suas já o haviam feito. Eneida, sua amiga escritora, foi a única que se formou, tendo cursado a faculdade de Odontologia existente em Belém.⁴⁹⁷

Estes fragmentos da trajetória de vida dessas quatro jovens amigas da elite local permitem que se conheça mais de perto o universo em que estava envolta a prática do casamento e o seu significado para essas mulheres. Dentre eles, destaca-se a mudança de *status* social, que, nas palavras de Eneida, “é o fato que marca o fim de uma mocidade”, e, com isso, o início de uma nova sociabilidade, por vezes, em outra cidade, seguida de uma residência neolocal pela linhagem do marido, afinal: “Renée foi para Manaus, Yayazinha para o Rio...”. Por outro lado, implicava na quebra de laços de amizade juvenis e o início de novos papéis sociais.

A partir da trajetória de uma normalista e de quatro amigas, pôde-se conhecer alguns dos significados que envolviam o casamento para moças de camadas médias e da

⁴⁹⁵ Revista *A Semana*, 01.03.1919, nº 49.

⁴⁹⁶ Revista *A Semana*, 17.04.1920, v.03, nº 107.

⁴⁹⁷ Até onde se pode seguir as notícias da Revista *A Semana*, no ano de 1921, não foi encontrada referência ao fato de Eneida Costa ter se casado.

elite local. Cabe, a partir de agora, destacar de que forma o casamento podia também assumir outros significados para jovens homens pretendentes sem muitos recursos, vindos de famílias sem muita tradição.

Para estes jovens com renda média, a formação profissional poderia ser a única forma de estabelecer aliança matrimonial com uma moça pertencente aos clãs mais tradicionais. Ela se tornava um instrumento a mais no reforço, ou mesmo, em alguns casos, na mudança do *status* social do indivíduo, na forma como ele passava a ser reconhecido e identificado socialmente, influenciando também as relações pessoais estabelecidas. Jovens bacharéis sem muita riqueza ou tempo de permanência no Estado, mas com formação e algum prestígio profissional, tinham cada vez mais chances de frequentar os espaços de sociabilidade burguesa e desposar mulheres de famílias de camadas mais abastadas.

Num jogo de trocas como o casamento, a respeitabilidade e o crescimento de um profissional liberal poderia torná-lo um pretendente a ser considerado, mesmo que vindo de família sem nome, tradição ou reconhecimento considerável. Não raramente esses jovens ao se casar já se encontravam em uma situação profissional estabelecida. Para tanto, era necessário ter dedicado um tempo de investimento na carreira, que fazia com que a idade em que os enlaces ocorressem fosse acentuada, na faixa dos 30 (trinta) anos de idade.

No entanto, vale lembrar que o casamento desses jovens com moças da elite não ocorria sempre de forma tranqüila, e, em alguns casos, o pai chegava a criar estratégias para inibir que as inclinações individuais se impusessem frente aos seus desígnios e interesses familiares. É isto que se depreende dessa crônica literária tão bem retratada na revista *A Semana*, que simboliza exatamente essa tensão entre os interesse pessoais de uma jovem da elite e sua família quando esta se apaixona por um estudante menos afortunado.

Na coluna intitulada *Mulher*, o escritor fala de uma história de amor ocorrida entre a filha do senador Francisco de Magalhães e o bacharel Affonso Carlos, que ela conhecera em uma *soirée* havida na casa de um político. Ele era “sua grande paixão ardente e impetuosa...”. Quando, por indiscrição de amigos, o pai ficara sabendo do desejo da filha, vociferara:

“Não te casarás com elle porque não consentirei! Não vês tu que esse bacharelete só te quer porque sabe que tenho mais de mil contos e que és filha única? era o que faltava!”. “Porém, ella o amava! Na exaltação de seu amor quase não se importava que elle só mesmo a

quisesse pela sua riqueza...certo, algum sentimento affectuoso elle haveria de sentir por ella.”

Frente a essa situação, o pai a enviara para a França, juntamente com a família de um primo, com o argumento de que ella precisava completar sua educação em um colégio. Durante sua ausência, Affonso Carlos tornara-se deputado, professor e intelectual de renome. Com a morte do pai, ela retorna, acreditando, finalmente, poder casar-se com o seu amor. Qual não foi sua surpresa e decepção ao saber que Affonso Carlos estava noivo de outra mulher. Com despeito, achou que a pretendente seria rica, lembrando das palavras do pai, mas descobriu que era “ pobre e humilde! Só pois um grande amor, conturbante e extremado, impelliria um homem como Affonso Carlos, faminto d’ambição, a esses extremos”. Com a decepção e o desespero, alguns dias depois, os jornais noticiavam que “ a rica filha do senador Fernando de Magalhães ia professar e doara quase toda a sua fortuna a um instituto de beneficência.”⁴⁹⁸

Nesse drama ficcional fica clara a representação da tensão que regia o tênue equilíbrio entre as inclinações pessoais e as necessidades econômico-sociais do grupo de parentesco, no estabelecimento das alianças matrimoniais.

A propósito da maior autonomia dos jovens para administrar suas escolhas e construir por si sua trajetória, possibilitada pelo crescimento das profissões liberais e a maior oportunidade de emprego e renda, a autoridade familiar continuava influenciando as opções. Essa autoridade era ainda bastante sentida, particularmente entre as mulheres, como foi visto na história acima. Apesar de bacharel, Affonso Carlos não vinha de família rica ou tradicional, não sendo uma opção de noivo para a filha única de um senador. O que estava em jogo, neste caso, era a dispersão do patrimônio familiar, que girava em torno de *mil contos de réis*. Por outro lado, a formação profissional abriu caminho para que Affonso Carlos posteriormente se destacasse socialmente e viesse a assumir um cargo político de representação pública exponencial, mesmo não sendo de família rica.

Na trama ficcional que retrata o cotidiano de experiências de uma época, atualiza-se a questão da educação e da formação profissional como o caminho para os jovens se estabelecerem sem os bens familiares, dependendo cada vez mais de suas ações pessoais,

⁴⁹⁸ Revista *Ephemeris*, 08.1916, vº 01, nº 01.

embora nem sempre a influência da rede de parentesco fosse preterida. De qualquer forma, aos menos afortunados ou migrantes cabia a formação educacional como possibilidade de ascensão social.

O baiano Napoleão Simões de Oliveira, ao casar-se com a filha de um próspero proprietário de terras e criador de gado da Ilha do Marajó, Anthonio Theodomiro Ferreira Penna, tinha 38 (trinta e oito) anos de idade, já exercendo a função de desembargador do Tribunal de Justiça do Pará. Sua esposa, Leonilla Teixeira Penna, possuía 18 anos à época. Sua irmã, Marcionilla, casou-se pouco tempo depois, com 22 anos, com o americano, Julio Weinberg, de 37 anos de idade, doutor em medicina. Estes exemplos mostram de que forma duas representantes de uma família tradicional e rica de proprietários de terra e pecuaristas casaram-se com migrantes de famílias sem tradição no Estado, mas com uma sólida carreira liberal, que lhes possibilitava prestígio, reconhecimento e *status* social, a ponto de estabelecerem aliança com mulheres abastadas da sociedade local.⁴⁹⁹

No entanto, a despeito dessas situações singulares, onde os noivos não tinham necessariamente o mesmo prestígio e tradição, as alianças matrimoniais envolvendo pessoas que possuíam fortuna e condição social hegemônica foram as mais recorrentes na amostragem dos inventários.

Como se fez referência no início do capítulo, a endogamia em relação à riqueza prevaleceu no casamento das pessoas da elite local. Isso não quer dizer que o fato dos cônjuges possuírem fortuna, significava congregar necessariamente o mesmo prestígio social ou relações de amizade e de parentesco influentes. Volta-se a lembrar aqui que muitos proprietários, em particular os estrangeiros, aliaram-se às mulheres de famílias da elite local a fim de agregar consideração e reconhecimento a suas fortunas, buscando garantir, dessa forma, a potencialização de sua rede de influência e poder.

No capítulo que se segue, será observado de que forma as alianças matrimoniais estabeleceram-se em meio à elite proprietária da capital paraense, buscando demonstrar com mais detalhes o argumento acima sugerido.

⁴⁹⁹ Inventário Anthonio Theodomiro Ferreira Penna. Maço: 23. Ano: 1899. ATJEPA.

CAPÍTULO VII - ALIANÇAS, HERANÇA e CONTRATOS NUPCIAIS

Nesse capítulo pretende-se mostrar de que maneira as famílias da elite local estabeleceram suas alianças matrimoniais, ora seguindo preferências de casamento exogâmico, ora endogâmico, de acordo com situações particulares. Por sua vez, a discussão que se segue deixa claro os casamentos que ocorreram em meio às tradicionais famílias paraenses com riqueza fincada preferencialmente, embora nem sempre exclusivamente, na terra e no gado, com comerciantes estrangeiros enriquecidos, recém-chegados à província, atraídos pelo negócio da borracha.

Da mesma forma, se destaca a forma como algumas situações singulares apontadas permitem enxergar o tênue equilíbrio estabelecido entre as opções dos indivíduos e as pretensões familiares muitas vezes pautadas na tentativa de manutenção e fortalecimento patrimonial do grupo de parentesco mais amplo.

As estratégias de manutenção dos bens através de contratos de dotação e herança encerram esse capítulo, mostrando as especificidades na distribuição e transmissão da riqueza de acordo com a atividade econômica desenvolvida pelo inventariado. Assim como o número pequeno, mas ainda existente, de contratos de dotação nupcial que regulavam o pertencimento e herança desses bens entre as famílias ascendentes e descendentes dos noivos.

7.1. Uniões matrimoniais na elite paraense

Até o momento, mostrou-se de que forma as transformações econômicas e políticas que marcaram a segunda metade do século XIX ajudaram a compreender as tendências que levaram às possibilidades abertas aos jovens de ter formação e oportunidades cada vez mais amplas de estabelecimento profissional, independentemente dos bens familiares. E, ainda, os diversos significados que o casamento poderia assumir para mulheres e homens das camadas médias e da elite local. Mostrou-se também o fortalecimento de novos grupos que começaram a ganhar destaque, remodelando as relações de poder na sociedade paraense.

Vale lembrar que esses grupos eram formados por indivíduos ligados ao setor comercial, muitos deles de nacionalidade estrangeira, ou mesmo, migrantes nacionais, na sua maior parte recém-chegados à capital, sem tradição ou nome de família, mas com renda e propriedade. Alguns fizeram fortuna no Estado, outros já vieram com algum recurso de seus locais de origem. Seus negócios estavam, de alguma forma, ligados à produção gomífera, ou foram por ela incentivados em função da intensificação comercial e da demanda gerada pela maior circulação de pessoas e liquidez econômica.

Embora a fortuna lhes abrisse a possibilidade de participação no universo restrito da elite paraense, nem sempre ela era garantia de prestígio e reconhecimento. Fazia-se necessário aliar à riqueza outros fatores como nome e tradição familiar, o que poderia ser alcançado através de alianças comerciais e conjugais com membros das famílias locais, cujo estabelecimento na capital remontava ao período colonial, quando muitas dessas famílias receberam terras de sesmarias doadas pela coroa.⁵⁰⁰ Eles eram proprietários de terra voltados para a criação de gado, engenhos de açúcar, olarias, cultivo de cacau, alguns com firmas comerciais, ocupando cargos e funções políticas e militares que desvelam sua rede de influência e poder; pouco a pouco, como já visto no capítulo VI, alguns desses proprietários combinaram essas atividades à extração de seringa, ou ainda, à firmas de aviamento ou de comércio de mercadorias em geral. A abertura de tais firmas poderia se dar de forma individual ou através de sociedades comerciais, que muitas vezes envolviam comerciantes estrangeiros, muitos deles portugueses, filhos de portugueses, ou brasileiros naturalizados.

Estas sociedades não raramente extrapolavam o âmbito dos negócios e alcançavam as relações familiares. A abertura dessas famílias tradicionais à novas atividades e negócios podia ser iniciada, ou consolidada, a partir de alianças matrimoniais envolvendo seus membros com comerciantes estrangeiros ou nacionais. E ainda, o poder e o patrimônio de um genro bem-sucedido poderia vir a tornar-se um fator importante para conseguir ou fortalecer cargos administrativos e funções políticas, da mesma forma que ter um sogro ou

⁵⁰⁰ Algumas famílias, no entanto, obtiveram concessões mais tardias de terras de sesmarias, como foi o caso da tradicional família Malcher, cujas terras foram doadas nas duas primeiras décadas do século XI. Segundo, Marim, essas famílias, à época eram “de segundo nível”. Com o passar do tempo sua posição política foi sendo fortalecida. MARIN, Rosa Acevedo. “As alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX..” In: *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo: Instituto de pesquisas Econômicas (IPE), nº 15, 1985. p.153-167.

cunhado com influência política poderia abrir portas a novas atividades, mercados e favores que potencializassem os negócios. Trata-se portanto de uma via de mão dupla, onde os interesses da elite local se coadunam com os do grupo de comerciantes instalados no Estado, em meados da segunda metade do século XIX. Grupo este que se torna cada vez mais nítido e numeroso, ampliando suas fortunas, relações de poder e organização política.

Analisando as relações matrimoniais e a sociedade do século XIX no Pará, Marim, em seu trabalho pioneiro, destaca que:

“ No Brasil colônia, a base da riqueza era a propriedade fundiária transmitida por herança e protegida pela instituição do morgado. As alianças matrimoniais se faziam em função da propriedade da terra. No século XIX, porém, com o desenvolvimento do comércio e com a maior integração com a economia mercantil, a forma monetária da riqueza começa a concorrer com a forma imobiliária. As alianças passam então a depender em grau menor da propriedade fundiária. Embora revestida de prestígio inferior, a riqueza mobiliária torna-se importante para, inclusive, o próprio dono do grande latifúndio; ela permite até adquirir títulos mobiliários que compensam, do ponto de vista do status social, a fragilidade do título imobiliário.”⁵⁰¹

A autora continua sua análise afirmando que ocorre nesse período o que ela chama de deslizamento da base econômica sobre a qual as famílias da elite paraense estabeleceram sua reprodução, tendo em vista a abertura do comércio, o que refletiu diretamente nas alianças matrimoniais efetivadas. Marim conclui que a classe alta, criada nos anos anteriores da borracha dentro do aparelho do Estado, “não parece ter contraído muitas alianças com esse segmento dinâmico da sociedade... Durante muito tempo conseguiu se manter em destaque nas colunas sociais, mas seu verdadeiro poder acabou diluindo-se numa sociedade aceleradamente dominada pelos negócios”.⁵⁰²

É bem verdade que as famílias com fortunas pautadas preferencialmente na posse de terra e criação de gado tiveram seu poder diluído, como afirma a autora; afinal novos grupos de comerciantes nacionais e estrangeiros emergiram na capital. Entretanto, isso não implicou necessariamente na perda de sua rede de influência e de patrimônio. Esse fato

⁵⁰¹ MARIN, Rosa Acevedo. “As alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX..” *op.cit.*, p.155.

⁵⁰² *Idem, ibidem.* p.166.

pode ser observado a partir do valor elevado dos legados deixados por representantes de algumas dessas famílias, ainda na virada do século XIX para o XX, e a contínua ocupação de cargos e funções públicas e administrativas por parte de seus membros.

Por outro lado, o revigoramento de algumas delas parece ter ocorrido justamente em função da agregação das atividades pecuaristas e de plantio à extração de seringa, como ocorreu com a família Pombo, por exemplo; ou ainda, o estabelecimento de sociedade em firmas comerciais envolvidas, direta ou indiretamente, com o negócio da borracha.

Aqui se procurará demonstrar de que maneira algumas famílias proprietárias da tradicional elite paraense conseguiram manter-se no poder político e econômico local, em função da flexibilização de suas atividades econômicas, fortalecidas a partir das alianças matrimoniais efetivadas. O casamento significou, para alguns desses agrupamentos familiares, a possibilidade de reestruturação do patrimônio, ou ainda, no caso daquelas com fortunas abaladas, a possibilidade dos descendentes conseguirem manter o padrão de riqueza e prestígio, através do dinheiro de comerciantes sem tradição e *status* social, mas com negócios rentáveis.

Da mesma forma, se, com o crescimento da produção gomífera, verifica-se o aumento no grupo de migrantes para a capital, com destaque para os estrangeiros que abriram novos negócios no Estado, esse deslocamento não se deu apenas no momento de auge daquela economia, sendo verificada a instalação de várias famílias de comerciantes em Belém, ainda na primeira metade do século XIX. Nomes como *La Rocque*, Castro e Costa destacavam-se na sociedade paraense do início dos oitocentos, com negócios direcionados preferencialmente para o comércio de mercadorias em geral, e da borracha, em particular. Mesmo alguns membros dessas famílias, pelo tempo em que se encontravam na província, investiram também na aquisição de propriedades rurais, ampliando seu leque de atividades, assim como na formação profissional de seus filhos, o que permitiu com que, já na segunda metade do século XIX, eles fossem reconhecidos na sociedade local por atividades que extrapolavam o âmbito do comércio.

É nesse universo de uma elite proprietária de terra e gado, por vezes com atividades também mercantis, e ainda, comerciantes há mais tempo instalados na capital, que os recém-chegados homens de negócio vão estabelecer suas alianças, buscando associar à fortuna, o prestígio e poder, que, como já se discutiu, são critérios fundamentais para a

ascensão na hierarquia social e a condição de pertencimento aos grupos de elite. Alianças que se tornam uma corrente contínua de obrigações e de reciprocidades e que ajudam a realizar e reforçar relações sociais.

Se no capítulo IV destacou-se como em meio à massa da população foi encontrada uma acentuada endogamia na escolha de parceiros com a mesma naturalidade, quando se percorre a trajetória dos casamentos ocorridos entre pessoas da elite local, o que se observa é a recorrente endogamia relativa à renda e ao patrimônio. Os arranjos matrimoniais preferencialmente ocorriam entre famílias de proprietários que tinham na posse de terra, criação de animais, comércio e exercício de importantes cargos públicos suas principais atividades.

Emergindo mais diretamente nos matrimônios estabelecidos na Belém do período estudado, observa-se que, embora no século XIX, as alianças exogâmicas ganhassem cada vez mais espaço no seio das famílias proprietárias, particularmente da elite agrária, os **casamentos mais verticais**, com membros da própria família, ainda podiam ser encontrados durante o oitocentos.

Estas alianças, muitas vezes, funcionavam como estratégia de conservação do patrimônio, assim como de restrição à entrada de indivíduos sem linhagem na rede de parentesco. Em alguns casos, elas eram arrançadas e tinham que acomodar as expectativas dos indivíduos às necessidades do grupo familiar. No entanto, nem sempre esse equilíbrio era encontrado e, quando isso ocorria, os arranjos matrimoniais não seguiam de acordo com as expectativas do grupo.

Foi assim com o casamento de Maria de Nazareth Ferreira *Gomes de Miranda*, filha do Capitão Antonio Gomes *Corrêa de Miranda*, proprietário de terra e criador de gado na vila de Cachoeira, ilha do Marajó. Apenas metade dessas terras pertencia ao capitão Antonio, correspondendo a outra metade restante aos seus irmãos, José dos Passos e Marcello Gomes Corrêa de Miranda.⁵⁰³ Eles eram também sócios de uma firma de criação de gado existente naquelas fazendas e administradas por Antônio, desde o ano de 1858.⁵⁰⁴

A reagregação da fazenda e a consolidação da sociedade foi resolvida através do casamento de Maria de Nazareth com o irmão de seu pai, o já referido, José dos Passos.

⁵⁰³ Inventário Antonio Gomes Corrêa de Miranda. Caixa: 1871. Ano 1871. ATJEP.A.

⁵⁰⁴ Jornal *Diário do Comercio*. 07.02.1859. p.04

Com este arranjo matrimonial entre tio e sobrinha, as terras não apenas não permaneceriam divididas, como se manteriam exclusivamente no grupo de parentesco. O pai de Maria, Antonio, faleceu em 1871, ficando a fazenda sendo administrada pela firma *Miranda & Irmãos*. Quando, treze anos mais tarde, José dos Passos vem também a falecer, fica-se sabendo que ele encontrava-se separado de Maria há cerca de dez anos. Isso significava que, pouco tempo depois da morte do capitão Antônio, sua filha e seu irmão separaram-se.⁵⁰⁵

Do casamento, Maria e José dos Passos tiveram uma filha que não vivia com a mãe, e sim, com uma tia pela linha paterna. Enquanto era vivo, José dos Passos residia em Belém, onde teve outra filha, já depois da separação, com uma mulher solteira. Maria foi viver em um vilarejo no rio Guajará, voltando a casar-se, desta feita com Antonio Luiz de Azevedo, com quem, por sua vez, também teve outro filho. Ele era um pequeno proprietário de terras com plantação de cacau e algumas árvores de seringueira, sem grandes posses ou pertencimento a um clã familiar tradicional.⁵⁰⁶

Com o fim do casamento de *primeira núpcias* com o irmão de seu pai, Maria ficou sem nenhum bem da família. Somente após o falecimento de José dos Passos ela herdou três pequenas casas localizadas em Belém, não tendo obtido qualquer parte nas fazendas e no gado existente na ilha do Marajó.

O segundo marido de Maria, Antonio, morreu quatro anos depois de José dos Passos, em 1888. Seu legado não ultrapassou os dez contos de réis (401£), sendo que, dentre os bens arrolados de maior valor, encontravam-se as casas, localizadas em Belém, que fizeram parte da herança deixada por José dos Passos a Maria.⁵⁰⁷ Ao separar-se do irmão de seu pai, rompendo a aliança matrimonial estabelecida no universo da rede de parentesco, e ainda, casando-se com um indivíduo sem posses, Maria não teve direito à maior parte dos bens familiares, não apenas logo após a separação, como também depois da morte do marido. Some-se a isso o fato dela não ter criado a filha, não se sabe se por opção ou imposição familiar, mas a questão é que a menina ficou com a parentela, permanecendo desta forma integrada à rede familiar, embora a mãe pareça ter sido alijada da mesma, tendo em vista o fato de não ter recebido grande parte de sua herança.

⁵⁰⁵ Inventário José dos Passos Gomes Corrêa de Miranda. Caixa: 1884. Ano 1884. ATJEP.A.

⁵⁰⁶ Inventário Antonio Luiz de Azevedo. Caixa: 1888, Ano 1888. ATJEP.A.

⁵⁰⁷ Inventário Antonio Luiz de Azevedo. Caixa: 1888, Ano 1888. ATJEP.A.

Esta história mostra as tensões vividas pelas famílias quando da organização das alianças matrimoniais, que nem sempre, conseguiam dar conta das contingências patrimoniais e das inclinações individuais de seus membros.⁵⁰⁸

Apesar das possíveis dificuldades, o casamento entre parentes era algo ainda comum entre as famílias de proprietários naquele final de século XIX, fosse para a manutenção e fortalecimento dos bens em meio familiar, fosse para evitar a repartição dos mesmos entre indivíduos estranhos, muitas vezes sem tradição e renda.

A situação anterior deu conta do matrimônio entre um tio e uma sobrinha; veja-se agora o casamento entre primos que envolveram, pelo menos, dois ramos de importantes famílias paraenses.

Catharina Ignacia do Espírito Santo, casada com Marcellino José *Correa de Miranda*, eram proprietários de engenho em Igarapé-Miry, uma vila próxima à cidade de Belém. No engenho, onde utilizavam mão-de-obra escrava, possuíam alambique para fabrico de aguardente. Catharina faleceu em 1825, deixando oito filhos, entre eles Antonio Francisco *Corrêa de Miranda* e Justo Jose *Corrêa de Miranda*.⁵⁰⁹

Antonio mudou de nome e virou Antonio Francisco *Corrêa Caripuna*⁵¹⁰, casou-se, recebeu a patente de coronel da guarda nacional, tornou-se proprietário de engenhos e fazendas na região de Abaeté, onde mantinha um dos maiores plantéis de escravos encontrados ao longo da pesquisa.⁵¹¹ Seu irmão, Justo José *Correa de Miranda*, nasceu em Igarapé-Miry, onde mantinha seus engenhos e, tal qual o irmão, a patente de coronel e um plantel significativo de escravos.⁵¹² Ambos mantiveram os negócios da família voltados para o cultivo e ampliaram os bens comprando casas em Belém. A proximidade entre os

⁵⁰⁸ Piscitelli trabalhando com dois grupos de parentesco da elite agrária de uma cidade ao sul de Minas Gerais, Serra Azul, destaca os inúmeros casamentos realizados no universo dessas famílias, sem a aprovação paterna e fruto de opções e escolhas individuais dos cônjuges. A autora destaca que nem sempre a recusa em aceitar o casamento por parte da parentela vinha das possíveis diferenças econômicas do casal, outros fatores poderiam levar a essa atitude como as distinções de raça, educação e capital simbólico dos contraentes. PISCITELLI, Adriana. "Histórias que as histórias de amor contam: mulheres, rebeldia e casamento." In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: Vértice, *Revista dos Tribunais*: Fundação Carlos Chagas, 1989. p. 121-142.

⁵⁰⁹ Inventário de Catharina Ignacia do Espírito Santo. Caixa: 1824-1825. Ano 1825. ATJEPa.

⁵¹⁰ O uso de nomes e topônimos de cunho indígena e nativista vão ser comuns no período anterior e posterior à independência brasileira. Essa mesma prática vai ser encontrada em meio a membros de outros ramos familiares brasileiros como os Suassuna, como demonstrado por Teruya, Marisa. *Trajetória sertaneja: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba*. *op.cit.*, p. 129.

⁵¹¹ Inventário Antonio Francisco Correa Caripuna. Caixa: 1877 Ano 1877. ATJEPa.

⁵¹² Inventário Justo José Correa de Miranda. Caixa: 1878. Ano 1878. ATJEPa.

irmãos não termina aí. Os dois casaram-se, em *primeiras núpcias*, com mulheres da família *Castilho*, Isabel e Maria do Carmo, provavelmente irmãs.

Se o casamento dos pais ocorreu entre mulheres da mesma família, o mesmo tipo de arranjo matrimonial pôde ser encontrado na geração seguinte formada por seus filhos. Adelaide e Anna, filhas de Antonio, casaram-se com seus primos, Firmino e Antonio, filhos de Justo, estabelecendo-se assim uma troca unilateral, onde dois irmãos casam-se com duas irmãs.

Neste caso, tem-se portanto o casamento unilateral exogâmico, na geração ascendente dos irmãos, *Corrêa de Miranda*, e as irmãs, *Castilho*; e, na geração seguinte, o casamento unilateral endogâmico, desta feita envolvendo primos. Estes arranjos demonstram, de um lado, a recorrência de uniões verticais presentes nessa família de tradicionais proprietários de engenho e escravos do interior do Estado, que possuíam imóveis e casas de morada em Belém, de outro, o fato de que as alianças horizontais envolvendo membros dessa elite agrária também se faziam presente, fortalecendo relações patrimoniais, de parentesco e de vizinhança.

Essa combinação de estratégias vai ser muito utilizada também em outras famílias de fazendeiros e criadores de gado tradicionais da capital. Veja-se o exemplo da família *Pombo*, um de seus membros, Ambrósio Henrique da Silva *Pombo*, que, como já visto, era criador de gado na Ilha do Marajó, tendo posteriormente se envolvido com a extração de seringa, casou-se com Floripes, que era oriunda de duas grandes famílias de fazendeiros e criadores de gado, também do Marajó, *Chermont* e *Miranda*.⁵¹³ Floripes possuía uma irmã de nome Ignês *Chermont de Miranda*, que se casou com Francisco Acácio *Corrêa*, advogado, conhecido como o Barão de Guamá.⁵¹⁴

Estava assim constituída a rede de matrimônios exogâmicos de uma mesma linha de gerações: Ambrósio e Floripes, de um lado, Ignês e Francisco Acácio, de outro. É na geração seguinte que vai ocorrer o casamento endogâmico entre os primos: Maria e José,

⁵¹³ Inventário Anbrósio Henriques da Silva Pombo. Maço 04. Ano 1893. ATJEPa.

⁵¹⁴ Inventário de Vicente Antonio de Miranda. Maço 03. Ano 1892. ATJEPa. Inventário Pedro Pereira de Chermont Rayol. Maço 61. Ano 1929. ATJEPa. Inventário Edgar de Miranda Corrêa de Guamá. Maço 16. Ano 1901. ATJEPa.

filhos de Ambrósio e Floripes, casaram-se com seus primos paralelos⁵¹⁵ maternos, Edgar e Clotilde, filhos de Ignês com o Barão de Guamá.

Este é apenas um exemplo de casamento entre primos ocorrido em meio às famílias *Pombo, Chermont e Miranda*. Eles ocorreram em diversas gerações dessas famílias. Para se ter uma idéia, os pais de Ambrósio Henriques da Silva *Pombo* eram igualmente primos. Seu pai, João Florêncio, casou-se com a prima, Maria Emilia *Pombo Garcez Moncada*.⁵¹⁶

Esses relacionamentos ampliavam e fortaleciam a rede de influência e poder dessas famílias, ou mesmo, encerravam acordos e possíveis imbricações de atividades econômicas. É o que se percebe da aliança estabelecida pelo matrimônio de José Ferreira Teixeira, paraense, de 28 anos, com Irene Teixeira Góes, também paraense, de 17 anos de idade. Os dois eram filhos de proprietários de terras na Ilha do Marajó, ligados por laços de vizinhança e amizade e que, pelo casamento dos filhos, passaram a possuir também relações de parentesco por afinidade. O pai do noivo, Fernando Teixeira Junior, era dono das terras onde o pai da noiva, Sergio Góes, havia construído uma boa casa de telha e madeira real, com trapiche, localizada naquela Ilha. Este fato torna claro o relacionamento já existente entre os pais de José e Irene, o qual, provavelmente foi acentuado com o casamento entre os filhos que de certa forma, poderia significar a consolidação dessa espécie de acordo existente entre as famílias, onde uma entrara com a terra, e a outra, com as benfeitorias nela executadas, como a construção da casa e do trapiche. Mais interessante ainda é observar que, quando do casamento, os pais de Irene dotaram a filha em 10:000\$000 (dez contos de réis), valor que correspondia à metade do valor da avaliação feita, um ano depois, das benfeitorias realizadas por eles, nas terras pertencentes à família do noivo.⁵¹⁷ O dote e o casamento parecem ter acertado o arranjo já existente entre essas famílias vizinhas e, dessa maneira, aparado possíveis pendências relativas ao usufruto do terreno por parte das mesmas. De alguma maneira, a família do noivo foi ressarcida, através do casamento do filho, pela utilização de seu terreno pelo vizinho, agora parente por afinidade.

⁵¹⁵ Diz-se *primo paralelo* o filho de um irmão do pai ou irmã da mãe. No caso acima, os primos que se casaram eram filhos das irmãs Floripes e Ignês.

⁵¹⁶ MEIRA FILHO, Augusto. “A capela do Senhor dos Passos”. *op.cit.*, p.141-154.

⁵¹⁷ Inventário Sérgio Góes. Maço 22. Ano 1894. ATJEP.A.

Percebe-se assim de que maneira as estratégias matrimoniais voltadas para relações mais verticais, ou mesmo horizontais, estavam imbricadas muitas vezes nas necessidades práticas da família relativas à ampliação do patrimônio e à consolidação de relações de parentesco e de vizinhança.

No entanto, a propósito da ocorrência e da adoção ainda significativa de enlaces matrimoniais endogâmicos, as alianças exogâmicas se faziam cada vez mais presentes nos oitocentos, pois, como já se disse, frente à liquidez da economia e da circulação de dinheiro na capital, o fortalecimento de novos grupos sociais, o aumento populacional, a ampliação do setor de serviço e da administração, a tradicional elite local teve que flexibilizar e ampliar suas atividades. Essa ampliação passou pela diversificação dos negócios, a abertura de sociedades comerciais e o estabelecimento de alianças conjugais com membros da elite mercantil. As relações exogâmicas passavam também pelas uniões ocorridas entre esses homens de negócio, muitos deles migrantes enriquecidos, com famílias de comerciantes a mais tempo instalados no Estado.

Na verdade, se os arranjos matrimoniais exogâmicos sempre existiram na província, desde o período colonial,⁵¹⁸ eles ganharam uma nova particularidade nos oitocentos, em função da intensificação do número de migrantes que tiveram oportunidade de fazer fortuna considerável a partir da economia da borracha, criando uma elite mercantil ampla e fortalecida. Este grupo, voltado nitidamente para o comércio, passou a ocupar cada vez

⁵¹⁸ Embora as uniões endogâmicas tenham se destacado nos casamentos de famílias da elite realizados durante o período colonial, as alianças envolvendo não parentes também se faziam presente, sendo mais ou menos utilizadas, de acordo com algumas variáveis tais como: o isolamento geográfico do grupo, as estratégias de manutenção do patrimônio, a presença da migração e a estrutura política, administrativa e militar da localidade, abrindo espaço para a maior ou menor presença de reinóis com importantes cargos. Em Belém, Batista mostra a recorrência com que as uniões endogâmicas vão se dar, em paralelo com a exogamia encontrada nas uniões das famílias Pombo, Henriques, Ayres, Bricio, Miranda, Chermont e Lacerda. BATISTA, Luciana. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850- c.1870*. (Dissertação) Programa de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2004.p.173-200. Essas mesmas estratégias entremeando alianças dentro e fora do grupo de parentesco foram observadas por Billy Chandler para o Ceará colonial e confirmadas por Vieira Junior. Cf: CHANDLER, Billy Jaynes. *Os Feitosas e o sertão dos Inhamus*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p.23. VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Demócrito Rocha/São Paulo: HUCITEC, 2004. p.205. Para o Piauí, Tanya Barbosa mostra a predominância de uniões endogâmicas em meio às famílias proprietárias locais, mas observa que, em um primeiro momento de colonização, ocorreram casamentos entre pessoas estranhas que se estabeleceram na região em função da migração. BARBOSA, Tanya Maria Brandão. *A elite colonial piauiense: família e poder. op.cit., p.87*.

mais espaços organizacionais, reforçar associações,⁵¹⁹ investir em serviços urbanos,⁵²⁰ estendendo sua rede de poder e de influência frente aos grupos preponderantemente agrários, embora não exclusivamente, que tiveram que se readaptar em função das mudanças a partir daí engendradas.

Em meio às alianças conjugais envolvendo famílias de comerciantes e famílias tradicionais da elite local, cabe o exemplo do matrimônio de João Gualberto da Costa Cunha e Anna Cândida *Malcher* Cunha.

Maranhense, João Gualberto da Costa Cunha nasceu em 1844. Membro de uma importante e rica família de comerciantes daquela província, recebeu o nome homônimo de seu avô português que chegara ao Maranhão ainda no início do século XIX, onde recebera a insígnia de comendador. Uma vez em Belém, João Gualberto tornou-se um dos maiores comerciantes locais, participando de uma das firmas de aviamento mais importantes da cidade a “*Darlindo Rocha & Companhia*”.⁵²¹ Participou, ainda, da instituição e publicidade do Banco Emissor.⁵²² Casou-se com Anna Cândida *Malcher* Cunha, filha de uma família de proprietários de terras concedidas por sesmarias. Seu pai, José da *Gama Malcher*, era médico, tendo ocupado diversos cargos na administração da província, como o de vereança, chegando mesmo a ser, durante muitos anos, intendente de Belém.⁵²³ Vê-se assim de que forma migrante maranhense de uma rica família de origem portuguesa, casou-se com uma representante da elite local. Ao falecer em 1908, em Portugal, onde estava morando com Anna, João Gualberto, deixou um legado de trezentos e setenta e cinco contos de réis (23.609£) à viúva e seus 04 (quatro) filhos, afora o dinheiro da firma de aviamento que ficou para ser avaliado em uma sobrepartilha a acontecer posteriormente.⁵²⁴

⁵¹⁹ Vale lembrar a obra já citada de Ernesto Cruz sobre a Associação Comercial do Pará, onde o autor destaca a importância dos estrangeiros e aviadores no fortalecimento daquela Associação. CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. 2º ed. Belém: ed. Universitária do Pará, 1996..

⁵²⁰ A Companhia das Águas de Belém foi um importante empreendimento na área dos serviços públicos, tendo funcionado entre os anos de 1881 a 1895. Dentre seus diretores estavam nomes como os dos comerciantes João Luiz e Antonio de *La Rocque*, e, ainda, em meio aos acionistas, contavam grande parte dos comerciantes proprietários de casas aviadoras em Belém, como Bento Rabello de Andrade. Relatório apresentado ao governador do Estado por Manoel Baena, secretário do governo, em fevereiro de 1895. Typ. Imprensa do Diário Oficial, 1895.p.78. Cf. também: WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência. op.cit., p.109.*

⁵²¹ Inventário João Gualberto da Costa Cunha. Maço 27. Ano 1908. ATJEP.A.

⁵²² WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência. op.cit., p.100.*

⁵²³ BORGES, Ricardo. Vultos notáveis no Pará. *op.cit., p.92-93.*

⁵²⁴ Inventário João Gualberto da Costa Cunha. Maço 27. Ano 1908. ATJEP.A.

Na verdade, ao chegar ao Pará, João Gualberto não estava sozinho. Seu parente pela linhagem materna, Francisco Gaudêncio da Costa, irmão de sua mãe, era um rico comerciante instalado em Belém desde a primeira metade dos oitocentos. Francisco era casado com a paraense Carlota Pombo Brício, sobrinha do pecuarista Ambrozio Henrique da Silva Pombo, a quem já foi feita referência anteriormente.⁵²⁵ Carlota era também irmã de Maria Pombo Brício, casada com o Barão do Marajó, José Coelho da Gama e Abreu, que foi presidente da província do Pará em 1879.⁵²⁶

Esses dados deixam claro como membros de duas gerações de uma mesma linhagem de comerciantes vindos de fora da província o português Francisco, e o maranhense João Gualberto, casaram-se com mulheres de famílias tradicionais paraenses, proprietárias de terra, firmas comerciais e com grande influência na política local; afinal, a cunhada de Francisco fora casada com um presidente de província, e seu sobrinho, João Gualberto, casou-se com a filha de um intendente da capital paraense.

Através dessas alianças as famílias fortificavam o patrimônio e ampliavam a rede de influência política, o que, particularmente para os migrantes, poderia tornar-se um elemento importante de integração à sociedade e aos espaços de sociabilidade da elite local.

Um último exemplo da forma pela qual as famílias pecuaristas e proprietárias de engenho vão, cada vez mais, aliar-se aos comerciantes da borracha pode ser encontrado no inventário do comerciante Bento Rebello de Andrade⁵²⁷. Grande proprietário de uma das maiores casas de aviamento de Belém, Bento Rabello de Andrade era de origem portuguesa e esposo de Emilia de *La Rocque*, filha de um grande e tradicional comerciante e proprietário de engenho local, Luiz de *La Rocque*.⁵²⁸ De origem francesa, a família *La Rocque* migrou para Portugal, vindo posteriormente a estabelecer-se no Brasil, ainda no início do século XIX.⁵²⁹

A firma de Bento Rebello era composta por vários sócios, todos eles casados com mulheres das tradicionais famílias Malcher, Gama Abreu e Pombo. Entre eles, encontrava-se João Gualberto da Costa Cunha, cuja trajetória matrimonial já foi acima referida. Com a

⁵²⁵ BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará.. op.cit.,p.131.*

⁵²⁶ *Idem, ibidem. p.646.*

⁵²⁷ Inventário Bento Rebello de Andrade. ATJEPA., Maço 15. Ano: 1900. ATJEPA.

⁵²⁸ Inventário Luiz de La Roque. Maço 04. Ano 1893. ATJEPA.

⁵²⁹ MARIN, Rosa Acevedo. "As alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX.." *op.cit., p.153-167.*

morte de Bento Rebello de Andrade, a firma tornou-se propriedade exclusiva daqueles sócios. Desta forma, três famílias de proprietários de terras, engenhos e criação de gado do Pará tornaram-se donas de uma das mais importantes firmas de aviamento de Belém, pertencente, inicialmente, a um comerciante e migrante português.⁵³⁰

A propósito da realização de casamentos com famílias tradicionais locais, alguns dos homens de negócio recém-chegados também efetivaram alianças com membros de famílias comerciantes que se estabeleceram na província paraense ainda no início do século XIX, portanto, antes mesmo do grande desenvolvimento da economia gomífera.

É o que se depreende do casamento de duas gerações ocorrido entre as famílias *La Rocque* e Costa. De origem francesa, os *La Rocque* chegaram a Belém através de Portugal, ainda na primeira metade do século XIX. Envolvidos com o comércio, tornaram-se também proprietários de engenhos em localidades próximas à Belém. Um de seus membros, Luiz de *La Rocque*, possuía uma firma comercial, "*La Roque & Varella*", além de ser proprietário de engenho de açúcar e serraria. Luiz casou-se com Emilia da Costa, filha do comerciante português, já referido, Francisco Gaudêncio da Costa. Estabelece-se dessa maneira o enlace de duas famílias de comerciantes estrangeiros através do matrimônio de uma primeira geração.

Por sua vez, a filha de Luiz de *La Rocque*, de nome Emília, como o da mãe, casou-se com Bento Rabello, comerciante português, proprietário de uma das maiores casas de aviamento existentes à época, a "*Darlindo Rocha & Cia*". Firma esta da qual era sócio João Gualberto da Costa, parente de Emília pela linha paterna. Há nessas alianças uma forte imbricação entre casamento, parentesco e sociedade comercial, evidenciando o jogo de troca e estabelecimento de alianças que envolviam os casamentos em meio à elite proprietária.

A partir das alianças, auxílios financeiros e novos negócios podiam ser estabelecidos entre parentes. Foi assim que Luiz de *La Rocque* comprou um terreno de seu genro, Bento Rabello, no mesmo ano em que este se casou com sua filha, ficando-lhe devendo-lhe o pagamento do mesmo, após seu falecimento. Da mesma forma, Luiz de *La*

⁵³⁰ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. op.cit., p.94-95.

Rocque devia dinheiro corrente a outro genro, de nome Antonio Aureliano Eirado, casado com sua filha, Rosa.⁵³¹

As alianças conjugais envolvendo comerciantes da família Cunha com membros de outros grupos ligados ao comércio não terminam aí. Os irmãos de João Gualberto da Costa Cunha, os brasileiros Antonio José da Costa Cunha e Alberto Eduardo da Costa, casaram-se com as filhas do proprietário de uma sólida casa de aviação, a “*Ribeiro da Silva & Cia*”, chamado José Caetano Ribeiro da Silva.⁵³² Vê-se, assim, como, através de uniões unilaterais envolvendo dois irmãos comerciantes de origem maranhense e ascendência portuguesa se casaram com duas irmãs paraenses filhas de um rico comerciante português já estabelecido na capital.

É necessário destacar ainda que todos os comerciantes da família Cunha aqui citados, em particular Francisco, João Gualberto e Antonio, assim como os homens de negócios com quem estes estavam envolvidos pelas diversas alianças matrimoniais estabelecidas, em particular, Bento Rabello e José Caetano Ribeiro da Silva, eram membros da *Praça do Comércio* e participaram das reuniões que reorganizaram aquela associação, tendo seus nomes revezados nos seus diversos cargos, desde a presidência às diretorias.⁵³³

Esse fato realça como esses indivíduos pertencentes à elite mercantil estavam imbricados em relações familiares de parentesco e afinidade, bem como nos negócios, fosse através da sociedade em firmas comerciais, ou da organização política, atualizada no fortalecimento do que viria a ser uma Associação Comercial que os representasse. Essa imbricação faz pensar que os enlaces matrimoniais poderiam potencializar, ou serem potencializados, por possíveis apoios na participação de cargos e funções dentro daquela instituição que congregava os principais homens de negócio do Estado. O casamento se forja, dessa maneira, enquanto mediador de relações de parentesco, comerciais e apoios políticos.

As trajetórias das últimas alianças aqui pontuadas deram conta dos matrimônios envolvendo famílias tradicionais com atividades pautadas preferencialmente na atividade

⁵³¹ Inventário Luiz de *La Rocque*. Maço 04. Ano 1893. ATJEP.A.

⁵³² Inventário José Caetano Ribeiro da Silva. Maço 16. Ano 1900. ATJEP.A. Inventário Antonio José da Costa Cunha. Maço 28. Ano 1909. ATJEP.A.

⁵³³ Em 1899, a Praça do Comércio mudou o seu nome para Associação Comercial do Pará e reunia representantes de firmas comerciantes, bancos, sociedades anônimas, comerciantes e industriais com o fim de reunir a comunidade mercantil, promover e proteger seus interesses. CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará.. op.cit., p.157, 167-185, 189.*

de plantio e criação de gado, com segmentos mercantis formados por indivíduos recém-chegados ao Estado. E ainda, a união destes indivíduos com famílias de outros comerciantes, muitos deles há mais tempo instalados no Pará, em períodos que antecedem à expansão da economia gomífera.

Menos do que construir genealogias, o que importa na descrição da trajetória dos enlaces aqui traçados é evidenciar a complexidade das alianças, as diversas articulações que elas acionavam, bem como o jogo de estratégias que elas podiam envolver. Pelos exemplos expostos observou-se a recorrência com que a **endogamia, no que diz respeito à renda**, predominou nos diversos segmentos que formavam a elite local, a propósito das diferenças de naturalidade, atividade e prestígio dos indivíduos. Da mesma forma, se as alianças exogâmicas, ao longo dos oitocentos, tornaram-se cada vez mais presentes nesse meio, elas conviveram com as uniões endogâmicas que continuavam acontecendo, particularmente entre as famílias tradicionais, proprietárias de terra. Assim, ambas as estratégias de casamento, endogâmicas e exogâmicas, puderam ser encontradas nas alianças forjadas pelas famílias da elite paraense, ainda nos oitocentos, sendo acionadas segundo as circunstâncias e interesses familiares e patrimoniais.

No entanto, como se destacou a propósito da conveniência dos dois modelos, o casamento exogâmico tornou-se uma necessidade cada vez mais proeminente frente às mudanças econômicas, políticas e sociais intensas do período, já tantas vezes pontuadas. A recorrência desses enlaces, embora não fosse privilégio dessa época (tendo em vista as alianças das famílias proprietárias de terra na colônia), intensificou-se no século XIX em função daquelas mudanças e, mais pontualmente, do crescimento e fortalecimento da elite mercantil ligada direta ou indiretamente à borracha. Esses ricos homens de negócio, muitas deles migrantes estrangeiros e nacionais, fortaleceram sua rede de influência e organização política ampliando seu prestígio e *status* social através do matrimônio com membros de famílias tradicionais da sociedade paraense, assim como com comerciantes há mais tempo estabelecidos no Estado.

Do que foi dito, compreende-se de que forma as alianças entre as famílias dos diversos segmentos sociais da elite paraense encerravam não apenas laços matrimoniais, mas também contentavam relações comerciais envolvendo redes de parentesco e afinidade

que impulsionavam atividades, negócios, associações e auxílios financeiros em diversos níveis.

Através da análise do casamento pode-se compreender melhor a forma pela qual algumas sociedades e articulações econômicas e políticas se estabeleceram, assim como a compreensão da economia e de suas mudanças permite entender melhor as opções e arranjos matrimoniais efetivados.

7.2. Contratos nupciais

O sistema de casamento português, atualizado no Brasil, estabelecia a comunhão total de bens, que poderia não ser adotada pelo casal, sendo, nesses casos, necessário assinar uma escritura de contrato antenupcial. Esses sistemas matrimoniais estavam contemplados nas Ordenações Filipinas, que permitiam aos cônjuges o seu estabelecimento. Segundo Samara:

“ O regime de comunhão de bens, com os cônjuges meeiros, era usualmente adotado na metrópole e conseqüentemente no Brasil, enquanto dependente de Portugal, sistema que se perpetuou durante o Império.” [E ainda], “os consórcios não especificamente englobados nessa prática comum, estabeleciam as regras através dos contratos ante-nupciais.”⁵³⁴

A mesma disposição foi reiterada no Código Civil Brasileiro de 1916 que estabelecia quatro espécies de regime de bens no casamento: “a) comunhão universal; b) comunhão parcial; c) separação; d) dotal. Podem os contrahentes escolher um desses regimes, ou modificá-los, e combiná-los entre si, de modo a formar uma nova espécie.”⁵³⁵

Em meio aos inventários, encontrou-se 15 (quinze) casais que estabeleceram escrituras de contrato antenupciais, sendo as mais comuns aquelas que determinavam a separação total de bens seguida de disposição dotal. Isso significa dizer que os bens do casal ficavam incomunicáveis, ou seja, tudo aquilo que por herança, doação, legado, enfim, qualquer aquisição gratuita ou onerosa que os cônjuges viessem a receber, não poderia ser partilhada pelo(a) viúvo(a). E, ainda, pela disposição dotal, os bens da noiva já existentes

⁵³⁴ SAMARA, Eni de Mesquita. “O dote na sociedade paulista do século XIX: legislação e evidências.” Anais do Museu Paulista. Tomo XXX. São Paulo: USP, 1980/1981. p.41- 53.

⁵³⁵ MIRANDA, João Evangelista. *Guia do tabellião - de acordo com o novo código civil brasileiro e mais legislação em vigor. op.cit., p.115.*

ou adquiridos durante a vigência do matrimônio, gozariam de todos os privilégios de um dote, entre eles, o fato de voltar aos seus ascendentes ou tutores, no caso de falecimento ou separação. Como, na maioria das vezes, eram os pais ou tutores que doavam à mulher os bens com os quais ela entrava no casamento, ficava assim assegurada a possibilidade de retorno do benefício se algo ocorresse, como uma separação ou ausência de herdeiros.

Esse acordo incluía, da mesma forma, o privilégio dos bens serem inalienáveis, o que significa dizer que “não ficarão sujeitos a pagamentos de dívidas contrahidas antes ou depois do matrimonio ainda que ella para isso tenha emprestado sua outorga e assignatura porque dado tal caso desde já reclama como constrangida e por obediência a seu marido.”⁵³⁶ O esposo poderia ter o usufruto e a administração dos bens que a noiva trazia para o casamento, porém não poderia deles tomar posse. Nem, tampouco, deles fazer uso para pagamento de dívidas e empréstimos contraídos, evitando assim que o patrimônio da família ascendente da noiva fosse prejudicado pelos reveses dos negócios do marido.

Nesses contratos de separação de bens e dote, o noivo também podia dotar a noiva, e isso ocorria com certa freqüência nos acordos. Nestes casos, o valor ou bem dotado gozava dos mesmos privilégio dos bens que ela, esposada, trazia para o casamento.

Em resumo, as disposições acima apontadas transformavam em regime dotal todo e qualquer bem que a mulher conduzia para o casamento e aqueles que ela recebia do marido sob forma de dote. Essas determinações fazem pensar que “os contratos matrimoniais pré-nupciais visavam claramente a proteger os bens de cada um dos cônjuges dos direitos do outro cônjuge dentro do sistema de comunhão de bens. Assim é possível que os contratos reflitam a desigualdade econômica inicial entre os cônjuges”⁵³⁷. Ou seja, no caso de casamentos assimétricos, o cônjuge com maior fortuna usava o regime de separação de bens como forma de preservação e garantia do patrimônio individual e familiar. Quando esta situação cabia à mulher, seus bens não poderiam ser possuídos pelo marido, apenas administrados. No caso de ser o esposo o cônjuge de maior fortuna, ele legava à mulher apenas o dote concedido ao casar, ficando esta sem direito a outros bens do casal no momento da partilha, salvo disposição testamentária em contrário.

⁵³⁶ Escritura antenupcial de Leonardo José da Silva e Maria José de Azevedo Portal. Inventário Leonardo José da Silva. Maço 14, Ano: 1899. ATJEP.A.

⁵³⁷ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote. op.cit., p.232.*

Dos 15 (quinze) contratos levantados, um pouco mais da metade deles envolvia indivíduos estrangeiros, mais especificamente portugueses, havendo apenas um dentre eles que era de nacionalidade francesa. Em meio aos estrangeiros, todos eram comerciantes com fortunas que poderiam variar em torno de cem a trezentos contos de réis, havendo um único caso de um comerciante cujo monte-mor alcançou a faixa dos oitocentos contos de réis. Pelo valor médio dos legados verifica-se que as pessoas que procuravam esse tipo de acordo, embora tivessem recursos, nem sempre possuíam somas volumosas ou eram necessariamente grandes proprietários.

Dentre os casais que adotaram a separação dos bens e dotação, encontrou-se apenas um caso de proprietário de terra e criador de gado. Nesta condição encontravam-se José Teixeira e Irene Góes, que se constituíam também, em um, dos três únicos casais paraenses a estabelecer o contrato *antenupcial* de casamento. Pois, como se disse, esses acordos eram mais comumente encontrados nos matrimônios envolvendo estrangeiros.

É interessante observar que, a maior parte dos documentos cotejados foram contratados no século XIX, sendo encontrado apenas 1 (um) para o século XX, datado de 1912. Por sua vez, os dotes estabelecidos pelos maridos variavam em valor, mas todos eles ficaram em torno de 10:000\$000 (dez contos de réis) a 30:000\$000 (trinta contos de réis), quantias pouco volumosas.

Os poucos contratos de dotação encontrados para o século XX e o pequeno valor atribuído ao dote corroboram os argumentos de Nazzari sobre a decadência dessa prática na sociedade brasileira, onde cada vez diminuía mais o número de famílias e maridos que dotavam suas filhas e esposas, respectivamente; assim como se verifica a queda no valor do dote concedido. Diz a autora:

“À medida que o individualismo crescia e os negócios e a família se separavam, a prática do dote ia se tornando menos freqüente. O estudo da amostra dos inventários de São Paulo do século XIX demonstra que a maioria das filhas se casava de mãos abanando e que as poucas famílias que ainda dotavam suas filhas concediam-lhes dotes relativamente menores e se despojavam de parte menos significativa de seus bens em favor dos dotes”.⁵³⁸

⁵³⁸ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote. op.cit., p.189.*

E isto era fato também nos dotes atribuídos pelos maridos às esposas. Basta citar que o comerciante português Bento Rabello de Andrade dotou sua esposa, Emilia *La Roque*, em vinte contos de réis (1500£), em 1875, um valor que não chega a alcançar nem 3% do seu patrimônio avaliado em cerca de oitocentos e dezoito contos de réis (41.036£) quando de seu falecimento.⁵³⁹

Em geral, o dote era feito em moeda, não se encontrando casos em que o marido dotava a esposa através de bens imobiliários ou títulos. Quando a esposa se dotava, ou por outra, atribuía aos bens que trazia para o casamento os privilégios do regime dotal, esses bens, freqüentemente, encerravam casas, terrenos e, menos regularmente, ações e títulos.

Em alguns casos, o contrato previa a quebra da incomunicabilidade dos bens, se o casal viesse a ter filhos. É o caso da escritura assinada em 1886 pelo português Julio Lambert Pereira, 31 anos de idade, e a paraense Olívia Pereira da Motta, de 21 anos de idade. Nela os cônjuges asseguram que, “se houver filhos ou filhas de seu matrimônio, por morte de um dos conjuges, haverá perfeita comunhão de bens, pertencendo metade do monte ao conjuge sobrevivente e a outra metade ao filho ou filhos existentes.”⁵⁴⁰ E de fato ao falecer no ano de 1913, Olívia ficou com a metade do legado do marido, enquanto seus cinco filhos herdaram a outra metade.

Diferentemente do contrato acima, no acordo assinado pelo comerciante pernambucano Tiburcio Victor da Silva Santos e Maria Franco, não havia a cláusula relativa à presença de filhos como conseqüente motivo de suspensão do acordo. Na escritura, os bens do casal ficam incomunicáveis e o noivo dotava Maria dez contos de réis (323£). Desse modo, quando Tiburcio faleceu, em 1910, Maria recebeu apenas o valor de seu dote, sendo os bens do marido delegados exclusivamente aos sete filhos que o casal tivera.⁵⁴¹

Um terceiro tipo de contrato podia ser encontrado onde apenas os bens de um dos cônjuges tornavam-se incomunicável. Exemplo desse modelo foi a escritura de pacto antenupcial de Maria Augusta Pinto, de 24 anos, paraense, embora nascida na Áustria-Hungria, e Heráclito Marcellino de Brito Pereira, de 24 anos, paraense, engenheiro

⁵³⁹ Inventário Bento Rabello de Andrade. Maço 15. Ano: 1900. ATJEP.A.

⁵⁴⁰ Escritura de contrato Antenupcial. Inventário Julio Lambert Pereira. Maço 34, Ano 1913. ATJEP.A.

⁵⁴¹ Inventário Tiburcio Victor da Silva Cunha. Maço 28, Ano 1910. ATJEP.A.

eletricista. Maria era sobrinha do Dr. Paes de Carvalho⁵⁴², seu tio materno, na casa de quem vivia na cidade de Paris, onde também morava seu noivo. O casamento realizado em Paris, em 1912, na casa da contraente, ocorreu sob regime de separação e dote. Assim, todos os bens que ela entrava para o casamento ficavam incomunicáveis; no entanto, os bens pertencentes ao marido vigorariam sob o regime de comunhão.

Antes de falecer, no ano de 1918, Maria fez um testamento instituindo Heraclitto seu universal herdeiro, retirando assim as restrições de posse de seus bens dotais por parte do marido, que, dessa forma, receberia metade do valor dos mesmos, ficando a outra metade aos quatro filhos que o casal tivera.⁵⁴³

Na maior parte dos contratos, os noivos reservavam-se o direito de disposição testamentária de seus bens, podendo nesse momento revogar as determinações do contrato antenupcial.

Do que foi exposto, conclui-se que a maior parte das escrituras de contrato antenupcial pautavam-se na separação total dos bens e de dote, sendo que alguns acordos acenavam com a possibilidade de haver a comunhão dos bens, no caso da existência de filhos. Embora houvesse paraenses, o número de estrangeiros, em particular, portugueses, casados com mulheres brasileiras, ou mesmo com suas conterrâneas, foi mais significativo dentre os casais que assinaram esses contratos.

Como, em boa parte, eles eram proprietários que tinham no comércio sua principal fonte de renda, fica sugerido que naqueles casos em que a família da esposa dotava-a ficando seus bens incomunicáveis com os do marido, havia a possibilidade disso se constituir em uma estratégia de manutenção de seu patrimônio, que, dessa maneira, ficava a salvo dos reveses da economia e dos negócios do esposo. Por outro lado, nos casamentos em que não prevalecia a simetria de riqueza e prestígio, esses acordos podiam significar uma tentativa de assegurar a manutenção do patrimônio por parte do cônjuge de maior fortuna, resguardando seus bens de possíveis separações ou uniões sem prole. Em alguns casos, no entanto, essas disposições contratuais foram revogadas por testamento e a

⁵⁴² José Paes de Carvalho foi um dos fundadores do Clube Republicano no Pará. Era médico, tendo sido Governador do Estado entre os anos de 1897 a 1901 e Senador federal em 1903. Após esse período, mudou-se para Paris, onde viveu por mais de 40 anos e veio a falecer, em 1943. BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará. op.cit., p.176-181.*

⁵⁴³ Inventário Maria Augusta Pinto de Britto Pereira. Maço 43, Ano 1919. ATJEP.A.

comunhão dos bens passou a vigorar, o que ocorreu com maior frequência naquelas uniões que resultaram na existência de filhos.

7.3. Herança: composição da partilha

Através dos legados pode-se conhecer o perfil da fortuna não apenas dos inventariados, mas também de suas famílias, tanto no que diz respeito à contemporânea, como das gerações precedentes. Como argumenta Mello:

“ os bens incluídos na declaração são do “casal” que serão adquiridos pelos sucessores, o legado de cada geração à outra que lhe segue. Por outro lado, reflete o que lhes foi permitido adquirir durante a vida, pode mostrar também o que vem do passado, o que lhes foi deixado como herança. Neste sentido não só refletem a história de uma vida, mas às vezes a história da família”.⁵⁴⁴

Do mesmo modo, a forma como a transmissão da herança é realizada pode auxiliar na compreensão da organização da sociedade estudada, observando como as pessoas se dividem, estabelecem seus critérios de prioridade em relação aos bens, suas desavenças e preferências em relação ao grupo familiar, de parentesco e amizade.

Com esta preocupação, foram analisados os mecanismos de transmissão dos bens de indivíduos pertencentes às famílias proprietárias de fazendas, engenhos e firmas comerciais, observando-se igualmente a existência, ou não, de uma possível distinção na transferência dos legados, em função das atividades desses indivíduos e do perfil de seus patrimônios. Isso significa investigar se a divisão entre os herdeiros ocorria igualmente, ou por outra, havia padrões desiguais de partilha dos bens, em particular, no que diz respeito aos de raiz, como fazendas e engenhos, onde as constantes divisões poderiam inviabilizar a produção e a rentabilidade do negócio. E, ainda, em que medida essas partilhas encerravam distinções de gênero e geração.

A análise das partilhas permite se ter pistas para responder a essas questões. No entanto, não se seguiu várias gerações de uma mesma família a fim de se observar como, na prática, os parentes atualizaram a distribuição de bens instituída legalmente. Isto equivale a

⁵⁴⁴ MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza-São Paulo, 1845-1895 op.cit.*, p.29

dizer que, embora houvesse um conjunto de determinações legais a serem seguidas que versavam sobre a equidade na partilha do patrimônio, isso não significava que posteriormente os parentes não estabelecessem acordos de venda, novas divisões e reagregações, enfim, estratégias para remontar as determinações legalmente instituídas que não conviessem à rede familiar.⁵⁴⁵

Em todo caso, a propósito desse limite metodológico, as partilhas que foram aqui analisadas se restringiram àquelas determinadas ao fim dos autos inventariais, que poderiam, ou não, vir a serem re-definidas em um momento posterior, não se tendo, contudo, como seguir essa trajetória, devendo-se portanto levar em conta esta limitação na argumentação que se segue.

Uma das primeiras questões que se coloca quando da análise da transmissão de herança diz respeito ao fato de 91% dos inventariados possuírem filhos na condição de descendentes. Poucos foram aqueles que deixaram seus bens apenas para parentes ascendentes, filhos do irmão ou da irmã, ou mesmo, afilhados. Para estes parentes e afins restaram os legados retirados da terça determinados em testamento.

Uma segunda questão refere-se à idade dos filhos quando do falecimento de seus pais. Ao sumarizar esse dado, percebe-se que cerca de 70% dos inventariados possuíam filhos de menor idade, ou seja, não haviam atingido ainda os 21 (vinte e um) anos, quando da morte do genitor.

Esse fato é importante para se pensar a questão da herança, pois, muitas vezes, os herdeiros não tinham condição legal para assumir a gerência de uma firma, o que podia ocasionar o fim daquele ramo de negócio para a família, mesmo que o código permitisse a continuidade do mesmo após a morte de um dos sócios, ou ainda, a participação dos herdeiros, desde que houvesse a autorização do juiz.⁵⁴⁶ A propósito desse dispositivo legal, o mais usualmente encontrado nos inventários era a liquidação da firma com a morte de um

⁵⁴⁵ Em seu trabalho acerca dos senhores de engenho do oeste paulista entre os anos de 1765 e 1855, Carlos Bacellar, analisando os Cadastros de Terra, as listas nominativas, as genealogias e as fichas de famílias reconstituídas, remontou a descendência de alguns casais observando a forma pela qual os legados foram transmitidos de geração a geração, o que tornou possível descobrir a redistribuição dos bens realizada pela família, após a partilha oficial. Entre os mecanismos utilizados, o autor destaca a compra das partes de terra de vários descendentes por um único herdeiro, que, dessa forma, re-unificava a propriedade. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de memória/UNICAMP, 1997.

⁵⁴⁶ MIRANDA, João Evangelista. *Guia do tabellião - de acordo com o novo código civil brasileiro e mais legislação em vigor. op.cit., p. 285.*

dos proprietários, ficando os sócios remanescentes com a obrigação de pagar a parte devida à família, o que, muitas vezes, era feito através de letras parceladas. Até que ponto esta prática estava associada ao fato de que, em boa parte das situações, os herdeiros eram de menor idade, inviabilizando a continuidade do negócio por parte das famílias? Esta é uma questão que se coloca, embora não se tenha como percorrer essa resposta, ficando aqui apenas a inquietação.

Ao analisar as partilhas de pessoas ligadas a diferentes atividades, em particular, os fazendeiros, proprietários de engenho, comerciantes e seringalistas, percebem-se algumas particularidades nos mecanismos adotados para a divisão do patrimônio. Embora, como já se fez referência em outras oportunidades, muitos desses proprietários combinassem várias daquelas atividades, flexibilizando sua inserção na economia local, poderia haver uma atividade central que capitalizasse maior volume de renda.

Da mesma forma, quando estes proprietários possuíam vários tipos de bens como terras, animais e firmas comerciais, muitas vezes adotavam-se diferentes formas de divisão, para dar conta da especificidade de cada negócio.

Esta questão ficará mais clara a partir dos exemplos abaixo, que remontam à trajetória de partilha adotada nos inventários primeiramente de proprietários de firmas comerciais e/ou donos de seringais, seguidos de donos de fazendas e engenhos.

Quando o proprietário de casa de aviação, João Rodrigues Parente, faleceu, em 1902, possuía uma sociedade com seu irmão, Francisco Rodrigues Parente. A firma foi aberta em 1899, com negócios em Belém e no Acre, estado que se constituía, à época, na nova fronteira de expansão dos negócios da borracha. Em 1902, João morreu na cidade de Santarém, localizada no estado do Pará, deixando três filhos, sendo que o mais velho tinha apenas 04 (quatro) anos. Do seu legado constaram imóveis, seguro de vida, embarcações e o dinheiro resultante da liquidação da firma de aviamento que possuía com o irmão, denominada *Parente e Cia.*⁵⁴⁷

Alguns meses depois, seu irmão Francisco, também veio a falecer. Através da análise de seu legado, percebe-se que o negócio do aviamento, no qual incluía-se a exploração de alguns seringais da empresa, permaneceu, mesmo após a morte de João; no entanto, a firma comercial anterior foi encerrada e uma nova empresa teve que ser aberta,

⁵⁴⁷ Inventário João Rodrigues Parente. Maço 19, Ano 1902. ATJEP.

passando a chamar-se *Cmock Scharader*, da qual os herdeiros de João não mais participavam. Quando Francisco faleceu, seu filho mais velho não havia alcançado a maioridade, tendo, à época, 15 anos. Sem outros parentes para levar a efeito os negócios, como ocorrera quando do falecimento de João, a esposa de Francisco requereu autorização para continuar ela mesma gerindo-o, buscando evitar, dessa forma, o fechamento da firma.⁵⁴⁸ Da herança constavam a firma comercial, o vapor, seringais e diversas dívidas ativas. Estas últimas chegavam a representar cerca de 63% do legado, havendo sempre a possibilidade de nunca serem recebidas na sua totalidade. Na partilha a firma foi liquidada e o dinheiro dividido de forma eqüitativa entre a viúva e os 02 (dois) filhos do casal, independentemente do sexo.

A exemplo do que ocorreu na partilha desses dois irmãos comerciantes, proprietários de firmas de aviamento e seringais, o negócio, ou a sociedade, era comumente liquidado quando do falecimento do proprietário, sendo o dinheiro dividido igualmente entre o quinhão dos herdeiros, sem distinção de gênero ou idade.

Foi também desta forma que se deu com o legado do comerciante Julio Lambert Pereira, proprietário da firma “Mundo Elegante”, de venda de modas e miudezas. Seus bens estavam centrados na casa comercial, nos prédios, casas, terrenos, ações e apólices. A firma foi liquidada, sendo o dinheiro de sua venda arrolado na divisão de bens, que procedeu de forma igualitária entre os herdeiros.

Vale lembrar que Julio e sua esposa, Olívia da Motta Pereira, haviam assinado uma escritura antenupcial de separação total de bens, onde constava que, na presença de filhos, este acordo seria revogado, prevalecendo a comunhão do patrimônio. Foi o que ocorreu, neste caso, pois o casal teve 05 (cinco) filhos, ficando os bens divididos entre a meação da viúva e o quinhão igualitário dos herdeiros. Ademais, tal qual o dinheiro da firma pertencente a Julio, os bens de Olívia, que compuseram o seu dote, também vieram à colação para serem partilhados.⁵⁴⁹

Na divisão dos bens de um outro comerciante, dessa feita de maior envergadura, Tiburcio da Silva Cunha, os quinhões foram distribuídos de maneira eqüitativa, compostos do dinheiro da liquidação de sua firma comercial, além de imóveis e um vapor, que também

⁵⁴⁸ Inventário Francisco Rodrigues Parente. Maço 19, Ano 1902. ATJEP.A.

⁵⁴⁹ Inventário Julio Lambert Pereira. Maço 34, Ano 1913. ATJEP.A.

foi liquidado. Tiburcio havia assinado uma escritura de contrato antenupcial de total separação de bens e dote com sua esposa, Maria Franco da Silva Santos. Todavia, diferentemente do acordo acima pontuado, eles não estabeleceram a revogação desse propósito no caso do casal ter filhos. Por isso, na partilha, a viúva não recebeu sua meação, ficando apenas com o valor do seu dote de 10:000\$000 (dez contos de réis), em dinheiro. O patrimônio do inventariante, Tiburcio, foi dividido apenas entre os seus 07 (sete) filhos.⁵⁵⁰

Dos exemplos acima pontuados, fica a asserção de que, no caso das famílias cujos bens estavam centrados na posse de casas comerciais, o mecanismo mais recorrente de divisão dos bens entre os herdeiros era a venda do negócio, sendo o dinheiro partilhado igualmente entre os mesmos. A transformação da firma em moeda corrente, sem dúvida, tornava mais fácil uma possível partilha, não ficando nenhum dos irmãos com o privilégio de seguir com o comércio, salvo se algum deles fosse, ainda em vida, sócio proprietário da firma, o que não ocorria com frequência, até mesmo porque, como já se disse, a maior parte desses proprietários, ao falecer, deixou filhos de menor idade.

Nos casos em que essa situação não se apresentava, poderia se encontrar algumas particularidades na partilha realizada. Assim ocorreu com o inventário de um dos maiores seringalistas de Belém e proprietário de casa aviadora, o cearense Guilherme Augusto de Miranda Filho, que deixou viúva e 04 (quatro) filhos, sendo duas mulheres e dois homens, todos de maior idade e solteiros.⁵⁵¹ Proprietário de inúmeros seringais, firma comercial, imóveis, ações e apólices, Guilherme deixou uma das maiores fortunas encontradas nos inventários, com cerca de um mil e duzentos contos de réis (80.400£). Na partilha, os inúmeros seringais que possuía foram divididos da seguinte forma: à viúva, Maria de Gouvêa Miranda, coube a posse de três seringais; às filhas, um seringal para cada; aos dois irmãos, coube um único seringal denominado “Perseverança”, que era o maior e mais valioso de todos eles. Já o acervo da casa comercial foi dividido de forma igualitária, em montes comuns às partes. No que diz respeito aos demais bens, percebe-se que as irmãs ficaram, além da posse de seringal, com casas e prédios existentes em Belém, além de apólices e ações comerciais, enquanto aos irmãos coube apenas o seringal já mencionado e dívidas a receber, ficando sem bens móveis e acionários.

⁵⁵⁰ Inventário Tiburcio Victor da Silva Cunha . Maço 28, Ano 1910. ATJEP.A.

⁵⁵¹ Inventário de Guilherme Augusto de Miranda Filho. Maço 32, Ano 1911. ATJEP.A.

Observa-se portanto, neste caso em que o proprietário faleceu deixando herdeiros de maior idade, a possibilidade de o negócio continuar na família através da administração dos filhos.

Além desta, duas outras questões se destacam na partilha acima apresentada. A primeira refere-se ao fato de que a firma comercial foi liquidada e transformada em moeda corrente, sendo o produto dividido equitativamente entre os irmãos, assim como ocorrera na divisão do legado dos comerciantes anteriormente pontuados. O mesmo, no entanto, não se deu com os bens de raiz compostos pelos seringais, que não foram vendidos, tendo sido distribuídos pelos herdeiros sem serem repartidos, com exceção do maior dentre eles, que ficou para os dois filhos.

A segunda tem a ver com a composição dos quinhões, pois, se estes foram marcados pela igualdade de valor, não o foram no que diz respeito ao perfil, onde houve uma divisão diferenciada pelas especificidades de gênero. A partilha do dinheiro proveniente da liquidação da firma se deu de forma igualitária. Todavia, no que diz respeito aos outros bens, coube aos irmãos o seringal de maior valor, além das dívidas ativas; já às irmãs, coube os menores seringais e os bens imóveis da família, além das ações.

Uma vez analisadas partilhas envolvendo famílias com propriedade de firmas comerciais e/ou seringais, cabe, a partir de agora, compará-las com aquelas que têm na posse de fazendas e criação de gado a concentração de suas fortunas.

Como ficaria a partilha em meio ao grupo de fazendeiros? Uma mesma propriedade seria dividida entre os herdeiros, ou cada um receberia uma posse distinta para que a terra não fosse dividida? Na verdade, as duas situações se apresentaram nos autos inventariais. Na partilha do coronel Francisco Bezerra de Moraes Rocha, rico proprietário de terras no município de Soure, Ilha do Marajó, coube uma posse de terra a cada um dos seus 9 (nove) herdeiros, sendo que, uma das filhas, Maria, foi a única a não receber nenhuma propriedade. Todos os filhos do coronel Francisco eram de maior idade e casados, com exceção de Maria e Lúcia. Dessa forma, como possuía várias propriedades, estas não foram fracionadas, cabendo a cada um dos filhos uma fazenda ou sítio.

Como as terras eram de valor diferenciado, a complementação de alguns quinhões se deu através de imóveis urbanos, dívidas a receber e gado. Mesmo a filha reconhecida,

Lucia, teve seu quinhão assegurado com uma das propriedades do coronel Francisco.⁵⁵² Embora os herdeiros masculinos e femininos tenham recebido partes com composições semelhantes, é interessante observar a existência de uma distinção no quinhão da filha solteira, Maria, que, ao contrário de suas irmãs, recebeu apenas bens móveis e dívidas a receber, não lhe cabendo nenhuma propriedade, como já se fez referência. Este dado sugere que o fato dela não ter um marido como cabeça de casal teria influenciado na não delegação de uma fazenda a uma mulher que, de outra forma, supostamente, não poderia administrá-la, até mesmo por ser de menor idade. As filhas casadas, diferentemente de Maria, receberam uma posse de terra, indicando, nesse caso, uma distinção que cruza o gênero e a situação matrimonial da pessoa, onde a existência de um marido assegurara a expectativa de administração da propriedade rural.

Por outro lado, a questão se torna mais complexa quando analisada a situação da filha reconhecida, também solteira e de menor idade, Lúcia. Diferentemente de Maria, coube a ela uma propriedade; no entanto, Lúcia encontrava-se assistida por sua mãe, Maria Christina Bezerra, que vivera com o coronel Francisco e não recebera nenhuma parte de sua herança, pois não era casada com o mesmo. O fato de sua filha com o coronel ter tido acesso a uma de suas propriedades, a despeito de sua menoridade e do fato de ser solteira, faz pensar que este foi um arranjo encontrado para que Maria Christina tivesse acesso a um bem de produção e pudesse continuar sustentando a filha. Embora não tivesse direito legal sobre o patrimônio do marido, que não deixou inventário, ela pôde continuar com a posse de uma fazenda através do legado de sua filha reconhecida, tendo, com esse expediente, condições de manter a si e a Lúcia.

Se as terras do coronel Francisco Bezerra de Moraes Rocha não foram fracionadas, o mesmo não ocorreu com a redistribuição dos bens do também proprietário de terras e seringais, o Tenente-Coronel Ambrósio Henriques da Silva Pombo.

Seu pai, João Florêncio Henriques da Silva Pombo, morreu em 1865, deixando três filhos: Ambrósio, Maria Emília e José. Este último viera a falecer mais tarde, sem deixar herdeiros e Maria Emília vivia internada. Na condição de filho mais velho e único, Ambrósio, que morava em Portugal realizando seus estudos, como os filhos da maior parte

⁵⁵² Inventário de Francisco Bezerra de Moraes Rocha. Maço 32, Ano:1912. ATJEPA.

das famílias da elite local, teve que retornar a Belém. Nessa primeira partilha, sua mãe, Maria Emilia de Mancada Pombo, ficou com parte da fazenda de gado no Marajó, além de jóias e móveis; à irmã, Maria Emília, coube os terrenos e prédios localizados em Belém, escravos e algumas apólices; para Ambrósio restaram as terras de Mexiana, com gado e estradas de seringais.

Depois de 24 anos, em 1899, a mãe, D. Maria Emilia, também veio a falecer. O legado deixado pela mesma mostra o crescimento da fortuna familiar. Inúmeras casas de baixo valor foram compradas, além de terrenos em áreas distantes da cidade, como na estrada da Pedreira, provavelmente para investimento imobiliário e contrato de aluguel.

Ambrósio recebeu a patente de Tenente-Coronel, morreu aos 50 anos, em Paris, 27 (vinte e sete) anos depois de ter retornado de Portugal em função da morte do pai, para assumir os bens da família. Ele, por sua vez, deixou (06) filhos, dentre eles 02 (duas mulheres). Na partilha de seus bens percebe-se, mais uma vez, a diferenciação de gênero na composição dos quinhões. Embora de valor igualitário, apenas a esposa, Floripes Chermont de Miranda Pombo, e os 04 (quatro) filhos varões receberam partes das terras de Mexiana, na Ilha do Marajó, além de animais, seringais, imóveis urbanos e ações. O legado das suas 02 (duas) filhas restringiu-se aos imóveis urbanos e ações. A casa de morada da família, um elegante sobrado localizado na travessa Campos Salles, ficou para a esposa.

Vê-se aqui a distinção clara de gênero na composição dos quinhões dessa família de fazendeiros tradicionalmente voltada à criação de animais e, mais recentemente, à extração de seringa, onde os bens de produção, mais especificamente as terras da família com suas benfeitorias e estradas de seringa, ficaram centralizados nas mãos dos filhos varões, muito embora apenas um deles fosse de maior idade. Às irmãs coube o patrimônio imóvel e os títulos.

Apesar das distinções claras de gênero e/ou situação matrimonial encontradas na família *Pombo* e *Bezerra de Moraes Rocha*, essas diferenças não eram necessariamente uma regra nas partilhas desse período.

Quando se detem sobre os mecanismos de divisão de bens da família do também fazendeiro do Marajó, João Monard, não se encontra a distinção entre masculinos e femininos no perfil das partes herdadas. Quando do falecimento de sua esposa, Maria Damasceno Monard, o viúvo ficou com metade das terras das fazendas “Curuxis” e

“Carmo”; os demais herdeiros, filhos do casal, de maior idade e casados, com exceção de Mercedes, obtiveram 1/8 parte das mesmas terras, não havendo distinção na composição dos quinhões em função das diferenças de gênero.⁵⁵³ O que significa dizer que seus dois filhos e duas filhas receberam partes das terras da família, mesmo sendo uma das mulheres solteira.

A mesma disposição de bens foi feita no inventário do fazendeiro Theodomiro Ferreira Penna. Como ele era viúvo seu patrimônio foi dividido igualmente entre os 08 (oito) filhos, que receberam partes das fazendas “Livramento”, “Glória” e “São João”, além de imóveis, ações e dinheiro, não havendo distinção entre os filhos homens e mulheres, nem tampouco entre os de maior idade e o de menor idade, ainda solteiros.

Assim, em meio ao grupo de proprietários que tinham na posse de terra e gado sua atividade principal, percebem-se situações que passavam pela divisão equitativa na composição dos quinhões dos herdeiros, e outras, em que as distinções de gênero, geração e situação matrimonial marcaram a diferenciação dos bens herdados. E ainda, situações em que o fazendeiro legava uma posse de terra específica a cada um dos herdeiros, e outras em que a propriedade não ficava para um único filho, sendo dividida em partes distribuídas a todos eles. O que fazia com que todos ficassem com partes iguais nas diversas fazendas da família e não apenas com a posse de uma só.

Por fim, cabe conhecer um pouco mais da partilha ocorrida em meio aos proprietários de engenho, onde uma nova particularidade se encerra. Em meio a esses proprietários, que muitas vezes combinavam essa atividade à constituição de firmas comerciais e/ou exploração de seringais, em nenhum dos casos encontrou-se o fracionamento do engenho. Em trabalho já citado, Bacellar já havia chamado atenção para a indivisibilidade dos engenhos, que poderia vir a causar a inviabilidade da produção dos mesmos. Diz o autor:

“Os engenhos criavam um real problema a ser contornado quando da divisão da herança, pois constituíam uma unidade de produção completa que não poderia, sob hipótese alguma, ser fisicamente fracionada.”⁵⁵⁴

⁵⁵³ Inventário Maria Damasceno Monard. Maço 39, Ano:1917. ATJEP.A.

⁵⁵⁴ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855. op. cit., p.154.* Frente à impossibilidade de fracionamento, três mecanismos eram mais comumente usados para conciliar os interesses dos herdeiros: a entrega do mesmo a um único herdeiro, compensando os demais com outros bens; o fracionamento ideal da

E assim ocorreu nas partilhas consultadas na Belém de um período posterior àquele trabalhado por Bacellar.

Na divisão dos bens do proprietário de engenho e seringais Joaquim Pereira de Queiroz, embora as posses de terra contendo seringais tivessem sido divididas em partes iguais aos 04 (quatro) filhos do casal, havendo dentre eles 02 (duas) mulheres, o engenho da família concentrou-se nas mãos da esposa, Raimunda de Andrade Queiroz. Mesmo sendo todos de menor idade, os filhos do casal ficaram com os bens de produção constituídos por terras com seringais, que não foram, pelo menos nesse primeiro momento, liquidadas.⁵⁵⁵

O mesmo ocorreu na partilha do proprietário de engenho de moer cana e fazendas de criação de gado, no Marajó, Joaquim de Figueiredo Muniz, ao falecer no ano de 1871. Casado por duas vezes, Joaquim deixou 06 (seis) filhos, sendo todos eles do primeiro casamento. Antes de falecer ele vendeu a fazenda situada no Marajó, restando apenas o engenho e as casas situadas em Belém, onde residia com a família. O inventário foi contestado pelos filhos de Joaquim até que finalmente chegou-se a um acordo junto a sua segunda esposa, Sebastiana Correa Muniz, para quem Joaquim deixou a terça de seus bens.⁵⁵⁶

A divisão final dos bens ficou assim configurada: o dinheiro relativo à venda da fazenda foi igualmente dividido entre os irmãos e a segunda esposa que, por sua vez, também ficou com a posse integral do engenho da família. Para completar o quinhão dos herdeiros, uma das duas casas que faziam parte do legado foi vendida e o dinheiro distribuído entre os irmãos.

Mais uma vez, percebe-se de que forma a família de Joaquim Muniz conciliou a partilha de maneira a vender os bens móveis para completar o valor dos quinhões e manter o engenho na posse de um único proprietário, no caso, a segunda esposa do inventariado.

Do que foi dito, destaca-se as diferentes situações de partilha envolvendo casos em que, de um lado, percebe-se claramente a distinção geracional, de gênero, ou mesmo de situação matrimonial, direcionando a divisão dos bens; de outro, situações em que esses

propriedade, com administração conjunta e lucros repartidos entre os irmãos; e, por fim, quando esta última estratégia não perdurava, seguia-se à repartição ideal, à venda das partes novamente a um único herdeiro.

⁵⁵⁵ Inventário Joaquim Pereira de Queiroz. Maço 29, Ano 1910. ATJEP.A.

⁵⁵⁶ Inventário Joaquim de Figueiredo Muniz. Caixa: 1871, Ano 1871. ATJEP.A.

marcadores sociais não parecem ter servido de baliza à composição dos quinhões herdados. Isto mostra a complexidade que envolvia a transmissão da herança, que não possuía uma via padrão de mão única, podendo-se encontrar diversas situações particularizadas pelo perfil das atividades e interesses familiares.

Da mesma forma, quando o patrimônio envolvia firmas comerciais, essas eram liquidadas e o dinheiro distribuído entre as partes, facilitando dessa forma a partilha, até mesmo porque, como se mostrou, muitas vezes o proprietário, ao falecer, deixava filhos de menor idade, o que se tornava um obstáculo à continuidade dos negócios por parte dos herdeiros. No caso dos patrimônios envolvendo seringais, encontraram-se situações em que o inventariado deixou uma posse de terra para cada um dos herdeiros, não fracionando nenhuma delas, e ainda, partilhas onde os seringais foram repartidos em partes iguais aos herdeiros, que dessa forma dividiam a administração e o lucro dos mesmos. Dificilmente os seringais foram vendidos para pagamento de herança, recebendo assim um tratamento diferenciado das firmas comerciais, por se tratar de um bem de raiz.

No caso dos patrimônios envolvendo fazendas de criação de gado, encontraram-se casos em que as terras foram fracionadas e, em outros, não, assim como ocorrera nos seringais. A exceção coube aos engenhos, que dificilmente eram fracionados na partilha, ficando a posse dos mesmos nas mãos de um único proprietário, dada a própria inviabilidade técnica e econômica de sua divisão.

* * *

De tudo o que foi visto nessa parte do trabalho, destacou-se a consolidação da elite mercantil e a transformação dos signos de riqueza ocorridos no período de expansão da economia da borracha. Por sua vez, a classificação dos indivíduos entre proprietários de terra/gado e comerciantes tornou-se cada vez mais tênue em função da flexibilização dos negócios das famílias frente a uma economia que aumentava sua liquidez, se diversificava e complexificava. De todo modo, a importância atribuída à formação profissional ao longo dos oitocentos, aliada à abertura e ao crescimento de novos empregos, cargos e funções, contribuiu para aquela flexibilização das atividades familiares.

Com isso, a família passou a ter, cada vez mais, entre seus membros, jovens bacharéis conquistando individualmente prestígio e renda e mantendo sua própria unidade familiar independentemente dos recursos do grupo de parentesco. Embora não se possa esquecer que a influência da parentela pudesse potencializar, ou não, a ocupação de cargos e funções; e ainda, o fato de que muitos jovens da elite local, mesmo formados, não vieram a exercer suas profissões, pois dedicaram-se à administração dos bens familiares.

Para aqueles com menor recurso, a formação profissional tornava-se a possibilidade de adquirir prestígio e reconhecimento social, abrindo frestas para circular nos espaços de sociabilidade elegantes da cidade, e a possibilidade de vir a casar-se com representantes da elite paraense, o que, muitas vezes, potencializava a ascensão profissional.

A expansão da economia da borracha permitiu o fortalecimento de novos grupos sociais, em particular os comerciantes, em grande parte compostos por migrantes estrangeiros e nacionais; e ainda, a continuidade do poder, da influência e do *status* social de vários dos tradicionais ramos familiares de proprietários de fazendas e engenhos que se firmaram ainda no período colonial, no Pará, alguns deles envolvidos também com o comércio. Mas, para tanto, esses proprietários rurais tiveram de diversificar suas atividades, ou mesmo, tornarem mais horizontais suas alianças matrimoniais.

Nesse sentido, o casamento funcionava, muitas vezes, como estratégia para iniciar, manter ou ascender em uma atividade econômica, demonstrando em que medida as relações familiares são importantes para se compreender a economia, assim como, através da trajetória econômica, compreende-se o aparecimento de tendências e mudanças nas relações de parentesco, particularmente no jogo de trocas, interesses e inclinações pessoais que marcam o significado do casamento.

Em meio às famílias da elite agrária as uniões endogâmicas sempre estiveram muito presentes no período colonial, convivendo, no entanto, com casamentos exogâmicos, numa combinação de estratégias, que variavam de acordo com os interesses da rede familiar e a busca do equilíbrio, com as inclinações pessoais dos membros dessas famílias.

Nos oitocentos as uniões horizontais ganham cada vez mais espaço, sendo os matrimônios com pessoas de fora da parentela acentuados pelas exigências colocadas pela expansão econômica e o fortalecimento da elite mercantil, embora as alianças endogâmicas ainda pudessem ser encontradas.

Fosse em meio ao universo dos jovens da elite local, dos jovens bacharéis menos afortunados, ou mesmo, dos comerciantes nacionais e estrangeiros, as relações familiares e, em particular, as alianças matrimoniais representavam a possibilidade de consolidação profissional e patrimonial. Da mesma forma, através do casamento, famílias da elite tradicional se associaram a comerciantes enriquecidos, mas sem lastro familiar, abrindo com isso novos negócios, consolidando e reestruturando os já existentes e, ainda, arregimentando alianças políticas e cargos públicos.

Muitos desses acordos foram detalhadamente descritos nos contratos *nupciais* e de dotação, que delimitavam fortunas, separavam os bens e, na maioria das vezes, evitavam que o patrimônio mantido na rede familiar por longos anos ficasse à mercê dos reveses dos negócios e usado para pagamento de dívidas contraídas. Nos casamentos assimétricos em termos de fortuna, esses contratos asseguravam ao desposado mais afortunado, em caso de ausência de descendentes, a manutenção dos bens no seu ramo familiar, garantindo com isso que o cônjuge sobrevivente, ou sua família não ficassem com o patrimônio construído pela linhagem do esposo (a), em caso de falecimento.

A transmissão dos bens no universo do grupo de proprietários foi marcada pela equidade no valor das heranças atribuídas aos herdeiros, embora ela nem sempre estivesse presente na composição dos bens que faziam parte dos quinhões. Por vezes, as distinções de gênero, situação matrimonial ou geração determinaram as partilhas, em outras ocasiões, no entanto, isso não ocorreu; estas distinções estavam também associadas à natureza do bem, sendo as firmas comerciais, dinheiro corrente, ações e imóveis mais igualmente partilhados do que fazendas e engenhos.

Com essas considerações, procurou-se compreender o casamento em meio à elite paraense, no final do século XIX e início do XX. Para tanto, foi traçado o perfil das famílias, dos proprietários, das alianças estabelecidas, assim como destacada a importância da formação profissional para os jovens, as estratégias de manutenção da riqueza familiar, reiterada nos contratos *antenupciais* de dotação e na transmissão da partilha, analisada igualmente pela sua composição. Todas essas questões foram levantadas com base na necessidade de se ressaltar a miríade composicional em que se constituía a elite proprietária, com suas diferenças internas e características singulares. Mas também as

semelhanças com que seus membros buscaram estabelecer, manter e renovar a riqueza, o poder e o prestígio que determinavam as propriedades distintivas dessa elite.

CONCLUSÃO

A economia da borracha possibilitou um cenário dinâmico na capital paraense, que conheceu profundas transformações na sua malha urbana e estrutura dos serviços. O espaço citadino se ampliou, ruas e bairros se formaram, inúmeros prédios e casas foram levantados e diversas maneiras de morar se organizaram. Se algumas dessas dinâmicas já vinham ocorrendo ao longo do século XIX, foi no final dos oitocentos que elas se intensificaram, impulsionadas pelo aumento da renda da província proveniente do produto de maior rentabilidade de sua pauta de exportação, a borracha.

Um produto de extração coletado inicialmente por indivíduos e famílias com pequenas porções de terra, onde se podia combinar a coleta à plantação de alimentos para a subsistência familiar. Um produto que viu seu valor aumentar com as novas necessidades do mercado e a entrada em cena de grandes firmas comerciais estrangeiras, proprietários de maior recurso que tomaram posse de terras em áreas mais distantes da província e daquelas pertencentes aos pequenos produtores. Um produto cuja exportação fortaleceu novos grupos que formavam a elite mercantil, redefinindo a relação de poder da capital.

Entre os anos de 1870-1920 emerge um período de mudanças importantes em nível político com a formação da República, que trouxe a separação do Estado e da Igreja, juntamente com leis de regulamentação do casamento civil; período de transformação do trabalho escravo em trabalho livre e a regulamentação da lei de terras, que trouxeram a reconfiguração do perfil das riquezas e dos signos de poder e pertencimento.

Junto a essas alterações de caráter institucional e socioeconômicas, esse momento criou expectativas e procedimentos responsáveis por um intenso deslocamento populacional, resultando no crescimento do número de habitantes da capital e convivência de pessoas com distintas origens. Aos migrantes nacionais, em especial, nordestinos, juntaram-se os estrangeiros, com destaque para as levas de portugueses que aportaram em Belém, principal porto da região amazônica à época.

Na verdade, mesmo antes do incremento da economia da borracha, os homens de comércio já possuíam representatividade local e, de igual maneira, a convivência de pessoas de diversas etnias e origens também sempre esteve presente na história da região. No entanto, a especificidade desse momento encontra-se justamente na intensidade com

que esses processos se desenvolveram, levando a uma migração e a um aumento populacional poucas vezes visto e ao crescimento expressivo do grupo que formava a elite. Da mesma forma, o traçado urbano da cidade foi alterado aceleradamente e novas configurações do espaço se fizeram perceber. As principais ruas e avenidas viram levantar-se os palacetes e sobrados, as casas ganharam novos e mais especializados espaços internos e o seu exterior, com jardins e gradis, também se acercaram de novas roupagens, mostrando não apenas uma redefinição de práticas arquitetônicas, mas, ao mesmo tempo, práticas e valores de domesticidade e convivência familiar, estimulados pela liquidez econômica verificada à época.

O conjunto dessas mudanças fez-se sentir nas relações familiares e nas alianças conjugais estabelecidas. Isso fica claro na predominância de registros de casamentos de migrantes nas paróquias locais em detrimento de paraenses, pelo menos na freguesia de Nazaré, que cobria a maior parte das novas ruas, travessas e bairros da cidade.

A forma acelerada de crescimento populacional acompanhada de rápida ocupação urbana, os limitados recursos e trabalhos temporários criavam especificidades na moradia da massa da população, onde a continuidade da casa e da rua se fazia presente, dando um contorno de proximidade às relações de vizinhança.

Nesse cenário formou-se um convívio muitas vezes marcado pela proximidade de pessoas da mesma origem, ou mesmo outros migrantes que, ao mesmo tempo em que criavam situações de tensão e conflito, também possibilitavam a interação e manutenção de uma rede de ajuda mútua tantas vezes descrita neste trabalho.

Por sua vez, a preocupação da Igreja com os reveses de seu poder de legitimar a formação das famílias, sentida através das leis civis de casamento, juntamente com o incremento da economia e a possibilidade de manutenção familiar, de alguma forma contribuíram para o aumento da nupcialidade verificado nesse período. O que não significa que as uniões consensuais não se fizessem presente com frequência no cotidiano dessas famílias populares.

A formação de uma forte elite mercantil tornou cada vez mais freqüentes as alianças matrimoniais com a elite tradicional proprietária de terras, flexibilizando os negócios e as opções de casamento. A exogamia centrada na busca de uniões mais horizontais se

intensificou, agregando às famílias de prestígio o poder financeiro dos comerciantes recém-chegados à capital.

A propósito da tentativa de mostrar a importância desse cenário nas relações conjugais e familiares estabelecidas, procurou-se sempre refletir sobre o fato de que nem sempre o contexto, com os mecanismos que ele aciona, pode fazer entender a diversidade das inúmeras situações narradas. Se o cenário econômico-social foi fundamental para a compreensão das condições criadas, impondo limites e possibilidades, ele nem sempre é suficiente para se entenderem as estratégias individuais, as escolhas e opções levada a efeito pelos indivíduos dos diversos segmentos sociais.

Em vários momentos desse trabalho, a cada referência de mudança social acarretada pelo cenário econômico-social, buscava-se mostrar ocorrências de quebra de padrões, de atitudes particulares e iniciativas pessoais que questionavam e traziam um novo olhar sobre a suposta força de interferência dessas mudanças na trajetória de vida dos indivíduos e das famílias. Buscou-se o movimento, o movimento de homens e mulheres que chegavam em Belém e redefiniam suas relações familiares, dinamizadas em diferentes possibilidades de arranjos conjugais. O movimento também dizia respeito à organização dos grupos de elite, que eram obrigados a estabelecer alianças matrimoniais com o intuito de preservarem suas fortunas e seu *status* político. Mas, fundamentalmente, o olhar deteve-se no movimento das trajetórias individuais, revelando tendências e singularidades.

Com isso, procurou-se resgatar a complexidade com que os comportamentos das pessoas dos diversos segmentos sociais devem ser investigados, apontando para a multiplicidade de referências e práticas culturais fora e dentro dos grupos. Os marcadores sociais de gênero, etnia e classe, em particular, foram fundamentais para se dar conta dessa heterogeneidade. A utilização de tais marcadores significava o esforço de não resumir o indivíduo a tabelas ou quadros, embora estes sejam importantes por revelarem comportamentos padrões. Uma tentativa de alcançar os sujeitos históricos na própria dinâmica do existir, do sobreviver. Gênero, etnia e classe significaram para este trabalho a busca pela particularidade, pelo devir, mas, também, pelas permanências históricas. Entre mudanças e constâncias, entre o indivíduo e os grupos sociais, a família e o casamento se revelam enquanto componentes das trajetórias de homens e mulheres que nasceram, ou ancoraram, na Belém da borracha.

Essa argumentação esteve presente em vários momentos da narrativa aqui traçada. Quando se falou da importância do casamento endogâmico no universo das famílias proprietárias de terra, mostrou-se de que maneira os acordos efetivados pelo grupo de parentesco não necessariamente atingiam as expectativas individuais, podendo as alianças ser rompidas em função de escolhas pessoais. Quando se destacou a importância da liquidez da economia e da educação para a formação profissional dos jovens responsáveis pela sua maior autonomia frente ao grupo de parentesco e a possibilidade de criar seu próprio núcleo familiar, independentemente dos recursos paternos, alertou-se para as situações em que os jovens não exerceram suas profissões, ficando na administração dos bens familiares, dependendo da importância do grupo de parentesco e de amizade para manter ou ascender socialmente. Ou por outra, se a educação poderia ser o elemento diferenciador que possibilitava um casamento mais assimétrico à medida que agregava prestígio e possibilidades futuras de ascensão, houve situações em que nem mesmo ela conseguiu ser suficiente para a união de alguns casais com riquezas e poder distintos.

Ao mesmo tempo, situações particularmente mostradas em meio à elite e camadas médias da população deram conta de histórias de mulheres que se separaram de maridos escolhidos pelas famílias; amaram homens de condição social inferior na hierarquia, algumas vezes casando-se com eles, outras vezes, sendo impedidas pelos pais de fazê-lo; jovens ricas formando-se em odontologia; mulheres questionando o poder paterno de escolha do cônjuge. Todas essas são práticas dissonantes a uma certa expectativa de comportamentos e valores esperados aos membros desses segmentos sociais e que foram aqui destacadas.

A mesma perspectiva foi usada quando da análise da rede de sociabilidade, das relações de vizinhança e amorosas dos segmentos populares. As condições materiais, a instabilidade de trabalho e moradia, as referências culturais criaram especificidades atualizadas na proximidade da moradia, na fronteira móvel de circulação entre os espaços da casa e da rua, na flexibilidade com que se inicia ou termina uma união, ou mesmo, se vive-se uma relação consensual e sexual. Contudo, nem por isso deixou-se de registrar o crescimento na proporção de matrimônios por parte da massa da população, a busca dos casais pela sacralização de casamentos já pautados em uma conjugalidade anterior, a

pressão para defender a honra familiar através do estabelecimento ou manutenção de enlances conjugais legais.

O tiro dado por um irmão em um homem que deflorara a irmã, mesmo depois deste ter casado com ela; a surra em um cunhado por este ter abandonado a irmã; um pedido de casamento feito a um tio a propósito da mulher escolhida ser independente e morar sozinha; os pedidos de noivado; são situações que mostram que, para além da flexibilidade e plasticidade nas práticas e representações dos populares em relação ao casamento e às relações amorosas, há uma certa circularidade de ideais e comportamentos normativos e legítimos, valorizados por membros desses segmentos sociais.

Essas questões demonstram a complexidade que reveste a experiência dos diversos grupos e famílias, resvalando em modelos diversos de práticas não necessariamente acomodadas aos padrões e atitudes dominantes, ou mesmo, uniformes e lineares de tendências gerais. O contexto econômico social foi fundamental para se compreenderem certas mudanças que tiveram lugar na vida familiar, amorosa, patrimonial e de sociabilidade das pessoas, mas a ele tiveram que se somar os casos isolados e particulares, que corroboram, fazem uma leitura muitas vezes própria, submetem-se, resistem ou simplesmente ignoram os preceitos gerais apontados por aquelas mudanças socioeconômicas.

De qualquer forma, as análises não precisam estar necessariamente isoladas. Ao se percorrer as tendências de comportamento mais gerais em torno do casamento, cruzando a origem dos contraentes, a idade dos noivos ao casar, a flutuação dos índices de legitimidade ao longo dos anos percorridos pelo trabalho, há que se ter em mente a sua relação com as experiências particulares dos indivíduos, os valores que subjazem esses comportamentos. Portanto, quando se destacava no capítulo IV a recorrência dessas tendências, pôde-se conhecer, no capítulo seguinte, a história de alguns desses casais que buscaram a legitimação de suas uniões vividas anteriormente de forma consensual, por longos anos.

Não foi diferente com a análise dos números do deslocamento populacional. Ao se apontar para a contagem dos migrantes nacionais e estrangeiros que chegaram na capital paraense, cruzou-se essa informação com a trajetória de alguns desses indivíduos e famílias. Assim, ficou-se conhecendo a história do cearense Silvério, de sua família e compadres, das suas redes de sociabilidade e atividades de trabalho; ou mesmo, os cuidados

domésticos e a viagem realizada por Emilia e o filho para encontrar o português Pedro, que aqui morava longe da família, recebendo cartas em pacotes, até mandá-los buscar com recursos emitidos através de letras de pagamento. O aportar em novas terras emaranhava, dessa forma, tendências de deslocamento, médias de contingente migratório, com expectativas, detalhes, acordos que envolviam o grupo de parentesco e amizade, enfim, comportamentos e valores que devem ser apreendidos na sua complementaridade, sempre que isso se faça possível.

Essa diversidade se fez presente também nas fontes utilizadas. As características diferenciadas do corpo documental tornaram-se um elemento importante para que se pudesse dar conta, em uma perspectiva, das tendências mais gerais, possíveis de serem percebidas através da fonte paroquial, com dados seriais quantificáveis que ajudaram a perceber os padrões de comportamento e suas flutuações; em outra, das narrativas e vivências que se extraíram dos processos criminais, dos autos de justificação, das solicitações de dispensa e dos periódicos diversos.

Muitas vezes, a característica de uma fonte pode levar à análise de uma certa linha de práticas e valores da população que, por serem mais encontradas naquela documentação, podem ser lidas como hegemônicas. Todavia, o contraponto com outros corpos documentais auxilia na amostragem de práticas diferenciadas daquelas anteriormente encontradas.

Foi assim com os processos criminais e as solicitações de dispensa e registros de casamento religioso. Nos processos foram encontrados inúmeros relacionamentos pautados em uniões consensuais, relações amorosas marcadas por curtos espaços de tempo, intercursos sexuais estabelecidos sem uma convivência mais duradoura, uma maior propensão a unir-se novamente quando os relacionamentos anteriores eram desfeitos por abandono, deslocamentos, morte ou desinteresse dos parceiros(as). Já nas solicitações de dispensa e registros de casamento, a propósito da uniformidade da linguagem e das informações registradas, elas permitiram o conhecimento de casais e familiares que buscavam a legitimidade de uniões vividas consensualmente, muitas delas seguidas de prole. A procura do sacramento, a manutenção de relações conjugais legítimas por longos períodos de tempo, remetem a comportamentos menos presentes nos processos criminais, até mesmo porque nem sempre a condição conjugal e matrimonial dos envolvidos fica clara

na documentação judicial, assim como o tempo do relacionamento. Daí, a necessidade de cruzamento das fontes a fim de buscar uma maior complexidade à análise das práticas e dos valores da população estudada.

Essa complementaridade pode ser buscada no interior de uma mesma documentação. É o caso dos inventários que permitem a investigação de padrões nos signos de riqueza com suas regularidades e flutuações, mas também revelaram o perfil particular dos proprietários, as alianças singulares que eles estabeleceram, além de permitir conhecer, em alguns casos, a trajetória da família dos inventariados a partir de informações muitas vezes soltas e fragmentadas, montadas numa lógica narrativa seqüencial.

Ao se ler e digitalizar um processo, uma matéria de jornal, ou tabelar os dados de um registro paroquial, tem-se uma noção inicial do que vai ser a partir dali acionado para favorecer a argumentação do trabalho. No entanto, quando se justapõem essas fontes, a análise ganha em riqueza pela sua complementaridade, pelo diálogo que se estabelece, ampliando os limites da investigação que, como a cabeça de uma medusa, só se deixa conhecer indiretamente, como uma imagem refletida no espelho, com as devidas distorções e revelações que este espelho encerra. Apesar de, ainda assim, não deixar de ser uma imagem possível, uma compreensão possível frente a outras possibilidades não imaginadas...e assim, a história não é petrificada.

FONTES PRIMÁRIAS

FONTES MANUSCRITAS

I. Arquivo da Arquidiocese de Belém

Livro de casamento:

Paróquia da Sé: nº 02, nº 03, nº 05, nº 09, nº 12.

Paróquia de Nazaré: nº 02, nº 04, nº 14, nº 17.

Livros de Batismo:

Paróquia da Sé: nº 11, nº 12, nº 13, nº 16 b, nº 21, nº 27b, nº 32, nº 33, nº 40, nº 41.

Paróquia de Nazaré: nº 01, nº 02, nº 05, nº 17a, nº 18, nº 18b, nº 19, nº 27, nº 28, nº 37, nº 38.

II. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

A) Inventários *post mortem* (Cartório Odon Rhossard)

. Caixas Anos: 1887, 1876, 1870, 1871, 1872, 1875, 1873, 1874, 1876 cx 02, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881 cx 01, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890.

. Maços nº : 01 ao 64
Maços J; QRSTUVS

B) Processos Criminais

. *Ferimentos leves*

-2º Distrito

Caixa Ano: 1891. Doc 02 e 04

Caixa Ano: 1899. Doc 02

-3º Distrito

Caixa Ano: 1886. Doc 01,02,03.

Caixa Ano: 1889. Doc 06

Caixa Ano: 1890- 1892. Doc 05

Caixa Ano: 1890- 1892 (cx. 04). Doc 05

Caixa Ano: 1890. Doc 01

Caixa Ano: 1893. Doc 02

Caixa Ano: 1894. Doc 03,04

Caixa Ano: 1895. Doc 01,03.

Caixa Ano: 1896. Doc 01,02,03
Caixa Ano: 1897. Doc 04, 05,06.
Caixa Ano: 1898 (cx 01). Doc 01

. ***Ferimentos graves***

-2° Distrito
Caixa Ano: 1888 (cx.02). Doc 01,03,04
Caixa Ano: 1895. Doc 02,04

-3° Distrito
Caixa Ano: 1898. Doc 01
Caixa Ano: 1896. Doc 01
Caixa Ano: 1891(cx.01). Doc 01, 02
Caixa Ano: 1890. Doc 03, 06
Caixa Ano: 1890 (3° caixa). Doc 01
Caixa Ano: 1887-1888. Doc 03

-4° e 5° Distrito criminal

Caixa Ano: 1890 (cx.05). Doc 01

. ***Homicídio***

- 1° Distrito
Caixa Ano: 1899. Doc 01
Caixa Ano: 1896-1897. Doc 01
Caixa Ano: 1897

- 2° Distrito
Caixa Ano: 1886-1888. Doc 02
Caixa Ano: 1890. Doc 03
Caixa Ano: 1897. Doc 02, 07

- 3° Distrito
Caixa Ano: 1891. Doc 01, 02
Caixa Ano: 1893. Doc 01,03
Caixa Ano: 1895. Doc 01
Caixa Ano: 1895 (cx.05). Doc. 03
Caixa Ano: 1898. Doc 01

- 4° Distrito e 5° Distrito
Caixa Ano: 1910
Caixa Ano: 1911-1912
Caixa Ano: 1913
Caixa Ano: 1912

Caixa Ano: 1915
Caixa Ano: 1917-1918

. Auto de bem viver

- 2º Distrito Criminal
Caixa Ano:1880-1885. Doc 01,02

. Ofensas físicas leves

-2º Distrito
Caixa Ano: 1880-1882 (cx.02). Doc 03
Caixa Ano: 1888. Doc 01,03, 04
Caixa Ano: 1890(cx. 01). Doc 04
Caixa Ano: 1891, 1893,1894,1899.Doc 03 e 07.
Caixa Ano: 1899. Doc 05

. Auto crime de calúnia

-2º Distrito
Caixa Ano: 1877. Doc.01

. Tentativa de homicidio

- 2º Distrito
Caixa ano: 1890-1892. Doc 02

III. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (Lisboa)

A) Lista de pedidos de passaporte. Governo civil de Lisboa- 1º repartição/ 2º secção

cx: 04 Nt 2509 Ano: 1889
cx: 05 Nt 2510 Ano: 1889
cx: 06 Nt 2511 Ano: 1889
cx: 07 Nt 2122 Ano: 1890
cx: 08 Nt 2163 Ano: 1890
cx: 14 Nt 2646 Ano: 1890
cx: 28 Nt 2646ªAno: 1893
cx: 54 Nt 935 Ano: 1896
cx: 83 Nt 2014ªAno: 1900
cx: 90 Nt 2484 Ano: 1900

FONTES IMPRESSAS

IV. Arquivo Público do Pará

A) Relatórios de Presidentes de Província e outros documentos de natureza administrativa

PARÁ – Presidente da Província, Joaquim Raimundo Lamare. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa provincial em 15. 08. 1867. Pará: Typ.de Frederico Rhossard.

PARÁ – Presidente da Província, Abel Graça. Relatório apresentado à assembléia legislativa provincial na 2º sessão da 17ª legislatura. Pará: typ. do Diário do Gram-Pará, 1871.

PARÁ - Presidente de província, João Capistrano Bandeira de Mello Filho. Falla com que abrio a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembléia Legislativa da província do Pará, em 15 de fevereiro de 1877. Pará: Typ. do Livro do Commercio,1877.

Pará – Presidente de província, Barão de Maracaju. Falla com que abrio a 2ª sessão da 23ª legislatura da Assembléia Legislativa da província do Pará, em 15 de fevereiro de 1883. Pará: Typ. do Jornal da Tarde: 1883.

PARÁ – Presidência da Província, Tristão de Alencar. Falla com que abrio a 1º sessão da 25º legislatura da Assembléia Provincial em 25 de março de 1886.

PARA - Presidente de Província, Capitão Tenente Duarte Huert de Bacellar Pinto Guedes. Relatório com que o presidente passou a administração da província do Estado do Pará em 24.06.1891 ao governador Lauro Sodré. Belém: Typ. Do Diário Official, 1891.

PARÁ – Relatório da Companhia Urbana da Estrada de Ferro Paraense relativo ao 1º e 2º semestres de 1887. Pará: Typ. do Diário de Belém, 1888. Fundo da Secretaria da presidência da Província. Série nº 13, ofícios. Caixa: 429.

Ofícios da Inspetoria de Saúde Pública do Pará. Relação de pessoas vacinadas no 4º distrito de 23 a 26 de janeiro de 1884 e 28 de janeiro a 2 de fevereiro do mesmo ano. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série 13. Ofícios. Caixa: 409.

Belém – Intendência da província, Antonio José de Lemos. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na 2ª reunião ordinária do ano de 1902 Belém: Província do Pará, 1902.

B) Coleção de Leis

PARÁ - Colleição de leis do Estado, 1904. Lei nº 927 de 21 de outubro de 1904, fixa as despesas do Estado para o exercício de 1905. Belém: Imprensa Official, 1904.

PARÁ - Colleição de leis do Estado, 1906. Lei nº 987 de 29 de outubro de 1906, que fixa as despesas do Estado para o exercício de 1907. Belém: Imprensa Official, 1906.

PARÁ - Colleição de leis do Estado, 1911, Lei nº 1222 de 6 de novembro de 1911, que fixa as despesas do Estado para o exercício de 1912. Belém: Imprensa Official, 1912.

DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. Sábado, 24 de junho de 1905, Ano XV- 17º da República. nº 4061 DECRETO nº 1380 (do regulamento processual civil e commercial). Relatório apresentado ao governador do Estado por Manoel Baena, secretário do governo. Belém: Typ. Do Diário Official, 1895.

BRASIL - Colleição de leis do Império de 1876. Instruções regulamentares para execução do Decreto nº 2675 de 20 de outubro de 1875. Tomo XXXIX-Parte II, volº 01. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

BRASIL - Colleição de leis do Império de 1876. Tomo XXXIX-Parte II, volº 01. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. Instruções regulamentares para execução do Decreto nº 2675 de 20 de outubro de 1875.

V. CENTUR

A) Relatórios Administrativos

PARÁ – Secretaria do Governo, Manoel Baena. Relatório apresentado ao governador do estado em fevereiro de 1895. Pará: Typ. do Diário Official, 1895.

PARÁ – Secretaria do Governo, Manoel Baena. Relatório apresentado ao governador do estado em fevereiro de 1895. Pará: Typ. do Diário Official, 1897.

PARÁ- Relatório apresentado ao governador do Estado do Pará, Dr. João Antonio Luiz Coelho pelo secretário da fazenda, Dr. José Antonio Picanço Diniz. Anno 1911. Imprensa Official do Estado do Pará, 1912.

Álbum do Estado do Pará. Governador do Estado, Augusto Montenegro. (1901-1909). Paris: Imprimerie Chaponet (Jean Cussac), 1908.

B) Jornais

Diário do Commercio (1859)

Folha do Norte (1896); (1900); (1901); (1907); (1910)

A Província do Pará (1876)

Diário de Notícias (1890)

C) Revistas

A Semana (1919); (1920)

Semana Religiosa (1890)

VI. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) /PA

RECENSEAMENTO DO BRAZIL. Volº 4, Parte 6º. Estatística Predial e Domiciliar do Brazil. Rio e janeiro: Typ. de Estatística, 1930. p. XVI.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO. Directoria Geral de estatística. Recenseamento do Brazil realizado em 01.09.1920. vol.º 4, 5ª parte, Tomo I- População. p *XXIII a XIV*. Aqui estão incluídos, além da capital, os seus 20 (vinte) distritos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Brazil. volº IV 01.09.1920. População- População do Brasil por Estados, Municípios e Districtos segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Typ. de estatística, 1926.

ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL: Séries Econômicas Demográficas e Sociais de 1550 a 1988. 2ª. ed, vol. 03. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.p.591-596.

VII. Centro de Estudos de Demografia da América Latina (CEDHAL)

BRAZIL DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Recenseamento da população do Império do Brazil 1872. Rio de Janeiro: 1873-1876. Parte 10. (Pará) (Microfilme HA971-A2).

VIII. Biblioteca Universidade Federal do Pará - Seção de obras raras

ALMANACK Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará e indicador para 1906 - obra estatística e de consulta fundada em 1904. Pará: Editor Fernando Cardoso, 1906.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, José Coelho da Gama, Barão de Marajó. *As regiões Amazônicas*. 2ª ed. Belém: SECULT, 1992 [1895].
- AGUIAR, Keila de Sousa. *Trabalho, família e habitação: cotidiano dos migrantes nordestinos na capital paraense. (1898-1908)*. (Monografia) Departamento de História da UFPA. Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA), 2001.
- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN. São Paulo: Cortez, 1999.
- ALGRANTI, Leila Mezan. “Famílias e vida doméstica”. In SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ÁLVARES, Luzia. & SANTOS, Eunice. *Mulher e modernidade na Amazônia*. Belém: CEJUP/UFPA, 1997.
- AMARAL, Telma. *E o Casamento, Como Vai? Um Estudo da conjugalidade em camadas médias urbanas*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA), 2000.
- ANDERSON, Michael *Elementos para a história da família Ocidental*. Lisboa:Quercó, 1984.
- AZEVEDO, Thales de. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: Ática, 1986.
- BACELLAR, Carlos de A.P. *Os senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de memória/UNICAMP, 1997.
- _____. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Amblume/FAPESP, 2001.
- _____. “Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA), 1969. [1829].
- BARATA, Manoel. *Formação Histórica do Pará: obras reunidas*. Pará: Universidade Federal do Pará, 1973.
- BARBOSA, Tanya M.Brandão. *A elite colonial piauiense: família e poder*. (tese) Programa de Pós-Graduação em História. São Paulo:Universidade de São Paulo (USP), 1993.

- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo & BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. "Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século XIX". *Revista Brasileira de Estudo de População*. vº 19, nº1, jan/jun, 2002.
- BATISTA, Luciana Marinho. Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c. 1870. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2004.
- BELTRÃO, Jane Felipe. "Mulheres da castanha: um estudo sobre o trabalho e o corpo". In: *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Brasiliense, 1982.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Valer/ Editora da Universidade do Amazonas, 1999.
- BERQUÓ, Elza. "Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica". In: NOVAES, Fernando (coordenador geral da coleção) & SCHWARCZ, Lilian (coordenadora do volume). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará*. Belém: Pakatatu, 2001.
- _____. "O asilo Lyndo e protetor: Práticas e representações sociais sobre a educação feminina. Belém (1870-1888)". In: ÁLVAREZ, Maria Luzia Miranda & D'INCAO, Maria Ângela. *A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e do gênero na Amazônia*. Belém: CEJUP, 1996.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. "O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX." In: COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina. *Rebeldia e submissão: estudo sobre condição feminina*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ Vértice, 1989.
- BORELLI, Andréa. *Matei por amor: as representações do masculino e do feminino nos crimes passionais*. São Paulo: Celso Bastos editor, 1989.
- BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará*. Belém: CEJUP, 1986.
- BOTELHO, João José da Costa. *A família Castro no Pará*. Belém: Falangola, 1983.
- BOTELHO, Tarcísio R. "História da População Brasileira: Balanços e Perspectivas". In SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Historiografia Brasileira em Debate: olhares, recortes e tendências*. Cursos e Eventos (Nova Série, nº 3). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002
- BOURDIEU, Pierre. "Condição de classe e posição de classe". In: AGUIAR, Neuma. *Hierarquias em classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

- BRAGA, Theodoro Reis. *História do Pará: resumo didactico*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1931.
- BULAMARQUI, Ruth. *Transformações demográficas numa economia extrativa: Pará (1872-1920)*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Paraná. Curitiba, 1984.
- BURGUIÈRE, André *et ali*. *História da família: o choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa*. v.º 3. Lisboa: Terramar, 1998.
- BURKER, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CAMPOS, Ipojucan Dias. *Casamento, divórcio e meretrício em Belém no final do século XIX (1890-1900)*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2004.
- CANCELA, Cristina Donza. *As relações amorosas das mulheres das camadas populares*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1997.
- _____. “Relações familiares em Belém (1890-1940)”. In: BEZERRA NETO, José Maia & GUZMAN, Décio Alencar (org.). *Terra Matura: Historiografia & História Social na Amazônia*. Belém: Pakatatu, 2002. p.407-420.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas. Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHANDLER, Billy Jaynes. *Os Feitosas e o sertão dos Inhamus*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CORRÊA, Mariza. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

- CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. v.º 01. Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA), 1973.
- _____. *História da Associação Comercial do Pará*. 2º ed. Belém: Ed Universitária do Pará, 1996.
- _____. *História do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA), v.º 02.
- CUNHA, Raymundo Cyriaco. *Paraenses illustres*. 2º ed. aumentada. Belém: Typ. de J.B. dos Santos, 1900.
- DAUMARD, Adeline. *Cinco aulas de História Social*. Salvador: Centro editorial e didático: Universidade Federal da Bahia, 1978.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto. Manaus 1890-1920*. Manaus:Valer, 1999.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro:Nova Fronteira, 1998
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura. *A Cidade Dos Encantados; Pajelança, feitiçaria e religiões afro-brasileiras. A Constituição de uma Campo de Estudo*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História Social. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1996.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FLANDRIN, Jean Louis. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1991.
- FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: UNESP, 2004.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989
- GRAHAM, Sandra. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- HALL, Stuart. "Notas sobre a desconstrução do 'popular' ". In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)/ Brasília: UNESCO, 2003.
- HAREVEN, Tamara. *The history of the family as na intedisciplinary Field*. In: RABB, Theodore (ed.). *The family in History*. New York, Harper Torchbooks, 1973.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira. (1867-1918)*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- KUZNESOF, Elizabeth. "Household composition and headship as related to changes in made of production: São Paulo, 1765 to 1836". In: *Comparative studies in society and History*. vº. 22, nº 01. Cambridge: Cambridge University Press, jan. 1980.
- _____. "Household, family and community studies, 1976-1986: a bibliographic essay". In: *Latin American Population History Newsletter*, Fall/1914.
- _____. "A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social, São Paulo, 1700-1980". In: *Revista Brasileira de História-Famílias e Grupos de Convívio*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, ago.88/ fev.89. pp. 37-64.
- LACERDA, Franciane Gama. "Requerendo passagem para si e sua família: mulheres migrantes no Pará". In: *Revista Projeto História 27 – Nomadismo, memórias, fronteiras*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Departamento de História da PUC/SP. Jul-dez. São Paulo: EDUC, 2003. p.305-320.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEITE, Miriam. Moreira (org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro. Século XIX*. São Paulo: HUCITEC/ EDUSP, 1984.
- LEVI, Darrell. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, Livraria e Editora, 1977.
- Libra esterlina: cotações mensais – 1870 a 1930 (pence/mil réis). Disponível em <[http://www.cunhaecunha.com.br/ banco de dados/libramediamensal.htm](http://www.cunhaecunha.com.br/banco_de_dados/libramediamensal.htm)>, acesso em 18.06. 2003.
- LEMOS, Carlos.A.C. *A república ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec,1999.
- _____. *Casa paulista*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso de oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- _____. “Some historical implications of kinship organization for family-based politics in the Brazilian northeast”. v.º 27, nº 2. In: *Comparative Studies in Society and History*, 1979.
- LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. (tese) Programa de Pós-Graduação em História. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1992.
- LOPES, Cristiane Fernandes. *Quod Deus Conjuxit Homo Non Separet: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no tribunal de Justiça de Campinas (1890-1934)*. Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2002.
- MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Crimen Y Costumbre en la sociedad Salvaje*. Barcelona: Ariel, 1969.
- MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil: república da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população*. São Paulo: Paulinas/ CEDHAL, 1986.
- MARIN, Rosa Acevedo. “As alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX..” In: *Revista Estudos Econômicos*. nº15, São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (IPE-USP), 1985.
- MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento da metrópoles brasileiras*. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da vida privada no Brasil: república da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MARTINS, Karla Denise. *Civilização católica: Dom Macedo Costa e o desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX*. *Revista de História Regional* 7 (1): 73-103, verão, 2002.
- MATA, Possidonio. “A Igreja católica na Amazônia da atualidade”. Cap. X. In: HOORNAERT, Eduardo. (coord.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

- MATOS, Maria Izilda Santos de. "Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930)". In: *Cadernos Pagu: fazendo história das mulheres*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1995, v.º 4. p. 97-116.
-
- _____. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2002.
-
- _____. "Outras Histórias: as mulheres e estudo dos gêneros". In: SAMARA, Eni; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
-
- _____. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MEIRA FILHO, Augusto. "A capela do senhor dos passos" In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, volº XVI e XVII. Pará: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1969/1970.
- MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza - São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec,/ Secretaria Municipal de Cultura, 1985.
- MENDES, José Armando. *A crise amazônica e a borracha*. 2ª ed. Porto: Typ. Santos, 1907.
- METCALF, A.C. *Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820*. Texas: University Microfilms Internacional, 1983.
- MIRANDA, João Evangelista. *Guia do tabellião - de acordo com o novo código civil brasileiro e mais legislação em vigor*. Pará/Belém: Typ. da Livraria Gillet, 1927.
- MONSMA, Karl & alii. *Entre a paixão e a família: casamentos inter - étnicos de jovens italianos no oeste paulista, 1890-1914*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Minas Gerais/ Caxambu: 20-24 de setembro de 2004.
- MOTTA-MAUÉS, Angélica. "*Trabalhadeiras*" & "*camarados*": *relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica*. Belém: Ed. Universitária/UFPA, 1993.
- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. *O processo de imigração em São Paulo nas primeiras décadas republicanas: questões em aberto*. Texto 18. São Paulo: Centro de Estudos da América Latina (CEDHAL), 1996.

- MOURÃO, Leila. *Memória da indústria Paraense*. Belém: Federação das Indústrias do Pará (FIEPA), 1989.
- MUNIZ, João de Palma. *Patrimônios dos conselhos municipais do Estado do Pará*. Paris/Lisboa: Allaus & Cia, 1904.
- _____. *Estado do Grão-Pará: Imigração e Colonização. História e estatística. 1616-1916*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004.
- NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulher, famílias e mudança social em São Paulo, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1991].
- NOZOE, Nelson; BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo, SAMARA; Eni de Mesquita. (org). *Os refugiados da seca: emigrantes cearenses, 1888-1889*. Campinas/São Paulo: NEHD-NEPO-CEDHAL, 2003.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. "O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX". *Encontros com a Civilização Brasileira*. nº 11, maio, 1979.
- OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. *O sertanejo, o brabo e posseiro" (os cem anos de andança da população acreana)*. Rio Branco: Secretaria de Planejamento e Coordenação, 1985. Apud. WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: uma história, Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo:Hucitec,1999.
- PANTOJA, Ana Ligia Nauar. *Estratégia de sobrevivência: mulheres pobres, trabalho e práticas culturais nas ruas de Belém (1890-1910)* .(monografia) Especialização em Teoria Antropológica. Belém: UFPA, 1999.
- PEDRO, Joana Maria. *Mulheres faladas e mulheres honestas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1998.
- PENTEADO, Antonio Rocha *Belém- Estudos de geografia urbana*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru/São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC); Portugal: Instituto Camões, 2002.
- PERROT, Michelle. *História da vida privada IV: da revolução francesa à primeira guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

- PITT-RIVERS, Julian. "A doença do homem". In: CZECHOWSKY, Nicole. (org) *A Honra - imagem de si ou o dom de si - um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&PM, 1992.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP)/FAPESP, 1994.
- PISCITELLI, Adriana. "Histórias que as histórias de amor contam: mulheres, rebeldia e casamento." In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais: Fundação Carlos Chagas, 1989.
- PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio/ Brasília: EDUNB, 1993.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro: documentário da vida rural*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1953.
- _____. *Síntese de História do Pará*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1972.
- REVEL, Jacques. "Microanálise e construção do social". In REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RICCI, Magda. "O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo Império (1808-1840) " In: DEL PRIORI, Mary & GOMES Flávio. *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e história*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- RYBCZYNSKI, Witold. *Casa – pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- _____. "Mercado de trabalho, gênero e família no Brasil (1836-1996)". *Revista Biblioteca Mario de Andrade*. v.º 57, jan/dez, 1999.
- SAMARA, Eni de Mesquita. "O dote na sociedade paulista do século XIX: legislação e evidências." *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXX. São Paulo: USP, 1980/1981.

- _____. “Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX”. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 37, maio de 1981.
- _____. “A família negra no Brasil: escravos e libertos”. In: *Anais do VI Encontro da ABEP*. Olinda: ABEP, 1988.
- SAMARA, Eni de Mesquita e MATOS, Maria Izilda Santos de. “Manos femininas: trabajo e resistencia de las mujeres brasileñas”. In: PERROT, Michele (ed.). *Historia de las mujeres, el siglo XX*. vº 5. Madrid: Taurus, 1993.
- SAMARA, Eni de Mesquita. “Mistérios da ‘fragilidade humana’: o adultério feminino no Brasil, século XVIII e XIX.” *Revista Brasileira de História*. v.º 15, nº 29. São Paulo: ANPUH, 1995.
- _____. (org.). *Testamentos e Inventários: Fontes Documentais para a História Social e Econômica de São Paulo séculos XVIII-XIX*. São Paulo: CEDHAL, 2000.
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a Belle Époque*. Belém: Pakatatu, 2002.
- _____. *Memórias do “velho intendente: Antonio Lemos-1869-1973*. Belém: Pakatatu, 2004.
- SCOTT, Ana Silvia. “Aproximando a metrópole da colônia: família, concubinato e ilegitimidade no noroeste Português (século XVIII e XIX)”. In: *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)*. Ouro Preto/ Minas Gerais, novembro de 2002.
- SEVCENKO, Nicolau. “A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio”. In: SEVCENKO, Nicolau.(org). *História da Vida Privada no Brasil - República: da Belle Époque à era do rádio*. Tomo 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, João Luiz. *O impacto do gás e da eletricidade na casa paulistana (1870-1930)*. *Estudos de cultura material no espaço doméstico*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2002.
- SILVA, Maria da Conceição. *Catolicismo e casamento civil na cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920)*. In: *Revista Brasileira de História*. v.º 23, nº 46. São Paulo, 2003.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colônia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

- SPINOSA, Vanessa. *Pela navalha: cotidiano, moradia e intimidade. (Belém 1930)*. (Dissertação) Mestrado em História Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2005.
- SOHIET, Rachel. *Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. *Condição feminina e formas de violência - mulheres pobres e ordem urbana. (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- STONE, Lawrence. *Família, sexo y matrimonio em Inglaterra 1500-1800*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1989.
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.
- TERUYA, Marisa. *Trajetória sertaneja: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba*. (Tese). Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2002.
- TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria do Belém do Grão Pará*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. *Retratos femininos: gênero, educação e trabalho nos Censos Demográficos. 1872/1970*. (Tese) Programa de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2003.
- TRINDADE, José Ronaldo. "Ruas de desordem, mulheres fora da ordem: um olhar sobre as relações de gênero e práticas culturais em Belém no final do século XIX e início do XX." In: ÁLVARES, Luzia Miranda e SANTOS, Eunice. *Desafios de identidade: espaço-tempo de mulher*. Belém: CEJUP, 1997.
- TRINDADE JUNIOR, Saint-Claire Cordeiro de. *Produção do espaço e diversidade do uso do solo em área da baixada saneada. Belém-Pará*. (Dissertação) Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento da Amazônia (NAEA). Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA), 1993.
- VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História - ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997.
- _____. *Micro-história: os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

- _____. *Casamento, Amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1986.
- VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Demócrito Rocha, São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. *O cotidiano do desvio: defloramentos e adultérios no Ceará colonial (1750-1822)*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica (PUC), 1997.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Pará: Universidade Federal do Pará (UFPA), 1970.
- VERÍSSIMO, Francisco Salvador e BITTAR, William Seba Mallmann. *500 anos da casa no Brasil. As transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. 3ºed. Belo Horizonte:Itatiaia / São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- _____. "kinship patterns in Brazil: the persistence of a cultural tradition" In: *The Latin American Tradition: essays on the unity and the diversity of Latin American Culture*. New York & London: Columbia University Press, 1968.
- WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, [1983]1993.
- WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: uma história. Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- WILLEMS, Emilio. *A família portuguesa contemporânea*. Publicações avulsas. *Revista de Sociologia*. n.º 01. São Paulo, 1955.